



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Revolta, Negociação e Autoridade: O levante dos escravos
do Engenho Santana, Ilhéus (1789).**

Andrey Soares Pinto

Brasília

2020

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Revolta, Negociação e Autoridade: O levante dos escravos
do Engenho Santana, Ilhéus (1789).**

Andrey Soares Pinto

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: História Social e suas múltiplas formas.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio de Paula Pereira.

Brasília

2020

Revolta, Negociação e Autoridade: O levante dos escravos do Engenho Santana,
Ilhéus (1789).

Andrey Soares Pinto

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcos Aurélio de Paula Pereira.
(Presidente da banca – Universidade de Brasília)

Prof^a. Dr^a. Teresinha Marcis
(Membro Externo – Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC)

Prof. Dr. Tiago Luis Gil
(Membro Interno – Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Jonas Wilson Pegoraro
(Suplente – Universidade de Brasília)

AGRADECIMENTOS

Devo agradecimentos a muitas pessoas que passaram na minha vida acadêmica e pessoal. Primeiramente, agradeço ao meu orientador Marcos Aurélio de Paula Pereira pela paciência, as dicas e conselhos para a construção dessa dissertação; aprendi muito por meio de sua orientação. Aos professores do PPGHIS-UNB que se esforçam diariamente para a construção do ensino e pesquisa na Universidade de Brasília. Aos professores Daniel Barbosa, Eloísa Barroso, Henrique Mondanez, Teresa Cristina, Jonas Pegoraro, Tiago Gil, Marcelo Balaban, Luiz Paulo Nogueira, Diva Muniz, entre outros que contribuíram de forma direta e indireta para minha formação no âmbito da História e para o desenvolvimento de reflexões acerca de minha temática de pesquisa.

Gostaria de agradecer principalmente à professora Teresinha Marcis, que me ajudou com indicações de obras, e aos professores Marcelo Henrique Dias e Victor Gonçalves que me ajudaram de forma significativa na obtenção de fontes e documentos do banco de dados do CEDOC/UESC. Agradeço ao Jorge e ao Rodolfo por sempre serem solícitos em tirarem nossas dúvidas e questões acerca dos assuntos burocráticos da Pós-graduação.

Não posso deixar de agradecer a minha família – meu pai, minha mãe e meu irmão – que, apesar de tantos problemas, sempre estiveram presentes para me dar apoio e força. Agradeço à minha companheira por compreender os momentos que tive que me ausentar devido à pesquisa (pode deixar que irei compensar esse tempo).

Por fim, agradeço ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que apesar dos constantes ataques que vem sofrendo, possui um papel de extrema relevância para a pesquisa nesse país.

Peço desculpas por não ter mencionado todas as pessoas que me ajudaram em minha caminhada, mas, reconheço que “se eu vi mais longe, foi por estar no ombro de gigantes”.

RESUMO

Esta Dissertação busca analisar a revolta escrava que ocorreu no engenho Santana, ao sul da Bahia, Ilhéus, de meados de 1789. Tal fenômeno resultou na produção de um emblemático documento: uma tentativa de tratado de paz – assim designado pelos autores – enviado ao proprietário do engenho à época, o provedor da casa da moeda da Bahia, Manuel da Silva Ferreira. Pretende-se compreender as estratégias de luta e de resistência desenvolvidas por este grupo e nos aproximar das perspectivas, desses escravos do século XVIII, que são expressas em tais artifícios e estratégias de negociação. Por meio de uma análise do modo de vida desses cativos e da conjuntura histórica da região, a comarca de Ilhéus, buscamos entender como certos aspectos da administração/economia da América portuguesa influenciaram e atingiram as vidas desses homens e mulheres escravizados, ao ponto de desencadearem a revolta. Avaliar, da mesma forma, as nuances de negociação e atos na micropolítica do cotidiano provenientes tanto da comunidade cativa, como do senhor de engenho. Para tanto, nos utilizaremos da perspectiva analítica das “autoridades negociadas”, trabalhada por autores como Jack P. Greene, dentre outros.

PALAVRAS-CHAVES: Revolta escrava; Negociação; Engenho Santana.

ABSTRACT

This Dissertation seeks to analyze the slave revolt that took place in the “Engenho Santana”, south of Bahia, Ilhéus, from mid 1789. This phenomenon resulted in the production of an emblematic document: an attempt at a peace treaty – so designated by the authors – with the Santana’s owner at the time, the provider of the Bahia mint, Manuel da Silva Ferreira. It is intended to understand the strategies of struggle and resistance developed by this group and to bring us closer to the perspectives of these 18th century slaves, which are expressed in such devices and negotiation strategies. Through an analysis of the historical situation of the region of these captives, the region of Ilhéus, an understanding of how certain aspects of the administration / economy of Portuguese America influenced and affected the lives of these enslaved men and women to the point of started the revolt. Likewise, evaluate the nuances of negotiation and acts in the micropolitics of daily life coming from both the captive community and the plantation master. To this purpose, we will use the perspective of "negotiated authorities", worked by authors like Jack P. Greene, among others.

KEYWORDS: Slave revolt; Negotiation; Engenho Santana.

SUMÁRIO

Introdução.....	8
Capítulo 1: O espaço socioeconômico da Bahia e o sul baiano (Ilhéus)	16
1.1 América Portuguesa e a Bahia no século XVIII.....	16
1.1.1 O Império Ultramarino e o Brasil nos setecentos: fluxo social e econômico.....	18
1.2 A economia baiana na América Portuguesa.....	24
1.2.1 Bahia: um panorama histórico	26
1.2.2 O contexto das décadas de 80 e 90 do século XVIII.....	38
1.3 A Escravidão na América Portuguesa: o Antigo Regime nos trópicos o escravismo .	48
1.4 Ilhéus nos finais do século XVIII: economia e sociedade.....	52
1.4.1 A vida escrava em Ilhéus demonstrada pelas manumissões	60
Capítulo 2: O escrito dos escravos do engenho Santana: fontes e documentos	70
2.1 O tratado de paz dos escravos	73
2.2 O prólogo de uma negociação.....	79
2.3 Sobre os dias de sexta e Sábado: a subsistência obtida da terra e da pesca.....	84
2.4 Distinções étnicas: a relação para com os pretos Minas.....	93
2.5 A comercialização de produtos e os trabalhos para com o engenho	101
2.6 Sobre o cultivo de arroz e a extração independente de madeiras.	113
2.7 O desfecho do tratado	116
Capítulo 3: O relato do ouvidor Geral do crime: sentidos da negociação e barganha. ..	119
3.1 Uma petição vinda de um escravo.....	119
3.2 O uso da Micro história: alguns aspectos da História social para a compreensão da revolta escrava	127
3.3 A dinâmica setecentista da América Portuguesa nas relações escravistas e nos modos de resistência	131
3.3.1 Redes clientelares escravas: matriz de revoltas e solidariedades	136
3.4 Negociação, revolta e autoridade	141
3.4.1 As tramas negociais na estrutura de um engenho.....	149
3.4.2 Os atos e estratégias dos envolvidos na revolta.	157
3.5 As singularidades da revolta de 1789	162
Considerações finais.	167
Referências.	170

Introdução

No ano de 1789 uma revolta escrava teve corpo em um engenho de açúcar intitulado de “Santana,” localizado no sul baiano, na comarca de Ilhéus. Grande maioria dos 300 cativos que compunham a mão de obra dessa localidade deram início à sublevação que paralisou a produção de açúcar por cerca de dois anos. Os envolvidos nesse levante, sendo de maioria crioula, mataram o mestre de açúcar e tomaram a posse das ferramentas, além de formarem quilombos aos arredores da propriedade. Esta não era a primeira rebelião e ação beligerante ocorrida neste engenho, pois, em séculos anteriores ocorreram revoltas de etnias indígenas, aos quais eram colocadas como mão de obra escrava e servil¹. Alguns anos após esse movimento de 1789 houve outros dois levantes, um entre os anos de 1821-24 e outro no ano de 1828 em que os fatos chegaram a ser parecidos com os ocorridos nos finais do século XVIII, paralisaram o engenho e tomaram a posse das ferramentas por uma média de três anos², isso nos anos de 1821-1824.

Todavia, a revolta que foi desenvolvida no setecentos levou à produção de registros e fontes de relevante simbolismo e que demonstravam múltiplos aspectos da vida social e de condições de trabalho dessa comunidade escrava. Da mesma forma, trouxeram amplas reflexões e embates – tanto teóricos como metodológicos – no campo historiográfico³, desde as primeiras análises acerca do caso⁴ até as produções dos dias atuais. O “Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira”⁵ foi um escrito proveniente de uma tentativa de negociação entre os escravos sublevados e o proprietário do engenho da época, sendo que vinham sofrendo as represálias desse senhor desde o romper da revolta. Tal ato se manifestou enquanto uma nova estratégia utilizada pelos escravos do Santana.

¹ MARCIS, Teresinha. *Viagem ao Engenho Santana*. Ilhéus :Editus, 2000.

² SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001, p. 112.

³ CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou camponês? O proto campesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987; CASTRO, A. B. de. A Economia Política, o capitalismo e a escravidão. In: AMARAL LAPA, J. R. (Org.) *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980; GORENDER, J. *Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial*. Estudos Econômicos, São Paulo, v.13, n.1, p.7-39, 1983; REIS, J. J. *Resistência escrava em Ilhéus*. Anais do Arquivo Público da Bahia, n.44, p.285-97, 1979; SILVA, E. *Entre Zumbi e Pai João: o escravo que negocia*. Jornal do Brasil, 18.8.1985, Caderno Especial, p.3.

⁴ SCHWARTZ, S. B. *Resistance and Accommodation in Eighteenth-Century Brazil: The Slaves view of Slavery*. *Hispanic American Historical Review*, v.57, n.1, p.69-81, 1977.

⁵ “Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados” (c. 1789). Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

No total, o documento pode ser dividido em 21 cláusulas: cinco exigências acerca da produção do açúcar, junto com a interrupção das atividades no engenho nos sábados; sete são voltadas as várias atividades que os cativos eram obrigados a exercerem – como o corte de madeiras, roças de mandioca, mariscar, corte das canas, etc. Por fim, nove demandas sobre melhorias das condições de vida, de trabalho, além da luta por espaços de liberdade e autonomia no próprio engenho⁶.

A outra fonte histórica, que também foi fruto dessa revolta de cativos, seria o relato do Ouvidor Geral do Crime Claudio Joze Pereira da Costa – o qual descrevemos no decorrer do trabalho como “José Pereira da Costa”. Esse documento já possui a característica de ser um registro originário do olhar burocrático do Estado colonial, pois descrevia e analisava o fato ocorrido e as perspectivas presentes nessa contenda por meio da análise dessa autoridade da colônia, porém, se tratava de um documento que foi produzido após o requerimento de um dos líderes da revolta que acabou indo para a prisão, o cabra de nome Gregório Luís⁷.

Outro dado importante a se considerar é o fato de que esse segundo manuscrito foi gerado 17 anos após a ocorrência de 1789, sendo feita no ano de 1806. Ou seja, um período de mais de dez anos que separa o levante desses escravos, o término do mesmo, e a escrita dessa fonte oficial. Em tal situação, poderíamos conjecturar que outros documentos e registros teriam sido produzidos nesse espaço de tempo de quase duas décadas, algo fortificado no trecho que diz “Por duas vezes se têm expedido deste juízo ordem para ser remetida a devassa ou quais quer outras culpas do Suplicante e até agora não tem chegado”⁸. Infelizmente, não encontramos estas duas ordens anteriores ao da data de 1806, mas, ainda assim, há dados e informações marcantes no registro em que Gregório Luís é mencionado enquanto requerente.

O tratado dos escravos do engenho Santana, além de ser uma tentativa de resistência e luta em um momento de revolta, foi um ato político desses próprios sujeitos. Algo que afirmamos no decorrer desse trabalho e que se manifesta, pouco a pouco, nos eventos descritos e narrados pelas fontes e documentos. Entender essa

⁶ MARCIS, Teresinha. O Engenho de Santana: Uma reconstrução histórica. In: PÓVOAS, Rui do Carmo (org.). *Mejigã e o contexto da escravidão*. Ilhéus :Editus, 2012, p. 295.

⁷ _____; SILVA, Ivaneide Almeida da. Uma experiência de transcrição e análise de documento histórico: resistência e negociação escrava no Engenho Santana. In: PÓVOAS, Rui do Carmo (Org.). *Mejigã e o contexto da escravidão*. Ilhéus: Editus, 2012, p. 260.

⁸ Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

população cativa enquanto agentes políticos, grupos que poderiam exercer influência e pressões para a ocorrência de transformações na realidade que era vivida pelos mesmos, se torna de extrema importância para entendermos o fenômeno do levante nesse engenho do sul baiano. Todavia, não nos utilizamos da ideia de uma ação política que se baseava nas formas de administração do Estado colonial, de políticas de gestão da colônia e das estruturas amplas da sociedade setecentista, ou do levantar bandeiras partidárias fundamentadas em princípios/ideais de aspectos governamentais, mas nos referimos aquilo que foi chamado por João José Reis e Eduardo Silva de a “micro política do dia a dia/cotidiano”⁹. As relações instituídas nos espaços sociais, nos vínculos interpessoais, muito das vezes permeadas e ligadas por meio de ritos e associações edificadas na solidariedade, confiança¹⁰, – e que também compreenderiam os contatos de embates /conflitos –, seriam transpassadas por movimentos e estratégias exercidas pelos sujeitos históricos no dia a dia.

As populações condicionadas à escravidão, assim como os demais grupos sociais, eram inseridas na dinâmica social de seu contexto histórico e exerciam seus atos e ações. Assim como descrito pelos historiadores Reis e Silva: “pois a vida concreta do escravo era algo como um jogo de capoeira – luta, música e dança a um só tempo”¹¹. O jogo de capoeira seria um dos melhores exemplos para exemplificar essa visão sobre o cotidiano de um escravo: ele deveria entender o “movimento da dança”, saber “gingar acompanhando a música” e, no devido momento, “golpear acertando o seu alvo/objetivo”¹².

Devemos, então, nos atentar para com os protagonismos desses grupos marginalizados nesse contexto, suas ações enquanto comunidades que exerciam pressões e influências ao seu meio, da mesma forma que identificamos as limitações e coerções que foram vividas por tais sujeitos. Nesse sentido, precisasse apreender as ligações entre tais forças: de um lado, os grupos que buscavam mudanças e do outro as condições sociais/políticas/econômicas e demais setores da sociedade setecentista que restringiam suas ações em certos níveis. Como colocado por Eisenstadt e Roniger:

⁹ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 21.

¹⁰ EISENSTADT, S.N. & RONIGER, L. *Patron, Clients and friends: interpersonal relations and the structure of trust in society*. Cambridge: University Press, 1984, p. 8.

¹¹ REIS; SILVA. *Idem*, p. 11.

¹² *Idem*.

“Um fator adicional de tensão em tais sociedades é a possibilidade de conflitos entre reivindicações e pressões de diferentes grupos ou categorias de pessoas, ou quaisquer pessoas, e a limitação da área de escolha/ação do indivíduo, ou da vida privada do mesmo, por meio de tais pressões”¹³.

Para exercermos uma análise dessa magnitude foi necessário o uso da perspectiva teórica desenvolvida pela ideia de redes sociais¹⁴, em que tange o contato dos diferentes indivíduos e grupos sociais. Contatos estes que contribuem para a edificação das estruturas e das condicionantes presentes na realidade sócio-histórica. Os escravos, nessa linha de raciocínio, se inseriam na dinâmica de entrelaçamentos de redes e construções de vínculos diversos que compunham o universo cultural¹⁵ dessas sociedades escravistas.

O compadrio, os laços criados por meio desse ritual que trazia tanto um sentido espiritual quanto social, poderia ser mencionado como um dos exemplos de tais construções aos quais eram mobilizadas para a obtenção de possíveis conquistas, seja a melhoria no viver da escravidão ou a própria liberdade, vista na alforria¹⁶. As famílias escravas, da mesma maneira, contribuía para a fortificação dos grupos cativos, para a manutenção de suas tradições¹⁷, para a cooperação do viver material/subsistência¹⁸ e para o desenvolvimento de lutas e rebeliões¹⁹. Sendo que este último caso seria um fator que foi existente no levante ocorrido no Santana.

Contudo, tais interações e contatos no fluxo do cotidiano do século XVIII estariam permeados de conexões e formados na lógica de embates, solidariedades e negociações – algo presente na dinâmica política da própria América Portuguesa²⁰. Dessa forma, as tramas e enredos percebidos no caso da revolta escrava do sul baiano

¹³ EISENSTADT, S.N. & RONIGER, L. Idem, p. 9. “An additional factor of strain in such societies is the possibility of conflicting claims and pressures from different groups or categories of people or any persons, and the limiting of the area of the individual’s choice or private life through such pressures”.

¹⁴ LOZARES, Carlos. *La teoria de redes sociales*. In: Papers- revista de sociologia, vol. 48, Barcelona, 1996, 103-126.

¹⁵ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia, Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 31.

¹⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A luta pela alforria*. In: _____ (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

¹⁷ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2º ed. corrig. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

¹⁸ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹⁹ PIROLA, Ricardo Figueiredo. *Senzala insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

²⁰ RUSSELL-WOOD, A.J.R. *O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural*. Revista de história, 1977.

em 1789, também podem ser percebidos nos processos amplos que eram desenvolvidos na colônia. Logicamente, não se apresentariam da mesma forma, pois estamos tratando de relações e vínculos muito específicos, mas, ainda assim, seria perceptível tais enredamentos.

A trama de negociações e barganhas nas redes governativas²¹ já é um assunto deveras analisado e estudado na historiografia brasileira²², e cada vez mais é perceptível o como eram engendradas de formas distintas e que contribuía para a efetividade do controle metropolitano sobre a colônia. Como no caso da dependência do império português em relação aos não-europeus²³ para a edificação, consolidação e permanência do império ultramarino, bem em como em relação aos governos das capitanias e atuação dos administradores e o alcance de suas políticas em redes que funcionavam com diferentes sujeitos da hierarquia social daquele contexto.²⁴ Além disso, também se estudam nessa perspectiva as variadas atividades comerciais – legais e ilegais – executadas entre agentes econômicos da América portuguesa, África e Goa²⁵, aos quais advinham da interação de redes entre tais agentes.

O historiador Jack P. Greene, em alguns de seus trabalhos²⁶, ressaltou a importância das relações e redes de negociação que baseavam a construção da autoridade metropolitana nas vastas localidades de suas colônias/reinos. Autoridade, essa, que somente era constituída a partir do apoio de sua “base” – as elites e grupos locais que exerciam o projeto colonizador nos territórios conquistados e administrados. Efetuando seu poder de baixo para cima, ou seja, do espaço periférico para o centro²⁷.

²¹ GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, 1680-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 155-202.

²² FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

²³ RUSSELL-WOOD, A.J.R. Autoridades ambivalentes: o Estado do Brasil e a contribuição africana para “A boa ordem na República”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 105-123.

²⁴ PEREIRA, Marcos Aurélio. *Vivendo entre cafres. A trajetória do Conde de Assumar e o império ultramarino português*. Curitiba: Editora Prismas, 2016, p. 157 [Também, há de se considerar as redes formadas por pessoas de categorias sociais variadas. Nem todos eram iguais. Cada um dos integrantes das diversas redes possuía recursos e obrigações próprias diferentes dos demais, o que fazia das redes espaço de troca e interdependências várias que, de acordo com as situações, os aproximava ou afastava.]

²⁵ FERREIRA, Roquinaldo. “A arte de furtar”: redes de comércio ilegal no mercado Imperial ultramarino português (1690-1750). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. pp. 205-241.

²⁶ GREENE, Jack P. *Negotiated Authorities: Essays in Colonial political and Constitutional History*. The University press of Virginia, 1994.

²⁷ SHILLS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa: Difel, 1992.

Ocorria, dessa maneira, a presença de uma tradição de governança consensual que levava em consideração a pluralidade de grupos nos impérios²⁸. Contudo, não eram somente mantidas por meio de vínculos consensuais, pois a existência de força e pressões, vindas de ambas as partes, se demonstravam enquanto fatores comuns.

Devemos recordar, o processo do jogo político também se manifesta enquanto um campo de batalhas entre interesses diversos que podem tanto entrar em atritos, conflitos ou consensos. É justamente o que Pocock²⁹ aponta como a relação entre os variados discursos, atos políticos, que se manifestam na forma de “lances”, jogadas, manobras táticas para chegar a determinados objetivos³⁰ e intenções. O ato de negociar, por conseguinte, se apresenta como mais uma das estratégias e ferramentas nesse embate.

Quando abordamos a ideia de uma Monarquia pluricontinental³¹ observamos tais vínculos e conflitos. Quando é analisada a dinâmica social entre as *nobrezas da terra*, com suas redes clientelares e ligações políticas/sociais de ajuda mútua e manutenção de status³², é identificado tal ponto. Ao olhar as multifacetadas formas de resistência das comunidades escravas encontramos, da mesma maneira, aspectos baseados nesses variados tipos de contatos que se transvestiam em atos de luta³³. A ação de negociar era uma arma e artifício usada, e reiterada, na dinâmica sócio-política da América portuguesa do setecentos. Assim, o que os escravos do engenho Santana exerceram como últimos feitos da revolta que se iniciou no ano de 1789, foi o se utilizar de algo que já era inerente nas redes sociais desse contexto. Mas, usaram ao seu modo, em seus limites e condições.

²⁸ GREENE, Jack P. Tradições de governança consensual na construção da jurisdição do Estado nos Impérios europeus da Época Moderna na América. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 95-114.

²⁹ POCOCK, J.G.A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

³⁰ Idem, p. 39.

³¹ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá; FRAGOSO, João (org.). *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

³² KRAUSE, Thiago. Ordens Militares e Poder Local: elites coloniais, Câmaras municipais e fiscalidade no Brasil seiscentista. In: SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá; FRAGOSO, João (org.). *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

³³ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

Com isso, buscamos destrinchar um pouco dessas tramas negociais – de luta e resistência – que permearam tanto a sociedade baiana dos setecentos como o levante dos escravos do engenho Santana. Observando as formas em que esse fator foi utilizado para a construção das cláusulas e exigências presentes no tratado de paz desses escravos, além das reações vindas do proprietário para repreender a rebelião e capturar os líderes. Nesse ponto, o senhor também se colocou enquanto “jogador” nesse tabuleiro social, se utilizando de suas redes clientelares e opções disponíveis para dar fim à sublevação – opções que inclusive eram mais amplas do que as dos próprios cativos, como veremos no decorrer da escrita.

Abordamos esse caso na tentativa de analisar as ligações com seu contexto sócio histórico. Desse modo, nos utilizamos das principais fontes que registraram essa revolta: O tratado dos escravos do engenho Santana e o relato do Ouvidor Geral do Crime³⁴, ambos presentes no Arquivo Público do Estado da Bahia, junto com outras fontes que trazem um pouco da realidade social, econômica e política da Bahia dos Setecentos. Para tanto, nos deparamos com documentos fragmentados de diferentes origens e propósitos, na tentativa de construir elos e nexos para um melhor entendimento do contexto vivido nesse período e que foi palco da revolta desses escravos; além de entender os liames de negociações e conflitos na própria sociedade de Antigo Regime dos Trópicos. Compactuamos da ideia de que para entendermos as ações ocorridas nos finais do século XVIII, nesse engenho, devesse compreender os processos ocorridos em seu meio sócio histórico.

Sendo assim, nos debruçamos, de forma breve e rápida, sobre as alforrias de escravos da comarca de Ilhéus nos meados do século XVIII³⁵, registros da atividade madeireira³⁶ – algo muito presente nessa região –, além de documentos que exploram um pouco sobre os problemas vividos na capital, Salvador, como o ritmo econômico e o fluxo do tráfico de escravos nos finais dos setecentos, no chamado “Renascimento agrícola brasileiro”. Acerca das alforrias de Ilhéus, muitas reflexões e repostas podem ser encontradas por meio desses registros para melhor entender o processo de obtenção

³⁴ “Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados” (c. 1789). Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

³⁵ Seção Judiciária. Livros de notas da vila de São Jorge dos Ilhéus. Cartas de liberdade (1710-1886). Banco de dados do CEDOC/UESC.

³⁶ Fundo Governo da Província (Série Agricultura) - Índice da Conservadoria de Ilheus, N. 6020, 1776-1833. In. Registros municipais, 1498-1966; Arquivo público da Bahia. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/film/104347799?cat=2813829> (acesso em Junho de 2019).

de recursos por parte das populações cativas dessa localidade; além do perfil daqueles que conseguiam a liberdade com maior frequência. Devemos ter em mente que tais estratégias para a conquista da manumissão poderiam, provavelmente, ter sido usadas pela comunidade cativa do Santana.

A estrutura desse trabalho, em vista disso, se baseia em três partes. O primeiro capítulo é voltado para uma abordagem panorâmica do cenário econômico e social presente na América Portuguesa e o como a Bahia era inserida nessa dinâmica nos meados do século XVIII – principalmente nas últimas décadas dos setecentos. De uma análise do cenário baiano, nos deslocamos à região sul, na comarca de Ilhéus, observando as ligações dessa localidade para com os fluxos administrativos, sociais e econômicos que eram engendrados nessa comarca. No segundo capítulo, já nos debruçamos sobre o documento que foi originado da revolta da comunidade escrava do Santana, o tratado de paz direcionado ao senhor Manoel da Silva Ferreira³⁷. Nessas páginas buscamos analisar de forma aprofundada cada artigo e exigência colocada pelos cativos sublevados. Tentando exercer uma análise dos termos, do estilo da escrita, do posicionamento que era notado no decorrer do manuscrito, além de apreender as ligações para com a realidade vivida pela população escrava nessa mesma região.

Por fim, o último capítulo foi reservado para o relato do Ouvidor Geral do Crime, as impressões, leituras, os resultados e as deliberações que foram efetuadas durante e após a revolta que durou dois anos. Nesse terceiro capítulo, foi visado o entendimento e análise das redes de contatos dos envolvidos nessa ação histórica para a desenvoltura de suas estratégias de atuação; principalmente as utilizadas pelo proprietário para retomar e impor a sua autoridade/controlar. Com isso, chegamos ao contato da prática do negociar como forma de luta, e o como ela se encontrava presente nos fatos que foram desencadeados nessa revolta, além de apreender as especificidades do caso do Santana, dos usos e meios próprios de resistência que foram adotados por esses cativos – o qual perpassava pelo uso da negociação.

³⁷ Devemos ressaltar que, em vários registros, o nome do senhor do engenho surge escrito como “Manuel” ou “Manoel”, sendo assim, nos utilizamos das duas formas na escrita da obra.

CAPÍTULO 1

O espaço socioeconômico da Bahia e o sul baiano (Ilhéus).

“Meu enleio vem de que um tapete é feito de tantos fios que não posso me resignar a seguir um fio só; meu enredamento vem de que uma história é feita de muitas histórias.”³⁸

1.1. América Portuguesa e a Bahia no século XVIII.

A historiografia brasileira, ao tratar do contexto histórico colonial, já estabeleceu o consenso de que abordar a existência da América Portuguesa é levar em consideração a relação existente entre as regiões que compunham o chamado Império Português³⁹. A observação de uma vasta presença política, administrativa e econômica – o qual perdurou por quase quatro séculos em três continentes distintos – não deve negligenciar as relações que eram fundamentais para sustentar tal estrutura.

Dessa forma, nas pesquisas desenvolvidas desde os anos 2000, foram levantadas algumas constatações que permanecem como basilares nessa temática. A primeira seria a importância das relações e interações de diferentes formas sociais – seja a aristocracia reinol, as hierarquias sociais africanas, comerciantes das Índias orientais, as camadas escravas ou de negros livres e libertos que compunham a tessitura social. O segundo ponto seria o questionamento da ideia de “Estado absolutista”, totalmente centralizado, algo que cedeu espaço para o valor da negociação entre centro e periferia⁴⁰, abrindo espaço para o protagonismo das elites locais na realização de uma efetiva presença do poder metropolitano. Um terceiro fator de extrema relevância para compreender a dinâmica social seria a análise das hierarquias sociais, fundadas na lógica do prestígio e de etiquetas, que constituíam o ordenamento dos grupos da sociedade – os quais se apresentavam múltiplos. Por último, as orientações e concepções de mundo de outros grupos que faziam parte desse emaranhado de relações, como os próprios grupos

³⁸ LISPECTOR, Clarice. Os desastres de Sofia. In. *Todos os Contos*. Organização de Benjamin, Moser. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2016, 261-279.

³⁹ BOXER, C.R. *O império colonial português (1415-1825)*. Edições 70. 1969.

⁴⁰ SHILLS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa: Difel, 1992.

africanos. Entre outros pontos que contribuem para entendermos a complexidade existente⁴¹.

Por esse motivo, há a necessidade de analisar e levar em consideração as redes mercantis, sociopolíticas e governativas, além do posicionamento dos variados grupos e sujeitos na hierarquia social, tangendo – da mesma maneira – as suas trajetórias. Sempre no intuito de perceber os meandros de tais redes e o como manifestavam e exerciam efeitos sobre os indivíduos e conjunturas, além do como esses mesmos personagens efetuavam ações e atos que contribuía para o desempenho dessas mesmas redes⁴². Destrinçar o período do século XVIII e o amplo espaço em que foi palco para as atividades de variados sujeitos se apresenta como de extrema necessidade para a nossa pesquisa.

Devido a isso, devemos anunciar que para empreendermos uma análise das relações sociais e o ato de revolta que ocorreu no âmbito da escravidão, em um engenho do século XVIII, primeiramente tornasse mister abordarmos as condições que eram existentes nesse contexto histórico. Uma abordagem que, logicamente, não busca esgotar tal questão, mas possibilitar uma melhor imagem das conjunturas econômicas, demográficas, sociais; enfim, da conjuntura histórica.

Nesse capítulo colocaremos sob os holofotes aspectos amplos, dos finais dos seiscentos e meados do século XVIII, principalmente dos anos finais dos setecentos. Abordaremos um leve panorama histórico das relações existentes no Império Ultramarino português e seus reflexos na chamada América portuguesa. Daremos ênfase as principais localidades baianas: as regiões açucareiras, o interior e as terras ao sul dessa Capitania; dando destaque a Ilhéus, localidade onde se encontravam a comunidade escrava do engenho Santana. Buscaremos, da mesma forma, abordar a realidade de vida que um sujeito, colocado na posição de cativo, detinha no interior da sociedade escravista brasileira; algo que possibilita um vislumbre, não somente da condição escrava, mas da sociedade escravista onde esses sujeitos eram condicionados a tal posição.

⁴¹ FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁴² ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p.59.

Dessa forma, seguindo a reflexão dada por Clarisse Lispector, é no ato de destrinçar esses fios e tecidos que poderemos distinguir os fatores sociais que circundam a problemática analisada, e compreender até que ponto se manifestam como condicionantes, influenciadores para a sucessão dos eventos e fenômenos, ou o como foram tidos como estruturas que obstaculizavam as intenções dos sujeitos históricos – havendo, assim, tentativas de modifica-la, ou usa-las em benefício próprio.

1.1.1. O Império Ultramarino e o Brasil nos setecentos: fluxo social e econômico.

Após um grande período de hegemonia na produção açucareira, Portugal sentia os desgastes provenientes de uma série de fatores que levaram pouco a pouco à sua realidade econômica nos finais dos seiscentos. Conflitos comerciais e bélicos com os holandeses mostraram o redobrado cuidado que seria necessário para garantir a posse e estabilidade de seu Império Ultramar, pois a situação de conflito se estendia tanto na posse de domínios na América como no fluxo comercial para as exportações do produto⁴³. O amplo mercado marítimo construído pelos lusitanos no desencadear dos séculos XVI e XVII era a base que sustentava o poder econômico dessa metrópole, dessa maneira, não há como negar a extrema dependência de Portugal para com esse elemento⁴⁴.

Outro aspecto que afetava a produção açucareira exercida na América seria a quebra de seu domínio exclusivo. Tanto as índias orientais Inglesas, como os países baixos, iniciaram uma produção significativa desse mesmo produto, trazendo uma maior concorrência para com os interesses lusos⁴⁵. No caso das Antilhas Inglesas e Francesas houve o desenvolvimento de variadas técnicas e métodos que contribuíram para uma guinada na fabricação do açúcar, desde o uso de energia eólica como força motriz do movimento dos engenhos, até adubos específicos para transformar terrenos

⁴³ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2ªed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

⁴⁴ FERREIRA, Roquinaldo. “A arte de furto”: redes de comércio ilegal no mercado Imperial ultramarino português (1690-1750). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. pp. 205-241.

⁴⁵ BOXER, C.R. *O império colonial português (1415-1825)*. Edições 70. 1969, p. 145.

improdutivos em terras riquíssimas para o cultivo; além de novas fontes naturais para a obtenção da especiaria, no caso do uso da beterraba⁴⁶.

Esse mesmo efeito que era sentido nas importações de Lisboa também trazia impactos para a própria América Portuguesa. Era comum o processo de endividamento progressivo das elites da terra – no caso dos senhores de engenho –, seja na compra de cativos por meio do tráfico negreiro para haver a expansão da produção que, devido ao contexto macroeconômico, não gerava rendimento significativo. Costumeiramente ocorria a falência de donos de engenho, a perda de suas propriedades na venda com o intuito de sanar seus débitos. Sheila de Castro Faria já demonstrava que raramente havia a permanência de mais de três gerações de uma família na administração de uma fazenda e engenho de açúcar⁴⁷.

Tal realidade persistiu ao longo da metade do século XVII até a chegada de uma nova fase da atividade econômica na América Portuguesa, e conseqüentemente de Portugal. Nos finais dos seiscentos, em meados de 1690, houve as primeiras descobertas de ouro de aluvião em algumas milhas ao oeste do Rio de Janeiro, local que mais tarde teria o nome da atual Minas Gerais. Com estas descobertas houve aquilo que Charles Boxer chamou de “Renascimento econômico”⁴⁸, os lisboetas e o seu Império Ultramarino tiveram um novo fluxo que desencadeou transformações não somente em aspectos econômicos, mas políticos e sociais.

Portugal conseguiu obter êxito em retornar ao equilíbrio da sua balança comercial, nas localidades Centro-sul da América portuguesa houve uma maior ênfase para a ocupação e exploração das tão sonhadas minas. A imigração para esta localidade desencadeou conflitos e contendas – tanto devido a uma falta de centralidade administrativa por parte da coroa, como pelos interesses antagônicos entre os integrantes desse espaço – levando ao que foi conhecido como a Guerra dos Emboabas (1708-1709)⁴⁹, uma curta guerra civil entre os paulistas, descobridores de tais fontes de ouro, e os imigrantes do nordeste brasileiro e de Lisboa, em busca de melhoria de vida.

⁴⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion. Propriedade da terra e técnicas de produção nas colônias escravistas da América latina e das Antilhas no século XVIII. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, Escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

⁴⁷ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 163.

⁴⁸ BOXER, C.R. p. 150.

⁴⁹ BOXER, C.R. *A Idade de Ouro do Brasil: Dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 81.

O século XVIII, dessa forma, teve início no meio de uma corrida e movimentação intensa para com as atividades auríferas. O tráfico transatlântico de escravos africanos obteve um aumento significativo nessas primeiras décadas dos setecentos, para atender a feroz demanda que surgia com o ciclo do ouro. Manolo Florentino aponta que, entre 1715 e 1727, o Rio de Janeiro teria recebido em torno de 3300 escravos por ano, chegando aproximadamente a uma porcentagem de 20% das importações que a América portuguesa recebia na época (que chegava a uma taxa de 15 mil por ano)⁵⁰. Contudo, a partir do início da década de 30 esse número obteve um relevante crescimento, chegando a 7400 cativos por ano. Havendo um aumento de 50% se compararmos com o período anterior⁵¹. O Rio de Janeiro passava a ser um dos principais portos na colônia portuguesa, havendo desembarques diretos da costa africana, algo que possibilitou um contato maior entre os grupos mercantis do Rio para as regiões como Costa da Mina, Angola e a Guiné⁵². Os próprios exportadores de escravos preferiam vender os cativos para esta localidade, pois ali conseguiam obter preços mais altos, por outro lado, isso levava a uma escassez de mão de obra para as capitânicas do nordeste, como Bahia e Pernambuco⁵³.

Esse contingente populacional que chegava ao porto sudeste era justamente aqueles que eram direcionados as zonas auríferas para se tornarem as mãos e os pés da economia mineradora. Pouco a pouco o crescimento demográfico de Minas Gerais chegava a números proeminentes, não somente de africanos escravizados, mas de portugueses em busca de riqueza. A própria coroa chegou a executar um decreto, em 1720, limitando a emigração para o Brasil⁵⁴, no intuito de evitar o êxodo de grande parte dos indivíduos em idade produtiva das terras lusitanas.

Acerca da atuação da metrópole, houve o intuito de exercer uma maior presença e controle administrativo dessas terras, principalmente após o romper das contendas que levaram à guerra dos emboabas. A violência generalizada, o relaxamento moral, o oportunismo financeiro e o abastecimento inadequado de gêneros de primeira

⁵⁰ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 37.

⁵¹ Idem.

⁵² FERREIRA, Roquinaldo. “A arte de furto”: redes de comércio ilegal no mercado Imperial ultramarino português (1690-1750). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. pp. 205-241.

⁵³ BOXER, C.R. Op. Cit. 2000, p.77.

⁵⁴ Idem, 72.

necessidade tornava caótica a vida nas minas⁵⁵ e levou à coroa portuguesa a necessidade de construir estratégias de organização local. Já em meados de 1711, surgiam alguns municípios – vilas – nas regiões mineradoras. Uma das mais importantes foi a Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de Albuquerque⁵⁶, fundada em 8 de junho de 1711.

Desse modo, o Senado da Câmara, o órgão fundamental da administração municipal, foi erigido. Tal unidade representava uma ligação entre os interesses da metrópole e as elites locais, além de expandir a presença dessas elites regionais por meio dos chamados órgãos satélites do governo local⁵⁷. Não podemos negar que o Senado da Câmara, representava anseios da opinião pública da localidade, apesar de que teríamos uma forte presença das opiniões de grupos da elite mineira. Era em tal órgão que se desdobrava a possibilidade de construção do vínculo entre os centros metropolitanos e os grupos proeminentes na colônia⁵⁸. Porém, isso não significava a ausência de anseios originados propriamente da América portuguesa que também buscava se posicionar de maneira predominante e influente na administração e em deliberações municipais.

No espaço ultramar, o comércio dos produtos brasileiros obteve uma nova faceta, o ouro obtido nas minas do centro-sul da colônia circulava por grande parte do fluxo comercial marítimo. O próprio escoamento do ouro luso-brasileiro para a Inglaterra chegava à 12.000.000 cruzados entre os anos de 1730-1740⁵⁹. Por outro lado, o contrabando também era constante e abrangendo espaços amplos. No decorrer de 1690 a 1750, as relações comerciais entre América portuguesa, portos da África e Índia, tiveram um redobrado aumento, motivado pelas lavras de ouro, mas também pelos atritos ainda insistentes entre Portugal e Holanda; a própria presença lusitana na Costa da Mina estava comprometida, havendo poucos fortes portugueses em terras africanas⁶⁰.

⁵⁵ RUSSELL-WOOD, A.J.R. *O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural*. Revista de história, 1977.

⁵⁶ Idem, p. 32.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ O sociólogo Edward Shills aponta que toda sociedade possuiria um contato entre os órgãos e instituições centrais para com outros órgãos e instituições periféricas – os quais podem ser nomeados como “subcentros” – sendo que seriam os transmissores dos valores do núcleo. Ver: SHILLS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa: Difel, 1992, p. 148.

⁵⁹ BOXER, C.R. Op. Cit. (1969), p. 169.

⁶⁰ FERREIRA, Roquinaldo. “A arte de furto”: redes de comércio ilegal no mercado Imperial ultramarino português (1690-1750). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 208.

Os comerciantes brasileiros, em comparação com os lusitanos, mantinham um agradável vínculo comercial com essa região. Antes mesmo da corrida aurífera, os mercadores da América lusa apresentavam certos momentos de proeminência no contato com os portos africanos. De 1650 a 1699, a jeribita – a bebida destilada derivada da cana de açúcar – fazia um grande sucesso para com as trocas comerciais com Luanda, ao ponto de ultrapassar o vinho português. No tráfico de escravos, pouco a pouco era cobrado mais jeribita e água ardente dos portos da Bahia e Recife para comercialização de escravos. Tendo em vista o prejuízo dos interesses de comerciantes portugueses, a coroa decretou variadas medidas para a proibição da bebida de origem brasileira. Algo que levou à formação do mercado ilegal dessa bebida alcoólica⁶¹.

Mas não somente esse gênero era alvo de ações ilegais, o fumo e o próprio ouro também sofria contrabandos nos contatos entre Costa da Mina, Luanda e Goa na Índia. No caso do tabaco brasileiro, as localidades africanas possuíam uma maior preferência para com tal produto. As embarcações brasileiras – construídas pela própria mão de obra escrava e com materiais oriundos da América portuguesa – costumavam levar numerosas quantidades de tabaco de terceira qualidade, porém, também havia entre esses estoques fumo de primeira qualidade, algo que se encaixava no quesito de contrabando, pois no segundo caso possuíam estanco real⁶².

Já o ouro, era uma das principais moedas de troca para a aquisição de cativos africanos. Não atoa eram conhecidos como “escravos portugueses” ou “escravos de ouro”⁶³, além do fato de que o intercâmbio desse minério contribuiu para o fortalecimento e manutenção das relações entre Brasil, Costa da Mina e Luanda, principalmente após a ascensão do Reino de Daomé, em 1727. Recordando que tal vínculo entre Brasil e África, nesse contexto, se dava pela ligação entre os portos do Rio de Janeiro e Costa da Mina – pois a região sudeste seria o principal centro de escoamento do ouro.

Nas transações com a Índia um produto específico obteve destaque: os tecidos indianos. Esse produto de origem nas Índias orientais foi amplamente consumido nos

⁶¹ CURTO, José C. *Álcool e Escravos: O comércio Luso-Brasileiro do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico Atlântico de escravos (1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África central ocidentais*. Lisboa: Vulgata, 2002.

⁶² FERREIRA, Roquinaldo. “A arte de furar”: redes de comércio ilegal no mercado Imperial ultramarino português (1690-1750). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 210.

⁶³ Idem, p. 212.

finais do século XVII e no decorrer dos setecentos, sendo ultrapassado pelos produtos têxteis ingleses somente nos finais do XVIII. Esse produto gerou uma significativa demanda e conseqüentemente redes comerciais que permeavam os negócios exercidos no império Ultramarino de Lisboa. Na África, era uma mercadoria fundamental para a comercialização de escravos – tendo em destaque a região da atual Angola –, o qual o embarque desse produto em tais terras se dava graças à chamada “carreira da Índia”⁶⁴ – a complexa rede comercial que conectava Brasil, Portugal e Índia, tendo como efeito uma rápida interligação com o continente africano.

Comerciantes brasileiros também não perdiam a oportunidade em obter recursos com tais tecidos de origem asiática. No Rio de Janeiro era comum encontrar o comércio de panos indianos, os quais eram vistos como material de luxo e de exibição do status social, principalmente quando se tratava do objetivo de demarcar os privilégios da nobreza da terra; ou seja, possuíam um significativo papel simbólico e político nas esferas sociais⁶⁵.

Todavia, apesar da importância da região sudeste no cenário construído pela corrida ao ouro – ilustrada pela entrada e saída de produtos e escravos, em grande escala, pelos portos do Rio, que fazia conexão com as Minas gerais – o nordeste ainda possuiria um fluxo de importações e exportações que devemos analisar com atenção. A própria “carreira da Índia” possuía um vínculo com as baías de Salvador. Já em meados de 1670 a capital baiana ultrapassou Lisboa como o centro do comércio de panos indianos, havendo a construção da ligação entre Salvador, África e Índia⁶⁶. No século XVIII, a concentração de tal vínculo mercantil era tão destacada, que negociantes de Lisboa, inclusive de Angola, precisavam entrar em contato com a cidade baiana para obter os tecidos. Ou seja, houve o desenvolvimento de um favorecimento comercial entre essa região da América portuguesa e as Índias orientais.

Um dos fatores que poderiam explicar esse favoritismo na relação entre essas duas localidades se deve principalmente pelo tabaco produzido na Bahia. No decorrer dos setecentos, o fumo baiano foi ganhando novos ares e mercados consumidores que apreciavam a sua qualidade. Essa especiaria, que teria conquistado angolanos e

⁶⁴ Idem, p. 215.

⁶⁵ Sobre a importância das vestimentas para a demarcação de destaque social, ver: LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 79-125.

⁶⁶ FERREIRA, Roquinaldo. Op. Cit. p. 217.

Moçambicanos, passou a ser consumido em primazia pelos indianos de Goa. Porém, como visto anteriormente, onde ocorria o comércio legal, também havia as brechas para as ilegalidades comerciais.

Salvador e o recôncavo passavam a ter em seu cotidiano o contrabando e venda ilegal de panos da Índia. Produto esse que também era alvo dos desejos de indivíduos poderosos da região. Sendo assim, naus e embarcações baianas saíam da América portuguesa carregados de fumo e voltavam amarrotados de tecidos. No entanto, não só de tabaco e têxteis era constituído essas redes mercantis, pois, era comum que a mercadoria indiana fosse vendida pelo ouro brasileiro, dessa forma, haveria a saída desse minério não somente dos portos do Sudeste – mais especificamente do Rio de Janeiro –, mas da localidade nordestina também. O que leva a cogitar na presença de redes de contrabando de ouro que se estendia das Minas Gerais, no centro-sul, até o recôncavo baiano, sendo que depois era contrabandeado para as Índias. Havendo, dessa maneira, uma ligação tanto entre o contrabando de tecidos indianos e de ouro brasileiro⁶⁷.

É de se destacar, no quesito de relações econômicas e sociais da América portuguesa do século XVIII, que o Brasil se encontrava inserido em uma gama de redes e vínculos comerciais e culturais que iam desde a metrópole, até as regiões costeiras da África e o Estado da Índia, incluindo o extremo oriente⁶⁸. As capitais comerciais, como Rio de Janeiro e Salvador, também eram inseridas nesse contexto mais amplo. A própria natureza produtiva que era existente nas regiões do recôncavo baiano, sua relação com localidades interioranas e o sul da Bahia sofria, da mesma forma, reflexos e influências dessa tessitura de relações macroeconômicas existentes no império ultramarino. É devido a isso, que também devemos nos debruçar para com a realidade vivida no cotidiano setecentista baiano.

1.2.A economia baiana na América portuguesa

⁶⁷ RUSSEL-WOOD, A.J.R. “A projeção da Bahia no império ultramarino português”, Salvador, Anais do IV Congresso de História de Salvador, 2001, p. 105 apud: FERREIRA, Roquinaldo. “A arte de furto”: redes de comércio ilegal no mercado Imperial ultramarino português (1690-1750). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. pp. 219-221.

⁶⁸ RUSSEL-WOOD, A.J.R. *A dinâmica da presença brasileira no Índico e no Oriente. Séculos XVI-XIX*. Topoi, Rio de Janeiro, set. 2001, pp. 9-40.

Antes de nos dedicarmos a um panorama histórico dessa região, retomando um pouco do século XV, XVI e XVII, devemos mencionar alguns pontos de extrema relevância para o conhecimento da dinâmica econômica da Bahia no período colonial. Entre eles, o primeiro seria a relevância da ligação que existia entre litoral e sertão, ou o vínculo perceptível no contato entre as regiões do norte – o recôncavo – e o sul baiano. Tal correlação ilustra de forma positiva a afirmação de que não só de cana de açúcar era baseado o cotidiano da população colonial, inclusive haveria a necessidade de uma “base de sustentação” e manutenção da produção nos engenhos e no mercado agroexportador, pois, não só de açúcar vivia a população de Salvador⁶⁹. Surge, então, a necessidade de analisarmos o recôncavo baiano e sua “periferia”.

Um segundo fator seria a escravidão, a força motriz dessa economia, que deve ser entendida como uma instituição que se desdobrava em múltiplas relações e vínculos que fluíam pelos espaços do mundo colonial baiano, desde a confecção do açúcar, em áreas mais isoladas – nas zonas rurais – até a vivência nos centros urbanos. Nesse caso, nos espaços rurais ocupados por pequenos proprietários, havia certa influência decorrida desse sistema. Não à toa, havia a existência do uso de trabalhadores escravos para a produção desses pequenos grupos. Sendo que não se tratava de uma vasta quantidade de cativos, como as que eram encontradas nas grandes lavouras e *plantations*, mas mostrava como tal característica se manifestava de forma disseminada em toda a sociedade, ao ponto que até entre as camadas sociais mais baixas do período setecentista poderia ser percebida a posse de cativos.

Outra questão que não pode ser negligenciada, em hipótese alguma, seria o fato de que também haveria a presença de um protocampesinato de escravos e de libertos nos espaços rurais brasileiros⁷⁰. Essa seria uma população significativa nessas localidades, trazendo uma ilustração de peso para compreendermos a complexidade que era vivida nesses setores e do próprio escravismo em si, demonstrando as variadas facetas aos quais este sistema exteriorizava e se mantinha, havendo a função de certos costumes e práticas regularmente chamadas pela historiografia de “brecha camponesa”⁷¹.

⁶⁹ BARICKMAN, B.J. *Um contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo 1780-1860*. Civilização Brasileira, 2003.

⁷⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas américas*. Editora brasiliense. 1987.

⁷¹ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, Escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

Por fim, devemos dar destaque a duas particularidades de enorme valia para um bom entendimento das redes de relações desse contexto: a dinâmica de mobilidade social e os fluxos econômicos/comerciais que eram vividos pelos sujeitos desse momento histórico. Algo que era usufruído tanto pelos grupos menos favorecidos quanto por aqueles que eram identificados como a elite colonial, os “barões do açúcar”, grandes proprietários, senhores de engenho e comerciantes (que apesar de não deterem o mesmo prestígio social, angariavam condições financeiras de destaque⁷²).

1.2.1. Bahia: um panorama histórico.

Desde os meados dos quinhentos, a baía de todos os santos era uma localidade que representava um grande destaque para os interesses dos colonos. Seu formato côncavo permitia um contato constante e rápido entre Salvador e as dezenas de ilhotas que povoam o mar. As maiores serviam como fornecedoras de madeira, cana e outros gêneros alimentícios que eram barganhados para a cidade central. Como no caso da Ilha de Itaparica, deveras próxima de Salvador e que possuía engenhos, além de um porto de pesca de baleias nos primórdios do século XVIII⁷³. Tal realidade levava a construção de uma rede comercial dinâmica entre os centros banhados pelas águas dessa baía.

Esta rede não se limitava somente nos aspectos mercantis e de trocas de produtos, mas, haveria uma extensa e contínua troca de comunicações e vínculos pessoais entre os residentes das vilas próximas a baía de todos os santos. Devemos incluir a existência de uma expressiva mobilidade entre a população escravizada, assim como mostrado por Carvalho⁷⁴, que por meio da análise de processos inquisitoriais, apresentou a construção de redes sociais entre os sujeitos cativos nos arredores do Recôncavo. Tais redes, que claramente eram formadas pelos agentes comerciais⁷⁵, eram igualmente formadas pelos demais indivíduos da sociedade colonial, tanto cativos como livres e libertos.

⁷² FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto. Notas sobre transformações e a consolidação do sistema econômico do Atlântico Luso no século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial, volume 3 (1720-1821)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

⁷³ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 1988. p. 78.

⁷⁴ CARVALHO, Carlos Antônio Pereira de. *Espacializando as conversas na Cidade da Bahia do século XVI – Redes de informação e mobilidade geográfica de escravizados*. Dissertação de Mestrado, Brasília, 2018.

⁷⁵ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Todavia, a extensão da baía gerava certos problemas no quesito de estratégia militar. O trecho que ligava o Atlântico para com esta área era significativamente amplo e tornava a possibilidade de defesa uma atividade melindrosa. Não à toa, essa localidade foi um alvo constante de invasões. Era presente as incessantes ações de corsários e nações estrangeiras – tendo em destaque os ingleses e franceses – no decorrer do século XVI, mas principalmente os embates com os holandeses no decorrer dos seiscentos⁷⁶. Nesse momento, a baía era colocada como o principal alvo dos belicosos navegantes, tanto por ser a localização da capital como por ser de fácil ocupação. Os anos de 1624, 1627, 1634 e 1648 seriam marcos do ataque holandês⁷⁷.

Entretanto, o que mais chamava a atenção dos colonos portugueses seriam as terras próximas dessas águas. O terreno fértil que era encontrado nessas localidades propiciava ao recôncavo uma posição de destaque aos interesses colonizadores. Permeado por variados rios como o Paraguaçu, Sergipe, Açu, Pericoara, Subaé, além de ribeirões como o Cotegipe, Jacarancanga e Pitanga, viabilizava a existência de um vasto território frutífero para as atividades agrícolas de gêneros diversificados.

Foi nessa medida que se desenvolveu uma hierarquia no uso das terras do recôncavo. Basicamente ocorreu a instituição de três zonas de produção: a primeira, do cultivo da cana de açúcar (na orla norte); a segunda seria identificada com a produção de fumo/tabaco (que se encontrava nas áreas mais arenosas); e por último, em uma terceira parte, houve a agricultura de subsistência, principalmente de plantações de mandioca e hortaliças (os quais eram encontradas no setor sul)⁷⁸.

Tal divisão se baseava principalmente devido à natureza do solo, que poderia ser manifestado como um dos mais férteis ou menos férteis. Antonil⁷⁹ chegou a descrever quais dos tipos de terra eram mais adequados para a produção. Os Massapés, conhecidos como a terra negra, eram disparadamente mais utilizados para o cultivo da cana, sendo esta a primeira zona. Em segundo lugar se encontrava os chamados “Salões” – terras que possuíam uma coloração avermelhada – que poderiam ser usadas para a criação de cana de açúcar, mas não obtinha os mesmos resultados da primeira citada. Já o solo que compunha a terceira zona seria identificado como as “Areíscas”,

⁷⁶ SCHWARTZ. Op. Cit.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Idem, p. 83.

⁷⁹ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 2ª ed. São Paulo, melhoramentos; Brasília, INL, 1976, p. 101.

uma mistura de salões com areia, servia para a mandioca e para legumes, além de outras especialidades agrícolas no decorrer do tempo – como o arroz, em meados do século XVIII, e o gengibre, de origem indiana –, mas de longe eram a preferência dos canaviais.

No princípio da empreitada colonizadora, essa região, que mais tarde foi classificada em sua potencialidade produtiva, abrangia uma extensa e densa mata virgem. Mas, como é o inevitável destino de terrenos utilizados para a agricultura, passou por uma devastação de toda essa riqueza arborizada. Somente ao sul houve a manutenção de áreas de mata fechada, locais que se tornaram as principais fontes de obtenção de madeira, como o caso de nossa região de estudo, a comarca de Ilhéus.

Gabriel Soares de Sousa, um senhor de engenho, conhecia de perto a dinâmica desse setor no território baiano. Segundo seus relatos, redigidos antes de 1587⁸⁰ acerca da zona do Recôncavo, a formação de estruturas para a construção de engenhos se concentravam principalmente no litoral da baía e próximo dos rios que desembocavam nela. Em sua conjuntura histórica, Soares Sousa identificou a presença de 36 engenhos, sendo que 2 eram apresentados como de grande porte, os chamados “Engenhos Reais”, movidos pela força das águas. Grande parte dessas estruturas se encontravam nas localidades ao norte de Salvador nas zonas de Pirajá, Matoim, Paripe e Cotegipe, permanecendo à distância de alguns quilômetros da capital. Nos finais dos seiscentos, tornou-se um dos pontos mais povoados⁸¹, e não era por acaso, pois concentrava uma grande parte da produção de açúcar.

A segunda maior presença de engenhos se dava nas ilhas, nomeadas por Gabriel Soares, de Marapé, sendo que posteriormente se tornaram as paróquias da vila de São Francisco do Conde. No período de vivência desse observador, essas áreas ainda estavam passando por um processo de ocupação e implantação da cultura do açúcar, mas, após algum tempo, eram reconhecidas como centros importantes para a fabricação dessa especiaria⁸². O “Berço do Massapé”, como era conhecido tal região, demonstrava

⁸⁰ SOUSA, Gabriel Soares de. (1540-1591) *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Editora Nacional, col. Brasiliana, v. 117.

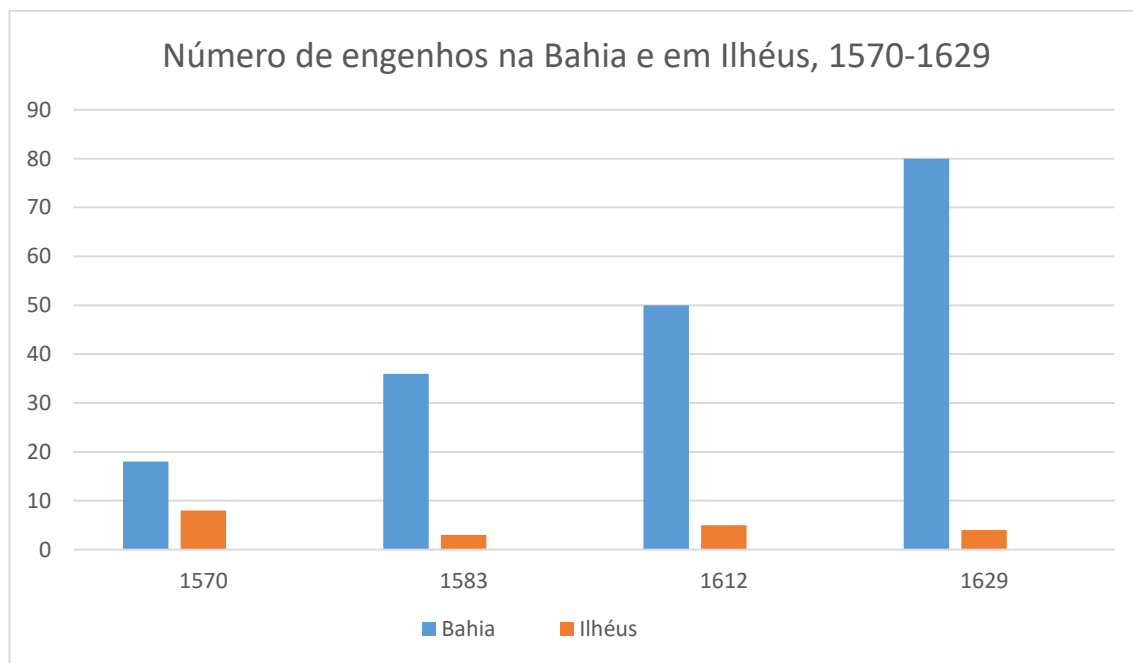
⁸¹ SOUSA. Apud. SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 1988. p. 78.

⁸² Idem.

a forte presença do solo de cor escura e deveras fértil, utilizada para a plantação de amplos espaços cobertos pela monocultura de cana de açúcar.

Por meio de um cruzamento de dados e informações obtidas de diferentes fontes, Schwartz nos traz uma tabela demonstrando a quantidade de engenhos no Brasil de 1570 até 1629⁸³. Desses dados, fornecidos pelo historiador, nos atentaremos para com os referentes à Bahia e à Ilhéus. Na primeira datação, Bahia possuía 18 engenhos, enquanto Ilhéus detinha 8 no total. Em 1583, houve a chegada à quantidade de 36 engenhos baianos – número citado por Gabriel Soares de Sousa –; já a comarca ao sul obteve uma perda de 5 engenhos, chegando a 3. No ano de 1612, Bahia tinha 50 estruturas voltadas para a produção de açúcar; Ilhéus teve um pequeno aumento atingindo 5 no total. Na última data, 1629, a primeira região apresentava 80 engenhos, ao passo que a segunda regrediu para o número de 4.

Gráfico 1 – Número de engenhos na Bahia e em Ilhéus (1570-1629)



Fonte: Dados de SCHWARTZ, Stuart. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 1988. p. 148.

⁸³ Idem, p. 148.

Curioso perceber o crescimento vertiginoso de Pernambuco, o qual não nos atentaremos no decorrer de nosso estudo, mas que exemplifica o avanço desse setor produtivo em outro espaço. Em 1570 detinha 23 engenhos; em 1536 obteve 66; já em 1612 chegou à marca de 90; e em 1629 totalizou o número de 150. Não à toa, essa localidade do nordeste brasileiro se manteve como a capital da economia colonial durante os dois primeiros séculos de vida da América portuguesa.

Já no caso mais específico para a nossa análise, é importante notar a gritante diferença entre Bahia, localizada ao norte e a comarca de Ilhéus, localizada ao Sul. Enquanto no primeiro caso temos um crescimento significativo e contínuo da produção, no segundo é verificado um processo de pequenas mudanças, onde, se ocorria um mísero aumento, logo era acompanhado por um regresso desse crescimento. Devemos citar que, na conjuntura dos setecentos, no ano de 1724 mais estritamente, havia somente a existência de um engenho na zona de Ilhéus, o Engenho Santana⁸⁴.

Tal discrepância será melhor abordada e comentada mais afrente desse capítulo, entretanto, essa realidade contribui para percebermos a expressiva atenção que era dada à região do recôncavo no quesito de produtividade. Logicamente, não era exclusivamente aos arredores da baía de todos os santos que se davam as ações da fabricação de açúcar, havia uma atividade considerável ao norte, com o Sergipe de El Rey – o qual fazia parte da produção total da Bahia⁸⁵. Além das regiões ao sul, citadas anteriormente. Porém, pode se afirmar que o grande centro desse setor econômico era representado pelo recôncavo baiano, principalmente onde era avistada a primeira categoria de terras, aos quais eram mais propícias a esse tipo de agricultura.

Com essa exposição, fica perceptível compreender que, ainda no século XVI, havia a composição, de forma gradual e que permeou o desenrolar dos dois séculos seguintes, de um centro hegemônico fundamentado na agroexportação. A capital, Salvador, e as regiões contíguas à baía de todos os santos foram designadas como este centro, localidades que eram exploradas o máximo possível para a obtenção de lucro. Dessa maneira, poucos setores eram direcionados para o cultivo de gêneros alimentícios. Como colocado anteriormente, as duas primeiras classificações de terrenos voltavam-se para a cana-de-açúcar e o tabaco – este segundo também retinha uma

⁸⁴ MARCIS, Teresinha. *Viagem ao Engenho Santana*. Ilhéus : Editus, 2000, p.22

⁸⁵ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 1988. p. 90.

posição de destaque na agricultura de exportação, e se apresentava como uma atividade rentável da mesma maneira. A terceira classe de terreno permanecia para a subsistência, zonas menores, se considerar as demais. Justamente nas regiões interioranas e sulistas, como os arredores de Camamu, que se engendrou uma economia de abastecimento do norte baiano.

O sertão voltava-se principalmente para a pecuária⁸⁶, prática que era destinada a ser efetuada em locais distantes do litoral, pois a presença de gado próximo à monocultura da cana tornava-se arriscado, correndo o perigo de perder partes significativas da produção com a entrada de bovinos no terreno. Foi no ano de 1700, por meio da pressão de integrantes da elite econômica colonial, que houve a promulgação de legislação acerca da proibição dessa atividade nas zonas litorâneas e de canaviais⁸⁷, algo que demonstrava a forte interferência dos grupos locais para com a aparelhagem administrativa e legislativa dos espaços da América portuguesa⁸⁸. Apesar disso, não houve grandes obstáculos para o surgimento de algumas famílias que exerceram o domínio desse ramo, como os Garcia d'Ávila ou João Peixoto Viegas, o comerciante que se tornou fazendeiro, os quais chegaram a ter uma criação de mais de 20 mil cabeças de gado. Além desses grupos, ainda havia as propriedades de ordens religiosas que ingressavam em variados campos produtivos, inclusive no trato com o gado.⁸⁹

Quando abordamos os finais do século XVIII, também encontramos variadas pistas e fragmentos documentais que demonstram a intensa relação entre centro e sertão, ou o forte vínculo de dependência de Salvador e o resto do recôncavo para com as áreas interioranas, principalmente quando tratamos acerca da obtenção de gêneros de primeira necessidade. Um exemplo seria visto na portaria expedida pelo Senado da Câmara de Salvador, na data de 30 de Junho de 1784, em que era dada permissão à Constantino Alvares, administrador das Fazendas de Capoame e Bandeira – que eram pertencentes ao proprietário João Francisco da Costa –, para poder comprar os gados que sobravam das vendas nas feiras, e tratar do cuidado dos bovinos nas terras do dito fazendeiro, todavia, na condição de que abastecesse a cidade nos períodos de escassez de carne, os

⁸⁶ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 326.

⁸⁷ Idem, p. 88.

⁸⁸ RUSSELL-WOOD, A.J.R. *O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural*. Revista de história, 1977.

⁸⁹ Idem, p.88.

quais ocorriam no mês de setembro em diante⁹⁰. A principal feira da época era a chamada “feira de Capoame”, o qual permaneceu como a mais importante até a formação da “feira de Santana”, no início do século XIX⁹¹. Mas, mesmo com a presença de tais centros comerciais próximos da cidade baiana, o temor do desabastecimento inquietava a administração colonial.

Os momentos vivenciados no período do segundo semestre do ano, principalmente em setembro e outubro, aparentava ser um momento delicado para a obtenção de carne, e outros derivados da pecuária. Devido a isso, as próprias autoridades buscavam exercer decisões em vista de sanar essa problemática. Realizando uma deliberação em prol de um interesse privado – como no caso da portaria citada –, o senado não buscava somente beneficiar um terceiro, mas trazer uma solução para o anseio público.

O gado era fator de extrema necessidade para a população do litoral, não somente pela carne, o qual era consumida em peso em Salvador e no Recôncavo, mas também pelo couro, sebo, além da força motriz proveniente do boi para movimentar engenhos de pequeno porte⁹². No caso da venda das carnes, eram feitas em açougues licenciados e o fornecimento dependia das boiadas do sertão. Com o fluxo da mineração nas regiões do centro-sul, as autoridades da Bahia permaneceram apreensivas para com o fato de que a nova demanda – significativa nos meados dos setecentos – pudesse comprometer a fonte do alimento. Com tal objetivo, no ano de 1716, a câmara de Salvador buscou dividir o sertão em zonas para que as regiões costeiras mantivessem um fornecimento constante de gado vindo do interior. Na década de 20 e 30, do século citado, o preço da carne dobrou e triplicou – mesmo com os projetos de tabelamento do preço e de proibição da especulação. Somente quando as Minas Gerais desenvolveram o próprio fornecimento local é que houve um retorno à normalidade⁹³.

A atenção, e apreensão, para com a administração do gado e das carnes era tão presente nos discursos oficiais que, na data de 14 de março de 1789, uma correspondência retratava o contentamento em notificar o rendimento líquido de

⁹⁰ Senado da Câmara de Salvador: correspondência expedida para o Governo, 1789; Maço 485-1; folha 25. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

⁹¹ SCHWARTZ, p. 88.

⁹² ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 2ª ed. São Paulo, melhoramentos; Brasília, INL, 1976, p. 201.

⁹³ SCHWARTZ, p. 89.

13:847\$500 das carnes que eram cortadas e vendidas nos açougues licenciados. Observa-se certo destaque para com o fato de que tal fenômeno aparentava não ser corriqueiro nessas imediações baianas, pois ainda era mencionado a lembrança dos momentos em que havia pouco rendimento e continuada falta desse produto. Dessa forma, o pedido de manutenção desse ocorrido é posicionado como uma das principais intenções no documento⁹⁴.

A respeito das circunstâncias de contendas acerca das carnes, encontramos nos arquivos alguns vislumbres de conflitos movidos por esta questão. Em 29 de agosto de 1789, foi escrito um requerimento de criação de um espaço específico para o abastecimento das tropas que exerciam serviços militares na cidade. Segundo a fonte, tal ação era voltada para “assim fazer cessar as perturbações que os soldados promovem nos açougues públicos, para se aviarem com preferência, aos moradores, da melhor carne que tem os mesmos açougues públicos”⁹⁵.

Pelo fato de se tratar de um centro urbano de extrema relevância para a Coroa portuguesa, logicamente havia a presença constante de forças armadas para a manutenção da ordem e no objetivo de defender a cidade de possíveis invasões, algo que – como visto no início desse tópico – era suscetível de ocorrer por inúmeras razões, como pelos aspectos geográficos. No entanto, a presença de tais tropas produzia uma considerável demanda de itens básicos, gerando uma concorrência para com os consumidores civis; sendo uma concorrência desleal pelo fato dos primeiros chegarem a ter posse das melhores partes de carne em detrimento dos demais. A construção de uma área voltada para o abastecimento desse grupo era tida como uma solução do problema.

Mas, esse não foi o primeiro momento em que houve ações belicosas dessas unidades para com os pormenores da administração das carnes. Na data de 6 de maio de 1789, alguns meses antes do caso anterior, é mencionado a agressão verbal dos soldados para com os cobradores dos açougues públicos. As autoridades locais se viam em uma situação um tanto quanto embaraçosa, pois, pelo fato de os transgressores se tratarem de indivíduos que faziam parte do corpo militar, não tinham a competência para operar

⁹⁴ Senado da Câmara de Salvador: correspondência expedida para o Governo, 1789; Maço 485-1; folha 06. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

⁹⁵ Senado da Câmara de Salvador: correspondência expedida para o Governo, 1789; Maço 485-1; folha 27. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Foi feita uma adaptação do trecho citado, para melhor adequar as regras gramaticais da atualidade.

algum tipo de medida disciplinar. Por tanto, era solicitado ao governador da capitania a execução de alguma penalidade possível⁹⁶.

No exemplo demonstrado por esse vestígio documental podemos perceber a existência de hostilidades voltadas para as autoridades coloniais, ou para com outros setores da sociedade, os quais a administração regional buscava ao máximo pacificar. Contudo, algumas ocorrências poderiam fugir do controle e capacitação de tais autoridades – como no caso dos militares transgressores – havendo a necessidade de recorrer às instâncias maiores. Ou seja, mesmo que com dificuldades e, talvez, certa precariedade, o Estado colonial se fazia presente de forma corriqueira na vivência dessas localidades, mas sempre por meio das redes de governança que se estabeleciam de forma consensual/negociada, ou convocada⁹⁷ – como no caso mostrado pela fonte.

Com as atividades de venda e compra das carnes não era diferente. Todo criador de gado que tinha interesse em comercializar os produtos de origem bovina deveria, primeiramente, registrar o seu gado e pagar certo tributo. Além de ter comprovado a posse de um rebanho reserva para o suprimento da cidade, em casos de escassez – como visto no caso do administrador Constantino Alvares. Percebe-se que o receio da falta de estoques acompanhava o atento olhar e fiscalização da administração colonial.

Mas, não faltavam aqueles que tentavam evitar tais exigências. Em 15 de junho de 1789, o pecuarista Manoel Ribeiro de Souza entrou com um requerimento para pedir isenção de tais tarifas. Infelizmente não foi possível rastrear alguma fonte que apresentasse o seu pedido foi atendido da forma que era planejado⁹⁸.

No entanto, não só da pecuária Salvador e o recôncavo eram dependentes. No quesito de alimentação, já no século XVIII era existente uma variedade de gêneros culinários, desde receitas de origem africana, europeia ou indígena. Contudo, havia o principal gênero alimentício que era empregado na alimentação cotidiana da sociedade colonial e principalmente da população baiana: a farinha de mandioca. Era tido como o

⁹⁶ Senado da Câmara de Salvador: correspondência expedida para o Governo, 1789; Maço 485-1; folha 08. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

⁹⁷ GREENE, Jack P. Tradições de governança consensual na construção da jurisdição do Estado nos impérios europeus da Época Moderna na América. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁹⁸ Senado da Câmara de Salvador: correspondência expedida para o Governo, 1789; Maço 485-1; folha 23. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

“pão da terra”⁹⁹, pois em toda prática da culinária ela era utilizada: desde o preparo da farofa ao pirão, até à refeição feita de charque com farinha, este produto era manuseado e degustado. Além de ser de consumo democrático, pois tanto à elite da terra como a população pobre e escrava possuíam uma dieta regrada desse alimento. E este produto foi o centro de variadas problemáticas para esses setores baianos desse contexto.

Salvador encontrava-se em uma conjuntura tumultuada na primeira metade do ano de 1786, devido à crise de abastecimento que sua população sofria. Na data de 26 de março, do ano mencionado, o governo expediu uma correspondência tratando da situação e encaminhando algumas medidas a serem tomadas¹⁰⁰. Segundo a fonte, a escassez e má administração do processo de distribuição da farinha levava ao desenvolvimento de confrontos entre os populares. Muitos buscavam obter o gênero em grande quantidade com o receio de ocorrer a ausência total do produto nos dias seguintes, além de que alguns indivíduos costumavam revender o excedente que adquiriram na distribuição. Um cenário de total algazarra, manifestando uma massa de pessoas atropelando umas às outras em um espaço completamente abarrotado, era o que se presenciava em tais momentos de venda dos itens; sendo que aqueles que eram desprivilegiados desse processo, acabavam permanecendo famintas.

Com a finalidade de amenizar tal realidade, as medidas tomadas foram as seguintes: primeiramente, a intenção de centralizar toda a venda e distribuição de farinha de mandioca nos chamados “celeiros públicos”, havendo a imposição de uma taxa para os produtores, de \$20 – recursos esses que seriam convertidos em benefícios para o Hospital dos Lázaros –; além de obterem uma guia registrada, algo que demonstra a intenção de exercer maior controle nesse comércio. O celeiro público não teria uma característica como a dos celeiros europeus, pois havia uma maior preocupação na ação de fiscalização para evitar as ações dos monopolistas, contrabandistas de alimentos, no acompanhamento dos preços em que eram vendidos, enfim, era mais do que um mercado público, sendo que detinha autoridade sobre o

⁹⁹ BARICKMAN, B.J. *Um contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo 1780-1860*. Civilização Brasileira, 2003.

¹⁰⁰ Senado da Câmara de Salvador: correspondência recebida, 1786; Maço 485-2; folha 02. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

comércio da farinha. Comércio esse que era executado no prédio do celeiro, no pátio adjacente ao mesmo e pelo mar – nas embarcações ancoradas nos portos¹⁰¹.

A segunda ordem, no intuito de controlar o fluxo das multidões, foi colocada da seguinte maneira:

As lanchas se distribuirão pelos diversos cais desta marinha, para que dividindo-se assim o povo, se evite o tumulto e desordens; e se não principiara a venda da farinha em uma só lancha, mas em todas ao mesmo tempo [...]¹⁰²

Seguindo a estratégia de venda, era exigido que se esperasse a presença de quatro a seis lanchas, para dar início ao procedimento; caso contrário, as mesmas deveriam permanecer em guarda na “Caldeira da Ribeira”. O senado – por sua vez – deveria nomear, durante o período de escassez, vereadores e demais autoridades com o objetivo de acompanhar a venda dos mantimentos ao público, no intuito de fiscalizar a compra e impedir a obtenção de grandes quantidades por poucas pessoas, que muito das vezes são referidas como as “monopolistas” ou os “atravessadores de farinha”. Além de serem colocados no documento como “inimigos do benefício público”¹⁰³.

Já no caso das autoridades responsáveis em acompanhar todo o processo, como os vereadores, o governo cobrava uma forte pressão e vigilância do senado da câmara para que tais obrigações fossem exercidas da forma desejada. Pelo contrário, esses agentes poderiam ter que responder juridicamente, além de que o próprio senado deveria arcar com a omissão de não ter fiscalizado a atuação desses profissionais.

A terceira e última medida, mas não a menos importante, direcionava-se aos modos de agir com os militares. Dizendo o seguinte:

Mando que nenhum oficial militar, ou soldado de qualquer corporação que seja, vão as lanchas comprar gêneros a força, fiados no privilégio, porque constando-me, que se atreverão a contravir esta minha ordem, e que assim perturbarão o sossego dos povos, os mandarei logo prender para lhes imporem as penas estabelecidas pela

¹⁰¹ BARICKMAN, B.J. *Um contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo 1780-1860*. Civilização Brasileira, 2003, p.135.

¹⁰² Senado da Câmara de Salvador: correspondência recebida, 1786; Maço 485-2; folha 03. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Devemos recordar que, no trecho citado, houve uma adaptação do escrito para coincidir com a gramática atual.

¹⁰³ Idem.

Real Carta de V. Mag. expedida contra os militares atravessadores das farinhas¹⁰⁴.

Novamente, as próprias tropas e unidades militares causavam algum tipo de transtorno para com a administração colonial e para com os demais colonos. Tanto na aquisição da carne, como na de farinha, menciona-se a existência de privilégios e benefícios destes grupos. A sociedade colonial, como veremos mais adiante, era permeada e constituída por variadas relações de uso da posição social e profissional na conquista de favores e regalias¹⁰⁵.

Contudo, ainda foi sentido certas resistências e reclamações por parte dos habitantes. No dia seguinte, em 27 de março de 1786, o governador Rodrigo José de Menezes expediu outra correspondência para o senado da câmara, com uma tonalidade de desapontamento¹⁰⁶. O escrito reporta-se acerca da opinião pública dos habitantes da cidade de Salvador para com as medidas adotadas na resolução da crise de abastecimento. Grande parte dos populares deveriam ter mobilizado inúmeras críticas e protestos para com o governo, ao ponto de apontar tal realidade que era vivida como um resultado da má administração e falta de zelo do poder público.

José de Menezes chega a enxergar tais atos como uma forma de enfrentamento direto para com sua pessoa. Tal suposição poderia muito bem ser algo factível, se levarmos em consideração que demais grupos, ou agentes políticos – integrantes da administração colonial ou não – poderiam ter se aproveitado da situação de calamidade pública para engendrar discursos contrários ao seu papel de autoridade régia.

Porém, outro ponto que chama a atenção é a medida tomada pelo governador para tentar sanar essa imagem negativa que permeava a comunidade, pois era ordenado a convocação de uma grande parte desses mesmos habitantes no intento de votarem em meios e opções, os quais aparentarem mais eficazes para a autoridade colonial, no que tange ao abastecimento com os gêneros de primeira necessidade¹⁰⁷. Claramente, por ter sido um ocorrido do século XVIII, não se trata de um processo de soberania popular, como visto em sociedades democráticas da contemporaneidade, mas seria uma boa

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela. As redes Clientelares. In: *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

¹⁰⁶ Senado da Câmara de Salvador: correspondência recebida, 1786; Maço 485-2; folha 06. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

¹⁰⁷ Idem.

jogada política de Menezes com o objetivo de reverter tais impressões e demonstrava a atuação dos sujeitos locais para a obtenção de serviços para com a administração colonial¹⁰⁸.

Ademais, poderíamos citar outros exemplos que se remetem ao caso da escassez de produtos, como a carne bovina e a farinha de mandioca, na região central da Bahia durante a década de 80 dos setecentos¹⁰⁹. Mas tal questão poderia engendrar outra problemática de pesquisa, ao qual não caberia, aqui, ser realizada de forma aprofundada. Por isso, para contribuir em nosso propósito de apreensão do contexto o qual é estudado, devemos observar alguns fatores que levavam a tais instabilidades no abastecimento do Recôncavo e da cidade de Salvador.

1.2.2 O contexto das décadas de 80 e 90 do século XVIII.

Por este motivo, manifesta-se mister ensejar uma observação e análise de transformações sociais e econômicas de grande relevância, que ocorreram em meados da década de 80 dos setecentos. Isso possibilitará um melhor entendimento dos “porquês” e das origens de tais problemáticas que foram vivenciadas na Bahia. Para o historiador Stuart B. Schwartz, essas duas últimas décadas foram marcantes para distinguir a América portuguesa dos períodos anteriores. De certa forma, seria um divisor de águas, dado que ocorreu um crescimento e alterações na composição populacional; mudanças na infraestrutura econômica da colônia e na própria trama das relações sociais¹¹⁰. Metamorfoses que levaram a um considerável protagonismo das populações rurais livres e do mercado nacional de gêneros alimentícios, desencadeando a amplificação da exportação¹¹¹.

Primeiramente, o período de tempo demarcado entre os finais do século XVIII e início do XIX foi o interstício que coincidiu com o chamado “renascimento agrícola

¹⁰⁸ RUSSELL-WOOD, A.J.R. *O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural*. Revista de história, 1977.

¹⁰⁹ Idem, folha 05.

¹¹⁰ FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto. Notas sobre transformações e a consolidação do sistema econômico do Atlântico Luso no século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial, volume 3 (1720-1821)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 42.

¹¹¹ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 129.

brasileiro”, fenômeno que poderia ser melhor enquadrado nos anos de 1780 até 1830¹¹². Uma série de eventos históricos contribuíram para o retorno do crescimento das exportações da América portuguesa: o fim do comércio inglês do tabaco, ocasionado pela revolução dos EUA; a destruição das lavouras de São Domingos durante a revolução haitiana (1791-1803); os conflitos marítimos entre ingleses e franceses; a ascensão da indústria inglesa nos finais do setecentos¹¹³; entre outros acontecimentos que levaram à uma guinada da venda de víveres como o açúcar, tabaco e couro – os tradicionais produtos brasileiros de exportação – mas também preparando o caminho para a entrada de novas mercadorias no comércio transcontinental, como o café, o algodão, o cacau e o anil¹¹⁴, produtos que começaram a principiar uma posição de destaque nas exportações.

Segundo Schwartz, os produtos brasileiros perfaziam 60% das exportações portuguesas para a Europa, a América do Norte e o Norte da África, durante o ano de 1800, proporcionando uma balança comercial favorável com seus parceiros econômicos. No entanto, o contrabando entre Brasil e Inglaterra conduziu a uma diminuição da demanda dos produtos manufaturados portugueses, criando um déficit nos pagamentos que Portugal obtinha de sua colônia¹¹⁵.

Tendo em vista a realidade do cotidiano da América portuguesa, houve o crescimento da economia interna, beneficiado pelo desenvolvimento da integração regional e intensificando aquilo que poderíamos chamar de um mercado nacional. A população rural livre, os roceiros, tiveram um maior destaque nesse cenário econômico. De forma simultânea, se desenvolvia lado a lado do comércio voltado para a exportação, enquanto o segundo alimentava o comércio internacional o outro fornecia abastecimento para as zonas agroexportadoras.

Somado ao aumento da procura pelos produtos brasileiros houve o crescimento da demanda por mão de obra, e como foi citado anteriormente, a força motriz para a produção na América Portuguesa se baseava, principalmente, no trabalho escravo. Durante o contexto dos finais do século XVIII e início do XIX, foi perceptível um

¹¹² Outros historiadores preferem datar esse renascimento e prosperidade econômica entre os anos de 1780 até 1820. Ver REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*, p. 34.

¹¹³ Idem, p. 127.

¹¹⁴ Idem, p. 128.

¹¹⁵ Idem.

intenso fluxo do tráfico de escravos e da entrada de africanos cativos nos portos da colônia¹¹⁶, logicamente, tal fluxo não era desencadeado de maneira homogênea em todos os cantos da América Portuguesa¹¹⁷. Dessa forma, pode-se destacar três fatores significativos no interior desse período: a expansão da agricultura escravagista de exportação, o crescimento de uma classe rural livre¹¹⁸, além da intensificação do tráfico negreiro.

Segundo o banco de dados do *Slave trade data base*¹¹⁹, observando as décadas de 80 e 90 dos setecentos, houve uma guinada da entrada de cativos pelo tráfico negreiro no ano de 1780, tendo o desembarque de 25.846 africanos escravizados na América portuguesa, sendo que obteve seu pico no ano de 1781, com 28.091 cativos desembarcados. Já no ano seguinte, teve início um pequeno declínio, sendo que, a partir desse momento, houve um fluxo acompanhado de subidas e descidas no número das entradas de escravos, mas nada que fugisse de uma certa regularidade. Porém, no ano de 1792 retorna um crescimento significativo, com a entrada de 30.871 pessoas.

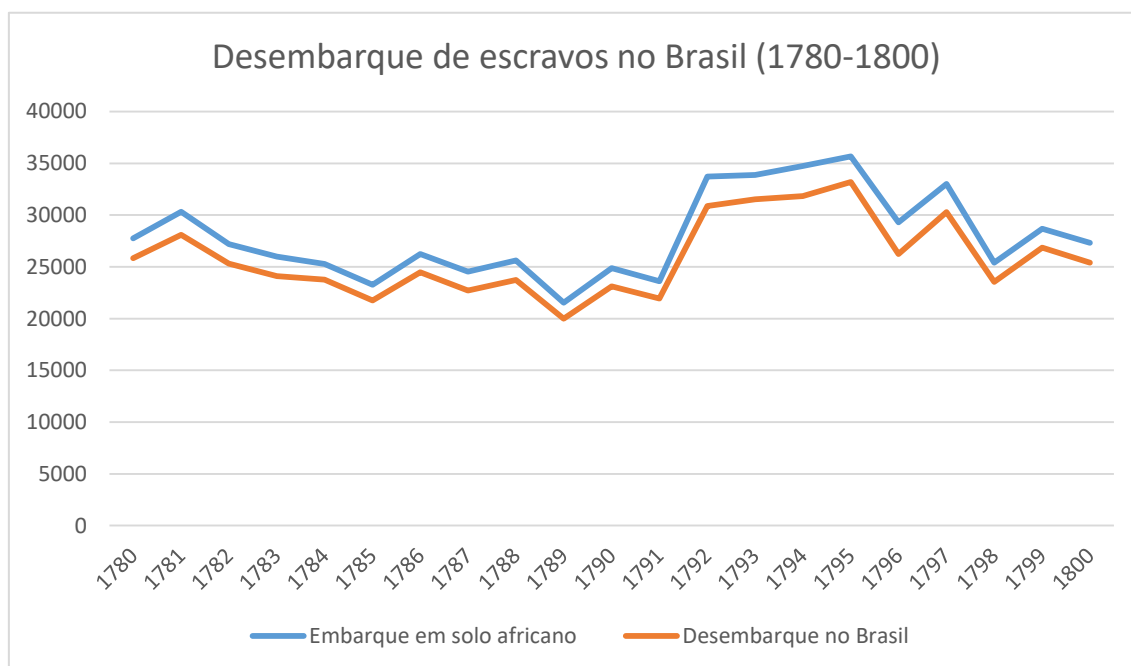
¹¹⁶ KLEIN, Herbert S. *The Atlantic Slave Trade*. Cambridge University Press. 1999, p. 37.

¹¹⁷ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 46.

¹¹⁸ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 129.

¹¹⁹ Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates> (acessado em Agosto de 2019)

Gráfico 2 – Desembarque de escravos no Brasil (1780-1800)



Fonte: *Slave Voyages*. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: Agosto de 2019.

Tabela 1 - Entrada de escravos nos portos brasileiros (1776-1800)

Localidade	Embarcados em solo africano	Desembarcados no Brasil	Total
Amazônia	40039	37227	77266
Bahia	208947	195244	404191
Pernambuco	70720	66251	136971
Sudeste brasileiro	259046	237868	496914
Não especificado	9257	8074	17331
Total	588009	544664	1132673

Fonte: *Slave Voyages*. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: Agosto de 2019.

Com a elevação de desembarques feitos pelo tráfico de escravos no início da década de 90, houve uma fluidez desse comércio que demonstrou, em certos casos, números maiores dos que eram vistos nos anos da década de 80 do século XVIII. Curioso perceber no gráfico mostrado que o número de pessoas que eram desembarcadas em terras brasileiras era sempre menor do que o número de sujeitos que

embarcavam em terras africanas. Devido as péssimas condições de viagem, e os riscos que eram existentes, um número avantajado de vidas pereciam no decorrer do tráfico¹²⁰.

No quesito das origens desses escravos que eram embarcados e deixados nas terras brasileiras, grande parte era oriunda das regiões centrais do oeste africano, algo que demonstra a continuidade das relações comerciais entre a América portuguesa e essas localidades desde o século XVII, como visto anteriormente. Angola representa o principal fornecedor de escravos, mas havia um fluxo secundário de localidades como a Costa da Mina, além de regiões que representavam a atual Serra Leoa, Senegâmbia e Moçambique – ao lado oriental do continente¹²¹.

Já o contingente de escravos que desembarcavam, chegavam principalmente em determinados portos, sendo que quatro desses portos seriam especificados: Amazônia, Pernambuco, Bahia e a região sudeste da colônia. Além de outros portos que não foram identificados. Entre eles, o que manteve uma maior entrada de africanos nos anos de 1776-1800 foi o sudeste brasileiro; muito provavelmente seria referente ao Rio de Janeiro, o qual Manolo Florentino demonstrou os acréscimos graduais nas flutuações das entradas de navios negreiros no porto dessa capital colonial¹²². Em segundo lugar encontramos a Bahia, com um número de 195.244 desembarques durante esses 24 anos. Um número que representou, da mesma forma, mudanças nas tessituras sociais.

O contexto populacional, devido a tais mudanças, também foi alvo de transformações. O quantitativo demográfico obteve um relevante aumento nesses anos citados, não somente ao nascimento de novos sujeitos em terras brasileiras, mas – como mostrado até aqui – pela entrada de africanos para suprir a necessidade de mão de obra. Há, dessa maneira, um acentuado acréscimo da camada cativa da sociedade colonial.

No entanto, não podemos negar a existência de um aumento endógeno, sendo que a camada da sociedade, classificada como “parda”, tinha um crescimento de destaque se comparado com da população negra escrava, principalmente quando se tratava dos chamados “pardos livres”¹²³. Apesar de que os índices dessa população

¹²⁰ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 141.

¹²¹ Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates> (acessado em agosto de 2019)

¹²² FLORENTINO, Idem, p. 46.

¹²³ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 132.

ainda era mais baixa do que a dos brancos. As manumissões, que eram direcionadas em primazia para crianças, mulheres e homens “mulatos” contribuíam para o crescimento desse setor da sociedade.

De maneira nítida, o segmento populacional que mais obteve acréscimo numérico foram os negros libertos e seus descendentes. Como constatado pelo historiador brasilianista, a população brasileira desse período – dos finais da era colonial – era de uma predominância de negros, mulatos e mestiços, sendo que possuía a tendência em manter um fluxo contínuo de crescimento¹²⁴. Robert Avé-Lallemant, em meados do XIX, fez a seguinte observação sobre Salvador e sua população:

“Seria possível, com um pouco de imaginação, tomar a cidade por uma capital africana, a residência de um poderoso príncipe negro, em que uma população de brancos estrangeiros passa despercebida [...] Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros lá em baixo, negros lá em cima. Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que carrega e vai buscar é negro.”¹²⁵

Acerca dessa demonstração, é possível exercermos uma pequena reflexão, que pode ser de uma significativa ajuda para compreender a realidade vivida nesse contexto. Sendo que os grupos de pequenos proprietários, lavradores, conhecidos como roceiros – os quais, em sua maioria, viviam da produção de gêneros para a subsistência, e para o comércio interno – era constituída de grupos heterogêneos, mas que compartilhavam algo em comum, como o fato de não fazerem parte das elites fundiárias da América portuguesa, os senhores de engenho ou dos negócios direcionados para a exportação. Sendo assim, em uma sociedade composta, majoritariamente, pela população negra – tanto de livres, libertos e escravos – muito provavelmente havia a presença desses indivíduos entre os intitulados roceiros. Pessoas que buscavam construir seu viver, manter uma estrutura de manutenção da vida, planejando formas de ganhar o sustento diário¹²⁶.

Pois, se havia a possibilidade de uma produção agrícola na posição de cativo, também haveria a probabilidade de existir tal realidade para com aqueles que se encontravam na situação de liberdade. A questão que é levantada aqui é justamente

¹²⁴ Idem, p. 133.

¹²⁵ BARICKMAN, B.J. *Um contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo 1780-1860*. Civilização Brasileira, 2003.

¹²⁶ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

aquilo que Ciro Flamarion Cardoso chamou de “protocampesinato negro”¹²⁷. Tal conceito não se limitava à produção que era feita nas terras do senhor de escravos, e sob sua autorização, mas também aborda a atividade agrícola dos quilombos, comunidades negras de ajuda mútua, além do caso que é citado nesse escrito, uma produção independente entre livres e alforriados.

Agora, ao nos atentar aos reflexos que o tráfico de escravos engendrou para com tais transformações sociais, um fator que nos direciona a atenção seria o avanço do desequilíbrio sexual entre as populações cativas¹²⁸. Considerando a ampliação da demanda por braços que colocassem em prática os desejos de expandir os lucros da exportação, escravos homens eram mais ambicionados do que as escravas mulheres, dado que era objetivado arranjar trabalhadores voltados para atividades pesadas e que requeriam maior esforço físico. O resultado de tal ambição era uma população formada por uma multidão de homens em detrimento de poucas mulheres. Algo que dificultava a formação de matrimônio entre os próprios cativos.

Esse contingente populacional se espalhava pelo território, apesar de que os principais centros de concentração de pessoas se localizava em portos e nas capitais. A sociedade colonial se destacava por possuir uma característica claramente rural, um fator que acompanhou a história do Brasil até os finais do século passado, mas houve um relativo aumento demográfico nos centros urbanos no decorrer do “renascimento agrícola”. Independentemente do fato de que ainda era existente uma porcentagem de 80% nas áreas rurais, as vilas e cidades adquiriram um número de pessoas que possibilitaram uma demanda significativa pelos recursos gerados no campo, como alimentos e outros gêneros¹²⁹.

No decorrer dessas mudanças a dinâmica comercial também obtinha transformações. Localidades como Salvador e o Recôncavo se posicionavam como as principais consumidoras da produção rural, tendo um aumento constante pela procura de meios de se abastecer devido ao crescimento populacional. Todavia, como citado anteriormente, havia o contato de dois modelos distintos de ação econômica: o primeiro

¹²⁷ CARDOSO, Ciro S. Flamarion. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. Editora brasiliense, 1987.

¹²⁸ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 137.

¹²⁹ Idem, p.134.

vinculado à agroexportação, e o segundo direcionado ao consumo interno – principalmente para as regiões citadas. Como analisado por vários autores (Schwartz e Henrique Dias¹³⁰), esses dois modelos não eram totalmente antagônicos, pelo contrário, possuíam, em certo modo, uma relação de interdependência. Mas, somente pelo fato de que se tratava de uma relação de interdependência não significava que não existia a presença de atritos e litígios no âmbito desse vínculo. Conforme observado pelas fontes, no que trata sobre o comércio das farinhas e da carne de gado, os embates costumavam ser rotineiros e repetitivos.

Em determinados momentos a agroexportação acabava sufocando a produção interna, ocasionando a escassez de alimentos. Tal evento costumava ocorrer em contextos em que ocorria a expansão da exportação, caso dos anos de 1780 a 1820. O fato era que o cultivo e o comércio dos produtos direcionados a essa finalidade, como a cana de açúcar, o tabaco, algodão, possuíam maior valor de venda do que as provisões alimentícias, levando grande parte dos pequenos proprietários a se aventurarem nesse ramo de produção, com vistas de acrescentar a renda. O próprio caso do tabaco exemplifica essa ação. Esse produto, apesar de toda a atenção peculiar para o seu cultivo, era relativamente de fácil criação e, por ser muito consumido no exterior, fornecia ganhos maiores que se comparado com os produtos de consumo interno. A cana também era o objeto de desejo dos pequenos lavradores. Alguns buscavam construir engenhocas – nome dado aos pequenos engenhos movidos por força humana ou por bois –, ou permaneciam na situação de fornecedores de cana. Ou seja, empregavam a sua terra, tempo e esforço para a plantação desse gênero sendo que mais tarde vendiam para grandes proprietários, os senhores de engenhos mais próximos da região¹³¹.

A atuação dos lavradores de cana e desses pequenos agricultores era comum nas zonas rurais e acompanhou o período colonial de forma integral; sendo, inclusive, um fator essencial na economia baiana, além de tornar mais complexa a organização social e econômica que era vivenciada no Brasil colônia.¹³² Suas atividades adentravam no fluxo de produtos comercializados na própria América portuguesa, mas poderiam aderir

¹³⁰ DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Angelo Alves (orgs.). *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus : Editus, 2007.

¹³¹ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 1988. p. 247.

¹³² Idem.

as ondas de alta da demanda internacional gerando efeitos negativos para o curso dos negócios no espaço colonial.

Como apontado por Barickman, a agricultura voltada para a exportação se expandia basicamente de três formas distintas: na primeira os senhores se utilizavam de todo o solo e mão de obra que possuíam para a produção de gêneros para o comércio internacional, dessa maneira, reduziam as lavouras de subsistência tendo de comprar os alimentos para o sustento dos cativos. A segunda maneira se manifestava na ocupação de terras pertencentes a pequenos lavradores que cultivavam especiarias alimentícias. Já na terceira forma, os próprios lavradores de mandioca – que conservavam suas terras – suspendiam a produção de alimentos e de gêneros direcionados ao mercado interno, voltando-se para a atividade de agroexportação na busca por maiores rendimentos¹³³.

Observando esse quadro é nítido a existência de contendas entre os dois modelos produtivos. Algo que acarretava crises de abastecimento e da carestia dos preços de mercadorias de primeira necessidade, fenômenos que eram vivenciados pelos habitantes do recôncavo. Não à toa, a administração colonial adotava medidas para evitar a baixa produtividade dos alimentos, como vistos anteriormente com o papel de fiscalização e controle efetuado pelo celeiro público, incluindo a proibição e impedimentos voltados a pequenos produtores em se aventurarem no cultivo de provisões para a exportação. Ora, como as espécies de cultivo como o tabaco e a cana de açúcar gerava, em determinados momentos, maior lucratividade, o interesse de cada lavrador era iniciar sua pequena produção para o mercado externo, levando a perda significativa de alimentos no consumo regional. A coibição surgia como forma de impedir tais desejos que poderiam levar a infortúnios ao interesse público.

Todavia, essa coibição tendia a ser centralizada em regiões aos quais forneciam grande parte dos alimentos. No caso, o recôncavo possuía quatro principais fontes de obtenção de farinha: o primeiro no Sergipe, ao norte; o segundo em Porto Seguro, no extremo sul baiano; o terceiro se encontrava nas vilas litorâneas da comarca de Ilhéus; o quarto se encontrava logo ao sul de Salvador, em Maragogipe, Jaguaripe e a Freguesia de Nazaré das Farinhas. Nessas localidades, em atenção para a de Ilhéus, o próprio estabelecimento de engenhos era desencorajado. Como observado pelos dados de

¹³³ BARICKMAN, B.J. *Um contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo 1780-1860*. Civilização Brasileira, 2003, p. 141.

Schwartz¹³⁴, a região de Ilhéus permanecia com uma quantidade mínima de engenhos, não conseguindo obter mais do que 8 ao todo. Tal realidade se dava principalmente pela política que era adotada na administração dos aspectos econômicos da América Portuguesa¹³⁵.

Porém, a carestia da farinha não era causada somente pelo aumento das exportações, do preço do açúcar e do número de pequenos proprietários que iniciavam a produção de exportação. Havia também a presença de fatores climáticos que influenciavam de forma negativa no cultivo da mandioca. A seca, aspecto que compunha a realidade geográfica, social e econômica da região nordestina desde períodos coloniais, se manifestava como um aspecto de extrema preocupação dos produtores desse gênero. Todavia, ambos os fatores eram corriqueiros em curto prazo, ou seja, era algo que afetava o cotidiano dos habitantes do recôncavo baiano, porém, eram fenômenos que se demonstravam mais enfáticos em determinados momentos.

Sendo assim, a longo prazo pode-se perceber um certo equilíbrio dos preços. Para Barickman, ao fazer uma crítica ao modelo mais conhecido de explicação das crises de abastecimento, é demonstrado que nem sempre que havia o aumento das exportações ocorria o crescimento dos preços da farinha. Pelo contrário, poderia se manter em um fluxo contínuo, em grosso modo. Algo que explicaria tal realidade seria o fato de que, ao produzir de forma ampla para a exportação, se utilizando de todos os recursos cabíveis, como solo e escravos, surgia a dependência dos grandes senhores de terras e cativos para com o mercado interno, uma maneira de abastecer os suprimentos necessários e que se tornava o método central. Assim, consumidores não faltavam para os negócios da farinha, mantendo certa estabilidade no nível dos preços¹³⁶. Mas, como visto pelas fontes mencionadas até então, a continuidade dos preços e do abastecimento sofria altos e baixos que significavam muito para a população no curto espaço de tempo, levando a distúrbios sociais comuns em momentos de crise.

Já a longo prazo, mesmo com o acréscimo dos negócios voltados para a venda ao exterior, o cultivo da mandioca aparentava ter acompanhado o aumento da demanda

¹³⁴ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 1988. p. 148.

¹³⁵ DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Angelo Alves (orgs.). *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus : Editus, 2007.

¹³⁶ BARICKMAN, B.J. Idem, p. 158.

urbana e rural de farinha. Algo que foi sentido em meados do XIX, quando certas regiões produtoras de gêneros alimentícios deram espaço para a formação de engenhos e de outras especiarias agrícolas voltadas para a exportação – caso de Ilhéus com sua famigerada lavra de cacau¹³⁷. Isto posto, a imagem que é construída dessa conjuntura é justamente a ideia de que tanto a economia de exportação quanto o fluxo do mercado interno não seriam totalmente antagônicos, ao contrário, se complementavam e traziam certas influências, não somente negativas, mas positivas para a produção na América portuguesa¹³⁸.

No século XVIII haveria essa dinâmica econômica acompanhada de outro fator que trazia reflexos em toda a conjuntura social desse período, como citado anteriormente, tal fator seria identificado com a escravidão – instituição deveras marcante na América Lusa desse período. Por isso, devemos nos atentar, nas próximas páginas, com a presença desse fator nas vidas desses sujeitos setecentistas, mas, acima de tudo, o como era inserido na lógica social que era existente nessa conjuntura.

1.3. A Escravidão na América portuguesa: o Antigo regime nos trópicos e o escravismo.

Como visto até aqui, nos finais dos setecentos houve uma guinada nas exportações e, com isto, o tráfico de escravos teve um aumento significativo. A população cativa na Bahia do século XVIII estava em crescimento vertiginoso, transformando a face dos habitantes da região, uma face composta cada vez mais de africanos e descendentes de grupos originados da África. O recôncavo, apesar de ser parte do império Luso, era uma terra de traços de africanidade que se demonstravam de forma nítida e pulsante. Entre as ruas e vielas da cidade de Salvador línguas nativas do continente africano eram ouvidas e faladas; batuques eram possíveis de serem escutados por viajantes que exerciam uma curta passagem pela cidade e pelos próprios colonos que conviviam com estas expressões culturais, vindas de povos escravizados, mas que buscavam manter sua liberdade identitária – símbolo do viver desses sujeitos.

¹³⁷ GONÇALVES, Victor Santos. *Escravos e senhores na terra do cacau: alforrias e família escrava (São Jorge dos Ilhéus, 1806-1888)*. Dissertação de mestrado, 2014.

¹³⁸ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

Todavia, para entendermos um pouco mais acerca da vivência dessas pessoas que eram colocadas na posição cativa, devemos observar a sociedade que os cercava e o fluxo social que era vivenciado nesse contexto. Dessa maneira, deve-se atentar para com a compreensão da lógica do chamado Antigo Regime dos trópicos, e o como a escravidão se enquadrava nessa dinâmica mais ampla. Ou seja, assim como mencionado por Silvia Lara¹³⁹, é de extrema importância haver o contato entre as perspectivas acerca da América portuguesa, sua estrutura política, administrativa/social e o como a escravidão – sendo uma instituição que compunha essa mesma estrutura – era posicionada nesse arranjo, incluindo os próprios escravos.

Nesse sentido, o historiador António Manuel Hespanha trouxe de forma didática alguns aspectos que integravam a lógica do Antigo Regime e do como era instalado e adaptado nas conquistas. De modo notável, há a percepção de uma monarquia corporativa, polissinodal, em que o poder real dividia e disputava espaço com poderes menores e locais (famílias, corporações, Igreja, municípios), detentor de uma pluralidade jurídica – que se adaptava aos usos locais, práticas judiciais, religiosas e baseadas em aspectos éticos –, sendo que os próprios deveres jurídicos dividiam o espaço com deveres morais e políticos: em especial a piedade e a graça (ou até mesmo afetivos) que fundamentavam as relações e vínculos em domicílios, redes de alianças políticas, etc., em movimento de circularidade¹⁴⁰. Além do fato de que os oficiais régios possuíam ampla proteção de seus direitos e atribuições¹⁴¹.

Tais pontos demonstrados por Hespanha seriam características integrantes da estrutura política e de administração que era exercido pela coroa portuguesa e o como era praticado no império ultramarino. Dessa forma, alguns pontos podem ser percebidos como elementos constitutivos – de maneira direta e indireta – da vivência social e cultural na América portuguesa. Podemos sustentar a ideia de que certos aspectos não se limitavam à estrutura administrativa do Estado colonial, mas que estavam ramificados nas práticas sociais, representações e entendimentos de mundo que perpassavam todos

¹³⁹LARA, Silvia Hunold. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). *Modos de governar: Ideias e práticas políticas no império português*. São Paulo, Alameda, 2005.

¹⁴⁰ PEREIRA, Marcos Aurélio. *Vivendo entre cafres. a trajetória do Conde de Assumar e o império ultramarino português*. P. 367 “De tal modo a circularidade da graça expressa na economia da mercê traduz relações sociais de troca, negociação e reciprocidade, assim como de interdependência.”

¹⁴¹ HESPANHA, António Manuel. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

os campos da sociedade a qual constituía a América lusa. Logo, a escravidão da era moderna – séculos XVI, XVII e XVIII – poderia manifestar a presença desses pontos, porém, adaptados e ajustados para com as especificidades desse tipo de relação¹⁴².

Para exemplificar tais pontos de forma breve, pois iremos trata-las de maneira mais aprofundada em capítulos futuros, basta simplesmente associarmos a lógica da fragmentariedade das decisões e autoridades da esfera política/administrativa para o campo das relações entre os grupos sociais da América portuguesa. Com a existência de variados círculos locais que detinham certo nível de poder e que sofriam interferências/influências de outros grupos e setores da sociedade colonial. Nesse sentido, as comunidades escravas poderiam ser vistas como mais um desses grupos que integravam essa dinâmica; seja no sentido de construir vínculos com outros setores ou desencadear resistências para com vontades oriundas de instituições centrais – seja os senhores, ou os oficiais régios.

Equitativamente estaríamos abordando uma sociedade extremamente hierarquizada e estratificada, instituída pelos privilégios e status que eram proporcionados por suas posições nesta sociedade¹⁴³. Os cativos, enquanto integrantes deste mundo social corporativo, teriam seu espaço no interior de tal hierarquia, mesmo que sendo localizado de forma marginal. Além do mais, como veremos mais à frente, o próprio universo da escravidão nos setecentos era composto por uma série de estratificações de natureza heterogênea¹⁴⁴, sendo que, mesmo que de forma limitada, era possível certa mobilidade social.

A pluralidade jurídica também era um fator que se manifestava nas relações escravistas, pois a presença de costumes e práticas engendradas no convívio de gerações e gerações concebia o chamado direito consuetudinário, o qual, apesar de não ser previsto nas ordenações e normas escritas, era compartilhado pelos costumes locais e norteavam variados pormenores do cotidiano de escravos e senhores. Esse seria o caso

¹⁴² Este ponto, o qual observamos as conexões e interconexões entre a dinâmica do Antigo Regime dos Trópicos e o regime escravista dos setecentos, será melhor analisado e aprofundado no terceiro capítulo dessa obra, onde é dado maior ênfase para com as relações de negociação, barganhas e embates sociais.

¹⁴³ LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹⁴⁴ FRAGOSO, João. Elite das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1741. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *O Brasil colonial, volume 3 (1720-1821)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

da chamada brecha camponesa, mas haveria outros costumes tidos como direitos e obrigações nas relações sociais.

Da mesma forma, os deveres morais e afetivos se exteriorizavam em tais práticas e vínculos que surgiam entre proprietários e escravos. Um exemplo que demonstra tal aspecto, e que é bem trabalhado pela historiografia, seria o caso das manumissões¹⁴⁵, os quais eram vistas como atos de misericórdia e gratidão para com os cativos, ao mesmo tempo em que, caso fosse entendido que o liberto teria agido de maneira ingrata para com o seu ex-senhor, este poderia revogar a carta de alforria retornando o alforriado para os grilhões da senzala. Essa ação de revogação da liberdade era sustentada pelo entendimento jurídico¹⁴⁶ e, como dito, pautado na lógica dos deveres que eram embebidos em uma moralidade cristã do período colonial.

Todavia, vale lembrar que o contexto em que analisamos e nos debruçamos, que se trata dos finais dos setecentos, grandes mudanças foram exercidas e estavam em pleno desenvolvimento. Como visto, a economia que girava entorno da produção aurífera, mesmo que em decadência, trouxe transformações significativas no campo demográfico, social, político, com crescimento do estrato dos negociantes de grosso trato, a multiplicação de forros e libertos¹⁴⁷ – mostrando o fenômeno de mobilidade social – além da expansão do tráfico negreiro.

Ainda assim, na segunda metade do século XVIII, houve a permanência de certos aspectos do entendimento de mundo do Antigo Regime dos trópicos¹⁴⁸, entre eles essa busca por propriedades agrárias como símbolo de status social. Muitos comerciantes e mercadores, que começavam a angariar riquezas avultosas com tais atividades, deixavam os negócios lucrativos do comércio para iniciarem a vida de senhores de terra e de escravos, tendo em vista a aquisição de um maior prestígio social e político, também obtido por matrimônios efetuados com filhas da elite da terra – a nobreza tradicional¹⁴⁹. Tais artifícios, executados em uma conjuntura de ascensão de

¹⁴⁵ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *A vulnerabilidade da alforria e o recurso à justiça na Bahia setecentista*. Afro-Ásia, 51 (2015), 73-117.

¹⁴⁶ PAES, Mariana Armond Dias. *O tratamento jurídico dos escravos nas ordenações Manuelinas e Filipinas*. Anais do V Congresso brasileiro de História do Direito. PP. 523-536.

¹⁴⁷ FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto. Notas sobre transformações e a consolidação do sistema econômico do Atlântico luso no século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *O Brasil colonial, volume 3 (1720-1821)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ FARIA, Sheila de Castro. Op. Cit.

uma nova elite, exteriorizava a vigência de um modelo cultural existente desde quando tais grupos ainda não possuíam um destaque no cenário político/econômico colonial. Uma vez que o se posicionar e prosperar neste cenário era algo exercido por ações que transpassavam a sistemática do escravismo e o reproduzia.

O que foi exposto até aqui, de forma concisa, ajuda na compreensão do como uma sociedade de caráter corporativo, baseado em uma lógica hierárquica e fundamentado em uma mentalidade religiosa possibilitava a manutenção e expansão da instituição escravista¹⁵⁰. De maneira que tal modelo, observado no Antigo regime, não se apresentava como antagônico, mas como complementar da lógica escravocrata. A escravidão era um exemplo de relações de poder verticais, opressivas, formadas por desprivilegiados e privilegiados em um mundo configurado na desigualdade. A própria lógica do mundo social reproduzia tal sistema. Porém, aqueles que se encontravam em tal realidade ainda possuíam vontades e efetuavam ações nesse palco, havendo a presença de uma “cultura escrava” que interagiu com a cultura mais ampla¹⁵¹.

Retornaremos a discussão de toda essa problemática quando adentrarmos no objeto de análise dessa pesquisa, no momento em que veremos as atitudes adotadas pela comunidade escrava rebelde do engenho Santana e a de seu proprietário. Conquanto, ainda se encontra de extrema importância destrinçarmos outros aspectos da capitania de Ilhéus, o cenário que foi palco da revolta de 1789.

1.4 Ilhéus nos finais do século XVIII: economia e sociedade.

A região de Ilhéus, durante muito tempo, foi tratada pelos escritos historiográficos como uma região pobre, marginal – em referência a administração colonial –, isolada da economia da coroa e em uma contínua situação paupérrima e miserável; algo que somente teria mudado a partir do contexto de meados do século

¹⁵⁰ MATTOS, Hebe. A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista, GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 147.

¹⁵¹ MACHADO, Maria Helena P.T. *Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão*. Revista Brasileira de História. São Paulo: Marco Zero, v.08, n.16, p.143-160, mar./ago. 1988. p.143-160.

XIX, quando houve o advento do cacau na agricultura de exportação da comarca, dando um maior destaque para a mesma.

Autores como Borges de Barros¹⁵², fortificavam uma imagem já esboçada por historiadores oitocentistas, tendo como símbolo Francisco Varnhagem¹⁵³, os quais demonstravam esta configuração de atraso e pobreza para a região. Porém, no decorrer do tempo houve inúmeros trabalhos que abordavam essa localidade do sul da Bahia de forma superficial e rasa. O primeiro historiador a exercer uma pesquisa de peso e exclusivamente focado na capitania foi João da Silva Campos¹⁵⁴. Baseado em um estudo de cunho positivista, levantou quantidades significativas de dados e fontes sobre o lugar; ação relevante para estudiosos subsequentes.

Entretanto, Silva Campos teria dado um enfoque em documentos que traziam as impressões de viajantes e autoridades coloniais que destacavam o caráter rudimentar da economia e administração dessa comarca. Sendo assim, mesmo pela contribuição na obtenção de fontes e material histórico acerca da localidade, ainda se manteve a tônica de um quadro econômico estagnado e precário, algo que, para este autor, se demonstrava pelos ofícios e relatos das elites de Ilhéus que descreviam às autoridades e reinóis a penúria motivada pelos ataques indígenas; todavia, tais descrições poderiam ser uma tática desses mesmos grupos para evitar o fisco e impostos vindos do governo colonial¹⁵⁵, sendo que era comum tais setores da sociedade reclamarem do mau estado econômico de suas posses e do local onde habitavam com vistas de evitar tais cobranças¹⁵⁶.

Ilhéus possui suas origens já nos primeiros procedimentos para a construção da América portuguesa. Foi doada no ano de 1534 ao fidalgo Jorge de Figueiredo Corrêa¹⁵⁷, sendo que permaneceu com o status de capitania até o ano de 1761. Após ser incorporada pelo Estado português, levando a anexação à capitania da Bahia, passou para a condição de comarca, tendo a sede na vila de São Jorge dos Ilhéus.

¹⁵² BORGES de BARROS, F. *Memória sobre o município de Ilhéus*. Bahia, 1915.

¹⁵³ VARNHAGEM, Francisco A. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Melhoramentos, 1948.

¹⁵⁴ CAMPOS, João da Silva. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 2. ed. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.

¹⁵⁵ DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Angelo Alves (orgs.). *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus : Editus, 2007, p. 54.

¹⁵⁶ CARRARA, Ângelo. *A Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais; 1674-1807*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997 (Tese de doutorado).

¹⁵⁷ MARCIS, Teresinha. *Viagem ao Engenho Santana*. Ilhéus : Editus, 2000, p. 15.

Assim como em outras capitanias das conquistas portuguesas, essa extensão de terras ao sul de Salvador teve uma breve atenção para com a produção açucareira. Alguns engenhos foram estabelecidos após a distribuição de sesmarias, entre estas havia a sesmaria cedida a Mem de Sá, que chegou a ser o terceiro Governador geral do Brasil nos anos de 1558 a 1572¹⁵⁸. Tendo uma dimensão de 10 Km de largura e 6,30 Km de comprimento, posicionado nas margens do rio Santana – o qual é conhecido hoje em dia como “rio do Engenho” –, foi nessa sesmaria específica que se edificou o engenho homônimo ao rio, com a missão de intensificar o fabrico de açúcar para exportação.

O auge da atividade açucareira em Ilhéus ocorreu entre os anos de 1550 até 1559, nove anos em que foi possível sentir o doce ganho proveniente da cana de açúcar, contudo, desde o princípio sofria com ataques de grupos nativos – principalmente povos da etnia aimoré – e na década de 60 teve início surtos de epidemias¹⁵⁹ e fome aos quais desencadearam o declínio da produção nos engenhos. Devido a insegurança e instabilidade vivenciada no sul, muitos senhores de engenho imigraram para o norte, próximo da baía de todos os santos, o recôncavo, em vista de manter seguros os seus negócios. Esse conjunto de situações deu início a uma nova fase da economia da, ainda intitulada, capitania.

Alguns historiadores afirmam que seriam tais fatores, ocorridos principalmente após o apogeu açucareiro de Ilhéus, que engendraram uma realidade distante da atividade econômica hegemônica da América portuguesa¹⁶⁰, levando a um isolacionismo para com o sistema colonial que perdurou até os oitocentos¹⁶¹. Uma perspectiva costumeira quando se trata acerca do histórico dessa região que integrava as conquistas lusitanas. Porém, pesquisas recentes vêm mostrando outros aspectos que transpassavam a realidade política/econômica de Ilhéus e contribuíam para a permanência nesse cenário tido como “marginal”.

¹⁵⁸ Idem, p. 18.

¹⁵⁹ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

¹⁶⁰ Como Maria Hilda B. Paraíso e Stuart B. Schwartz. Ver: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Angelo Alves (orgs.). *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus : Editus, 2007, p. 55.

¹⁶¹ PARAÍSO, Maria Hilda B. Ilhéus e a construção de um novo mundo. In: FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: a Capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul; Ilhéus, 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001.

Marcelo Henrique Dias, em seus escritos e trabalhos, traz certas reflexões e críticas para com estes aspectos que insistiram na historiografia tradicional sobre a região, pontos que se demonstram importantes para entendermos a condição dessa localidade no período colonial – principalmente em meados do XVIII – e a relevância política/econômica da mesma no amplo espaço da América portuguesa. Podemos resumir tais análises em três ponderações: primeiro, a falsa ideia de uma falta de articulação da capitania de Ilhéus no âmbito do sistema econômico colonial; segundo, o interesse da administração colonial em manter um estado privado na condução da capitania, havendo o desejo de existir uma logística descentralizada na mesma¹⁶²; sendo que podemos inserir uma terceira afirmação, que se trata do fato de que, mesmo sob uma administração descentralizada, eram exercidas constantes intervenções diretas na capitania, sendo provenientes da administração central – as vezes simbolizada por pressões do Senado da Câmara de Salvador – em busca de atender à anseios de grupos centrais.

Um exemplo que demonstra tal questão seria a já citada produção de farinha de mandioca. Como visto até aqui, este era um dos produtos principais para a dieta dos habitantes da América lusa e da Bahia, conhecida também como o “pão da terra”. A comarca de Ilhéus era colocada como uma das maiores fornecedoras de farinha para o recôncavo e Salvador¹⁶³; além do fato de que foi exercido políticas para influenciar na permanência desse tipo de cultivo.

Devemos ter em mente que tal mercado já vinculava a capitania de Ilhéus com Salvador/recôncavo desde os anos de conflito contra os holandeses – em meados do século XVII –, essa ligação já possuía aspectos estratégicos em tempos de outrora. Apesar da produção açucareira ter perdido força na segunda metade do século XVI, o terreno era aproveitado para outro tipo de cultivo de grande valia.

Com o decorrer do tempo houve a formação de conchavos das farinhas na região, os quais controlavam o fluxo produtivo e possuíam cotas fixas vendidas à Câmara de Salvador. Era tido como um mecanismo de controle dessa atividade, em busca de manter a vigilância e continuidade da mesma. Portanto, fugir dessa gerência era algo que se apresentava de difícil execução, mas, não sendo impossível, a ação de

¹⁶² DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Angelo Alves, Idem, p. 48.

¹⁶³ BARICKMAN, Idem, p.158.

atravessadores/contrabandistas de farinhas ocorria frequentemente, principalmente com o estímulo que os preços obtidos no mercado demonstravam, com valores mais atrativos do que o de costume¹⁶⁴.

Dessa maneira, a presença de engenhos era desmotivada, e até coibida de forma invasiva, mas não seria somente essa atividade que sofreria dessa pressão, as plantações de fumo – que durante certo tempo era tido pelos pequenos proprietários como modo de atender a ânsia por maiores recursos – e operações na área da pecuária padeciam da mesma imposição¹⁶⁵, que vai perdurar até os finais do século XVIII.

Tendo em vista esse cenário, em meados dos setecentos haveria uma maior produção de alimentos – não somente de mandioca, mas tendo essa especiaria como a principal – e uma segunda atividade econômica que demonstrou certo destaque nesse contexto: a extração de madeiras. Ilhéus ainda hoje apresenta uma vasta e exuberante mata densa, úmida e com variedades de árvores que impressionam observadores dos dias atuais. Quem passa pela rodovia Jorge Amado, que liga o município de Itabuna à Ilhéus, vê uma pequena parcela de tal encanto natural. Há três séculos atrás, com certeza era perceptível áreas mais arborizadas e que impressionavam por suas belezas.

Essa riqueza natural também era tida como uma fonte de matéria prima para barcos, navios, móveis domésticos, aparelhagem para engenhos, ou seja, da mesma forma que demonstrava beleza, demonstrava fonte de meios para viabilizar interesses mercadológicos e que gerava uma indústria sofisticada e dinâmica. Para lidar com a gama de espécies e tipos de árvores, os colonos tiveram que invocar o conhecimento nativo de etnias indígenas para melhor apreender as propriedades de cada madeira. Daí surge a maioria dos nomes usados em tais árvores: Sucupira, Jequitibá, Oiti, Pindaíba, Jacarandá, etc.¹⁶⁶.

Um detalhe importante era o fato de que as madeiras obtidas eram usadas preferencialmente para a construção naval, tanto em Salvador como em Lisboa¹⁶⁷. O recôncavo, que nos primórdios da chegada dos colonos também possuía amplo

¹⁶⁴ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A Morfologia da escassez: política econômica e crises de fome no Brasil*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1991, Tese (Doutorado), p. 134.

¹⁶⁵ GONÇALVES, Victor Santos. *Escravos e senhores na terra do cacau: alforrias e família escrava (São Jorge dos Ilhéus, 1806-1888)*. Dissertação de mestrado, 2014, p. 44.

¹⁶⁶DIAS, Marcelo Henrique. *Farinha, madeiras e cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema Colonial*. Editus, 2011, p. 209.

¹⁶⁷ Idem, p. 213.

arvoredo, perdeu tais matérias primas com o decorrer do tempo e da exploração nas mãos humanas, principalmente para esta finalidade. Isso ilustrava o fato de que a Bahia já era a principal supridora das docas reais de Portugal a partir da segunda metade do XVII¹⁶⁸. As terras ao sul, como Ilhéus e Porto Seguro, teve sua vegetação preservada por um tempo.

Todavia, apesar de ser fonte de uma intensa atividade econômica nas comarcas ao sul, houve uma redobrada atenção da administração colonial para o controle dessa exploração – talvez para que não fosse repetido o que ocorreu com o recôncavo. A contar do primeiro Governo geral, houve a construção do monopólio pela Coroa dos chamados “paus reais”, porém, a exploração era contínua e conseguindo transgredir a fiscalização real. Nisso, o sistema de feitorias chegou a ser utilizado quando teve o princípio de uma administração direta por parte da coroa para com os cortes de madeiras¹⁶⁹.

Para exemplificar o processo de exploração nos finais do século XVIII, podemos nos utilizar de fontes e documentos produzidos na época, os quais se encontram em grande quantidade. Todavia, como é de nosso conhecimento, a preservação de tais vestígios históricos costumam ocorrer de forma precária, ao ponto de muitas informações serem apagadas com o transcorrer do tempo, com o caso de Ilhéus não seria diferente. Mas, o fato de obtermos uma significativa quantidade de dados acerca da atividade madeireira dessa comarca, já por si mesmo manifesta uma pujante atuação desse tipo de atividade na região estudada desse período. Entre tais fontes de arquivos, temos o “índice da conservadoria de Ilhéus”¹⁷⁰ de 1776-1833, trata-se de registros acerca dos cortes de árvores e transporte de madeiras para diversas regiões, sendo que há descrições acerca dos navios e naus que executavam tal transporte e os proprietários à frente de tais empreitadas.

Dessas madeiras descritas nesses registros, é perceptível a grande atenção dada para com o pau-brasil. Tal tipo, originário das terras brasileiras, teve um papel relevante desde os anos iniciais do projeto colonizador. O avultoso rendimento proveniente de sua

¹⁶⁸ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

¹⁶⁹ DIAS, Marcelo Henrique. *Idem*, p. 215.

¹⁷⁰ Fundo Governo da Província (Série Agricultura) - Índice da Conservadoria de Ilheus, N. 6020, 1776-1833. In. Registros municipais, 1498-1966; Arquivo público da Bahia. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/film/104347799?cat=2813829> (acesso em Junho de 2019).

extração e comércio impulsionava o desenvolvimento de ampla indústria extrativa. Conseqüentemente, os recursos obtidos dessas ações possibilitaram o avanço das edificações de engenhos reais e da produção açucareira¹⁷¹. Com isso, políticas de fiscalização foram esboçadas no contexto dos seiscentos, principalmente devido à presença holandesa, o qual se demonstrava uma concorrente não só da produção açucareira, mas, da mesma forma, no trato com as madeiras. Contudo, não somente comerciantes dessa nacionalidade apresentavam ameaça para os interesses portugueses, pois contrabandos exercidos por ingleses, e tendo apoio ilegal até mesmo de autoridades coloniais, como o caso do capitão-mor Manuel Pacheco de Brito¹⁷², chegou a ser realidade em meados do XVII.

Assim sendo, o tráfico ilegal não seria uma condição exclusiva do comércio das farinhas, as madeiras – tendo em vista o pau-brasil – sofreram constantemente desse mal. No ano de 1786 houve uma devassa que acusava o senhor Manuel da Silva Bastos de contrabandar pau-brasil da comarca de Ilhéus¹⁷³. Este senhor era denunciado em se utilizar de mão de obra indígena para a execução dessa atividade, algo que aparentava ser comum entre proprietários que adquiriam a madeira de forma legal e ilegal, mas o principal delito seria a derrubada de uma espécie que era colocada como de uso privado da coroa.

Essa problemática ainda seria sentida em anos vindouros, no decorrer de 1789 houve um considerável pico nas exportações dessa madeira, e com isso, o contrabando também se manteve contínuo. Tais ocorrências demonstravam a participação de contratantes das encomendas oficiais da coroa em tais ilicitudes, isso levou ao arrefecimento do uso do sistema de feitorias por parte da administração central motivando a suspensão dos cortes no mesmo ano¹⁷⁴. Tamanha deliberação afetava diretamente e indiretamente colonos e índios que possuíam como fonte de renda tal atividade, apesar de que havia como objetivo primário a busca por resolução nos conflitos que eram infundáveis entre os interesses de grupos privados e os da coroa, tentando dar um fim no tráfico ilegal desse produto. Atritos semelhantes também se

¹⁷¹ DIAS, Marcelo Henrique, *Idem*, p. 245.

¹⁷² *Idem*, p. 250.

¹⁷³ Autos da devassa e outros documentos a respeito de um contrabando de pau-brasil na comarca de Ilhéus, do qual era acusado Manuel da Silva Bastos. 1786. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000055/mssp0000055.pdf (acesso em Abril de 2019).

¹⁷⁴ DIAS, Marcelo Henrique, *Idem*. 259.

desdobravam entre os próprios interesses particulares – de elites da região –, ocasionando embates abertos que envolviam agregados, nativos e escravos como um tipo de “braço armado”, uma milícia senhorial¹⁷⁵.

Mas, além de densa vegetação, a comarca de Ilhéus possuía outra característica natural que lhe proporcionava grandes vantagens econômicas, fator representado pela presença de variados rios e rotas fluviais que facilitavam o transporte de mercadorias por tais vias. Assim como descrito por Manuel Ferreira da Câmara:

[...] qualquer porto no centro dessa comarca, que eu creio ser a vila de Maraú, pode sem sair para o mar, pela barra do Camamú, chegar a Bahia, fazendo caminho pelo canal que vem dar ao Morro de S. Paulo, que comunica com a maior parte das Vilas, e dahi não querendo ainda entrar pela barra da Bahia, ou porque o mar esteja tempestuoso, ou porque haja de fazer maior viagem, pode passar por outro canal; que vai ter a Vila de Jaguaripe fronteira a ilha de Itaparica, e caminhando em torno desta ilha, vem a entrar pela foz do Paraguaçu, na grande Bahia de todos os Santos, sem ter entrado pela barra, caminho ordinário em tempo de bonança; e tendo feito 30 legoas, e mais de viagem¹⁷⁶.

Os caminhos demonstrados no escrito desse autor setecentista mostra o papel central dos rios para o escoamento de produtos originados da comarca sulista em direção a pontos centrais na Bahia, como a própria baía de todos os santos, a ilha de Itaparica e o recôncavo como um todo, em que era distribuído as farinhas de mandioca, as madeiras para construção, entre outros produtos. Isso fornecia uma ampla vantagem para as atividades econômicas de Ilhéus, ao ponto de que sua posição possibilitaria um contato com o fluxo das exportações transatlânticas. Algo que exemplifica essa hipótese, no cenário do século XVIII, seria o fato dessa mesma região ter se tornado porto ilegal da chegada de escravos após o fim da legitimidade do tráfico de cativos africanos em meados dos oitocentos¹⁷⁷.

Enfim, com o que foi explanado até aqui é perceptível que Ilhéus não seria uma localidade isolada e sem nenhuma conexão com o sistema econômico da América portuguesa e do Império ultramarino. Como as demais localidades ao sul do recôncavo,

¹⁷⁵ LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750 – 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁷⁶ SÁ, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e. *Ensaio de descrição física, e economica da Comarca dos Ilheos na America*. Por Manoel Ferreira da Camara. 1789. p. 2-3. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or9293/or9293.pdf (acessado em Abril de 2019).

¹⁷⁷ GONÇALVES, Victor Santos. *Escravos e senhores na terra do cacau: alforrias e família escrava (São Jorge dos Ilhéos, 1806-1888)*. Dissertação de mestrado, 2014.

possuía características de uma produção de abastecimento de gêneros de primeira necessidade para o norte. Da mesma forma, houve uma relevante economia de extrativismo de madeiras, peça basilar para construção de navios de guerra, tanto em Salvador como em Lisboa, além de outras finalidades que eram obtidas por meio dessa matéria prima.

Ou seja, a mata densa e fechada, diferente do que muitos autores chegaram a comentar, não seria um empecilho para o desenvolvimento econômico da região, pelo contrário, era fonte riquíssima de uma atividade que perdura até os dias atuais, em pleno século XXI. Esse campo produtivo gerava renda para outras atividades, contribuía para a edificação de fortes grupos econômicos envolvidos com os cortes de madeiras e incentivava a entrada de mão de obra escrava africana nesse território.

Nesse último ponto tocado, devemos entender que as populações cativas que habitavam a comarca de Ilhéus teriam suas vidas e hábitos influenciados – direta e indiretamente – por tais condições materiais, sociais e políticas da área sulista da Bahia. Aspectos que interferiam tanto na vivência do dia a dia, das atividades que eram exercidas a mando dos senhores, como nos trabalhos autônomos que poderiam ser feitos pelos mesmos. A forma de obter a manumissão, a tão sonhada liberdade, também era tida como reflexo dessas condições que pairavam em São Jorge dos Ilhéus.

1.4.1 A vida escrava em Ilhéus demonstrada pelas manumissões.

Como observado nas páginas anteriores, diferente da imagem de um lugar estagnado e isolado da dinâmica mercantil que era engendrada na América Portuguesa, a comarca de Ilhéus possuía sua inserção nas estruturas comerciais para com o norte baiano, como para demais capitanias e comarcas do território luso. Dessa maneira, a presença de escravos nascidos em terras brasileiras – o caso dos chamados crioulos – como dos cativos chegados do continente africano, se apresentava como elementar nas atividades econômicas, tanto na produção de farinha de mandioca, na extração de madeiras e agricultura de outros gêneros. Já na indústria açucareira, a princípio não existiria ampla produção, somente nos finais dos setecentos teríamos um aumento de tais atividades, além de outras especiarias. Vale lembrar que a comarca de Ilhéus teria

sofrido reflexos do chamado renascimento agrícola, levando à inserção no mercado agroexportador de maneira mais intensa e o aumento da presença de escravos africanos.

Nesse caso, é interessante abordar um fator de extrema relevância na trajetória dessas pessoas que vivenciavam o cativeiro e que era visto como uma possibilidade de ascender socialmente: a alforria. Pois, devemos compreender o estudo e análise das alforrias não como a simples maneira de entender a conquista da liberdade, porém, como método de abstrair a atividade econômica de uma determinada região¹⁷⁸; no caso, as formas e estratégias dos escravizados em obter tal meta.

Ao investigarmos a prática das manumissões em uma sociedade permeada pela dinâmica do Antigo regime dos trópicos, mesmo que sendo nos finais desse século, onde ocorria mudanças nas estruturas econômicas/políticas e mantendo vestígios desse entendimento de mundo¹⁷⁹, devemos perceber que o fenômeno social visto nas alforrias não se limitava em noções puramente economicistas, pois traziam em seu sentido social variadas características que pululavam nas representações de mundo desse contexto sócio histórico.

Variados autores¹⁸⁰ demonstram o uso da alforria como a demonstração de um dos três pontos citados por Hespanha, como visto anteriormente¹⁸¹, em que deveres morais também tornavam-se como elementos que fundamentavam ações e direitos. O próprio ato de conceder alforrias, durante muito tempo, foi tido como uma conduta que não era tipificada em lei, somente nas práticas costumeiras – o direito consuetudinário¹⁸². Ademais, esse fator poderia ser utilizado como uma forma de “redimir” o senhor de qualquer marca de pecado que tenha adquirido no decorrer da

¹⁷⁸ SILVA, Fernanda Amorim da. Cultivando a liberdade: alforrias em Ilhéus (1710-1758). In: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Angelo Alves (orgs.). *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus : Editus, 2007; p. 124.

¹⁷⁹ FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *O Brasil colonial, volume 3 (1720-1821)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

¹⁸⁰ Alguns exemplos seriam vistos pela Fernanda Amorim da Silva, Stuart Schwartz e Marcelo Loyola de Andrade.

¹⁸¹ HESPANHA, António Manuel. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

¹⁸² SILVA, Fernanda Amorim da. Idem, p. 121.

vida; não atoa, muitas manumissões eram fornecidas no leito de morte desses senhores – as alforrias testamentárias¹⁸³.

Apesar disso, o viés econômico não seria inexistente nesse momento, pois na observação das fontes e registros de alforrias é perceptível a presença de inúmeros documentos onerosos¹⁸⁴. Temos, dessa forma, quantidades significativas de casos em que os próprios cativos obtiveram os meios e recursos para pagarem pela liberdade, sendo que poderiam ter tido auxílio de parentes, familiares, redes de contato que forneciam ajuda¹⁸⁵. Dessa forma, o senhor adquiria tanto uma “limpeza de consciência” quanto um ganho material real.

A possibilidade de chegar ao *status* de liberto inseria no escravismo a ideia de mobilidade social, mesmo que sendo limitada. Tal característica incitava para os cativos uma imagem de que, sendo disciplinados, obedientes e esforçados a chegada a esse status haveria de ser factível. A dinâmica dos vínculos na escravidão e de dominação possuía tais fissuras que engendravam tanto a margem de ação dos sujeitos como a reprodução da própria escravidão.

No entanto, deve-se ter em mente que a fragilidade da condição de liberto era nítida e perseguia os alforriados até os finais da vida¹⁸⁶. Em grande maioria havia a existência de alforrias condicionais, manumissões que estabeleciam certas exigências para que fosse mantido a continuidade da liberdade. O mais comum era a permanência do ex-escravo em atividades para o seu senhor; mantendo o vínculo de dependência e certa fidelidade do cativo, evitando que o proprietário perdesse habilidades de extrema relevância para seus interesses. Esse último ponto era corriqueiro nos engenhos, em que cargos como mestres de açúcar, carpinteiros, etc. seriam funções que necessitariam de certo nível de especialização¹⁸⁷. Perder a mão de obra especializada era evitada pelos senhores em tais alforrias condicionais.

¹⁸³ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹⁸⁴ SCHWARTZ, Stuart. Alforria na Bahia, 1684-1745. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001, p. 171-218.

¹⁸⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 296-307.

¹⁸⁶ CHALHOUB, Sidney. *Precriedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)*. História Social, (19), 33-62. Recuperado de <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/315>

¹⁸⁷ SCHWARTZ, Stuart. Idem, p.89-115.

No exemplo de Ilhéus, foram identificados 11 casos de manumissões condicionais entre os anos de 1711 e 1780¹⁸⁸. O primeiro seria referente à situação de Maria, uma criança recém nascida – tida como crioulinha –, filha de uma escrava de nome Izabel, em que, no ano de 1711, os senhores Gregório de Brito Ramalho e Maria de Anunciada forneceram a alforria afirmando que:

[...] pela muita feição que lhe tinham e forravam pelo amor de Deus com condição de a dita crioulinha Maria os acompanhar até eles ditos seus senhores a casarem sendo ela de idade para isso até eles outorgantes falecerem principalmente sua senhora Dona Maria de Anuciada¹⁸⁹.

A pequena Maria, dessa forma, deveria permanecer sob a tutela e controle de seus senhores até chegar a idade de se casar ou até a data de falecimento de seus proprietários, em especial de sua senhora. Algo parecido ocorreu com a escrava da Guiné Francisca, que no ano de 1729, foi alforriada por cláusula testamentária de seu senhor João Ferreira dos Santos, mas com a condição de que assistiria sua senhora Jacinta Pereira – viúva do falecido – como sua cativa até o falecimento de Jacinta. Contudo, Francisca teve que desembolsar 40 mil réis para a dita manumissão¹⁹⁰.

Outro caso que exemplifica as alforrias condicionais, as onerosas e as estratégias usadas pelos escravos para conseguir pagar pela liberdade, pode ser bem ilustrado na experiência vivida por outra escrava, também chamada de Francisca, mas sendo crioula, que, no ano de 1734, adquiriu sua manumissão por coação no valor de 80 mil réis. Para isso, Francisca conseguiu pagar, a princípio, 30 mil para a senhora Luzia de Lacerda Castello Branco, viúva do capitão João de Matos de Esa Souza, já os 50 mil ficou de ser pago pela crioula Ana Maria da Fonseca que lhe passou um crédito. Francisca, assim, se colocava na condição de permanecer sob domínio de Ana Maria até lhe pagar a quantia total, obtendo a liberdade após sanar tais dívidas¹⁹¹. Nessa mesma linha, temos o caso do preto Francisco Pinto que, no ano de 1754, após a morte de seu senhor Jozé Pinto, ficou de pagar por coação o valor de 50 mil réis, no prazo de um ano e meio, ao testamenteiro do falecido, Balthazar Pereira¹⁹². É curioso perceber as redes de crédito e empréstimos feitas entre cativos e libertos nesse contexto, além da

¹⁸⁸ Seção Judiciária. Livros de notas da vila de São Jorge dos Ilhéus. Cartas de liberdade (1710-1886). Banco de dados do CEDOC/UESC.

¹⁸⁹ Idem, Livro: 01. Folha: 045.

¹⁹⁰ Idem, Livro: 02. Folha: 053.

¹⁹¹ Idem, Livro: 03. Folha: 009.

¹⁹² Idem, Livro: 04. Folha: 062.

possibilidade de adquirir recursos, até mesmo para os cativos de origem africana, como apontado pelo exemplo de Francisco Pinto.

Por último, citaremos aqui o caso do mulatinho Manoel Furtado. Este foi ganho como herança por Manoel Antunes Faleja, que recebeu de seu falecido irmão Gonçalo Francisco de São Tiago. Em 1780, Manoel Antunes forneceu por esmola – ou seja, de forma gratuita – a alforria para Manoel Furtado, porém, na condição de acompanhá-lo até o fim de sua vida, para que então, segundo este senhor: goze liberdade¹⁹³. Tanto estes cinco casos aqui citados, como as outras 6 fontes, mostram uma regularidade de alforrias obtidas por coação e tendo em sua maioria a condição de que tais escravos libertos deveriam permanecer aos serviços de seus respectivos senhores até o falecimento desses proprietários; esse seria o principal requisito visto nesses documentos com cláusulas condicionais da Ilhéus setecentista. De um lado, uma condição atrelada ao pagamento da manumissão, e de outro, a exigência para que continuassem sob a responsabilidade e mando dos senhores.

Na realidade vivida pelos alforriados de forma condicional, a luta era manter sua condição de livre, pois facilmente poderia ser questionada, seja pelo fato de não atender aos desejos do ex-proprietário ou por acabar desobedecendo uma das cláusulas estabelecidas¹⁹⁴. Casos de libertos que eram indicados como desordeiros ou executando atos contrários à moralidade e a paz pública, poderiam ser reescravizados da mesma forma. Além do fato de que, se o liberto estivesse em uma localidade onde poucos o conhecia, provavelmente seria confundido com um escravo fugido e seria tratado como um cativo, preso e revendido¹⁹⁵. Devido a esse tipo de vivência, a população liberta passava por uma ininterrupta preocupação e atenção para com a vulnerabilidade de sua condição, e estamos falando de uma população que, nos começos do século XIX, representavam um coeficiente robusto¹⁹⁶. Ou seja, grande parte da sociedade brasileira sentia na pele os riscos e precariedade de suas condições.

¹⁹³ Idem, Livro: 05. Folha: 030.

¹⁹⁴ PAES, Mariana Armond Dias. *O tratamento jurídico dos escravos nas ordenações Manuelinas e Filipinas*. Anais do V Congresso brasileiro de História do Direito. PP. 523-536.

¹⁹⁵ LARA, Sílvia Hunold. *Fragments Setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 126-172.

¹⁹⁶ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Em Ilhéus, do século XVIII, haveria a manifestação dessas mesmas problemáticas. Porém, infelizmente os historiadores acabam tendo que lidar com certas lacunas e vácuos documentais, deixando toda uma temporalidade coberta em “neblina”. Por meio de fontes adquiridas pelos trabalhos de pesquisa do CEDOC-UESC, pode-se ter acesso a vestígios de alforrias que abordam a primeira metade do século XVIII e dos anos do XIX¹⁹⁷. Mas, a segunda metade dos setecentos se manteve uma incógnita pelo fato de ter sido encontrado poucos registros referentes a esse interstício temporal.

Contudo, poderíamos ter algum vislumbre do que teria sido experimentado pelos habitantes escravos e libertos da comarca de Ilhéus. Vislumbre esse que serve como apoio para construirmos uma imagem, talvez um esboço, do cenário em que se encontrava esses sujeitos históricos. A princípio, é perceptível a presença de 44 cartas de alforria, dos anos de 1710 a 1758, sendo que foram libertados 49 escravos no total. Mas a probabilidade de ter existido um maior número de alforrias é bem grande. Segundo Fernanda Amorim da Silva, havia duas formas de registrar tais cartas: o “translado de carta de liberdade” e “lançamento de carta de liberdade/alforria”. No primeiro caso, o cativo recebia a carta, porém tinha que registrar em cartório; o segundo já era registrado. A questão é que muitos escravos, presumivelmente, não registravam tais documentos¹⁹⁸ – isso no caso dos sujeitos que obtinham a manumissão da primeira forma – o que resultou em poucas fontes para os dias atuais.

No tocante as maneiras de se ter obtido as alforrias, Ilhéus apresenta certa semelhança com a própria Bahia: muitas delas eram de origem onerosa. Sendo que algumas revelavam valores significativos, como o caso da escrava parda de nome Anna, ao qual conquistou a alforria em 11 de setembro de 1728, na Vila de São Jorge dos Ilheos, no valor de 200 mil réis. No seu caso, a manumissão veio por ordem testamentária de seu senhor Antônio de Couros Carneiro, sendo que seu filho Manoel de Jesus, como testamenteiro, teria executado a ordem com a seguinte observação: “E por quanta a dita escrava tinha satisfeito a dita quantia de seu valor em que foi avaliada”¹⁹⁹. Chama a atenção o fato de que, mesmo sendo fornecido por meio de testamento, era cobrado uma quantia monetária para a conclusão do ato.

¹⁹⁷ Seção Judiciária. Livros de notas da vila de São Jorge dos Ilhéus. Cartas de liberdade (1710-1886). Banco de dados do CEDOC/UESC.

¹⁹⁸ SILVA, Fernanda Amorim. *Idem*, p. 120-121.

¹⁹⁹ Seção Judiciária. Livros de notas da vila de São Jorge dos Ilhéus. Cartas de liberdade (1710-1886). Banco de dados do CEDOC/UESC. Livro: 02; folha. 016/003.

O caso mencionado de Anna demonstra aspectos mais amplos que são possíveis de serem verificados por meio do conjunto desse material histórico: mulher, crioula, de cor parda, ao qual comprou sua própria manumissão – por conta própria ou por auxílio de conhecidos. Um dos primeiros pontos que eram factíveis na Comarca de Ilhéus e em outras localidades era a maior frequência de concessão da liberdade para mulheres em detrimento dos homens²⁰⁰. As escravas conseguiam, disparadamente, obter com maior facilidade o status de liberta do que os cativos do sexo masculino. Acerca desse fenômeno, vários autores levantaram hipóteses, como o fato de que as mulheres teriam maior facilidade em construir vínculos com seus senhores, assegurando um maior espaço de barganha para com os mesmos²⁰¹, outra possibilidade era o uso da sedução como uma ferramenta estratégica para a obtenção de melhorias de vida²⁰². O fato de que as mulheres não eram direcionadas para atividades mais extenuantes e de utilização constante da força física levava, da mesma forma, a preferência em manter por mais tempo os homens na condição de escravos. Outro ponto considerável era a ação atuante das cativas em atividades de comércio urbano, seja como quitandeiras e vendedoras de víveres, algo que contribuía no acúmulo de recursos e patrimônio que eram convertidos para a liberdade e a vida após a condição de cativo²⁰³.

O segundo aspecto é a existência de maior quantidade de alforrias direcionadas a escravos nascidos na América portuguesa. No contexto vivido em Ilhéus, entre a primeira metade do XVIII, a maioria da mão de obra escrava era originária da própria América portuguesa, pois, não se tratava de uma região diretamente interligada no fluxo de exportações – locais os quais tinham um maior número de africanos. Todavia, quando olhamos o caso dos oitocentos, vemos a mesma configuração²⁰⁴. Apesar de ter tido um aumento considerável na entrada de escravos africanos, ainda era perceptível um número superior de manumissões para os crioulos.

²⁰⁰ SCHWARTZ, Stuart. Idem.

²⁰¹ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

²⁰² PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia, Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

²⁰³ FARIA, Sheila de Castro. Idem.

²⁰⁴ ANDRADE, Marcelo Loyola de. *Nos labirintos da liberdade: das alforrias na lavoura cacaueteira (Ilhéus-BA, 1810-1850) à discussão historiográfica acerca das manumissões no Brasil do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2013. Acesso em: 2019-10-25.

Outra questão considerável era a preferência dos senhores no quesito da cor do escravo que era alforriado. A maioria era de escravos com uma tonalidade de pele considerada mais clara do que a dos demais, como os considerados pardos/mulatos²⁰⁵. O requisito da cor passava a demonstrar certa hierarquia racial para com o fenômeno das manumissões, demonstrando da mesma forma uma maior inserção de crioulos pardos/mulatos na aproximação e permuta com os grupos senhoriais. Não à toa, poderia manifestar a maior entrada de escravos brasileiros em atividades de acúmulo de patrimônio do que os cativos africanos.

Já quando observamos o caso das condições de obtenção de tais documentos, chama bastante atenção o fato de serem comprados pelos próprios escravos. Duas formas citadas por Schwartz ilustravam um pouco sobre o sistema escravista da época: a primeira sendo por meio da entrega de um outro escravo; a segunda por meio de testamentos²⁰⁶ – como visto na experiência de Anna. No primeiro caso, tínhamos um exemplo bem específico ocorrido na Vila de São Jorge dos Ilheos, em 30 de setembro de 1729, em que a escrava de nome Eugenia – crioula tipificada como mulata – teria dado 2 escravas para sua senhora, a viúva Maria Rodres Soares, em troca de sua liberdade. Segundo o documento:

“A mulata Eugenia foi aforriada após haver dado à senhora uma escrava chamada Gracia, faltando apenas chegar uma outra escrava que mandou vir da cidade da Bahia. E também pelos bons serviços de Eugenia e por ser essa mulata sua afilhada”.²⁰⁷

Eugenia, além de ser escrava de dona Maria Rodres, também possuía um grau de parentesco edificado por meio do ritual do compadrio. Como mostrado anteriormente, as relações construídas pelos próprios cativos engendravam gamas de possibilidades de obtenção de ajuda ou de conquistar benefícios materiais. Nesse caso, tal relação para com sua senhora poderia ter funcionado para um maior campo de negociação. Todavia, mesmo com tal vínculo, a necessidade de pagar pela liberdade foi inevitável, mas nesse caso, foi substituída na compra de outras cativas fornecidas a proprietária. Exemplos como este, porém, não aparentaram terem sido comuns em Ilhéus, pois, dos documentos obtidos, somente o caso de Eugenia demonstra essa troca.

²⁰⁵ SCHWARTZ, Stuart. *Idem*, p. 184.

²⁰⁶ *Idem*, p. 205.

²⁰⁷ Seção Judiciária. Livros de notas da vila de São Jorge dos Ilhéus. Cartas de liberdade (1710-1886). Banco de dados do CEDOC/UESC. Livro: 02; folha. 051/003.

A onerosidade de grande parte das manumissões vem demonstrando a capacidade desses escravos como agentes econômicos, que tinham a capacidade de acumular recursos utilizados para estratégias de vida, de melhorias do dia a dia até o início de pequenos empreendimentos²⁰⁸. Sem embargo, leva também ao questionamento acerca do como essas pessoas conseguiam obter tais valores mesmo que posicionados no status de escravos. Essa questão faz refletir sobre a própria condição vivida na comarca ao sul da Bahia.

A permanência dessa região como um espaço de produção para abastecimento interno, tanto por pressão da administração colonial quanto por elites do centro açucareiro, ocasionou uma realidade de cultivo de víveres variados em Ilhéus. Pelo contrário do que era visto no recôncavo, com grandes estruturas de engenho e extensas terras voltadas para o cuidado da cana de açúcar, Ilhéus era composta por pequenas roças pertencentes a pequenos lavradores e proprietários. Logicamente, havia grandes extensões de terra em mãos de grandes proprietários, como o caso da ordem jesuíta, que foi a maior detentora de terras na região até o ano de 1759²⁰⁹; porém, as pequenas roças eram significativas na mesma localidade. Nesse quesito, a existência de terras fornecidas aos escravos por meio da brecha camponesa era mais comum do que no norte da Bahia²¹⁰.

As alforrias, dessa forma, seriam o resultado do trabalho e esforço dos cativos em suas roças e na comercialização dos gêneros produzidos pelos mesmos. Algo que foi nitidamente percebido no caso da comunidade escrava do engenho Santana²¹¹. Todavia, como vimos, a atividade de extração de madeiras também representava um negócio expressivo nessa comarca, inferir que tal empreitada era monopolizada por colonos e a administração da comarca é simplificar a complexidade da dinâmica econômica desenvolvida aqui. As madeiras poderiam ser utilizadas tanto para o dia a dia das famílias escravas, seja na construção de barcos, instrumentos, casas²¹², ou na comercialização dos mesmos; algo que poderia gerar recursos de grande valia.

²⁰⁸ MACHADO, Maria Helena P.T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, v.08, n.16, p.143-160.

²⁰⁹ DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Angelo Alves (orgs.). *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus : Editus, 2007.

²¹⁰ SILVA, Fernanda Amorim. Idem, p. 120-121.

²¹¹ MARCIS, Teresinha. *Viagem ao Engenho Santana*. Ilhéus : Editus, 2000.

²¹² FARIA, Sheila de Castro. Idem, p. 326.

Enfim, estratégias variadas e diversificadas eram costumeiramente usadas por estes sujeitos para a conquista de espaços, melhores condições materiais de vida, subsistência para si e para seus familiares. Em um cenário que demonstrava complexidades políticas, econômicas e sociais as táticas de vivência poderiam ser múltiplas e variadas. A conquista e luta pela liberdade espelhava somente uma parcela dos embates cotidianos desses indivíduos setecentistas, pois, manter a autonomia e o status de liberto também dependia de posicionamentos ativos dessas pessoas.

Foi nesse cenário que os escravos que viviam no Engenho de Santana exerceram seu ato de revolta e luta. Foi nesse ambiente em que desferiram seus lances, movimentos e buscaram construir as maneiras mais adequadas para construir e reconstruir o seu viver. Tal palco, de forma direta ou indireta, esteve presente em suas escolhas e ações, tanto na de seus companheiros de senzala quanto nos proprietários, e corpo administrativo, que passaram pelo engenho. Com isso, é justamente nesses sujeitos que devemos exercer um maior foco analítico.

Capítulo 2

O escrito dos escravos do Engenho Santana: fontes e documentos.

“Meu Senhor, nós queremos pás e não queremos guerra; Se meu Senhor também quizer a nossa pás hade ser nesta conformidade[...]”²¹³

As revoltas escravas comumente foram interpretadas pelos historiadores como um fenômeno que representava o ato antagônico dos escravizados contra sua condição. Seria, de certa maneira, empregar o recurso da violência para com uma instituição que, por sua vez, também baseava-se fortemente em violência. As ações nítidas de confronto seriam a tentativa de se comunicarem com a sociedade em sua volta; assim como a fuga e a formação de quilombos²¹⁴.

Técnicas de guerrilha, incêndios ocasionados nos canaviais ou nas fazendas de café, assassinato dos feitores e integrantes da administração senhorial, grupos em quilombos que roubavam suprimentos – galinhas, gado, gêneros alimentícios – de proprietários próximos; tudo isso poderia resumir o que seria a ideia de resistência que perpassava nesses contextos e o como eram interpretados e concebidos pelos pesquisadores e historiadores. Contudo, tais perspectivas analíticas não valorizavam as ações sutis e corriqueiras que, no decorrer do dia a dia, poderiam ser a construção de pequenos atos de resistência e de busca por melhores condições de vida material ou até cultural.

A partir dos anos 80 do século passado, essas ações sutis e menores foram vistas e observadas pela historiografia que se debruça sobre o tema da escravidão no Brasil como atos constantes de luta e de exercer pressão para com os senhores e demais proprietários de terras e homens. No dia a dia, tanto no trabalho como no contato com o senhor, resistências poderiam surgir transvestidas de barganhas, omissões para com certas ordens e atividades, no fingir estar doente²¹⁵, no ameaçar em executar fugas ou o

²¹³ “Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados” (c. 1789). Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

²¹⁴MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo. Editora: Zumbi, 1959.

²¹⁵REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

próprio levante – enfim, haveria outras estratégias de combate. Manifestava, da mesma forma, a complexidade que era existente nas relações sociais no seio da própria escravidão e provenientes da sociedade escravista; tanto nas tensões sociais, na sistematização de hierarquias, ordens, e na infinitude de possibilidades que surgiam nos meandros de tais vínculos.

Na relação com seus senhores, os escravos sabiam lidar com a personalidade de cada um, de influenciar e até convence-los de algo, pois, como fator intrínseco em todas relações humanas/sociais, no seio da escravidão também haveriam estas tentativas – porém, não significava que sempre se obtinha sucesso em tais empreitadas. Entre a ação de revolta extrema e a posição de passividade completa, haveria um campo complexo de múltiplas formas de agir, se relacionar e se posicionar em tais contextos²¹⁶.

A revolta escrava ocorrida no Engenho Santana demonstra um nítido exemplo das variadas facetas em que a luta de cativos poderiam tomar forma e ser edificadas, incluindo o ato de negociação como ferramenta de embate e construção do viver dos cativos. Uma manifestação clara e evidente de ação política proveniente desses sujeitos setecentistas. Neste capítulo que se segue, propomos efetuar uma análise dos documentos que se encontram como vestígios de tal evento, buscando realizar um olhar acurado e se aprofundando em cada ponto, motivando uma ligação com o cenário social/econômico/político que era vivenciado na Ilhéus dos finais do século XVIII. Entender os anseios dessas personalidades contribui para apreender as estratégias de vida desses agentes históricos em sua temporalidade e espaço específico.

Todavia, torna-se de grande importância ressaltarmos as distinções e peculiaridades presentes nos sentidos da ideia de revolta. No contexto da América portuguesa, houve um cenário frutífero para o aparecimento de variados movimentos e levantes de características extremamente heterogêneas. Um dos argumentos utilizados para explicar tal aspecto seria o fato do distanciamento entre o poder real – representado pela coroa de Portugal – e a própria administração colonial²¹⁷; a maior autonomia por parte das autoridades coloniais permitia a presença de práticas distintas de se exercer a política administrativa e modos de governo que chegavam ao ponto de serem

²¹⁶ Idem, p. 11.

²¹⁷ ANTÔNIO, E.M.M. Conflitos e rebeliões: tecendo o mando colonial. In: *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial*. Conflitos, revoltas e insurreições na América Portuguesa / Rafael Chambouleyron & Karl-Heinz Arenz (orgs.). Belém: Editora Açaí, Volume 12, 2014, p. 29.

apresentados como um mando sem limites²¹⁸, levando a conflitos e divergências com os próprios colonos. Desencadeando, assim, revoltas e rebeliões.

Mas os grupos que iniciavam tais ações eram oriundos das diferentes esferas sociais: desde as elites locais, militares de baixo escalão, a plebe e os peões da colônia²¹⁹. Na realidade vivida nos finais dos setecentos no Recôncavo, como visto no capítulo anterior, a falta de farinha proporcionava motins e descontentamentos por parte da população. Estes eventos possuíam a característica de serem tidos por ações pontuais e inflada pela falta de mantimentos, algo bem diferente quando abordamos revoltas provenientes das elites que costumavam levantar pautas e desejos de influenciar em deliberações que afetavam a vivência comercial e política da colônia. Por outro lado, quando tratamos de sublevações dos grupos escravos estamos mencionando lutas que ambicionavam transformações em suas vivências, seja na mudança de determinadas condições ou a busca pela liberdade, porém, também devemos perceber-las enquanto atos que se apresentavam de múltiplas formas e maneiras. A revolta, a vista disso, se demonstrava como formadora de um aprendizado de poder²²⁰, como processo que contribuía para a prática política, seja no exercer pressão para com as autoridades coloniais, para com a má administração dos gêneros alimentícios ou para com os senhores e seus excessos.

Sendo assim, torna-se importante situar o ocorrido. No ano de 1789, grande parte da população cativa do Engenho Santana – que se encontrava como posse do senhor Manuel da Silva Ferreira – deram início a revolta que perdurou por dois anos seguidos; adentrando nos anos de 1790 e 1791. No decorrer desse tempo, as atividades foram paralisadas, alguns cativos chegaram a formar quilombos nas proximidades do terreno²²¹ e muito provavelmente tiveram um período de gestão independente durante esse espaço de tempo. Todavia, devido a pressão exercida pelo senhor em retomar sua propriedade e a produção, o qual deveria ter recorrido às forças policiais da administração colonial, os cativos rebelados resolveram mudar de estratégia, adotando uma ação menos incisiva/violenta, pois buscaram entrar em acordo com o senhor Manuel. Esse ato gerou um dos documentos mais citados e comentados pela

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ REIS, J.J. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.44.

²²⁰ ANTÔNIO, E.M.M. Idem.

²²¹ MARCIS, Teresinha. O Engenho de Santana: Uma reconstrução histórica. In: PÓVOAS, Rui do Carmo (org.). *Mejigã e o contexto da escravidão*. Ilhéus :Editus, 2012, p. 295.

historiografia acerca da escravidão brasileira, o tratado de paz proposto pelos próprios escravos.

No geral, há duas fontes de extrema relevância para compreender a revolta e as estratégias de luta desses sujeitos, o primeiro seria o já mencionado tratado, o segundo seria um relato do Ouvidor Geral do crime sobre os motivos da prisão de Gregório Luís, indicado como um dos líderes do movimento²²². Ambos se encontram no arquivo público do Estado da Bahia, em “cartas ao governo 207”. Deve-se ter em mente que não são vestígios que possibilitem um entendimento completo do evento, ademais, é necessário analisar tais manuscritos com um olhar crítico, percebendo o local de fala, produção, aquilo que é dito e aquilo que não é colocado no papel – as lacunas do documento. Mesmo com tais precauções, ainda não seria suficiente para obter o ocorrido em sua totalidade, mas possibilita com que se vislumbre aquele contexto de forma mais abrangente possível.

Costumeiramente, tais fontes são apresentadas pela bibliografia na seguinte ordem: primeiro o relato do Ouvidor Geral do Crime; em segundo, o Tratado de paz²²³; ordem esta que alude o como se encontra os documentos originais no arquivo público do Estado da Bahia. Contudo, propomos aqui, como meio metodológico, analisar estes documentos na ordem inversa, seguindo a ordem temporal dos fatos, sendo que o escrito dos cativos seria proveniente do momento da revolta – em torno dos anos de 1789 a 1791 – e a exposição do Ouvidor teria sido escrita no ano de 1806, isto é, 17 anos após o início do levante.

2.1 O tratado de paz dos escravos.

Alguns autores como Stuart Schwartz, João José Reis, Eduardo Silva, Teresinha Marcis e Ivaneide Almeida da Silva desenvolveram descrições significativas sobre essa fonte. O primeiro autor seria o pioneiro no ato de ter encaminhado tal documento para o

²²²Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

²²³ Como colocado por Schwartz e Marcis. Ver: SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001. e a obra: MARCIS, Teresinha; Silva, Ivaneide Almeida. Uma experiência de transcrição e análise de documento histórico: resistência e negociação escrava no Engenho Santana. In: PÓVOAS, Rui do Carmo (org.). *Mejigã e o contexto da escravidão*. Ilhéus :Editus, 2012, p. 257.

debate historiográfico²²⁴, debate este seguido pelos demais autores e outros historiadores que se debruçaram acerca do caso²²⁵.

Em *escravos roceiros e rebeldes*, o autor norte americano reescreveu a fonte buscando manter certa proximidade com o original²²⁶, porém, é possível – ao comparar o documento com a reescrita – observar algumas trocas de letras como o caso do “e” que, em certos momentos, foi transcrito como “a”. Outro fator de destaque seria a pontuação existente no original, apesar de certas manchas e turvamentos é possível perceber a presença de vírgulas, ponto e vírgula e dois pontos; sendo que algumas pontuações foram ignoradas pelo autor, provavelmente para adaptar a escrita do documento para os dias atuais. Todavia, manteve as abreviaturas de certos termos ([p^a] = para; o [fr^a] = feira; ou [St^o] = Santo). Nesse caso, a reescrita apresentada por Marcis e Silva demonstrou maiores adaptações, substituindo as abreviaturas pelos termos completos e ajustando a escrita para com expressões contemporâneas²²⁷. A citação ao documento a seguir tem como influência os trabalhos desses historiadores, porém, buscamos manter uma reescrita mais próxima à própria fonte. Dessa forma, colocamos em destaque o escrito:

Tratado proposto a Manoel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados

Meu Senhor, nós queremos paz e não queremos guerra; Se meu Senhor também quiser a nossa paz há de ser nesta conformidade, se quiser estar pelo que nós quisermos, a saber:

Em cada uma semana nos há de dar os dias de sexta feira e de Sábado para trabalharmos para nós, não tirando um destes dias por causa de dia Santo.

Para podermos viver nos há de dar Rede, tarrafa e canoas.

Não nos há de obrigar a fazer camboas, nem amariscar, e quando quiser fazer camboas e mariscar mande os seus pretos Minas.

²²⁴ SCHWARTZ, S. B. *Resistance and Accommodation in Eighteenth-Century Brazil: The Slaves view of Slavery*. *Hispanic American Historical Review*, v.57, n.1, p.69-81, 1977.

²²⁵ Alguns exemplos seriam: CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou camponês? O proto campesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987; CASTRO, A. B. de. *A Economia Política, o capitalismo e a escravidão*. In: AMARAL LAPA, J. R. (Org.) *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980; GORENDER, J. *Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial*. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.13, n.1, p.7-39, 1983; REIS, J. J. *Resistência escrava em Ilhéus*. *Anais do Arquivo Público da Bahia*, n.44, p.285-97, 1979; SILVA, E. *Entre Zumbi e Pai João: o escravo que negocia*. *Jornal do Brasil*, 18.8.1985, Caderno Especial, p.3.

²²⁶ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001, pp- 119-121.

²²⁷ MARCIS, Teresinha; SILVA, Ivaneide Almeida. *Uma experiência de transcrição e análise de documento histórico: resistência e negociação escrava no Engenho Santana*. In: PÓVOAS, Rui do Carmo (org.). *Mejigã e o contexto da escravidão*. Ilhéus :Editus, 2012, p. 264.

Para o seu sustento tenha Lancha de pescaria, e canoas do alto, e quando quiser comer mariscos mande os seus pretos Minas.

Faça uma barca grande para quando for para Bahia nós metermos as nossas Cargas para não pagarmos fretes.

Na planta de mandioca, os homens queremos que só tenham tarefa de duas mãos e meia, e as mulheres de duas mãos.

A tarefa de farinha há de ser de cinco alqueires rasos, pondo arrancadores bastantes para estes servirem de pendurarem os tapetes.

A tarefa de cana há de ser de cinco mãos, e não de seis, e a dez canas em cada feixe.

No barco há de pôr quatro varas, e um para o Leme, e um no leme puxa muito por nós.

A madeira que se serrar com serra de mão em baixo hão de serrar três, e um em cima.

A medida de lenha há de ser como aqui se praticava, para cada medida um cortador, e uma mulher para carregadeira.

Os atuais Feitores não os queremos, faça eleição de outros com a nossa aprovação.

Nas moendas há de pôr quatro moedeiras, e duas guindas, e uma carcanha.

Em cada uma caldeira há de haver um botador de fogo, e em cada terno de taxas o mesmo, e no dia de Sábado há de haver Irremediavelmente peija no Engenho.

Os marinheiros que andam na Lancha além de camisa de bacta que se lhes dá, hão deter Gibão de bacta, e todo o vestuário necessário.

O canavial de Jabirú o iremos aproveitar por esta vez, e depois há de ficar para pasto, porque não podemos andar tirando canas para entre mangues.

Poderemos plantar nosso arroz onde quisermos, e em qualquer Brejo, sem que para isso peçamos licença, e poderemos cada um tirar jacarandás ou outro qualquer pau, sem darmos parte para isso.

A estar por todos os artigos a cima, e conceder-nos estar sempre de posse da ferramenta, estamos prontos para o servirmos como dantes, porque não queremos seguir os maus costumes dos mais Engenhos.

Poderemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quisermos sem que nos empeça e nem seja preciso licença.²²⁸

O manuscrito, apesar de sua temporalidade, apresenta-se bem conservado, somente havendo a presença de pequenas manchas – como citado anteriormente –, mas nada que inviabilize uma leitura um tanto quanto fluída e de fácil compreensão. Sobre a autoria, não há muita informação, sendo que a maioria dos historiadores apontam como

²²⁸“Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados” (c. 1789). Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

sendo um escrito provavelmente feito por Gregório Luís; este escravo possivelmente tinha o conhecimento da escrita e até mesmo da leitura, sendo que líderes de revoltas escravas muito das vezes poderiam ser vistos como cativos “aculturados” e detentores de conhecimentos de difícil acesso para os demais escravos²²⁹. Só o fato de se tratar de um texto escrito por cativos, abordando suas perspectivas e representações é algo que torna tal fonte extremamente valiosa.

No entanto, a hipótese de ter sido redigida por um “intermediário/mediador”, alguém que soubesse escrever e que veio a redigir as exigências dos escravos, também pode ser levantada. Com isto posto, ao comparar o “tratado dos escravos” com o relato do Ouvidor Geral do Crime é perceptível certas semelhanças na grafia de ambos os textos, seja no estilo da letra “m” ou no “f”, entre outras similitudes. Isso nos leva à interpretação de que o documento existente no arquivo público baiano pode ter sido uma cópia, reescrita, feita pelo próprio Ouvidor, ou algum funcionário, para fazer parte ao conjunto do processo. Provavelmente o texto original, feito pelos cativos/Gregório Luís/ “intermediário”, pode ter sido reescrito e substituído para finalmente ser arquivado.

Algo que fortalece essa hipótese seria um trecho do documento que se encontra em posição anterior ao tratado, o relato do Ouvidor. Em um determinado momento é dito que “[...] enviaram os levantados emissários a seu Senhor com a proposta da Capitulação Constantes da Cópia inclusa, [...]”²³⁰; ou seja, de fato o escrito presente nos arquivos se trata de uma cópia feita, provavelmente, pelo próprio Ouvidor Geral do Crime no intuito de integrar o processo como um todo.

Este dado, até hoje, não chegou a ser examinado com tanta ênfase pela historiografia quanto as informações presentes no documento em si. Porém, seria um elemento que traz questionamentos de certa relevância para abordagens referentes à origem e o modo de produção desta fonte. O que nós, historiadores, possuímos em mãos – até o momento – se trata de um escrito que passou pelo “filtro” de agentes do Estado colonial. Mesmo vindo de uma ação proveniente de sujeitos que eram classificados como escravos, ainda estaríamos abordando uma reescrita. Dessa forma, até que ponto poderíamos dizer que houve certa reelaboração desse discurso, seja por meio da troca de

²²⁹REIS, João José. *Resistência escrava na Bahia: “Poderemos brincar, folgar e cantar...” O protesto escravo na América*. Afro-Ásia, 14, 1983, p. 107-123.

²³⁰Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

certas expressões por outras conhecidas à época, de certos verbos, substantivos, termos e palavras? Isso, muito provavelmente nunca será respondido de maneira definitiva.

Contudo, algumas reflexões podem ser engendradas a partir desse ponto e tendo como auxílio debates referentes aos sentidos da produção textual. No caso, poderíamos fazer uma breve comparação com os escritos conhecidos como *slave narratives*²³¹, escritos de escravos e ex-escravos que fervilhavam em livrarias e jornais nos meados do século XIX e que foram amplamente usados pelos movimentos abolicionistas – principalmente nos Estados Unidos na década de 30 em diante. Grande parte desses textos faziam parte do gênero biográfico, os quais demonstravam ao público a vida de pessoas que tiveram que passar, ou que ainda passavam, as dificuldades em ter sua liberdade privada e serem mantidos em dias extenuantes de trabalho coercitivo. Uma das mais conhecidas biografias desse contexto foi justamente do africano Mahommah Gardo Baquaqua²³², uma obra já bem abordada pelo campo historiográfico²³³. Nesse caso, pelo fato de se tratar de uma biografia, há a imagem do biógrafo como aquele que de certa maneira mediou/filtrou a história daquele que é biografado, o que teríamos, então, seria uma reinterpretação acerca de uma personalidade que foi construída por outro e não o biografado em si²³⁴.

No tocante ao documento que se encontra no arquivo, pode-se desenvolver a mesma linha de raciocínio, apesar de não se tratar de um texto biográfico. Tal fonte seria fruto dessa mediação, de uma reprodução do escrito original, o qual – infelizmente – deve ter sido descartado após ser feito a cópia, ou simplesmente se perdeu no tempo. Isso explicaria as semelhanças tanto na caligrafia e o estilo de escrita de ambos os documentos, levantando algumas problemáticas que não caberá nessa dissertação a tentativa de responde-las, sendo que, talvez, permaneçam latentes durante um extenso período de tempo.

Ao longo da leitura da fonte, contudo, é nítida a presença de representações de mundo e das atividades do cotidiano de um engenho, próprio de sujeitos que

²³¹DAVIS, Charles T.; GATES, Henry Louis, Jr. (ed.). *The Slaves' Narrative*. New York: Oxford University Press, 1985.

²³²BAQUAQUA, Mahommah Gardo; MOORE, Samuel. *Biography of Mohammed Gardo Baquaqua: a native of Zoogoo, in the interior of Africa*. Detroit: Geo. E. Pomeroy&Co., 1854.

²³³LAW, Robin; LOVEJOY, Paul. *The Biography of Mahommah Gardo Baquaqua His passage from slavery to freedom in Africa and America*. 2. ed. Princeton: Markus Wiener Publishers, 2007.

²³⁴DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2009.

vivenciavam na pele o dia a dia do trato com a cana de açúcar. Percebe-se outras tarefas executadas nesse espaço e mencionando pontos referentes a uma “economia escrava” engendrada pelos cativos; demonstrando a busca por certos espaços de autonomia que possibilitaria tal fenômeno. Logo, nem tudo nesse escrito seria fruto dessa mediação, pois, passagens que refletem o cotidiano dessas pessoas, suas condições e o porquê se rebelaram manifestam-se nítidas. Foi justamente essa ação e o que foi expressado em tal documento que chamaram a atenção de variados pesquisadores e historiadores.

O tratado, dessa forma, chegou a ser dividido em 19 exigências²³⁵, seguindo os artigos que eram colocados em cada parágrafo. Porém, Marcis trouxe outra divisão, o qual demonstra 21 exigências²³⁶. Essa repartição diferenciada pode ter ocorrido pela interpretação de alguns trechos como o “Para o seu sustento tenha Lancha de pescaria, e canoas do alto, e quando quiser comer mariscos mande os seus pretos Minas”²³⁷ que poderia ser subdividido em dois pedidos distintos, e o trecho que diz “Em cada uma caldeira há de haver um botador de fogo, e em cada terno de taxas o mesmo, e no dia Sábado há de haver irremediavelmente peija no Engenho”²³⁸ o qual, da mesma maneira, pode ser entendido como duas diferentes solicitações: um referente ao trabalho e outro acerca de uma paralisação das atividades no sábado. Vale ressaltar que, para este trabalho, levaremos em consideração a segunda proposta de organização das cláusulas do documento.

Sendo assim, teríamos a presença de cinco exigências referentes à produção do açúcar, junto com a interrupção das atividades no engenho nos sábados; sete são voltadas as várias atividades que os cativos eram direcionados a exercerem – como corte de madeiras, roças de mandioca, mariscar, etc. Por último, houve nove demandas sobre melhorias das condições de vida, de trabalho, além da luta por espaço de liberdade e autonomia²³⁹, sendo que era pedido, da mesma forma, o aumento de tais espaços que provavelmente eram existentes.

O escrito entregue pelos escravos do engenho Santana possuem uma característica um tanto quanto curiosa pelo fato de apresentarem anseios que são

²³⁵ SCHWARTZ, p. 119.

²³⁶ MARCIS, Teresinha. O Engenho de Santana: Uma reconstrução histórica. In: PÓVOAS, Rui do Carmo (org.). *Mejigã e o contexto da escravidão*. Ilhéus :Editus, 2012, p. 295.

²³⁷ Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados” (c. 1789). Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

²³⁸ Idem.

²³⁹ MARCIS, p. 295.

relacionados com a natureza da atividade escrava que exerciam²⁴⁰. De certa forma, estamos abordando a vivência de pessoas que possuíam grande parte de seus dias, e de suas vidas, marcados e organizados para com o ritmo de trabalho. Falar de vida escrava também é tanger a disciplina de trabalho em que eles eram expostos e coagidos²⁴¹.

Uma análise desse manuscrito traz revelações significativas para melhor entender, como dito, a vivência dessas pessoas em seu espaço, sendo o sul baiano – mais especificamente a comarca de Ilhéus – apresentando particularidades que eram experimentadas nesse caso, mas que em certa medida poderiam ser vistas na prática social do escravismo do século XVIII, além de demonstrar os meandros de negociação e agenciamento político desses escravos em sua realidade diária. Com isso em mente, a proposta que fornecemos é examinar de forma pormenorizada cada trecho desse documento, apresentando ao leitor e buscando interpretar cada palavra e termo utilizado nesse manuscrito.

2.2 *O prólogo de uma negociação.*

Quando analisamos o título na fonte encontramos algo que pode fortalecer o entendimento, citado anteriormente, da presença de uma intermediação no escrito – além do proprietário do engenho e a comunidade escrava rebelada. No início em que é dito “Tratado proposto a Manoel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo que se conservaram levantados”, há a percepção de algo que se propõe a ser, ao mesmo tempo, uma declaração e uma proposta. Mas, sendo uma produção textual de algo que teria ocorrido e que, agora, seria exibido para outros com tal título, que fornece uma síntese do que ocorreu aos leitores desse documento.

A forma como é colocado os sujeitos que integravam esse tratado também demonstra uma visão distanciada: eram exigências propostas ao proprietário pelos seus escravos – sem especificar quais cativos eram os autores de tais proposições. Foram feitas em um espaço de tempo delimitado no próprio corpo do texto: no decurso do levante e quando o segundo grupo ainda estava em estado de rebeldia. Em nenhum

²⁴⁰ SANTOS, Dagson Jose Borges. *Identidade Escrava: A Revolta de 1789 no Engenho de Santana*. Simpósio, XXIX de História Nacional; Contra os preconceitos: história e democracia.

²⁴¹ MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX*. Tradução de Sonia Furhmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

momento percebemos uma escrita que demonstre a presença do autor desse trecho para com aquilo que foi relatado nessa curta frase.

É um título que anuncia algo que virá a ser descrito, que será apresentado ao leitor desse documento. Sendo que quem criou tal título não teria, necessariamente, participado do evento que é citado. Um certo nível de impessoalidade poderia ser sentido nessas, aproximadamente, 13 palavras. Porém, tal impessoalidade não seria integrante do conjunto da obra, pois, o que percebemos após esse breve início é um posicionamento firme com objetivos que eram, não somente ambicionados, mas exigidos.

No trecho seguinte: “Meu Senhor, nós queremos paz e não queremos guerra; Se meu Senhor também quiser a nossa paz há de ser nesta conformidade, se quiser estar pelo que nós quisermos a saber”²⁴²; é perceptível certa integração e envolvimento com o ocorrido; ao ponto de notarmos um discurso proveniente de pessoas que colocaram a revolta em prática. Foi dessa maneira, e com estes termos, que os escravos do engenho Santana se colocaram na incumbência de negociarem junto ao proprietário Manoel da Silva Ferreira suas condições para o desfecho do levante que teve início no ano de 1789.

Desde o princípio do documento, é notável o posicionamento desses escravos para com o seu proprietário, marcado por colocações fortes e determinadas. Todavia, ao mesmo tempo que é existente um ímpeto belicoso, também é observado certo reconhecimento das posições que são logradas por ambas as partes dessa negociação. O fato de se utilizarem da expressão “Meu senhor” não advém de um coloquialismo atoa, pois de fato há o reconhecimento da posição de Manoel da Silva na relação para com os escravos do engenho. Porém, podemos nos indagar: esta afirmação que demonstra o ato de reconhecer o papel do senhor poderia ser uma estratégia dos cativos que estavam interessados em edificar um acordo para com o mesmo? Ou de fato, mesmo que na permanência do estado de revolta, ainda havia um nível de consideração dos cativos para com o status de Manoel?

Na historiografia acerca da escravidão brasileira, assim como na norte americana²⁴³, há a percepção de certo grau de paternalismo nas relações entre senhores e escravos. Esse vínculo se dava principalmente entre os proprietários e seus escravos nascidos em

²⁴²Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

²⁴³GENOVESE, Eugene. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

terras brasileiras, o caso dos chamados crioulos²⁴⁴. O conjunto demográfico do engenho Santana seria formado primordialmente de uma população nativa, uma comunidade crioula – apesar de haver alguns poucos africanos –, mas esse fator não teria impedido um projeto de revolta que foi colocado em prática por esses mesmos sujeitos. Ademais, provavelmente este vínculo, ou a maior aproximação para com o senhor e sua administração, possibilitava formas distintas de resistência, ao ponto de haver a estratégia de negociação²⁴⁵. Seria uma ferramenta de luta a opção de apelar para o lado “paternal” do senhor na busca de mudanças significativas nas condições de vida dessa comunidade.

Consideramos a importância do papel do senhor no amplo espaço de produção de um engenho. Pelo fato de ter um processo de longa escala, dividida em etapas²⁴⁶, o proprietário não tinha a capacidade de averiguar, vigiar e controlar todo o procedimento da elaboração do açúcar – além do fato de que não era somente esta atividade que deveria ser desenvolvida nas fazendas de cana, algo que se demonstra notável nos demais trechos do documento analisado. Por conseguinte, a existência de uma estrutura/administração reguladora da produtividade, composta por vários “cargos” e ofícios administrativos, era de característica imprescindível²⁴⁷.

Nessa maneira como se encontrava a organização da atividade e do trabalho diário das *plantations*, o caso de senhores absenteeístas – aqueles que não viviam em suas propriedades de produção e se mantinham nos grandes centros urbanos da época, como Salvador – era tido como a grande maioria²⁴⁸. Isto é, a tarefa de vigiar, controlar e manter a produtividade sob os conformes acaba permanecendo na responsabilidade dos integrantes dessa administração senhorial, como o caso do feitor. Este era o responsável por mediar a relação entre o senhor para com a mão de obra cativa²⁴⁹, de levar as ordens e desejos senhoriais para serem executados pelos trabalhadores escravos.

²⁴⁴ CARNEIRO, Edson. *Ladinos e Crioulos: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.

²⁴⁵ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

²⁴⁶ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p.95.

²⁴⁷ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001, p. 92.

²⁴⁸ LARA, Silvia Hunold. *Fragments Setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²⁴⁹ LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750 – 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 165.

Manoel da Silva Ferreira, no entanto, adquiria pouco a pouco um papel de grande relevância para o contato entre os integrantes da administração do engenho para com as populações escravas, pois ele surgia, da mesma forma, como um árbitro. Nos casos de contendas entre feitores e cativos, ou discussões que pudessem ser engendradas entre essas partes, o proprietário do local poderia ser evocado pelos escravos no intuito de conter certos excessos provenientes do feitor. O viés paternal existente na imagem do senhor não era limitado às possíveis relações/vínculos afetivos que poderiam ser construídos, mas também no quesito de ser aquele que exercia o controle sobre seus subalternos²⁵⁰ ao ponto de cessar conflitos.

A população cativa sabia muito bem da potencialidade que essa arbitragem possuía e, não à toa, recorria quando necessário a esse dispositivo. No caso demonstrado pela fonte, poderia ser a manifestação desse ato arguto, uma estratégia procedente dessa comunidade para a resolução de tensões. Algo que poderíamos observar na colocação do termo e demonstrando o reconhecimento para com a autoridade do proprietário; ao dizer “Meu senhor”²⁵¹, não explicita apenas uma referência ao endereçado do manuscrito, mas também demonstra ser um requerimento para que exerça suas atribuições de “senhor”, dentro daquilo que lhe compete.

Entretanto, nas frases seguintes não é presenciado um grande nível de intercâmbio paternal ou fraterno. No instante em que é colocado “nós queremos paz e não queremos guerra” o que é colocado em jogo são duas opções distintas e bem demarcadas: de um lado, a condição de conflito aberto; e de outro uma proposta de pacto em vista de uma situação pacificada. Esse pequeno trecho mostra bem o ímpeto dessas pessoas: ou é tudo, ou nada; pois estavam dispostas a entrarem em condições de vivência e colaboração mútua para com o senhor e, inclusive, voltando ao trabalho para o mesmo; mas, caso não fosse seguido o acordado, a outra opção era bem factível. Dessa forma, os mesmos escravos que se direcionaram ao senhor em vista de dar fim ao levante também estavam mostrando a possibilidade de efetuarem ações beligerantes, algo que surgia como ferramenta estratégica para o sucesso do tratado.

Essa ação de engendrar um acordo, muito provavelmente, como será visto na análise do segundo documento, teria ocorrido nos momentos finais do processo do levante. Ao todo, foram dois anos de rebeldia, marcado por investidas do senhor em

²⁵⁰ Idem, p. 166.

²⁵¹ Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

retomar o controle da situação e, da parte dos cativos, de dar continuidade ao ato insurrecional. Sendo assim, o prolongamento por mais alguns meses, ou anos, de uma posição imperativa e de luta por parte dos escravos era algo possível, principalmente para espalhar o temor e receio da administração senhorial para com o movimento da comunidade cativa; algo que teria ocorrido de forma acentuada nesses finais do século XVIII e início do XIX²⁵².

As revoltas escravas ocorridas no recôncavo baiano se concentraram na primeira metade do século XIX²⁵³, algo que alguns autores chegariam a interpretar como o período de construção de uma “tradição rebelde” na Bahia²⁵⁴. No entanto, isso não significava que nos anos setecentistas não teria ocorrido movimentos semelhantes. Pelo contrário, a presença de levantes no período do século XVIII também se apresentava como fator corriqueiro na sociedade escravista baiana. Entre estes movimentos, teríamos o caso do engenho de Santana. Aliás, nesse mesmo engenho, outras revoltas já teriam ocorrido em 1580 e 1602²⁵⁵. Outra distinção que devemos destacar seria o fato de que se tratavam de revoltas organizadas principalmente por populações indígenas que se encontravam em condições de servidão, sendo que a escravização de mão de obra indígena era muito comum em tal contexto²⁵⁶.

Por fim, algo que não podemos deixar passar despercebido seria a explícita vontade, por parte dos escravos, de empreender uma forte pressão e, se necessário, violenta, para com o senhor Manoel da Silva Ferreira. A frase “Se meu senhor também quiser a nossa paz há de ser nesta conformidade”²⁵⁷ demonstra explicitamente essa intenção por de trás de tal escrito. Para que haja uma situação de paz, é necessário que o senhor entre em acordo com as condicionantes propostas pelos revoltosos. Como poderíamos explicar o nível de ousadia, ou bravura, desses sujeitos para com o proprietário do engenho? Algo originado dos anos de subserviência e opressão sofridos por esses sujeitos nas mãos da administração senhorial, levando à uma atuação rígida?

²⁵²AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.

²⁵³REIS, J.J. *Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos*. AFRO-ASIA, v. 15, p. 100-126, 1992.

²⁵⁴REIS, J.J. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 68.

²⁵⁵MARCIS, Teresinha. *Viagem ao Engenho Santana*. Ilhéus: Editus, 2000, pp. 36-37.

²⁵⁶DOMINGUES, Ângela. Os conceitos de guerra justa e resgate e os ameríndios do norte do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 45-58.

²⁵⁷Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

Ou um sentimento/posicionamento discursivo que teria sido edificado ao longo dos dois anos de levante? Infelizmente, a incerteza permanece.

2.3 *Sobre os dias de Sexta e Sábado: a subsistência obtida da terra e da pesca.*

Após o breve enunciado que introduz as cláusulas e exigências feitas pelos escravos, e que compunham o documento, es que surge o primeiro requerimento dos revoltosos: “Em cada uma semana nos há de dar os dias de sexta-feira e de Sábado para trabalharmos para nós, não tirando um destes dias por causa de dia Santo.”²⁵⁸. Nesta frase, os requisitantes pendem os dias de Sábado e de sexta-feira para que pudessem se ocupar com atividades autônomas, ou seja, pediam que não houvesse a exigência de trabalhar nas atividades de produção de cana de açúcar – os serviços predominantes em um engenho – para que tivessem tal tempo livre no intuito de se ocuparem com suas atividades. Ainda é clamado que não ocorresse a tirada de um desses dias devido ao fato de ser considerado como “dia santo”.

É perceptível, neste trecho, a clareza e o modo como é colocado de maneira direta e objetiva. Se o parágrafo anterior tinha a intenção de apresentar ao senhor os objetivos desses sujeitos e a ação que estava sendo tomada pelos mesmos, além das possíveis atitudes que poderiam ser adotadas em dois casos possíveis – de um lado, a negociação tendo sucesso, e do outro, não obtendo resultado –, o período a seguir já demonstra assertividade para com a exposição das condições ambicionadas por essas pessoas a fim de finalizarem o movimento de revolta.

Segundo o dicionário de Rafael Bluteau, o conceito de “dia santo” é referente aos dias “em que há obrigação de missa, e talvez de abster-se do trabalho”²⁵⁹. Dessa forma, e de acordo com o informado por este religioso setecentista, tais dias seriam passíveis de estarem voltados para as práticas religiosas, havendo a abstenção ao trabalho²⁶⁰. Algo que, em uma sociedade fundamentada pela imanente presença de aspectos religiosos na vida cotidiana dos integrantes da colônia, detinha uma relevância

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ BLUTEAU, Rafael. *Dicionário da Língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 1: A - K)*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

²⁶⁰ VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853.

na lógica, no modo de organização social e nas próprias práticas sociais²⁶¹. No caso dos referidos escravos do Santana, o que era colocado por eles aludia aos dias de sexta e sábado que fossem considerados dias santos, caso tais dias caíssem em datas celebradas pelo calendário litúrgico, o senhor não iria retirar o combinado para que houvesse trabalho no engenho.

A relevância de tais dias para esse período setecentista pode muito bem ser percebida em escritos e textos contemporâneos à mesma época, como o caso das *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*²⁶², de 1707, ou a obra *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*, do – também religioso – Jorge Benci²⁶³. Segundo o autor, tais dias seriam voltados para todos os sujeitos, independentes de serem senhores, feitores, familiares e cativos; pois:

Teve Deus primeiramente por fim e motivo para proibir a todos, assim livres como servos, o trabalho nestes dias, a sua honra, culto e veneração; porque devendo os homens honrar e reverenciar a Deus, e não podendo eles andar continuamente em tão justa e santa ocupação, por causa dos embaraços e lida, que traz consigo o comércio da vida humana; foi mui conveniente que Deus assinalasse e determinasse tempo particular, em que desimpedidos das mais ocupações o venerássemos com a adoração e culto devido a tão Divina Majestade. **Por isso na Lei Escrita mandou que santificassem os sábados, e na Lei da Graça os domingos e mais dias santos (grifo meu)**²⁶⁴.

O valor simbólico dos dias de sábado e domingo era notável para esta sociedade e, acima de tudo, era o interstício de tempo voltado para seguir as doutrinas religiosas e ensinamentos cristãos. Os escravos não estavam excluídos dessa obrigação, pelo contrário, os senhores possuíam a responsabilidade de introduzi-los na doutrina cristã, de fornecer o suporte para a catequização dessas pessoas, sendo que estes proprietários estavam no encargo de tal dever²⁶⁵.

Contudo, não existia somente o objetivo de atender a preceitos religiosos, havia, da mesma forma, uma observação ao princípio dos limites do trabalho. O próprio

²⁶¹SOUZA, Laura de Mello. *O diabo e a terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. Companhia das Letras, 1986.

²⁶²VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853.

²⁶³BENCI S.I., Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*:(livro brasileiro de 1700) /Jorge Benci; estudo preliminar de Pedro de Alcântara Figueira, Claudinei M. M. Mendes. São Paulo, SP :Grijalbo,1977.

²⁶⁴Idem, p. 188.

²⁶⁵ROCHA, Manuel Ribeiro. *Etíope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

trabalho escravo era visto, pelo consenso social, como sendo baseado em uma moderação das atividades, pelo menos algo desenvolvido em um pensamento ideal. O senhor, ao lidar com seu escravo, deveria estar consciente em direcioná-lo a aquilo que era definido como um trabalho justo, cristão e moderado²⁶⁶; pelo menos este era o discurso que circulava entre autoridades eclesiásticas.

Tanto o excesso de trabalho quanto a falta do mesmo era tido como prejudicial. A ociosidade, de acordo com Benci, tornava os escravos insolentes, preguiçosos, indisciplinados e dados ao pecado²⁶⁷. O senhor, em seus encargos, deveria fornecer o trabalho para que, de tais atividades, o cativo pudesse obter o seu sustento, pois o pão viria após a labuta do dia²⁶⁸. Esta ação pode ser aparentada com uma política de incentivos positivos²⁶⁹ para disciplinar e adaptar os sujeitos no âmbito da sistemática do trabalho escravo, além do fato de que a ociosidade era vista como oficina frutífera para a subversão. De acordo com o autor “A razão mais eficaz e urgente é a que dizíamos. Para que se não façam insolentes, e pra que não busquem traças e modos com que se livrem da sujeição de seu senhor, fazendo-se rebeldes e indômitos [...]”²⁷⁰. Isto é, a preocupação para com possíveis levantes elaborados no interstício de tempo proveniente da falta de trabalho era um receio que assombrava os corações de senhores e autoridades da época. O trabalho surgia, assim, no papel de instituir ordem, controle e disciplina; sendo que o escravo que se encontrava cansado do serviço não teria tempo para se rebelar²⁷¹.

Não se pode negar o fato de que a política de controle das populações cativas apresentava táticas e métodos distintos, os quais mudavam no decorrer da temporalidade²⁷². Entretanto, a sujeição e subordinação perpassava a disposição das atividades e responsabilidades que eram direcionadas aos cativos, fossem crioulos ou africanos. Dessa forma, a regularidade do trabalho entrava como um dos alicerces do programa disciplinar, assim como a distribuição dos sujeitos nos espaços em que

²⁶⁶ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. Ed. Belo Horizonte: Ed, Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

²⁶⁷ BENCI S. I. Idem, p. 171.

²⁶⁸ Idem, p. 172.

²⁶⁹ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001, p. 104.

²⁷⁰ Idem, p. 175.

²⁷¹ Idem.

²⁷² MARQUESE, Rafael de Bivar. *Factores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ocupavam, os prazos e cotas em que as atividades eram apresentadas, etc. Todos esses elementos faziam parte de tal planejamento de adestrar os corpos e a personalidade²⁷³.

Mas, como estamos abordando um contexto histórico marcado pela concepção de mundo – tanto nos aspectos políticos quanto sociais – embasada em uma sociedade corporativa polissinodal²⁷⁴, o ato de fornecer a tarefa também era visto como ação de caridade²⁷⁵, como forma de inserção do cativo na cristandade e no perfil de integrante do império ultramarino. O escravo, mesmo que posicionado nessa condição, era tido como um ser que deveria ser redimido/reabilitado e incluído na sociedade colonial²⁷⁶, tal pensamento era um dos princípios que fundamentavam a escravidão do período moderno²⁷⁷. Nessa linha argumentativa, surgia o preceito de uma moderação cristã, como apontado por Benci, para que tal “ressocialização” se desse aos moldes almejados à época, era necessário certo equilíbrio entre os tempos de trabalho e os tempos para descanso. Contudo, como observado por este escritor, o maior erro dos senhores não era o deixar os cativos em grandes períodos de ociosidade, mas o de exceder em dias de trabalho²⁷⁸; algo que – como veremos no decorrer da análise do documento – provavelmente era experimentado pelos cativos do engenho Santana.

Todavia, quando observamos o texto do documento percebemos o principal motivo pelo qual os escravos ambicionavam em ter estes dias salvaguardados como momentos livres das atividades para com o engenho, o qual seria a vontade de trabalharem para eles próprios. Ou seja, não estavam apreensivos pelo fato de não terem tempo para cumprir os deveres religiosos, pelo contrário, almejavam estes dias para que pudessem exercer trabalhos autônomos que trouxessem benefícios para suas vidas e para o próprio dia a dia que era vivenciado na escravidão.

Benci, ao mencionar a importância desses dias, não deixou de citar a possibilidade de trabalhos autônomos dos escravos. Segundo ele:

²⁷³ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987, p. 136.

²⁷⁴ FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

²⁷⁵ ROCHA, Manuel Ribeiro. *Idem*.

²⁷⁶ *Idem*.

²⁷⁷ MATTOS, Hebe. A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista, GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²⁷⁸ BENCI S. I. *Idem*, p. 171.

Com isto porém não pretendo dizer que não possa o senhor consentir que o escravo depois de ouvir Missa vá trabalhar para si; porque, regularmente falando, é tal a miséria dos escravos do Brasil, ainda dos que são mais bem tratados de seus senhores, que carecem de muitas coisas (as quais talvez os senhores lhes não podem dar), [...] não há dúvida que lhes é lícito granjeá-las com o seu trabalho nos domingos e dias santos.²⁷⁹

Esse autor não negava a possibilidade dos cativos se utilizarem do tempo livre para o objetivo de exercerem atividades independentes, porém, tais ações eram colocadas não como prioridades, mas como opções, no caso de restar tempo para este fim. O ato de ir às missas, cumprir com os deveres religiosos, eram posicionados como sendo o substancial fundamento que dava sentido aos dias de sábado, domingos e dias santos. Apesar disso, devemos analisar de forma crítica os argumentos e retórica do autor, além de seu local de fala; logicamente um sujeito proveniente dos grupos do clero iria defender tal tese, já os cativos dos engenhos brasileiros, provavelmente deram outra significação para estes dias da semana.

O trabalho era o principal tema que foi abordado para com esse pedido acerca dos dias santos. Ademais, esta temática esteve presente ao longo de toda a escrita do documento. A necessidade de suprir carências básicas de vida no cativo era o que se colocava como o anseio dessa comunidade e que se expressava nesse escrito. Sendo assim, se de um lado os senhores e proprietários de fazendas descumpriam o ideal de ceder tempo livre para seus servos e escravos no intuito de descansarem e louvarem – dando mais trabalho –, de outro lado os cativos costumavam infringir tal ideal de clamor religioso para buscar sanar suas necessidades vitais e urgentes. Mas quais tipos de atividades autônomas eram executadas pela comunidade do engenho Santana?

Variadas pesquisas mostraram, ao longo do tempo, a capacidade e potencialidade de operações econômicas que as populações escravas poderiam executar²⁸⁰. Mesmo sob a condição jurídica de semovente²⁸¹, as práticas do cotidiano da sociedade brasileira escravista demonstrava a possibilidade dos cativos em acumularem patrimônio. Dessa forma, trabalhos no comércio, serviços como pedreiro, jardineiro, pintor, marceneiro, etc. eram realizadas por escravos/libertos com vista de acumular

²⁷⁹ Idem, p. 197.

²⁸⁰ MACHADO, Maria Helena P.T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, v.08, n.16, p.143-160, mar./ago. 1988. p.143-160.

²⁸¹ LARA, Sílvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil*. Campinas, SP: 2006.

recursos. Tais obras eram efetuadas principalmente nos espaços urbanos, posto que nos espaços rurais as atividades em roças e produções agrícolas eram os mais corriqueiros e que manifestavam-se como principais fontes de renda. As populações escravas, dessa forma, buscavam não estar de fora de tal dinâmica.

Com isso em tela, é justamente no intuito de impulsionar a produção, tanto das grandes *plantations* quanto das pequenas roças, que surgia o mecanismo conhecido pela historiografia como “brecha camponesa”²⁸²; fator este que era corrente na vida dos cativos do engenho Santana. A brecha consistia na prática dos senhores em fornecer parcelas de terra para seus escravos cultivarem gêneros próprios para a subsistência, incitando a formação de um protocampesinato cativo²⁸³. Este costume se encontrava difundido tanto na América portuguesa – sendo utilizado nas Ilhas africanas de Açores e Madeira durante o século XVI²⁸⁴ – quanto nas Antilhas inglesas, francesas, espanholas e no sul da América Inglesa²⁸⁵.

As intenções que perpassavam tal costume social podem ser entendidas em três hipóteses distintas desenvolvidas por Cardoso: a primeira entraria em contato com a necessidade de sustento dos escravos, minimizando os custos de manutenção e reprodução da força física de trabalho – sendo que, com os cativos produzindo seu próprio alimento, não haveria a necessidade de recorrer ao mercado. O segundo ponto mostrava a contribuição que esse hábito gerava para maximizar a exploração dos cativos em regiões que estavam interligadas ao comércio do império ultramarino. Já o terceiro,

²⁸² Segundo o historiador Ciro Flamarion S. Cardoso, tal conceito foi atribuído ao autor Tadeusz Lepkowski, pesquisador o qual identificou as práticas econômicas associadas às atividades agrícolas que surgiam além das grandes *plantations*. Foram identificadas quatro variedades desse termo: o primeiro seria a respeito dos “camponeses não proprietários”, onde pessoas de diversas origens arrendavam pequenas roças para o sustento próprio; o segundo, de “camponeses proprietários” em que, após um tempo de servidão voluntária, o ex-servo recebia a posse definitiva do terreno; o terceiro era referente às produções campesinas exercidas nos quilombos – algo que teve grande destaque nas regiões do Caribe, como Jamaica e Suriname –; por último, o “proto campesinato escravo” que aborda as parcelas de terras e de tempo fornecidas pelos senhores para seus cativos. Ver: CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, Escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, p.133; MCKEE, Helen. *From violence to alliance: Maroons and white settlers in Jamaica, 1739–1795*. SLAVERY & ABOLITION, vol.39, no. 1, 2018, 27-52.

²⁸³ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. Editora Brasiliense, 1987.

²⁸⁴ VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis, RJ :Vozes,1986, p. 38.

²⁸⁵ GARCIA, Simone Pereira; BASTOS, Cecilia Maria Chaves Brito. Ciro Flamarion S. *Cardoso e a questão da brecha camponesa*. Revista Tempo Amazônico | V. 1 | N. 1 | janeiro-junho de 2013 | p. 5-16.

demonstrava a capacidade desse hábito como forma de atenuar o perigo de levantes e fugas por meio da obtenção de determinados direitos – mesmo que limitados²⁸⁶.

Em relação à subsistência, ponto encontrado na segunda hipótese, o terreno em que era instalado o engenho de um senhor apresentava uma forte característica de autossuficiência, pois, os senhores poderiam muito bem retirar todo o sustento de seus escravos, agregados e outros indivíduos por meio dos “frutos” da própria terra. Sendo assim, as estratégias utilizadas para sanar tal problemática eram tidas, novamente, em três aspectos: o dos escravos produzirem mandioca para a confecção de farinha e demais alimentos – algo que fazia parte das atividades compulsórias do dia a dia –; o uso da brecha camponesa, cedendo tempo e terra para seus cativos em suas produções; ou uma terceira via, a compra que era efetuada nos mercados²⁸⁷. Com certeza o uso de forma alternada e misturada dessas táticas poderiam ter sido constantes na administração de um engenho, no entanto, o desejo de ampliar a produtividade dos gêneros de exportação levava ao abandono das duas primeiras práticas, isto é, deixavam de cultivar as especiarias alimentícias para o aproveitamento do máximo possível das terras para o cultivo de cana de açúcar, levando à dependência do engenho para com o mercado interno na obtenção de alimentos²⁸⁸. Esse fator já indicava a fragilidade da brecha camponesa, pois, mesmo estando sob a posse das populações cativas, ainda assim, havia a probabilidade do senhor retomar o terreno em prol de seus interesses e planos²⁸⁹, pois devemos lembrar que o cativo não era, de fato, o proprietário.

Apesar disso, o efeito psicológico que essa pequena brecha no regime escravista exercia para com o escravizado possuía uma função significativa na manutenção do próprio sistema escravocrata. Esse fator é visto no escrito intitulado como *memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*²⁹⁰, do barão de Pati dos Alferes, o qual foi desenvolvido em meados do século XIX; nessa obra, o autor destrinçou dicas e modos do como agir na administração de uma *plantation* de café, e no interior dessas práticas abordava, de forma enfática, o papel da brecha camponesa.

²⁸⁶ Idem, p. 137.

²⁸⁷ BARICKMAN, B.J. *Um contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo 1780-1860*. Civilização Brasileira, 2003.

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ GARCIA, Simone Pereira; BASTOS, Cecília Maria Chaves Brito. *Ciro Flamarion S. Cardoso e a questão da brecha camponesa*. Revista Tempo Amazônico | V. 1 | N. 1 | janeiro-junho de 2013 | p. 5-16.

²⁹⁰ SILVA, Eduardo (Org.). *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Edição original de 1847 e edição modificada e acrescida de 1878. Rio de Janeiro/Brasília, Fundação Casa de Rui Barbosa/Senado Federal, 1985.

Visto que, a obtenção da obediência e de certas garantias na contenção do desenvolvimento de revoltas se encontravam como resultados desse costume, além do mais, o interesse em “prender” o cativo à fazenda para com as atribuições e responsabilidades nos trabalhos e ocupações da administração, os quais surgiam como requisitos para a manutenção das roças nas mãos escravas, era tido como um dos principais efeitos dessa relação. Não à toa, poderíamos afirmar que existia uma função ideológica por de trás dessa prática²⁹¹.

Todavia, se de um lado esse costume acarretava a benefícios para os senhores de terras e a administração de seus negócios, por outro lado os escravos também conseguiam obter ganhos nesse procedimento. Isto fica claro na exigência dos cativos levantados que exigiam a manutenção de tais dias para esta finalidade; sendo que era pedido um dia a mais para os trabalhos autônomos: o dia de sexta-feira. Vários cronistas e observadores, como Henry Koster²⁹² e o próprio Antonil²⁹³, argumentavam o quanto era insuficiente os dias que eram cedidos para o cultivo próprio dos cativos. Somente os dias de sábado e domingo demarcava um período curto para o plantio dos escravos, isso quando lhes era concedido tal tempo.

No caso vivenciado pela comunidade do Santana esse aspecto com certeza era marcante, pois, o desejo de ter o sexto dia da semana como extensão dos dias livres manifestava a preocupação que estes sujeitos detinham para com a possibilidade de ampliar o tempo de trabalho independente e, por conseguinte, da produção própria. Seria a possibilidade de exercer ações voltadas para seus interesses emergenciais e necessidades básicas, indo além do proposto por Benci.

Contudo, não somente dos “frutos da terra” consistia a subsistência desses cativos do engenho Santana, pois também é identificada a presença de atividades de característica pesqueira. No segundo artigo do tratado foi colocado da seguinte forma: “Para podermos viver nos há de dar Rede tarrafa e canoas”²⁹⁴. Nesse pedido, é de fácil constatação o motivo que cerca tal solicitação: atender ao sustento e sobrevivência material dessas pessoas.

²⁹¹ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 22.

²⁹² KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942.

²⁹³ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. Ed. Belo Horizonte: Ed, Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

²⁹⁴ Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

Ilhéus já era conhecida na época por sua potencialidade em rios e afluentes que exerciam certa importância para a própria atividade econômica da comarca²⁹⁵, o próprio engenho Santana era tido como um engenho Real, o qual era movido por meio da força das águas do rio Santana²⁹⁶. Ou seja, o emprego da força fluvial se demonstrava essencial para a atividade de produção de açúcar. Ao mesmo tempo o rio se convertia em fontes da economia dos cativos. A pesca surgia, nesse caso específico, como forma de obter alimento, junto com os gêneros adquiridos pelo cultivo da terra. A tarrafa, instrumento que – como visto em um documento setecentista – já era utilizado para a captura de peixes, ainda hoje se encontra em grande uso no litoral brasileiro, principalmente na região nordestina; nos dias de hoje ela chega a ter 4,31 m de comprimento, com fundo redondo de 12,9 m e contém pesos²⁹⁷. Muito provavelmente estes escravos se utilizavam das canoas e das redes tarrafas do engenho. O que pretendiam seria a posse definitiva dessas duas ferramentas. Assim, poderiam conquistar um maior espaço de barganha, já que os trabalhos eram determinados pelo ritmo da natureza ou – como visto – nos dias de finais de semana e dias santos²⁹⁸.

Obter os dias de sexta-feira, deste modo, seria a conquista de maior independência e autonomia na gestão da vida privada e doméstica de cada família escrava e da comunidade como um todo, de maneira que iria além dos espaços e brechas que tradicionalmente eram cedidas dentro dos costumes da sociedade escravista do século XVIII. O que era buscado por esses sujeitos que estavam propondo as condições para o fim de seu movimento não era somente a manutenção das tradições, ou fazer com que fossem cumpridas de fato, mas a expansão de tais práticas, vistas aqui como direito, mesmo que sendo um direito consuetudinário – construído por meio da tradição/costumes. Nada obstante, o tratado levado ao proprietário ainda iria abordar outras cláusulas e temáticas que, de forma direta ou indireta, teriam ligação para com esse primeiro pedido; não seria exagero dizer que a primeira exigência presente neste documento detinha, efetivamente, um grau de importância que se estendia para as demais disposições, assim como visto na reivindicação por redes tarrafas e canoas –

²⁹⁵ SÁ, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e. *Ensaio de descrição física, e economica da Comarca dos Ilheos na America*. Por Manoel Ferreira da Camara. 1789. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or9293/or9293.pdf (acessado em Abril de 2019).

²⁹⁶ MARCIS, Teresinha. *Viagem ao Engenho Santana*. Ilhéus: Editus, 2000, p.18.

²⁹⁷ SCHWARTZ, 2001, p. 119.

²⁹⁸ MARCIS, Teresinha. O Engenho de Santana: Uma reconstrução histórica. In: PÓVOAS, Rui do Carmo (org.). *Mejigã e o contexto da escravidão*. Ilhéus :Editus, 2012, p. 306.

tentativa de conquistar tempo suficiente e ferramentas adequadas para o trabalho autônomo. Por isso, devemos voltar nossa atenção para os tópicos seguintes.

2.4 Distinções étnicas: a relação para com os pretos Minas.

Nos dois termos subsequentes há a continuação a menção de atividades pesqueiras e de obtenção de alimentos por meio de tal categoria de trabalho, porém, não se referiam a atividades que eram desejadas e buscadas a serem exercidas por essas pessoas, pelo contrário, eram funções que – por algum motivo ou vários – estavam sendo rejeitados pelos escravos rebelados e sendo atribuídos para os cativos africanos, de etnia Mina. Segundo os termos do documento, foi mencionado da seguinte forma: “Não nos há de obrigar a fazer camboas, nem amariscar, e quando quiser fazer camboas e mariscar mande os seus pretos Minas”²⁹⁹.

As camboas, também escritas nessa época como Gamboa, eram definidas como “azeiros, que se fazem dentro na água onde se toma o peixe”³⁰⁰, sendo que o azeiro se trata de uma “armadilha de pescador dentro da água [...]”³⁰¹. Outra definição dada pelo dicionário de Raphael Bluteau seria o de “lago a beira mar, com porta por onde entra o peixe com a maré, e fica em seco na vazante”³⁰². Enfim, a camboa – o qual, assim como a tarrafa, continua sendo utilizada nos dias atuais – se tratava de uma ferramenta de pesca, justamente um tipo de armadilha para a captura de pescados.

Segundo Giglio e Freitas, acerca do uso de camboas nos dias atuais:

A pesca com rede de camboa é tradicional em todo o norte e nordeste do Brasil e também no extremo sul da Bahia. Consiste em uma rede de malha pequena que é colocada na borda dos manguezais, cercando os peixes que estão nas raízes da vegetação durante a maré cheia. A despesca ocorre na maré baixa [...]³⁰³

Como visto por esses pesquisadores, apesar de exercer efeitos nocivos para a preservação de determinadas espécies de peixes³⁰⁴, a prática da pesca artesanal, com o uso das camboas, ainda se encontra como uma das principais formas de obtenção de

²⁹⁹ Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

³⁰⁰ BLUTEAU, Rafael. *Dicionário da Língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 1: A - K)*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. p.651.

³⁰¹ Idem, p. 154.

³⁰² Idem, p. 221.

³⁰³ GIGLIO, Vinícius José; FREITAS, Matheus Oliveira. *Caracterização da pesca artesanal com rede de camboa na reserva extrativista de Cassurubá, Bahia*. Biotemas, 26 (2): 249-259, junho de 2013, p. 250.

³⁰⁴ Idem, p. 256.

renda e do sustento da economia doméstica de muitas famílias que habitam tais regiões³⁰⁵. Sendo que se encontram como uma forma tradicionalmente usada, inclusive nas localidades ao sul do estado da Bahia. Nos meados dos setecentos, provavelmente Ilhéus possuía esta atividade como um fator frequente nas costas praieiras e terrenos limítrofes aos rios – ou seja, em manguezais – fonte de provisões tanto de livres quanto de libertos e cativos.

Já o ato de mariscar também se enquadra na categoria de pesca artesanal, sendo considerado de baixo impacto ambiental nos dias atuais. As ferramentas usadas costumam ser simples e de fácil obtenção: “ferro e facão para retirar o marisco, sapatão de pano, calça e capote para se proteger das muriçocas e outros insetos no manguezal e o balaio para carregar os mariscos”³⁰⁶; mas devemos recordar que estes são os instrumentos habitualmente utilizados nos dias correntes, posto que se torna relevante ter em mente as possíveis mudanças em tais práticas no decorrer do tempo. Normalmente, a pessoa que procura os mariscos faz seu caminho a pé pelos mangues, tendo o auxílio de uma canoa para chegar a manguezais mais distantes³⁰⁷.

Essas atividades, porém, não faziam parte da rotina de trabalho autônomo desses escravos, visto que era pedido que não fossem compelidos pelo senhor, ou os integrantes da administração senhorial, a exercer tal função; algo que demonstrava a pressão para com o ato de mariscar, ou seja, os maiores interessados nesse tipo de pesca seriam os feitores/administradores e não os cativos. Eram comuns a presença de tarefas extras que iriam além daquilo que era cobrado para a produção de açúcar, os chamados quinguingu³⁰⁸. Das reivindicações que foram feitas, sete seriam relativas a esses tipos de trabalho³⁰⁹, voltadas para prover os mantimentos para administradores e feitores, os quais eram questionados e criticados pelos levantados, como visto no trecho seguinte: “Para o seu sustento tenha Lanxa de pescaria, e canoas do alto, e quando quiser comer mariscos mande os seus pretos Minas”³¹⁰.

³⁰⁵ Idem.

³⁰⁶ FIGUEIREDO, Mariana M. *A mariscagem e as mulheres na baía do Iguape-BA*. Iº SEMINÁRIO ESPAÇOS COSTEIROS 26 a 29 de setembro de 2011. Eixo Temático 1 – Pesca e Aquicultura: produção, trabalho e cotidiano. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/secosteiros/article/viewFile/14669/10024> (acesso em: novembro de 2019).

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ MARCIS, Idem, p. 305.

³⁰⁹ Idem.

³¹⁰ Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

Interessante notar que, mesmo havendo contestação a esses trabalhos, os cativos estipulavam que, para a atividade de pesca direcionada para a obtenção de alimentos que fossem de proveito dos supervisores do engenho, e do próprio proprietário, era necessário a presença de lanchas e canoas específicas para a pescaria. Todavia, o ato de mariscar continuou sendo rejeitado pelos escravos, sendo novamente relegado aos pretos minas. Como colocado por Teresinha Marcis³¹¹, provavelmente estas atividades eram vistas como humilhantes ou perigosas, havendo o desinteresse em ser executados pelos escravos crioulos, os quais se encontravam em maioria no engenho. Mas, outra hipótese pode ser obtida desse caso.

Assim como foi visto, os escravos eram coagidos a construírem camboas para esse gênero de pesca artesanal, esse instrumento se assemelhava à uma arapuca, sendo que passava por uma confecção manual até chegar em seu estado final. A feitura de camboas, em uma quantidade ideal para a obtenção de um número significativo de pescados, deveria tomar muito tempo; e como visto na primeira exigência desse tratado, tempo era algo precioso para estas pessoas. Apesar de que, como colocado por Manuel Ribeiro Rocha, “o tempo não é alimento e coisa comestível”³¹² mas era por meio desse elemento que estes sujeitos se organizavam, planejavam e executavam as ações para obtenção do sustento.

Após árduos trabalhos na colheita de cana e no fabrico do açúcar, gastar mais algumas horas para a construção de instrumentos de pesca, os quais nem eram voltados para a aquisição de alimentos para os próprios cativos, significava uma perda de tempo para as atividades autônomas. O ato de mariscar, eventualmente, representava uma tomada da parcela desses espaços de autonomia dos escravos, assim como a feitura das camboas. Pois, se compararmos com a maneira em que essa tarefa é efetuada nos dias atuais, haveria a necessidade de uma considerável paciência e destreza na procura de mariscos e frutos do mar; isto é, as horas que seriam consumidas nesse tipo de serviço significavam a perda de um recurso essencial para estes sujeitos: o tempo livre. Além disto, tanto a primeira função como a segunda, representava ações em que o pescador mantinha contato direto com a água e a umidade, algo que – nas condições de trabalho escravo dos setecentos – possivelmente representava um dia inteiro no uso de roupas

³¹¹ MARCIS, Idem.

³¹² ROCHA, Manuel Ribeiro. *Etiópe resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p.128.

encharcadas e frias, dessa forma, o risco de desencadear baixa imunidade e a ascensão de doenças era bem factível.

Estas ocupações, as quais os escravos do engenho reivindicavam a dispensa, prejudicavam o uso da brecha camponesa pelos cativos em benefício do cumprimento dos quinquênios, as atividades extras voltadas à interesses difusos da administração senhorial. Surge aqui a saída tomada pelos autores do tratado para a resolução dessa problemática: delegar tal função para os escravos africanos, os Minas.

A maneira como estes cativos são mencionados por aqueles que se rebelaram chamam a atenção do leitor, fosse os contemporâneos da época, ou os dos dias atuais. O fato de designá-los por meio de termos propriamente escravistas³¹³, demonstrava certo distanciamento entre os levantados e estes cativos – uma nítida manifestação de uma ideia de um “nós” de um lado, e o “eles” de outro. O episódio apresenta a atribuição de uma tarefa não desejada para estes africanos, e estes fatores indicavam a não participação dos mesmos no movimento de revolta escrava de 1789.

Nota-se que não havia união entre escravos crioulos e africanos na revolta, e que enunciava algo visto em variadas pesquisas historiográficas o qual se repetiu de forma constante em rebeliões escravas na região da Bahia, nos finais do século XVIII e princípios do XIX³¹⁴. Contudo, o exemplo analisado no engenho Santana trouxe um aspecto específico e significativo para a compreensão da realidade da comunidade cativa desse território. Segundo João José Reis, a grande parte das revoltas escravas que tomaram corpo nas regiões do recôncavo baiano entre os anos de 1800 até 1835, foram lideradas por escravos vindos do continente africano, em especial estavam os da etnia haussá³¹⁵. Tais movimentos não eram compactuados pelos escravos crioulos, chegando a serem agredidos pelos revoltosos³¹⁶. Porém, o que foi visto no engenho de Ilhéus, poucas décadas antes, demonstrava o oposto: um levante organizado e liderado por escravos crioulos sendo que os cativos africanos eram marginalizados desse processo.

Deve-se notar o fato da comunidade escrava, que se encontrava no engenho, ter sido composta principalmente de crioulos locais/regionais e que constituíram famílias

³¹³ KARASCH, Mary. “Minha Nação”: Identidades escravas no fim do Brasil colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

³¹⁴ REIS, J.J. *Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos*. AFRO-ASIA, v. 15, p. 100-126, 1992.

³¹⁵ REIS, J.J. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

³¹⁶ Idem.

que engendraram seu viver durante algumas gerações. No entanto, isso não era verificado somente no contexto da revolta; já no período da administração Jesuítica (1618-1759) era notável uma maior presença de crioulos no “plantel”, além de um equilíbrio entre os sexos, havendo uma proporcionalidade entre homens e mulheres³¹⁷, aspecto este que facilitava a formação de famílias escravas³¹⁸.

Pesquisas recentes, que abordam a escravidão em Ilhéus, mostraram que essa realidade não era exclusividade do engenho, pois configurações semelhantes eram existentes nas demais propriedades escravistas da vila³¹⁹, tanto a composição étnica quanto a sexual. As fontes existentes entre as cartas de alforria³²⁰ e os inventários³²¹ dessa região comprovam essas características, porém, deve-se notar alguns detalhes importantes; como o fato de que a partir dos finais do século XVIII, com o chamado “renascimento agrícola”³²², a demanda e entrada por escravos africanos teria tido um aumento considerável – como visto no primeiro capítulo dessa dissertação e, nos registros dos documentos citados. Estes escravos Minas provavelmente foram obtidos para suprir a expansão de produtividade que ocorria nesse contexto.

Entretanto, surge uma questão de aspectos simples, mas que pode nos dizer muito acerca do regime escravista: se os cativos revoltosos não desejavam exercer as atividades mencionadas nessas duas cláusulas para poderem ter mais tempo livre no trabalho em suas roças, os escravos Minas, se fosse realizado o desejo dos autores do documento, estariam fora da possibilidade de se utilizarem de espaços independentes para com os trabalhos do engenho. Dessa forma, seriam os pretos Minas excluídos da oportunidade de terem em mãos um lote de terra e tempo para o seu trabalho próprio? O que podemos dizer, com maior certeza, é que houve casos em que cativos de origem africana obtiveram as chances de exercer atividades que permitiram o acúmulo de recursos para a compra da liberdade e, inclusive, aquisição de pequenos patrimônios³²³.

³¹⁷ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

³¹⁸ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

³¹⁹ MARCIS, Idem, p. 313.

³²⁰ Seção Judiciária. Livros de notas da vila de São Jorge dos Ilhéus. Cartas de liberdade (1710-1886). Banco de dados do CEDOC/UESC.

³²¹ Seção Judiciária. Autos de inventários de São Jorge dos Ilhéus, 1813-1887. Banco de dados do CEDOC/UESC.

³²² SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001, p. 136.

³²³ GUEDES, Roberto. *Senhoras pretas forras, seus escravos negros, seus forros mulatos e parentes sem qualidades de cor: uma história de racismo ou de escravidão? (Rio de Janeiro no limiar do século XVIII)*.

Esse mecanismo, ademais, possuía como um dos objetivos a socialização e adaptação dos cativos africanos nas terras da América portuguesa³²⁴. Porém, temos que levar em consideração as especificidades regionais e temporais.

No caso do engenho do sul de Ilhéus, o interesse em ceder tais espaços seriam para o coeficiente predominante dos escravos do engenho, no caso a população crioula. Com isso, somado ao fato de que a brecha camponesa era destinada principalmente para escravos que contraíram matrimônio³²⁵ – sendo um feito que induzia a noção de responsabilidade e comprometimento para com os serviços do engenho, havendo a ligação entre trabalho e obtenção do sustento familiar –, a parcela africana dos escravos ficava prejudicada na obtenção de roças e tempo livre que fosse voltado para seus interesses.

A vista disso, aqueles que se rebelaram no ano de 1789 representavam a principal mão de obra, em números, dessa fábrica de açúcar, tendo provavelmente maior possibilidades de barganha na conquista de espaços de autonomia³²⁶. A obtenção da brecha camponesa seria um benefício que a comunidade crioula teria conseguido em detrimento dos pretos Minas, dessa forma, poderíamos engendrar outra dedução, a que a formação de matrimônios entre africanos e crioulos também não ocorria com tanta frequência quanto a união entre pessoas da mesma origem, no caso, os cativos brasileiros exerciam maior número de união conjugal; algo demonstrado em pesquisas anteriores³²⁷ e que foi experimentado nesse engenho.

A respeito da formação de famílias cativas, um contexto importante para esse fenômeno foi o período em que estavam sob a administração jesuítica. Especificamente nos anos de 1731 e 1752, há a existência de dois arrolamentos documentais referentes aos cativos do engenho, o primeiro caso demonstra um momento em que não houve o incentivo a formação de casamentos entre os sujeitos escravos. Já o segundo seria o resultado de anos baseados em políticas de fomento de uniões oficiais entre a população

In: DEMETRIO, Denise Vieira; SANTIROCCHI, Ítalo; GUEDES, Roberto (Org.) *Doze capítulos sobre escravizar gente e governar escravos: Brasil e Angola – séculos XVII-XIX*. 1. Ed., Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

³²⁴ VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986, p. 107; e FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

³²⁵ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942.

³²⁶ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

³²⁷ SCHWARTZ, Idem.

escrava. Nos dados do ano de 1731, o número de casais figuravam 61%, nos anos de 1752 esse valor teve um crescimento para 79,8%; sobre a quantidade de pessoas que viviam em um domicílio chefiado somente por uma mulher (sendo os dependentes filhos, netos, parentes e “outros”) chegavam a 20,4% na primeira data, tendo um decréscimo para 17,3% em 1752; a de domicílios chefiados por homens com seus dependentes era tido em 8,6%, caindo para 6,2%; por fim, o número de solitários caiu de 8,5% para 6,7%³²⁸. Porém, devemos fazer um adendo importante: o fato de não ter ocorrido uma política administrativa de incentivo à matrimônio antes do ano de 1731 não significava que os próprios escravos não exerciam uniões entre si, mesmo que não oficializadas; longe disso, tais uniões ocorriam com frequência. No entanto, pelo fato de não serem sancionadas pelas autoridades eclesiásticas, havia a definição de tais uniões serem tidas como simples concubinatos³²⁹.

Tal política de incentivo a casamentos, exercido pelos jesuítas ainda na primeira metade do século XVIII, surtiram efeitos significativos que permearam até a década de 80 dos setecentos. Além do fato de que o número de pessoas, na condição de escravos, chegaram a 300 almas nesse período,³³⁰ os sujeitos que se encontravam como parte da comunidade cativa no contexto da revolta, em 1789, seriam a segunda ou terceira geração desses casais formados até o ano de 1752. Assim, a afirmação de que este grupo que compunha a mão de obra do engenho Santana detiveram vínculos além das relações de trabalho, ao ponto de se constituírem em redes de parentesco, formando e engendrando uma comunidade, se torna mais verossímil a partir desses dados.

Tendo isso em tela, ao abordar o caso dos recém chegados da África, e que muito provavelmente foram adquiridos pelo proprietário do engenho ainda na década de 80, a década da revolta, a possível construção de ligações de solidariedade e ajuda mútua para com os que já se encontravam nesse local se tornava de difícil viabilidade. Ademais, o fato de serem de outra cultura, detentores de uma crença e idiomas diferenciados, dificultava o processo de adaptação para com o novo mundo³³¹. Os Minas eram provenientes da África Ocidental³³², na Costa da Mina, localidade que

³²⁸ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 322.

³²⁹ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2º ed. corrig. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

³³⁰ Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

³³¹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

³³² GUEDES, Idem, p. 35.

forneceu grande coeficiente de cativos para o trabalho de extração de ouro, e na renovação das exportações agrícolas no recôncavo baiano e a comarca de Ilhéus. Mas, como visto anteriormente, a Costa da Mina provavelmente representava o porto de saída dessas pessoas, sendo que poderiam ter sido escravizados já no interior do continente e levados para a área litorânea ao encontro do tráfico transatlântico de escravos.

O termo “Mina”, dessa forma, não apresentava uma real identificação das origens e etnias de onde esses sujeitos seriam provenientes, mas se trataria de uma classificação cunhada no âmbito da sociedade escravista da América Portuguesa. Sendo algo exterior as representações culturais desses africanos. Contudo, no decorrer do tempo e da vivência que era tida no interior do regime escravista, a necessidade de reconstrução da personalidade e de uma identidade surgia como de essencial importância³³³, levando ao ponto de haver apropriações de aspectos da cultura e do discurso hegemônico convertidos para a edificação dessa nova vida em terras distintas. O uso desses termos poderia ser visto como forma dos cativos recém chegados da África poderem se adaptar e construir redes de solidariedade/clientelares formando comunidades a partir dessas identificações³³⁴. Ou seja, o uso do ato criativo de tais seres humanos para lidar com as dificuldades do viver.

No entanto, alguns autores apontam outras possibilidades para o uso de tais classificações, principalmente do termo “preto”³³⁵. Costumeiramente tal termo se referia aos escravos africanos, sendo que para o caso dos cativos nascidos em terras brasileiras haveria os termos pardo/mulato, além do já mencionado “crioulo”³³⁶. Os dois termos mencionados, pardo/mulato, poderia ser referente as pessoas com uma tonalidade de cor entre o branco e o negro – se referindo a mestiços³³⁷. Porém, poderia se referir a aspectos sociais e jurídicos, não se limitando somente ao fenótipo; nesse caso, mulato também denotaria forro³³⁸. Dessa forma, a chamada “qualidade de cor” envolvia noções amplas que relacionavam-se tanto a tonalidade da pele quanto a posição do indivíduo na

³³³ MATTOSO, Idem.

³³⁴ KARASCH, Mary. “Minha Nação”: Identidades escravas no fim do Brasil colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

³³⁵ GUEDES, Roberto. Senhoras pretas forras, seus escravos negros, seus forros mulatos e parentes sem qualidades de cor: uma história de racismo ou de escravidão? (Rio de Janeiro no limiar do século XVIII). In: DEMETRIO, Denise Vieira; SANTIROCCHI, Ítalo; GUEDES, Roberto (Org.) *Doze capítulos sobre escravizar gente e governar escravos: Brasil e Angola – séculos XVII-XIX*. 1. Ed., Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.p. 21.

³³⁶ LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

³³⁷ LARA, Idem. p. 136.

³³⁸ GUEDES, Idem. p. 23.

sociedade setecentista. O conceito por de trás da palavra “preto” apontava a posição ocupada pelos cativos africanos, vistos pelos demais escravos – principalmente aqueles que estavam na vanguarda da revolta – como sendo de uma condição inferior ao dos crioulos pardos/mulatos. Devemos recordar que, em uma sociedade assentada nas distinções e privilégios, como a de antigo regime nos trópicos, até no seio da escravidão haveria hierarquia³³⁹.

2.5 A comercialização de produtos e os trabalhos para com o engenho.

O pedido que se encontra na próxima cláusula, sendo a quinta, ainda apresenta forte ligação para com a exigência referente aos dias de sexta-feira, sábado, dias santos e os tempos livres, contando com um relevante fator vinculado à subsistência e a atuação mercantil desses sujeitos, pois, se trataria justamente na possibilidade de comercialização dos gêneros produzidos pelos cativos. De acordo com o documento, foi colocado dessa forma: “Faça uma barca grande para quando for para a Bahia nós metermos as nossas Cargas para não pagarmos fretes.”³⁴⁰.

Os escravos do senhor Manoel da Silva Ferreira se colocavam de maneira enérgica nesse pedido, algo perceptível pela colocação do verbo “fazer” que se encontra no imperativo. Destarte, soava como uma exigência imperativa. É nítido o desejo de exercer uma prática mercantil, sendo que, provavelmente, era uma atividade que já se encontrava como corriqueira em suas vidas, chegando ao ponto de pagarem fretes para a venda desses produtos na Bahia. Tais dados demonstram tanto a capacidade econômica – no quesito de venda – como na posse de recursos monetários para o pagamento de fretes. No entanto, tais pagamentos não seriam necessariamente efetuados por meio de quantias monetárias, poderiam saldar tais encargos por meio da entrega de alguns gêneros agrícolas cultivados pelos mesmos. Todavia, os sinais de um fluxo comercial com certa frequência, resultante do empenho dos cativos, se demonstra evidente.

³³⁹ FRAGOSO, João. Elite das senzalas. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *O Brasil colonial, volume 3 (1720-1821)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 241-306.

³⁴⁰ Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

A título de comparação, segundo o *memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*³⁴¹ o barão de Pati dos Alferes orientava aos senhores e grandes proprietários em permitir a comercialização de especiarias pelos cativos somente no interior da propriedade, de preferência para o próprio dono da fazenda; algo que permitiria o senhor comprar tais produtos por um preço bem abaixo do mercado, havendo uma vantagem econômica por parte do proprietário³⁴². Uma ação que faria parte das estratégias que surgiam com a brecha camponesa, fornecendo espaços de autonomia e independência, porém, controlando constantemente tais “fissuras” do sistema para que não desencadeassem em uma ampla liberdade de atuação para seus escravos. Essas brechas e espaços apareciam como frutos da própria dinâmica social, mas também haveria certos usos e proveitos pelo regime escravocrata, permitindo o controle de forma perene e duradoura³⁴³. Contudo, a cautela para que não levasse para “rachaduras” comprometedoras da tessitura escravista era, da mesma forma, vista como uma necessidade³⁴⁴.

Ainda assim, a prática comercial ampla efetuada por escravos e libertos se apresenta como um fator que de fato fazia parte do cenário dessa sociedade escravista, apesar que de forma precária e com restrições³⁴⁵. O exemplo visto na ação dos cativos do engenho Santana demonstra tal realidade, além de que havia a intenção de ampliar e facilitar tal atuação. O pedido de uma barca grande representava a possível obtenção de um instrumento que levasse ao aumento de produtos que seriam levados e vendidos, expandindo os lucros dos negócios cativos, inclusive por evitar o pagamento de taxas.

Poderíamos questionar os motivos de efetuarem tais negócios na Bahia e não nas vilas da comarca de Ilhéus, para tanto, devemos primeiramente reconhecer o posicionamento do engenho Santana para com a vila, pois sua localidade era consideravelmente distante, mas não tanto quanto para a Bahia. Ademais, quando se referiam à Bahia, poderiam estar mencionando a comarca como um todo, não sendo

³⁴¹ SILVA, Eduardo (Org.). *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Edição original de 1847 e edição modificada e acrescida de 1878. Rio de Janeiro/Brasília, Fundação Casa de Rui Barbosa/Senado Federal, 1985.

³⁴² MARCIS, Teresinha. O Engenho de Santana: Uma reconstrução histórica. In: PÓVOAS, Rui do Carmo (org.). *Mejigã e o contexto da escravidão*. Ilhéus :Editus, 2012, p.311.

³⁴³ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

³⁴⁴ MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

³⁴⁵ MACHADO, Maria Helena P.T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, v.08, n.16, p.143-160, mar./ago. 1988. p.143-160.

exclusivamente Salvador; com isso, as localidades do Recôncavo seriam um dos possíveis destinos de seu comércio. Devemos lembrar do uso dos rios para o transporte e viagem, fator esse bem presente na comarca de Ilhéus e já citado por contemporâneos dos setecentos³⁴⁶, os quais demonstravam as possibilidades de chegar a baía de todos os santos de maneira rápida e com poucos transtornos³⁴⁷. Por esse motivo, os cativos encaminhavam, por via fluvial, gêneros comerciais para uma localidade em que – comparado à vila de Ilhéus – teria um fluxo comercial e uma demanda maior por produtos agrícolas – tanto a farinha de mandioca, a própria cana de açúcar, entre outros³⁴⁸. Os rios, dessa forma, seriam uma fonte não somente do sustento, obtido pela pesca, mas também um recurso que viabilizava o escoamento dos produtos dos escravos para o comércio.

Este pedido, junto com os outros quatro primeiros, teriam uma relação direta e indireta para com a intenção de subsistência, práticas econômicas e conquista de tempo para atividades próprias. Mas logo nos próximos parágrafos encontramos uma série de reivindicações mais atreladas ao dia a dia de trabalho no engenho de açúcar. Tratam-se do sétimo parágrafo até o décimo sétimo, sendo que serão estas partes que nos debruçaremos nesse instante.

Primeiramente, entramos em contato com uma petição que evolvia o cultivo de mandioca: “Na planta de mandioca, os homens queremos que só tenham tarefa de duas mãos e meia, e as mulheres de duas mãos”³⁴⁹. Como visto anteriormente, a produção de cana de açúcar não monopolizava completamente o uso do terreno de um engenho, apesar de ser a principal especiaria cultivada em tal território. Havia espaços em que outros gêneros também eram cultivados; pois os integrantes da administração senhorial, feitores, agregados e escravos não se alimentavam somente de garapa, rapadura e caldo de cana, sendo que os engenhos possuíam a característica de serem autossuficientes³⁵⁰, podendo gerar alimentos para os que se encontravam na localidade.

³⁴⁶ SÁ, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e. *Ensaio de descrição física, e economica da Comarca dos Ilheos na America*. Por Manoel Ferreira da Camara. 1789. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or9293/or9293.pdf (acessado em Abril de 2019).

³⁴⁷ Idem.

³⁴⁸ BARICKMAN, B.J. *Um contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo 1780-1860*. Civilização Brasileira, 2003.

³⁴⁹ Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

³⁵⁰ BARICKMAN. Idem.

A mandioca, vista como uma das principais espécies alimentícias da dieta da América portuguesa dos setecentos, usada na produção de farinha, beijus/tapiocas, pirão, etc., era a principal fonte de carboidratos desse período³⁵¹. Era cultivada pelos escravos do Santana para a finalidade do consumo interno, tanto para a mão de obra cativa, quanto para os demais sujeitos que atuavam no funcionamento do engenho. Aqui é perceptível o modo como era dividido e disciplinado a ordem dos trabalhos, visto que as quotas diárias de tarefas que eram executadas permaneciam medidas em “mãos”, um tipo de recurso mnemônico que facilitava a memorização e aprendizagem da quantidade que era cobrada diariamente. Infelizmente, ainda não podemos definir com precisão a quantidade de tarefas efetuadas na colheita de mandioca, algo diferente das atividades com a cana de açúcar³⁵², as quais possuem muitos registros que demarcam os números de produtividade de um engenho³⁵³.

Apesar de não podermos analisar de maneira exata o montante relativo ao cultivo de mandioca, um ponto se destaca no trecho: a definição de tarefas de duas mãos e meia para os homens, sendo que para as mulheres seria somente de duas mãos. Certamente havia o desejo de diminuir as tarefas, mas como dito, se torna impossível identificar o quanto de redução era ambicionado. No entanto, o fato de que para as mulheres era direcionado um número menor do que o dos homens mostra certa preocupação entre os cativos levantados para com a situação de trabalho e esforço vivida pelas escravas; fator esse que veremos nos próximos pontos do documento.

A cláusula seguinte dá continuidade à temática de trato para com a mandioca, porém abordando a preparação da farinha. Foi colocado da seguinte forma: “A tarefa de farinha há de ser de cinco alqueires rasos, pondo arrancadores bastantes para estes servirem de pendurarem os tapetes.”³⁵⁴ Segundo Schwartz:

O alqueire é uma medida de capacidade para sólidos igual a 36,27 litros, ou aproximadamente um *bushel* inglês. Os tipitis (“tapetes”) são as cestas longas e tubulares usadas para espremer a farinha de mandioca úmida para filtrar os venenos naturais nela contidos.³⁵⁵

³⁵¹ Idem, p.

³⁵² SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001, p. 119.

³⁵³ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. Ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

³⁵⁴ Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

³⁵⁵ SCHWARTZ, Idem. p. 120.

Dessa forma, se um alqueire representava 36,27 litros, os escravos estabeleciam uma produção de 181,35 litros (36,27 x 5). Acerca dos tapetes, era pedido um número suficiente de “arrancadores” para pendurarem os tapetes que faziam a função citada pelo brasileiro: filtrar os venenos naturais da farinha de mandioca. O fato de pedirem “arrancadores bastantes” dá a impressão de que não era utilizado, até aquele momento, dessas ferramentas em uma quantidade considerada como razoável pelos cativos, com isso, o pedido desses instrumentos em um nível considerável poderia ser interpretado como o desejo de ampliar a produção de farinha, ou simplesmente, terem ferramentas adequadas e em bom número para a atividade. Para comprovarmos a primeira hipótese teríamos que ter a média da produção de farinha que costumeiramente era efetuada nesse engenho, antes do contexto da revolta; algo que infelizmente não foi possível de ser encontrado. Entretanto, podemos afirmar que o trabalho na confecção de farinha tinha como um dos principais objetivos o consumo interno, sendo que, em certos casos, era comum os senhores recorrerem ao mercado para comprar tal mantimento, fazendo com que a terra fosse utilizada preferivelmente para gêneros de exportação³⁵⁶. Mas, é perceptível e notável o fato de que no engenho Santana o cultivo de mandioca possuía seu espaço entre as atividades centrais e tendo um papel importante para a alimentação dos cativos.

No próximo ponto, vemos pela primeira vez a referência para com o trato com a cana de açúcar. “A tarefa de cana há de ser de cinco mãos, e não de seis, e a dez canas em cada feixe.”³⁵⁷. Segundo Antonil³⁵⁸, as quotas de mãos para o trabalho com a cana era estipulado da seguinte maneira: em dupla – um cativo e uma cativa – era executado o corte da cana, sendo que o escravo era responsável pelo corte e a escrava por amarrar os feixes; cada feixe era formado por 12 canas. O trabalho era organizado em mãos, como no caso do trabalho com a mandioca, porém, cada mão representava cinco dedos, sendo que cada um deles era composto por 10 feixes. Com isso, uma mão chegava ao contingente de 600 canas³⁵⁹.

³⁵⁶ BARICKMAN, Idem.

³⁵⁷ Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

³⁵⁸ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil; texto confrontado com o da edição de 1711, com um estudo bibliográfico, por Affonso E. Taunay*. 2ª ed. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1976, p. 106.

³⁵⁹ SCHWARTZ, Idem.

Habitualmente havia a obrigatoriedade de cada escravo cortar em um único dia sete mãos, levando ao resultado de 350 feixes por dia³⁶⁰. No caso do engenho estudado, aparenta que em vez de sete mãos, era estipulado o número de seis, quantia essa que era exigida pelos levantados que passasse para cinco, mantendo o número de 10 feixes para cada dedo, porém, sendo que cada feixe permaneceria com 10 canas e não 12. Ou seja, os revoltosos desejavam uma quota diária de 2.500 canas, ao contrário da anterior, de 3.600. Ambicionando uma redução de 30% na quota³⁶¹.

No tópico seguinte do documento, a preocupação era voltada para com a atividade barqueira: “No barco há de pôr quatro varas, e um para o Leme, e um no leme puxa muito por nós.”³⁶² Os trabalhos efetuados com o trabalho de canoas e barcos se demonstram como essenciais para esse engenho do sul de Ilhéus, fator esse visto nos pontos do documento que foram analisados até aqui e que ainda surgem em parágrafos futuros. Nesse caso, a exigência era usar quatro varas no barco que era utilizado pelos cativos, pois, somente uma, presente no leme, dificultava a mobilidade e a direção do mesmo. Tratava-se de mais um período almejando melhorias nas condições de trabalho.

Já a cláusula subsequente apresenta, pela primeira vez, outra atividade que manifestava relevante função para o funcionamento de um engenho: o corte de madeiras. “A madeira que se serrar com serra de mão em baixo hão de serrar três, e um em cima.”³⁶³, quem vê esse trecho pode recordar-se facilmente de uma das famosas imagens desenhadas por Jean Baptiste Debret³⁶⁴ representando dois escravos serrando algumas toras de madeira. A madeira se encontrava como basilar em uma fábrica de açúcar, desde algumas ferramentas simples até a ampla e complexa estrutura de engenho para a moagem da cana, contudo, era necessário o uso de “paus de lei” – tidos como mais sólidos, de maior durabilidade e aptos para serem lavrados³⁶⁵ –, dessa forma, as madeiras de sapucaia, de sapupira, sapupira-cari, sapupira-açu, vinhático, jacarandá, picaí, pau-brasil, pau-de-óleo, maçaranduba, jetaí-preto, etc. eram apontadas como as

³⁶⁰ ANTONIL, Idem.

³⁶¹ SCHWARTZ, Idem.

³⁶² Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

³⁶³ Idem.

³⁶⁴ DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil [...] (Volume 2) [...] ou, Séjour d'un Artiste Français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, époques de l'Avenement et de l'Abdication de S. M. D. Pedro 1er, fondateur de l'Empire brésilien. Dédié à l'Académie des Beaux-Arts de l'Institut de France, par J. B. Debret. Paris: Firmin Didot Frères, 1835.* Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3802> (acessado em dezembro de 2019).

³⁶⁵ ANTONIL, Idem. p. 113.

mais apropriadas³⁶⁶. Tal variedade era encontrada com facilidade nas terras da América portuguesa, no caso da região de Ilhéus, seria ainda mais fácil obter tais fontes naturais devido suas ricas e densas florestas. Para além das partes integrantes do engenho, como os eixos da moenda, os dentes dos três eixos, as rodas da água, etc., ainda havia a composição dos barcos, canoas, camboas, entre outras ferramentas que eram direcionadas para a atividade de pesca, além das próprias caixas onde eram armazenadas o açúcar para serem direcionadas a venda, sendo feitas de jequitibá e Camaçari³⁶⁷. Já a função de serrar tais madeiras era habitualmente voltada para os escravos de canaviais, sendo que para a construção e conserto do engenho era imprescindível a destreza em carpintaria.

Nesse caso, os cativos estavam exigindo um aumento no número de integrantes desse tipo de trabalho. Queriam três serradores na parte de baixo, sendo que por cima seria mantido somente um. A menor quantidade de pessoas exercendo uma única atividade possibilitava a ação de mais trabalhadores em outras funções, agilizando, dessa forma, a produtividade. Porém, tais encargos com um número reduzido de pessoas acarretava em um labor mais pesado e, certamente, mais perigoso para os escravos. Sendo assim, os autores dessa condição estariam preocupados com a própria segurança e a integridade física no trabalho que era executado.

A respeito da quantidade de lenhas, os escravos fizeram o seguinte pedido “A medida de lenha há de ser como aqui se praticava, para cada medida um cortador, e uma mulher para carregadeira.”³⁶⁸. A princípio devesse notar o seguinte sinal existente no trecho: era cobrado que a medida fosse como a que se praticava em tempos anteriores. Isto é, desejavam o retorno do modo como se efetuava essa função em tempos pretéritos ao da revolta. Esse ponto leva à interpretação de que de fato houve mudanças significativas para com os trabalhos dos escravizados, ocasionando ao aumento das cotas, da quantidade de lenha, da produção de açúcar, enfim, do trabalho como um todo. Hipótese essa que se fortifica com o contexto dos finais da década de 80 do século XVIII, como visto no primeiro capítulo. Soma-se a isso o fato de que tais lenhas eram usadas, sobretudo, para alimentar o fogo das fornalhas³⁶⁹, onde se faziam a fervura do caldo da cana. O aumento da quantidade de lenha que era exigido poderia representar o

³⁶⁶ Idem.

³⁶⁷ ANTONIL, Idem, p. 114.

³⁶⁸ Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

³⁶⁹ ANTONIL, Idem, p. 115.

anseio pela elevação da produção. Ademais, outras citações encontradas no documento fortifica mais ainda essa linha interpretativa.

Antonil afirmava que a quota diária de lenhas exigidas para com os escravos seria de uma pilha de lenha de 7 palmos de altura por 8 palmos de profundidade, sendo o equivalente a uma carroça³⁷⁰. Esse jesuíta desenvolveu suas observações e análises acerca das atividades econômicas na América portuguesa em uma temporalidade anterior ao dos anos oitenta dos setecentos, algo que leva a crer que a medida desejada pelos cativos se aproximaria a esse número mencionado por esse autor – sendo a imagem do número habitual de lenhas que era pedido que fosse retomado. Já acerca do modo como era executado, fator esse mencionado pelos escravos, sugere que seria semelhante ao do corte da cana: um homem como cortador e uma mulher para carregar as lenhas. O fato de incluírem esse ponto nos remete à possibilidade de ter ocorrido mudanças nessa divisão dos trabalhos; talvez tenha ocorrido uma diminuição do número de trabalhadores deixando tanto o corte como a coleta como uma função exercida somente por uma pessoa.

No décimo terceiro parágrafo encontramos um pedido um tanto quanto surpreendente, comprovando o posicionamento forte e enfático dos levantados, mesmo na posição de buscar vias negociais para a resolução do embate com o senhor Manoel da Silva Ferreira. Era dito a seguinte frase: “Os atuais Feitores não os queremos, faça eleição de outros com a nossa aprovação.”³⁷¹ Os revoltosos pleiteavam o direito de elegerem os seus próprios feitores. Este pedido tangia tanto o modo como era exercido o controle e vigilância dos trabalhos, quanto aos demais administradores e agregados que efetuavam as ordens vindas do proprietário. O feitor ocupava um papel central e complexo no interior das tarefas escravistas de um engenho e fazenda, sendo responsável por exercer coerção para com o escravo. O senhor raramente ocupava essa posição – ainda mais nos casos de proprietários absenteístas. Contudo, não era somente um representante da violência e coerção, era, da mesma maneira, aquele que ordenava as atividades do local, sendo o que impunha a disciplina³⁷².

Ocorria, de certa forma, uma distribuição de poder do senhor para o feitor, sendo que este segundo era posicionado como um intermediário entre o primeiro e seus

³⁷⁰ Idem.

³⁷¹ Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

³⁷² LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750 – 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 165.

escravos. Já o proprietário deveria controlar os possíveis excessos cometidos pelos feitores, para que, de acordo com Antonil, não se tornassem “lobos carniceiros”³⁷³. O senhor, nesse caso, se colocava como um interventor na violência cometida por esses agentes. Sendo visto, também, como um árbitro de potenciais conflitos entre cativos e integrantes da administração senhorial³⁷⁴; apesar de que os castigos, em sua grande maioria, eram exercidos em nome e a mando dos proprietários. Um exemplo nítido seria a própria ação que era cobrada pelos levantados por meio do tratado; os cativos tinham conhecimento do poder que o senhor detinha e que distribuía para determinados cargos e agentes, e sabiam que era por meio de uma conversação com o mesmo que poderia levar a mudanças na estrutura organizativa do engenho, desencadeando em melhorias na vida dessa comunidade.

Todavia, chama a atenção ao modo como foi pedido a intervenção senhorial. No caso específico que analisamos, os escravos quando se revoltaram assassinaram o feitor de então, ocorrência muito comum nas revoltas escravas³⁷⁵, pois tais personagens eram associados imediatamente com a violência e coerção existente na escravidão. Mas ao proporem paz para com o proprietário, não insinuavam o fim da presença de feitores, pelo contrário, mantinham a condição de tais agentes, porém, sob a escolha da comunidade cativa. Os feitores, dessa forma, também eram vistos como integrantes importantes nas relações que eram engendradas no interior daquele engenho, tanto as relações de trabalho quanto as relações pessoais entre escravos – sendo que o feitor poderia intermediar possíveis brigas entre os mesmos.

No décimo quarto parágrafo, retomavam questões vinculadas ao trabalho em si, citando o processo de moagem da cana: “Nas moendas há de pôr quatro moedeiras, e duas guindas, e uma carcanha”³⁷⁶. As moedeiras eram referentes as escravas que inseriam as canas nas moendas, levando à extração do caldo, o qual era recolhido em um parol e carregado em guindas, sendo derramado em caldeirões para a fervura³⁷⁷. As cativas responsáveis para a tarefa das guindas eram chamadas de guindadeiras; já a

³⁷³ ANTONIL, Idem, p. 84.

³⁷⁴ LARA, Idem, p. 166.

³⁷⁵ MACHADO, Maria Helena P.T *Crime e escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

³⁷⁶ Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

³⁷⁷ SCHWARTZ, Idem, p. 121.

“Carcanha” ou “calcanha” eram as que mantinham os lampiões acesos, além de tirarem a espuma dos tachos³⁷⁸.

Antonil, em sua obra, descreveu com precisão o processo que era tido nessa tarefa:

As escravas de que necessita a moenda, ao menos, são sete ou oito, a saber: três para trazer cana, uma para a meter, outra para passar o bagaço, outra para consertar e acender as candeias, que na moenda são cinco, e para alimpar o cocho do caldo (a quem chamam cocheira ou calumbá) e os aguilhões da moenda e refrescá-los com água para que não ardam, servindo-se para isso do parol da água, que tem debaixo do rodete, tomada da que cai no aguilhão, como também para lavar a cana enlodada, e outra, finalmente, para botar fora o bagaço, ou no rio, ou na bagaceira, para se queimar a seu tempo. E, se for necessário botá-lo em parte mais distante, não bastará uma só escrava, mas haverá mister outra que ajude, porque, de outra sorte, não se daria vazão a tempo, e ficaria embaraçada a moenda.³⁷⁹

No caso das guindadeiras, é dito o seguinte:

[...] há uma guindadeira, que continuamente guinda para cima com dous cubos o caldo, e todas as sobreditas escravas têm necessidade de outras tantas, que as revezem depois de encherem o seu tempo, que vem a ser a ametade do dia, e a ametade da noite, e todas juntas lavam de vinte e quatro em vinte e quatro horas com água e vasculhos de piaçaba toda a moenda. A tarefa das guindadeiras é guindar cada uma três paróis de caldo, quando for tempo, para encher as caldeiras, e logo outra outros três, sucedendo desta sorte uma à outra, para que possam aturar no trabalho.³⁸⁰

Antonil já apontava a presença de, no mínimo, sete ou oito cativas para a execução do trabalho, algo que deveria ser visto por ele como o ideal para uma boa produção. O curioso é o fato de que os escravos sublevados demandavam a presença de, justamente, sete pessoas no exercício de tal tarefa: quatro moedeiras, duas guindas e uma carcanha. O que nos leva a inferir que, para a opinião do senhor Manuel da Silva Ferreira, ou de seus serviçais na administração, era possível fazer toda essa atividade com um número menor de sete pessoas.

No entanto, o número de pessoas para esse tipo de trabalho fazia a total diferença, visto que era uma atividade que adentrava a noite, passando a ser cumprida em 24 horas diretas. O cansaço, somado ao calor da fábrica de açúcar levava a condições árduas e precárias de trabalho, fora o perigo das escravas responsáveis por

³⁷⁸ Idem.

³⁷⁹ ANTONIL, Idem. p. 112.

³⁸⁰ Idem.

passar a cana na moenda acabarem tendo os braços triturados³⁸¹, seja devido à falta de atenção, motivado pelo cansaço de um trabalho repetitivo e extenuante, ou pela escuridão da noite – que mesmo com luminárias, não detinham totalmente as trevas de um engenho.

No artigo seguinte, é notável a presença de dois pedidos em um parágrafo somente: “Em cada uma caldeira há de haver um botador de fogo, e em cada terno de taixas o mesmo, e no dia Sábado há de haver Irremediavelmente peija no Engenho”³⁸². O primeiro ponto trata da continuação de pedidos acerca das condições de trabalho, já o segundo retornava ao que foi demonstrado ainda na primeira condição, o de manter o dia de sábado resguardado dos trabalhos do engenho; a peija teria o sentido de interrupção das atividades, no caso, durante os finais de semana.

Retomando a leitura para com a primeira petição desse trecho, os cativos abordavam a etapa seguinte ao processo da moenda, a fervura do caldo nas caldeiras feito na casa das fornalhas – sendo o primeiro contato do caldo para com o fogo³⁸³. Na descrição de Antonil, as fornalhas seriam:

[...] bocas verdadeiramente tragadoras de matos, cárcere de fogo e fumo perpétuo e viva imagem dos vulcões, Vesúvios e Etnas e quase disse, do Purgatório ou do Inferno. Nem faltavam perto destas fornalhas seus condenados, que são os escravos boubentos e os que têm corrimentos, obrigados a esta penosa assistência para purgarem com suor violento os humores gálicos de que têm cheios seus corpos. Vêem-se aí, também, outros escravos, facinorosos, que, presos em compridas e grossas correntes de ferro, pagam neste trabalhoso exercício os repetidos excessos da sua extraordinária maldade, com pouca ou nenhuma esperança da emenda³⁸⁴.

É notável a penúria que os cativos passavam nas atividades que perpassavam pela casa das fornalhas, um dos trabalhos que seriam considerados como os mais desagradáveis ao ponto de servirem de castigo para os escravos que tentaram cometer fuga ou demais delitos. No caso do Santana, provavelmente havia pelo menos quatro caldeiras feitas de ferro e o mesmo número de tachas de cobre, sendo que os escravos requeriam a presença de um “botador de fogo” em cada uma das caldeiras, além de outros nas fornalhas para aquecerem as “taxas”³⁸⁵.

³⁸¹ ANTONIL, Idem.

³⁸² Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

³⁸³ MARCIS, Idem, p. 302.

³⁸⁴ ANTONIL, Idem, p. 115.

³⁸⁵ MARCIS, Idem.

O serviço nas caldeiras exigia um nível de conhecimento considerável, tendo o comando de um trabalhador – na maioria das vezes livre – chamado de “mestre-de-açúcar”³⁸⁶. Com o tempo, era comum a presença de escravos ocupando tal função, principalmente de crioulos, sendo que dificilmente era direcionada aos africanos³⁸⁷. Este fiscalizava a fervura e purificava o caldo colocando cinzas e mandando tirar a espuma que se formava. Uma quantia a mais de cinza ou se a espuma não fosse retirada de forma correta, todo o conteúdo da caldeira estaria prejudicado³⁸⁸. Isso demonstra o quão fácil era sabotar e boicotar a produção em um engenho.

No décimo sexto parágrafo, os escravos retomavam a negociar melhores condições de trabalho na atividade pesqueira: “Os marinheiros que andão na Lancha além de camisa de bacta que se lhes dá, hão deter Gibão de bacta, e todo o vestuário necessário”³⁸⁹. O Gibão, também escrito como Jubão, se tratava de um “vestido interno, como veste, que cobria o corpo até a cintura”³⁹⁰, ele era costumeiramente usado para a execução de certos trabalhos – como ainda é, no caso dos gibões de couro usados por vaqueiros no nordeste brasileiro. O desejo que era expresso nessa cláusula seria o de vestimentas próprias para a atividade que eram coagidos a executarem, não se limitado somente ao “gibão de bacta”, mas “todo o vestuário necessário” para as funções com a Lancha.

No próximo trecho, haveria o último momento em que se referiam as tarefas em contato com a cana de açúcar: “O canavial de Jabirú o iremos aproveitar por esta vez, e depois há de ficar para pasto, porque não podemos andar tirando canas para entre mangues”³⁹¹. Chama a atenção o fato de que não desejavam a continuidade do trabalho nesse canavial devido a presença de mangues, algo parecido com o que ocorria nas atividades de mariscar, os quais também são exercidos por entre manguezais. No primeiro caso, deixavam essa tarefa para os chamados pretos Minas – como visto até aqui –, mas no caso desse trecho, concordavam em efetuar uma última retirada de canas para, então, não voltarem mais aquele local. Isto reforça a hipótese de que,

³⁸⁶ ANTONIL, Idem.

³⁸⁷ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

³⁸⁸ MARCIS, Idem.

³⁸⁹ Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

³⁹⁰ BLUTEAU, Rafael. *Dicionário da Língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 1: A - K)*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. p.659.

³⁹¹ Cartas ao Governo 207, Idem.

possivelmente, as atividades nos manguezais – por se tratar de áreas úmidas e alagadiças – ocasionava uma situação de trabalho que era efetuado durante horas com roupas molhadas e sujas, algo que poderia acarretar doenças e mal estar. Levando, por parte dos revoltosos, a preocupação acerca da saúde dos trabalhadores escravos.

Os pontos referentes às atividades vinculadas diretamente ao engenho, tanto no corte da cana, no processo de moagem, na fervura que era feita na casa das fornalhas, nos cortes de lenhas para usos variados e do cultivo de mandioca, foram trabalhados pelos autores desse documento de forma seguida, sendo encontradas especificamente do parágrafo 7 até o de número 17. Os próximos três parágrafos retornavam a concernir sobre aspectos de subsistência, engendrando outros pedidos que se caracterizavam ser inusitados para a época.

2.6 Sobre o cultivo de arroz e extração independente de madeiras.

Nos três últimos trechos, poderíamos dividir da seguinte forma: o primeiro remetendo-se a aspectos de subsistência e atividade autônoma, e os últimos dois representando uma conclusão, ainda permeada por mais algumas reivindicações. Nessa parte iremos desenvolver uma breve análise acerca da primeira parte mencionada, uma observação de dois tipos de serviços autônomos os quais os escravos desejavam que fosse concebido após a negociação com o proprietário do engenho.

“Poderemos plantar nosso arroz onde quisermos, e em qualquer Brejo, sem que para isso peçamos licença, e poderemos cada um tirar jacarandás ou outro qualquer pau, sem darmos parte para isso.”³⁹² Os cativos demonstravam outro gênero alimentício que era cultivado de forma independente por eles, a produção de arroz. Esse cereal, amplamente consumido pela população brasileira nos dias atuais, não possuía muito destaque no início dos setecentos na América portuguesa, contudo, nos finais do século XVIII foi iniciado o incentivo ao cultivo de tal gênero. Um ingrediente a mais na culinária e dieta baiana que era enxergada por muitos como sendo um grão ao qual a comarca de Ilhéus poderia evidenciar; junto ao cacau, anil e outros tipos de plantação e cultivo³⁹³. Os escravos desse engenho, já tinham a posse e conhecimento acerca da

³⁹² Idem.

³⁹³ SÁ, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e. *Ensaio de descrição física, e economica da Comarca dos Ilheos na America*. Por Manoel Ferreira da Camara. 1789. Disponível em:

produção de arroz, fator que acrescentava e auxiliava no sustento dessa comunidade escrava.

O cultivo dessa iguaria de origem asiática se faz pelo uso constante de água, no sentido de que somente é possível plantar arroz em terrenos pantanosos. Devido a isso, era dito que iriam plantar em qualquer lugar – suponhamos que alagadiço – e em qualquer brejo. Pelos artigos vistos anteriormente, acreditasse que havia certa facilidade em encontrar tais condições de terreno, mas ainda assim poderia ter ocorrido certas resistências e impedimentos por parte da administração senhorial.

Entretanto, o segundo material que ambicionavam obter sem nenhum tipo de obstrução por parte do senhor é que chama a atenção: madeiras de qualquer tipo, mas tendo maior ênfase em jacarandás. Como visto nas observações de Antonil, os jacarandás eram tidos como madeiras de lei, tendo maior durabilidade, sendo mais sólidos e voltados para construções. No caso de uma fazenda de cana de açúcar, essa madeira teria um papel extremamente relevante para a edificação da aparelhagem de um engenho. Mas não seria somente para essa categoria de construção que tal madeira era utilizada, sendo que era uma matéria prima comum na elaboração de móveis do período colonial do contexto do século XVIII³⁹⁴, justamente no auge da arte barroca.

A demanda por madeira, como mostrado no capítulo antecedente, era de um nível significativo na América portuguesa, principalmente nas regiões portuárias onde encontrava-se naus, embarcações, navios para fins diversos. Tanto para o comércio como para aspectos militares. Ilhéus, que era conhecida por sua riqueza em espécies de árvores, se tornou ao longo do tempo uma das maiores fornecedoras desse material para as localidades do Recôncavo baiano³⁹⁵, especialmente para a baía de todos os santos.

Com uma breve olhada acerca do extenso material documental e de fontes históricas a respeito do corte de madeiras nessa localidade³⁹⁶, percebe-se uma enérgica

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or9293/or9293.pdf (acessado em Abril de 2019), p.20.

³⁹⁴ BRANDÃO, Angela. *Das pontes aos castiçais: a produção de mobiliário artístico em Minas Gerais do século XVIII e os ofícios mecânicos*. R.cient./FAP, Curitiba, v.4, n.2 p.50-66, jul./dez. 2009.

³⁹⁵ DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, sociedade e paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período colonial*. 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

³⁹⁶ Alguns exemplos seriam: Fundo Governo da Província (Série Agricultura) - Índice da Conservadoria de Ilheus, N. 6020, 1776-1833. In. Registros municipais, 1498-1966; Arquivo público da Bahia. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/film/104347799?cat=2813829> (acesso em Junho de 2019).

economia madeireira que estava bem ativa nos finais dos setecentos. O engenho Santana, muito provavelmente não obtinha lucros apenas com a exportação de cana de açúcar, poderia haver um comércio de madeiras³⁹⁷. Diante disso, o fato dos escravos do engenho Santana terem reivindicado a possibilidade de adquirirem madeiras de qualquer tipo e jacarandás sem nenhum tipo de controle do senhor induz a interpretação de um comércio madeireiro exercido pela própria comunidade. Todavia, devemos deixar claro que tal fenômeno ainda não é de fato comprovado, por falta de fontes que corroborem substancialmente essa atividade dos escravos do engenho, mas, há muitos documentos que mostram o uso, por senhores, de mão de obra escrava – inclusive indígena – para esse trabalho³⁹⁸.

Uma das hipóteses mais plausíveis seriam o uso próprio de tais materiais para questões domésticas, seja para a fabricação de mesas, cadeiras, ferramentas para as atividades braçais, a serem vendidas. Nesse ponto, a respeito das práticas mercantis, como foi visto que o uso de meios de transporte por vias fluviais era extremamente relevante para estes sujeitos. A fabricação de canoas, barcos – tanto de pequena como de grande escala –, que no tratado foi visto que eram utilizados constantemente, se demonstrariam como uma potencial preocupação para estas pessoas.

Enfim, os usos aos quais tais madeiras poderiam deter nas mãos da comunidade cativa do engenho Santana não são expressos de forma detalhada pela fonte; apesar de que há certos rastros e vestígios, desde o início do tratado até a conclusão do mesmo, que permite interpretações acerca das funções que eram voltadas para essa matéria prima. O fato é que, para o viver desses escravos, estes utensílios se apresentavam de valor fundamental e, devido a isso, eram cobrados e exigidos; foi pela busca de findar

Documentos relativos ao corte de madeiras na comarca de Ilhéus, do ouvidor geral Baltazar da Silva Lisboa. 1791-1806. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000461/mssp0000461.pdf (acesso em Abril de 2019).

Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge de Ilhéus, pertencentes a província da Bahia, 1790?. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000455/mssp0000455.pdf (acesso em Abril de 2019).

Ofícios e exposições sobre as madeiras da comarca de Ilhéus e as plantações e lavradores de Jaguaripe. 1782 – 1789. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000794/mssp0000794.pdf (acesso em Abril de 2019).

³⁹⁷ MARCIS, Idem. p. 307.

³⁹⁸ Autos da devassa e outros documentos a respeito de um contrabando de pau-brasil na comarca de Ilhéus, do qual era acusado Manuel da Silva Bastos. 1786. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000055/mssp0000055.pdf (acesso em Abril de 2019).

certas restrições, impedimentos que dificultavam a vida cotidiana e a melhoria das condições vividas por essas pessoas que tal negociação foi desenvolvida.

2.7. *O desfecho do tratado.*

Chegamos na última parte desse documento, onde os escravos colocaram suas últimas cláusulas e condições, mandando uma pequena mensagem para o senhor. No primeiro parágrafo foi escrito da seguinte forma: “A estar por todos os artigos a cima, e conceder-nos estar sempre de posse da ferramenta, estamos prontos para o servirmos como dantes, porque não queremos seguir os maus costumes dos mais Engenhos”.³⁹⁹

Este trecho já de início apresenta uma peculiaridade de finalização, a conclusão de todo o comunicado que foi produzido até aqui. Porém, logo no meio do texto foi inserido uma nova reivindicação/artigo, sendo a posse das ferramentas do engenho nas mãos dessa comunidade. Tanto esse requerimento quanto o desejo de poderem eleger os fatores demonstra características que iriam além do próprio regime escravista, ou seja, teria um aspecto quase que revolucionário, no sentido de quebrar e modificar condições que definiam a escravidão.

Por tanto, a exigência de terem em mãos a posse das ferramentas do engenho seria uma conquista de maior autonomia e liberdade na gestão desses utensílios e para a produção exercida no local. A impressão era que havia um desejo vindo desses cativos em administrarem o ritmo da própria produção de açúcar e demais atividades, ou pelo menos estabelecer um modo que fosse adequado para os interesses dessa comunidade.

De certa forma, o pedido de ferramentas é presente em vários pontos do tratado, seja na possibilidade do uso de canoas, de uma barca grande, etc. os quais eram oriundos entre as posses do engenho. Com isso, este pedido feito nesses últimos parágrafos seria para fortalecer as reivindicações anteriores, e talvez ampliar a possibilidade de lograr outros equipamentos úteis para a produção autônoma dos escravos.

No segmento seguinte chama a atenção o fato de que estes escravos se colocavam a disposição do senhor, se fosse seguido e respeitado as condições mencionadas por eles. A posição do proprietário era, de certa maneira, reconhecida

³⁹⁹ Cartas ao Governo 207, Idem.

pelos cativos revoltosos; se direcionavam a ele como uma autoridade significativa para esse contexto, porém, também se colocavam como detentores de desejos e objetivos, estabelecendo condicionantes para os trabalhos executados por eles. Antonil dizia que “os escravos eram as mãos e os pés dos senhores de engenho”⁴⁰⁰, e estes cativos sabiam muito bem de sua relevância, sendo que sem eles o senhor estaria coxo em sua posição de autoridade; sendo assim, incompleto – um senhor sem homens que trabalhassem para ele.

Ainda era mencionado pelos escravos que não desejavam seguir os maus costumes dos demais engenhos, externando a existência daquilo que seria tido como uma “escravidão adequada”, fundamentada nos moldes cristãos⁴⁰¹. De fato, ocorria casos de escravos que recorriam a justiça em vista de acusar seus senhores pelos abusos e excessos cometidos pelos mesmos⁴⁰², levando ao que também era entendido como os castigos e condições injustas na relação com o escravizado⁴⁰³. Para estes escravos, as condições que eram vividas antes da revolta de 1789, representava aquilo que era definido por eles como “maus costumes”; mas cabe perguntar: seriam práticas vistas como negativas e inadequadas por eles, em suas posições sociais, ou pela moralidade da sociedade baiana dos setecentos?

Por fim, no fechamento desse curto documento, mas que demonstra um vasto nível de complexidade para as análises históricas, os cativos concluía da seguinte forma: “Poderemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quisermos sem que nos empeça e nem seja preciso licença”⁴⁰⁴. O nível de liberdade que é passado por essa frase mostra algo que leitores contemporâneos veriam como um ato incomum, totalmente desconectado para com as condições da escravidão; e de fato, o documento aparenta ser uma tentativa de reorganização das relações entre os escravos para com o senhor e sua equipe administrativa e o funcionamento desse engenho. Acima de tudo, manifestava o ato firme e incisivo desses sujeitos.

⁴⁰⁰ ANTONIL, Idem, p.89.

⁴⁰¹ BENCI S.I., Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos:(livro brasileiro de 1700)* /Jorge Benci; estudo preliminar de Pedro de Alcântara Figueira, Claudinei M. M. Mendes. São Paulo, SP :Grijalbo,1977.

⁴⁰² AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

⁴⁰³ LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750 – 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 76.

⁴⁰⁴ Cartas ao Governo 207, Idem.

Diferente dos espaços de tempo que eram pedidos em artigos anteriores, os períodos de interrupção do trabalho não seriam direcionados para produção autônoma, mas, também, para momentos de “folga”. Períodos em que iriam dedicar-se a cantos e festejos. Desejavam tempo para cultos religiosos da tradição de matrizes africanas. Porém, como se daria a manutenção de certos hábitos e costumes africanos entre escravos tidos como crioulos, sendo que rejeitavam a participação no movimento dos chamados pretos minas, cativos nascidos em terras africanas (mais especificamente da Costa da Mina)? Apesar dessa indagação, não podemos negar o fato de que o Engenho Santana, quase um século depois dessa revolta, foi o exemplo de resistência das raízes culturais africanas, tendo como referência a escrava africana Inês Maria Figueiredo – conhecida como Mejiã –, matriarca de uma forte memória e representatividade que ainda se mantêm pulsante nos dias atuais⁴⁰⁵. Da mesma maneira, não podemos negligenciar a vivência e edificação de um conjunto cultural e de memórias construídas entre as famílias escravas nesse contexto. Tradições mantidas vivas nos seios de cada união familiar⁴⁰⁶ que era engendrada no Santana.

Com isso, após nos debruçarmos sobre tal escrito, ainda se torna necessário entrar em contato com outra fonte, produzida quase que uma década após a revolta de 1789, um manuscrito que fornece maiores detalhes sobre o movimento, o processo de negociação entre os sublevados junto ao proprietário e o desfecho de todo o ocorrido. Torna-se mister, então, examinar o relato do ouvidor geral do crime do ano de 1806.

⁴⁰⁵ PÓVOAS, Rui do Carmo (org.). *Mejiã e o contexto da escravidão*. Ilhéus: Editus, 2012.

⁴⁰⁶ CARLI, Caetano De'. *A família escrava no sertão pernambucano (1850-1888)*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

Capítulo 3

O relato do ouvidor Geral do crime: sentidos da negociação e barganha.

“A estar por todos os artigos a cima, e conceder-nos estar sempre de posse da ferramenta, estamos prontos para o servirmos como dantes, porque não queremos seguir os maus costumes dos mais Engenhos.”⁴⁰⁷

3.1 Uma petição vinda de um escravo.

A segunda fonte, que também aborda o movimento dos cativos do engenho Santana, teve sua produção após 17 anos do ocorrido, aludindo pontos e detalhes acerca do evento. Seria um documento oriundo de uma petição feita pelo escravo Gregório Luis, que se encontrava preso naquele momento; este permanecia na cadeia até o início dos anos de 1806, quando recorreu pela resolução de sua situação. A seguir, há a citação do documento, o qual colocaremos seguindo as mesmas regras na transcrição do documento anterior:

[Folha 01]

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

O Suplicante Gregório Luís homem cabra acha-se prezo na cadeia desta Relação para onde veio remetido por seu Senhor o Capitão Manoel da Silva Ferreira; morador no seu Engenho denominado de Santa Anna no termo da Vila de Ilhéus; vindo na mesma condução segundo minha lembrança mais quinze, ou dezesseis escravos, estes incumbidos ao Negociante desta Praça José da Silva Maia seu correspondente para os vender para o Maranhão, e aquele com recomendação para ser conservado na Cadeia, enquanto no juízo daquele distrito se formalizavam as suas Culpas para ser exemplarmente castigado, pois que dando-se me uma preliminar informação da conduta do Suplicante; por ela se me fez saber. Que sendo o sobredito Manoel da Silva Ferreira, Senhor e possuidor do mencionado [F. 02] Engenho, com trezentos escravos incluindo alguns da nação Mina, se achavam no maior número levantados, sem quererem jamais reconhecer subordinação a Seu Senhor, a que o principal Chefe desta desordem era o Suplicante, o qual principiando a suscitar entre eles o espírito de partido contra ele Seu Senhor, e contra o Mestre de Açúcar, pôde Conseguir com uns poucos de sua facção que o matarem, sem até agora se saber onde haviam enterrado, e senhoreando-se depois da ferramenta se refugiaram para o mato

⁴⁰⁷ “Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados” (c. 1789). Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

recusando não só a obediência a seu Senhor e a prestação de seus serviços, mas até pondo este no justo receio de lhe tirarem a vida cruelmente; ficando por este motivo o Engenho quase dois anos de fogo morto, com tão notável prejuízo que daquela Época em diante se foi conhecendo a sua decadência, [F. 03] e que além destes estragos acrescia o perigo de que o resto da escravatura seguisse o péssimo exemplo dos levantados. Assim persistirão a maior parte dos escravos divididos em bandos errantes e vagabundos pelo território do Engenho tão absolutos e destemidos, quanto se aumentava a Consternação e os sustos de seu Senhor na consideração de poder ser em qualquer dia a vítima de algum desastre. Estando as coisas nestes termos enviaram os levantados emissários a seu Senhor com a proposta da Capitulação Constante da Cópia Inclusa, a qual lhes mostrou que anuíta: vieram uns e ficaram outros. O Suplicante como mais astuto pôde extorquir dele Carta de Liberdade que por então lhe foi Concedida, sem ânimo de [F. 04] que tivesse alguma validade: ao mesmo tempo recorreu ao Juiz do distrito o qual entrando no Engenho com oitenta e cinco homens armados fez com que procurassem a Casa de seu Senhor; porém este que já não devia confiar-se dos principais Cabeças daquele levante se valeu do estratagem de mandar o Suplicante Gregório e mais quinze com uma carta afetada ao Capitão Mor das Ordenanças João da Silva Santos que se achava na vila de Belmonte, dizendo-lhes que dele receberiam um pouco de gado e farinha para o Engenho: chegando a dita Villa foram ali presos com algemas apesar da grande resistência que fizeram quase ao ponto de haver muito Sangue. Vieram finalmente conduzidos para a Cadeia desta Relação como deixo dito, a Saber o Suplicante [F.5] como primeiro móvel para ficar retido até verem as suas Culpas, e os outros com recomendação ao Negociante referido para os vender para o Maranhão como foram.

Por duas vezes se têm expedido deste juízo ordem para ser remetida a devassa ou quais quer outras culpas do Suplicante e até agora não tem chegado.

Preciso dizer a Vossa Excelência que o Senhor do dito Engenho, tem repetidas vezes recomendado com as maiores instancias para que o Suplicante não saia da prisão senão para Sentença que o extermine para longe por que se o soltarem volta infalivelmente ao Engenho a suscitar novas desordens, que talvez sejam irremediáveis.

O que fica exposto é quanto me [F. 06] parece pode dar a Vossa Excelência suficiente ideia a respeito do Suplicante dos motivos da sua prisão: Deus Guarde a Vossa Excelência, Bahia, 22 de Janeiro de 1806.

O Desembargador Ouvidor Geral do Crime

Claudio José Pereira da Costa⁴⁰⁸

Importante ressaltar que certos aspectos apresentados nesse relato do ouvidor geral do crime serão melhor trabalhados em tópicos futuros presentes nesse capítulo; pontos que tangem questões mais voltadas aos meandros da negociação e revolta no regime escravista da segunda metade do século XVIII, e o como estes fatores foram

⁴⁰⁸ Cartas ao Governo 207, Idem.

gerados na dinâmica dos acontecimentos desse levante específico de escravos. Ademais, devemos pontuar alguns elementos factuais nesse exato momento, aqueles que saltam aos olhos de quem lê a fonte.

Em relação as características materiais do manuscrito, não difere muito do documento anterior. Como visto no capítulo precedente, a grafia da cópia do tratado dos escravos e desse relato se manifesta equivalente. A própria textura do papel utilizado seria a mesma e, assim como na fonte já vista, há a presença de pequenos borrões, mas sem prejudicar a leitura e decodificação de sua mensagem. No final de todo o escrito, é possível ver o nome do ouvidor: Claudio José Pereira Costa. Ainda que essa pesquisa não possua como objetivo conhecer a personalidade dessa autoridade, devemos reconhecer que a busca por mais informações acerca de Claudio José poderia fornecer um maior aparato de dados que, de forma indireta, levaria a um melhor entendimento do processo de escrita dessas fontes e as maneiras em que a notícia da revolta chegou até os responsáveis da administração colonial. Em suma, seria uma alternativa para novas pesquisas.

No decorrer da escrita desse documento fica claro que o suplicante – ou seja, o peticionário de tal escrito oficial – se tratava do próprio cativo Gregório Luis. Ele teria entrado com recurso no Tribunal da Relação, contra a sua prisão⁴⁰⁹. Não é possível ter conhecimento do como Gregório teria exercido essa ação, e se houve o auxílio de um terceiro, porém, demonstra que este escravo detinha um nível de percepção do como recorrer às instâncias jurídicas. Mas, como abordado anteriormente, nos finais dos setecentos e em meados dos oitocentos, era perceptível ações jurídicas iniciadas por escravos denunciando suas péssimas condições de vida, ou buscando efetuar a manutenção das cartas de liberdade⁴¹⁰. Dessa forma, valer-se de autoridades institucionais, como será visto, não era algo incomum.

Gregório estava preso na Cadeia da Relação, sendo que a Relação era referente a um tribunal na colônia, fundado em 1587 e instalado em 1609, tendo sede em Salvador. Se tratava do tribunal máximo que recebia recursos de todas as instâncias judiciais,

⁴⁰⁹ MARCIS, Teresinha; SILVA, Ivaneide Almeida da. Uma experiência de transcrição e análise de documento histórico: resistência e negociação escrava no Engenho Santana. In: PÓVOAS, Rui do Carmo (org.). *Mejigã e o contexto da escravidão*. Ilhéus: Editus, 2012, p. 260.

⁴¹⁰ GRINBERG, Keila. Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX. In: LARA, Sílvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil*. Campinas, SP: 2006, pp. 101-128.

sendo formado por magistrados profissionais, como Chanceler, Desembargadores dos Agravos e apelações, Ouvidor Geral do Cível e do Crime etc. No ano de 1765, foram edificadas juntas de justiça nas demais localidades que houvesse Ouvidores de comarca⁴¹¹, seria em uma delas que nosso personagem teria recorrido.

O fato do ouvidor geral do crime citar os acontecimentos de acordo com suas lembranças mostra que este escrito foi redigido um tempo depois da prisão dos líderes e do desmantelamento da revolta⁴¹². Dessa forma, seria importante levar em consideração possíveis esquecimentos ou até mesmo omissões de informações por parte dessa autoridade; contudo, continuemos com o restante do texto. Junto ao cativo Gregório estavam mais quinze ou dezesseis escravos – este ponto seria um exemplo do que foi citado no parágrafo anterior, pois o próprio relator afirmava não recordar com precisão do número exato de pessoas –, estes outros foram direcionados ao negociante da localidade que seria responsável em vendê-los para o Maranhão. Isso apresentava como o interesse senhorial foi colocado em primeiro lugar, sendo que vender tais escravos poderia trazer ganhos materiais, ao contrário de estarem presos, sem funcionalidade e apresentando uma perda para o proprietário. Mesmo se tratando de escravos problemáticos que cometeram crimes – no caso de homicídio dos feitores – muitos senhores preferiam revender tais cativos ao contrário de leva-los a justiça e prende-los, pois seria um prejuízo financeiro certo⁴¹³.

Outro ponto que devemos destacar seria o fato de que o negociante José da Silva Maia é apresentado como o correspondente de Manoel da Silva Ferreira. Era direcionado especificamente a esse comerciante a responsabilidade de vender os demais cativos, presos juntos a Gregório, para a capitania do Maranhão. Tal dado pode parecer de extrema simplicidade, porém, poderíamos estar falando de um integrante das redes de relações tecidas pelo proprietário do Engenho Santana, as quais, no seio dos vínculos de trocas clientelares⁴¹⁴, contribuiria para o alcance de determinados objetivos e intuítos

⁴¹¹ SALGADO, G. (coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 76-82. apud: MARCIS, Teresinha; SILVA, Ivaneide Almeida da. *Uma experiência de transcrição e análise de documento histórico: resistência e negociação escrava no Engenho Santana*. In: PÓVOAS, Rui do Carmo (org.). *Mejigã e o contexto da escravidão*. Ilhéus: Editus, 2012, p. 260.

⁴¹² MARCIS; SILVA. *Idem*.

⁴¹³ MACHADO, Maria Helena P.T. *Crime e escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

⁴¹⁴ EISENSTADT, S.N. & RONIGER, L. *Patron, Client and friends: interpersonal relations and structure of trust in society*. Cambridge: University Press, 1984.

desse senhor – algo que, no desenrolar de uma revolta, se trataria do desfecho favorável dessa contenda à sua parte.

No entanto, Gregório demonstrava ser um cativo que causava grandes preocupações para com o senhor Manoel da Silva Ferreira, pois este último fazia questão de que o escravo permanecesse preso, sendo solto somente se fosse para ser mandado para longe, sendo que havia o anseio de que ele pudesse desencadear um novo levante no engenho. Esse dado manifesta o relevante papel de liderança dessa personalidade, e deveras ele era apontado como a principal cabeça de todo o movimento.

Segundo o relato, e o que foi dito para o ouvidor geral do crime, Gregório teria inflado o espírito insurrecional entre seus companheiros, ao ponto de que, junto a mais alguns aliados, assassinaram o feitor Mestre de açúcar, que como vimos pela análise do documento anterior, detinha um relevante papel para a produtividade do engenho, sendo que esconderam – ou enterraram – o corpo em um local desconhecido até aquele momento. Após isso, os revoltosos teriam tomado a posse das ferramentas, mas não é descrito quais tipos de utensílios seriam estes, apesar disso, é interessante notar como que tais objetos, que foram obtidos pela força nos instantes da revolta, seriam uma demanda significativa na tentativa de negociação.

O medo e receio vindo do senhor é constantemente citado no escrito, pois, havia o pavor de que tal índole fosse reproduzida pelos demais cativos, no caso os que ainda não haviam tomado parte na revolta – poderíamos incluir aqui os ditos Minas e cativos crioulos que não participaram na ação, devido a apreensão de não obterem resultados favoráveis. Além disso, existia o temor vindo do próprio senhor de que houvesse algum tipo de atentado contra a sua vida. Essa informação nos traz a ideia de que Manoel não era um senhor absenteísta, mas um proprietário que de fato vivia no interior do engenho, porém, certas fontes podem trazer dúvidas para com este ponto, algo que veremos mais à frente.

O engenho aparenta ter permanecido em “fogo morto”⁴¹⁵, sem indícios de produção, durante dois anos. Nesse interstício de tempo os escravos devem ter se refugiado aos arredores da propriedade, se aquilombando e mantendo sua vivência,

⁴¹⁵ Termo utilizado para se referir aos engenhos que se encontravam parados, sem nenhuma produção de açúcar.

ponto que seria descrito pelo relator como que estariam vagueando como vagabundos, mas deve-se ressaltar a ênfase, que foi dada pelo autor, no fato de se apresentarem “absolutos e destemidos”⁴¹⁶. Estes dois termos poderiam ser frutos do receio e temor vindo das explanações de Manoel ouvidas pela autoridade colonial, contudo, transfere, da mesma forma, certo aspecto dos atos autônomos desses sujeitos que haviam se rebelado – tanto na ação de terem se aquilombado, como a liberdade de mobilidade que apresentavam até então.

Todavia, em determinado momento os próprios cativos teriam mandado representantes para negociarem com o senhor as condições para o término da contenda, levando a produção do documento averiguado no capítulo anterior. Tal ato foi uma iniciativa desses escravos. Entre estes representantes com certeza haveria a presença de Gregório Luis, sendo que este exigiu do senhor sua manumissão. Nessa parte, é intrigante observar que estes mesmos escravos teriam pedido a intervenção do Juiz do distrito para mediar esta negociação, sendo que, quando adentraram no território os 85 homens armados, estes estariam lá para cumprir as ordens de acompanhar a conversação. Dessa forma, há o reforço da atitude de requerer mediações, inclusive de autoridades coloniais, eclesiásticas etc., na relação entre senhores e escravos⁴¹⁷. O fato de ser algo feito por cativos também demonstra uma possibilidade de luta e resistência adotada por estes no interior da sociedade escravista⁴¹⁸, além de haver certo reconhecimento do status do cativo perante as leis, ordenações e normas da América portuguesa⁴¹⁹.

Manoel, em seguida, se utilizou de uma estratégia: mandou Gregório junto aos demais escravos – os quinze ou dezesseis – para a vila de Belmonte no intuito de obterem farinha e gado com o Capitão das Ordenanças, para serem de usufruto no engenho Santana. Nessa parte citada pelo relato chama a atenção o fato de que, mesmo no decorrer de tensões nítidas entre os dois lados dessa contenda – o proprietário do Santana e a comunidade escrava que se sublevou – houve o cumprimento de uma ordem do senhor Manoel pelo grupo de cativos. Por si só, isso não seria um exemplo de comprovação de um reconhecimento da autoridade desse senhor perante esse grupo de

⁴¹⁶ MARCIS; SILVA. Idem.

⁴¹⁷ GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

⁴¹⁸ MARCIS; SILVA. Idem.

⁴¹⁹ PAES, Mariana Armond Dias. *O tratamento jurídico dos escravos nas ordenações Manuelinas e Filipinas*. Anais do V Congresso brasileiro de História do Direito. PP. 523-536.

escravos, pois poderia estar sendo colocado – enquanto uma estratégia – como uma das condições posicionadas por Manoel para fechar o acordo proposto pelos levantados. Ou seja, talvez o proprietário tivesse prometido que, após estes escravos terem executado aquele serviço, as condições desejadas pelos autores da negociação seriam estabelecidas no cotidiano do engenho. Contudo, também é possível que não tenha ocorrido esse acordo da forma como descrita, sendo que, até mesmo no escrito do tratado dos escravos, era prometido o retorno dos serviços ao senhor no momento seguinte ao consenso entre as duas partes. Além do fato de que, perante tais ações e exigências enérgicas por parte dos cativos, provavelmente o proprietário não teria tido coragem o suficiente de postular algum tipo de condição; pelo menos não no instante da negociação. Um dos fatores que mais chamam atenção nesse caso é que os próprios rebelados estavam negociando as condições para retornarem ao trabalho e, assim, a posição de escravo.

Manoel, como o próprio documento cita, tinha o cargo de Capitão. Dessa forma, poderia tecer aliança com João da Silva Santos, o dito capitão de Belmonte. Por meio do auxílio desse aliado conseguiu prender o grupo de escravos, atribuindo a eles os destinos já mencionados. Por fim, o manuscrito reforça os motivos da prisão de Gregório Luís, além da manutenção da mesma, ao mesmo tempo que é solicitado, repetidamente, o início de uma devassa ou algum tipo de processo para a análise do caso desse personagem; como visto no trecho “Por duas vezes se têm expedido deste juízo ordem para ser remetida a devassa ou quais quer outras culpas do Suplicante e até agora não tem chegado⁴²⁰”.

Vale a pena mencionar uma indagação relevante para com esse documento: desde o princípio da fonte é sabido que se trata de um relato produzido pelo Ouvidor geral do crime, o Claudio José Pereira da Costa, mas este agente teria se baseado na perspectiva e informações originadas do senhor Manoel, ou do escravo encarcerado, o Gregório Luís? São estas perguntas simples e aparentemente triviais as quais o historiador/pesquisador deve permanecer atento, pois, é daí que podem surgir os vestígios e pistas mais preciosos para entender o fenômeno de forma ampla⁴²¹. Nesse caso, tudo leva a crer que Claudio José se fundamentou na fala do proprietário do

⁴²⁰ Cartas ao Governo 207, Idem.

⁴²¹ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

engenho, algo visto no trecho “pois que dando-se me uma preliminar informação da conduta do Suplicante; por ela se me fez saber”⁴²².

O senhor do Santana teria levado estes escravos para as autoridades institucionais da colônia e lá repassou as informações referentes as ações e condutas dos escravos belicosos e do líder de todo o movimento, o qual obteve uma maior ênfase por parte da fala desse senhor. Dessa forma, apesar de que este documento pedia a continuidade dos procedimentos jurídicos para Gregório, o ouvidor teria norteado sua escrita pelas perspectivas de Manoel, ao contrário do destino que teria sido delegado a fala do escravo, sendo que permaneceu de forma marginal nesse escrito, malgrado o fato de que este documento se originou de uma exigência do escravo que se encontrava preso, sendo o peticionário. Os dados preliminares acerca da conduta do suplicante são frutos do discurso daquele que o levou a prisão, e não do próprio suplicante.

Mais uma vez encontramos a dificuldade em lidarmos com a busca pela fala dos grupos escravizados os quais são constantemente apresentados pela documentação histórica mediada pela escrita e discursos dos senhores e agentes da administração da colônia. O que nos resta, enquanto historiadores e estudiosos desse período, é explorar tais fontes o máximo possível a procura de indícios da fala dessas pessoas. Uma tarefa hercúlea.

Já acerca da petição existente no manuscrito, percebe-se que não era a primeira vez que estavam demandando por continuidade do processo. Já teriam feito tal pedido em dois momentos anteriores. Infelizmente, não conseguimos rastrear as fontes que tratam sobre essas duas petições anteriores. Ademais, deve-se reconhecer o anseio para que tal episódio fosse resolvido pelas vias institucionais, apesar de que era presente certa morosidade para a análise e deliberação da situação de Gregório – lentidão que persistiu no decorrer de 17 anos e ao qual, até o presente momento, não sabemos ao certo se teve uma conclusão.

Ler e averiguar tal escrito, ainda que curto, gera o brotar de múltiplas indagações, a cada trecho, a cada parágrafo e termos utilizados; visto que, da mesma maneira, elucida muitos aspectos da vida escrava em um engenho nos finais dos setecentos. Porém, os meandros de negociação, embate, conflitualidade e estratégias

⁴²² Cartas ao Governo, Idem.

executadas nesse cenário da micropolítica do cotidiano⁴²³ demandam por uma maior atenção e cautela do olhar de um historiador.

3.2 *O uso da Micro História: alguns aspectos da História social para a compreensão da revolta escrava.*

Analisar esse acontecimento em específico, abordando os seus sentidos, a simbologia do ato de resistência desses escravos, as estratégias adotadas e que foram registradas por tais fontes, as ações de negociação e barganha para com a autoridade do senhor, etc. demanda um olhar digno da micro história. Um trabalho que necessita de maior atenção para com os sujeitos integrantes desse evento os quais agiam de forma independente para a construção de todo o ocorrido, porém, sem desconsiderar o contexto mais amplo que conformava esse cenário⁴²⁴.

Tendo em base o arcabouço metodológico e teórico das redes sociais⁴²⁵, deve-se entender a estrutura social enquanto detentora de um formato de rede, uma configuração fluída que é permeada por constantes vínculos de ações e reações, trocas, alianças, conflitos. Diferente de uma estrutura fixa e fundamentada em um núcleo singular – o qual sustenta e influencia todo o resto do tecido social –, essa configuração de rede se encontra amparada e mantida por meio das infíndáveis tramas e elos entrelaçados de ligações e relações sociais. Tais tramas podem ser identificadas com a edificação de vínculos de confiança e solidariedade que contribuem tanto para a formação de laços clientelares, relações interpessoais, como a construção e manutenção de uma ordem social⁴²⁶, algo de cunho estrutural. Assim como na teoria Gestalt, tais pequenos espaços de convívio e ação social contribuem para a formação de algo maior – assim como em um mosaico, em que pequenas peças de cores distintas somam-se para chegar a composição de uma imagem unívoca –, com isso, para compreendermos as partes,

⁴²³ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p.21.

⁴²⁴ ROSENAL, Paul-André. Construir o macro pelo micro Fredrik Bath e a Micro história. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

⁴²⁵ LOZARES, Carlos. La teoria de redes sociales. In: Papers- revista de sociologia, vol. 48, Barcelona, 1996, 103-126.

⁴²⁶ EISENSTADT, S.N. & RONIGER, L. *Patron, Client and friends: interpersonal relations and structure of trust in society*. Cambridge: University Press, 1984, p. 20-21.

haveria a necessidade de entendermos, mesmo que não sendo o foco da análise, o todo⁴²⁷.

Contudo, não podemos cair na armadilha de pensar que este “algo maior”, a estrutura social, seria simplesmente o resultado das somas entre “peças” / “indivíduos”, pois, o todo não seria a soma de suas partes, sendo que ele também possui regras e ordens distintas que lhe trazem características importantes. Assim como a melodia na música, ela não é o fruto da simples junção das notas, ela possui uma combinação, formas específicas de relacionar uma nota para com a outra, edificando, por fim, uma melodia⁴²⁸ – da mesma forma, seria possível construir variadas melodias com as mesmas notas, somente por mudar a cadência e ritmo entre as mesmas. Essas combinações, relações de unidades de menor magnitude (unidades de potência menor) dão origem a uma unidade de potência maior.

No caso, a micro história busca justamente estudar tais unidades de menor magnitude, onde se manifestam as relações e formas de combinação entre os sujeitos, pois é aqui que também é percebido as ações independentes e as estratégias de vida de tais pessoas para com os contextos vivenciados por eles. Como trabalhado por Thompson em seu conceito de *agency*, é necessário captar o ato construtivo de tais agentes históricos e perceber o como reagem em suas condições⁴²⁹, sendo que há a possibilidade de interação com tais estruturas e redes relacionais⁴³⁰.

Para uma outra analogia, podemos fazer uma comparação com a ideia de “jogo social”, pois a dinâmica dos movimentos sociais se assemelharia a um grande “tabuleiro” onde há normas, regras que ordenam todos os movimentos, porém, cada sujeito – assim como um jogador – possui a liberdade de construir suas estratégias e jogadas a partir de tais disposições⁴³¹. Haveria a possibilidade de exercer um cálculo dos riscos, dos ganhos, perdas, das possibilidades de se chegar a um determinado objetivo e dos resultados possíveis de tais ações⁴³². Ao mesmo tempo, também haveria a capacidade humana de agir de forma inesperada, sem que se possa prever suas ações por

⁴²⁷ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 16.

⁴²⁸ Idem.

⁴²⁹ THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

⁴³⁰ REVEL, Jacques. “Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica”. In: _____. *Proposições. Ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009, 97-137.

⁴³¹ ROSENTAL, Paul-André. Construir o macro pelo micro Fredrik Bath e a Micro história. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

⁴³² Idem, pp. 131-132.

meio das condicionantes sociais/econômicas/políticas que persistem ao seu redor, ou por trazer perspectivas e entendimentos de mundo nitidamente distintas do usual, caso estudado por Carlo Ginzburg sobre a vida de Menocchio⁴³³.

Um clássico exemplo, em que toda produção historiográfica com base na micro história deve levar em consideração, é visto na obra de Giovanni Levi em que o historiador investiga três casos de famílias na vila de Santena, durante o século XVII⁴³⁴. Nesse estudo, Levi conseguiu apreender as estratégias de vida dessas famílias que eram utilizadas para os aspectos de estabilidade material/familiar ao mesmo tempo em que enfrentavam adversidades variadas – típicas do próprio viver. Mas, algo em específico chama a atenção, que seria o fato de que, para este estudo, o historiador não desconsidera as características mais amplas desse contexto histórico que eram presentes nessa região específica. Fatores que influenciavam em certa medida nas escolhas e planejamentos desses sujeitos. Dessa forma, para a compreensão dos atos individuais, deve-se atentar para o entorno desse indivíduo.

A história cultural trouxe uma maior preocupação para com as práticas sociais em vez dos sistemas amplos⁴³⁵, entretanto, não podemos negligenciar estes mesmos sistemas e estruturas que fazem parte do cenário que é alvo das análises da história social. Pois, o sujeito histórico não age no limbo, não há práticas humanas no vazio social/cultural/político. Se o indivíduo exerce uma ação, ele exerce em algo, para algo e ainda gerando efeitos à sua realidade imediata. Os sujeitos históricos dentro de seus contextos estariam cercados por discursos distintos, linguagens que permeiam suas relações, e as quais estes mesmos sujeitos efetuam seus atos; como trabalhado nos conceitos de *parole* e *langue* (o ato de fala e o contexto linguístico)⁴³⁶. Todo indivíduo se relaciona com a *langue* colocando em prática suas ações, ou seja, realizando atos de fala e entrando em contato com a fala dos demais sujeitos – discursos esses que se encontram em novos elos e tramas formados no interior de toda a rede social, contribuindo para o desenvolvimento de novos caminhos. O discurso, aqui, surge como ato político, detendo a capacidade de empreender pressões e forças para movimentos

⁴³³ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

⁴³⁴ LEVI, Giovanni. “Três histórias de família: os núcleos parentais”. In: _____. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, 87-130.

⁴³⁵ REVEL, Idem, p. 124.

⁴³⁶ POCOCK, J.G.A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 73.

distintos, favorecendo, da mesma forma, o engendrar de novos contextos linguísticos. O historiador, segundo Pocock, deve se atentar a esses atos políticos dos agentes históricos⁴³⁷. Retomando a comparação para com a ideia de jogo social, seriam como “jogadas” dos integrantes desse grande tabuleiro.

No caso da revolta dos escravos do engenho Santana, estamos falando justamente de um exemplo de um ato de uma coletividade que buscava exercer pressão e tentar modificar a realidade que viviam até então. Dessa forma, não precisamos ficar com receio de afirmar que estes cativos se apresentavam enquanto agentes políticos, mas não no sentido de levantarem bandeiras ou um amplo projeto de transformação das estruturas de governo e modos de administrar o Estado colonial, pelo contrário, abordamos o sentido da chamada micropolítica do dia a dia⁴³⁸, o modo de organizar e administrar as relações do cotidiano, os vínculos, as redes de solidariedades e de edificação de estratégias de vida. Os escravos que se sublevaram em 1789, buscavam trazer mudanças ao seu cotidiano, as relações que possuíam no engenho e no trabalho para com o mesmo – algo de fácil percepção por meio da leitura do tratado de paz – isso tudo reflete uma “cultura política”⁴³⁹ que era vivida nesse espaço e que se buscava alterar.

Contudo, não podemos negligenciar que tais movimentos exercidos na esfera micro social podem, de alguma maneira, incentivar, mobilizar ou gerar alguma força que impulse as mudanças estruturais. Um exemplo seria o movimento abolicionista, ele não foi fruto somente de grupos, parlamentares que levantavam a bandeira do fim da escravidão, mas também pelas ações na esfera do cotidiano, protagonizado por escravos, escravas, libertos, etc. – seja nas lutas jurídicas para a manutenção da alforria, seja pela resistência a condição cativa, nas panfletagens – e que refletia nas lutas existentes em outras esferas⁴⁴⁰.

Podemos chamar tais casos de “fenômenos de rede”⁴⁴¹, essa ideia parte do princípio de que toda ação dentro do contexto social, irá gerar alguma reação, ou reações, dando continuidade à dinâmica das redes, já que serão efeitos que produzirão

⁴³⁷ Idem.

⁴³⁸ REIS; SILVA. Idem.

⁴³⁹ BERSTEIN, Serge. A cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLE, Jean-Fraçois. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

⁴⁴⁰ AZEVEDO, C. M. M. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003.

⁴⁴¹ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 29.

outros efeitos. Às vezes são reações esperadas e desejadas, às vezes são efeitos que não foram previstos e calculados, mas que na dinâmica social acabam por surgir. Essa lógica perpassa, por exemplo, um jogo de xadrez e as estratégias que lhe são comuns.

Devemos nos questionar, levando em consideração estes conceitos – o fenômeno de rede/redes sociais/jogo social – aqui expostos: os escravos rebelados, no momento que decidiram propor o tratado de paz ao seu senhor, estavam com quais objetivos em mente? Quais eram suas intenções? Para o olhar do historiador, devido a distância temporal, conseguimos obter o resultado dessa ação, mas, levando em consideração o momento vivido por esses sujeitos, o que era planejado e pensado nesses instantes pretéritos? No caso do proprietário, vemos também qual foi a reação e estratégia?

Assim como dito, para conseguirmos chegar as respostas dessas perguntas temos que observar alguns pormenores que integravam o contexto desses sujeitos – o tabuleiro social – e que se encontravam presentes nas entrelinhas de suas ações e dos documentos que registraram tal evento.

3.3 A dinâmica setecentista da América portuguesa nas relações escravistas e nos modos de resistência.

No primeiro capítulo dessa obra foi mencionado, de forma sucinta, acerca da necessidade de compreendermos a dinâmica social do Antigo Regime dos trópicos e o como a escravidão era inserida e relacionada com todo este contexto. Citamos alguns aspectos que integravam a lógica do Antigo Regime e do como era instalado e adaptado nas conquistas. Ou seja, não seria somente um modo de relações que eram instituídas no âmbito da gestão política e administrativa da colônia, manifestando-se nas relações entre Portugal e a América Lusa, mas teriam alcances amplos e profundos, baseando as representações de mundo e as práticas do dia a dia. Sempre na espreita da micropolítica que envolvia colonos, autoridades régias, ameríndios, escravos, libertos, crioulos, africanos, comerciantes lusos, etc. um fator que envolvia e compunha toda a complexidade que era percebida na América portuguesa, sendo o tabuleiro em que os “jogadores sociais” efetuavam seus lances.

Desse modo, iremos retomar a discussão com Hespanha ao nos aprofundarmos um pouco mais nas características dessa sociedade setecentista. Com isso, devemos

relembrar que a percepção de uma monarquia corporativa demonstrava quatro fatores⁴⁴²: primeiro, o fato de que o poder real dividia o espaço político com poderes inferiores (como famílias, municípios, corporações, etc.) e superiores (como a Igreja); Segundo, a lei estatutária era limitada e constituída pela doutrina jurídica europeia, por usos locais e práticas judiciais, além da religião e da ética; terceiro, deveres políticos e jurídicos davam espaço a deveres morais (graça, piedade, misericórdia, gratidão) ou afetivos (amizade, amor – possuindo um sentido amplo em comparação com o dos dias atuais), algo visto nas relações existentes em domicílios, redes de alianças, patrões e clientes, formando deveres de obrigação moral (conhecido pelos juristas como *antidoral*); e quarto, os oficiais régios gozavam de larga proteção de seus direitos e atribuições, sendo autorizados a protege-los mesmo contra ordens Reais.

No primeiro capítulo identificamos a existência de variados grupos que possuíam certo grau de autonomia e poder perante as decisões reais. Como em um cenário político em que há a presença de variados agentes atuantes que se relacionam entre si, ocorrendo tensões/contendas, mas também havendo a formação de coalizões/alianças para objetivos em comum⁴⁴³. A Coroa não governava de forma direta e independente, sendo que era imprescindível a atuação de instituições de governança correlatas e contatos com demais autoridades locais que tornasse tal projeto viável⁴⁴⁴.

Dessa maneira, a própria sociedade local era constituída de poderes vários, representados pelas câmaras, pelos grupos religiosos, confrarias, as elites da terra militares e os demais indivíduos da colônia, os peões, roceiros, etc. Tais grupos se mantinham em relações hierarquizadas e baseadas pelo nexos do privilégio, do status e das desigualdades entre si, algo característico do Antigo Regime⁴⁴⁵. A escravidão, nessa circunstância, era tida como mais uma distinção e colocação nessa estrutura hierárquica. A instituição que sustentava a infraestrutura dessa sociedade, se encontrando na base dessa ordenação e colocada como o primeiro elemento de hierarquização social.

⁴⁴² HESPANHA, António Manuel. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁴⁴³ POCOCCO, J.G.A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

⁴⁴⁴ GREENE, Jack P. *Negotiated Authorities: Essays in Colonial political and Constitutional History*. The University press of Virginia, 1994.

⁴⁴⁵ ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2001.

Não obstante, esse grupo também era uma peça atuante desse grande tabuleiro político. Podendo exercer pressões e posicionamentos contrários as vontades senhoriais, ou institucionais. Logicamente, seriam ações exercidas principalmente no âmbito da micropolítica do cotidiano⁴⁴⁶, seja com revoltas abertas, formação de quilombos ou barganhas no interior do sistema.

O caso do segundo ponto mostrado por Hespanha demonstra a dinâmica do corpo das normas, leis e os expedientes jurídicos que se instalavam no espaço do império ultramarino. O que era visto se tratava de um direito pluralista⁴⁴⁷ elaborado pela necessidade de abordar localidades distintas – tanto geograficamente quanto culturalmente –, chegando ao ponto de restringir normas de tradição ibérica em benefício da manutenção de estatutos regionais, viabilizando a administração dos mesmos espaços⁴⁴⁸. Para essa finalidade surgia o fenômeno de práticas que não se encontravam estabelecidas de forma escrita nas legislações lusitanas, mas eram efetuadas no cotidiano e na tradição local. Um fator exemplar que pode ser citado é o caso da já mencionada brecha camponesa. Não existia na América portuguesa uma ordenação que estipulava tal hábito, diferente das Antilhas que possuíam seu “Código Negro de Colbert”, na Guiana Francesa, ou o “Código Negro Carolino” em Porto Rico⁴⁴⁹, os quais estipulavam o costume de doar parcelas de roças para os cativos como um dever dos senhores. No caso que era vivenciado no Brasil, ocorria práticas que se enraizaram nos costumes, formando aquilo que é chamado de um direito consuetudinário, edificado pelos hábitos, tradição cultural e ponderados pela moralidade e praticidade⁴⁵⁰.

Já o terceiro aspecto é demonstrado como um fator extremamente disseminado pelas relações políticas/sociais da América lusa. Os deveres morais e afetivos eram considerados para o regulamento das práticas em sociedade. Em obras como o do

⁴⁴⁶ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 21.

⁴⁴⁷ HESPANHA, António Manuel. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 58.

⁴⁴⁸ Algo que ocorreu com maior ênfase no Estado da Índia, Goa, e em Macau, a China portuguesa.

⁴⁴⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes. 1982. p.143; MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁴⁵⁰ CARDOSO, Idem, p. 137.

religioso Jorge Benci⁴⁵¹, o discurso de manter um modo correto e cristão no tratamento com os escravos era constantemente trabalhado e defendido; definindo o que seria considerado como um “bom cativo” e um “mau cativo”, porém, a instituição escravista em si não era questionada, mas a forma como se tratava os cativos. Certamente, esse ponto se desdobrava de maneira relativa na prática do dia a dia, dependendo do caráter de cada proprietário e senhor de escravo, contudo, não deixava de representar o grau de moralidade que era defendido na sociedade da época.

A escravidão, na sociedade de Antigo Regime, era vista como um fator intrínseco a dinâmica política, cultural e das representações de mundo, sendo que o ato de tornar um sujeito cativo simbolizava a inserção social do indivíduo na estrutura monárquica do império português, baseada na cristandade e nos preceitos compactuados pela lógica corporativa, apagando o passado “pagão” e “incivilizado” do ser que se torna escravo⁴⁵². Isto é, o comércio de escravos passava a ser compreendido como maneira de conversão e introdução dos gentios africanos à Europa cristã, algo presente na mentalidade europeia desde a bula *Romanus Pontifex* de 1455⁴⁵³.

No campo dos vínculos pessoais e políticos teríamos as tramas que eram construídas por meio das redes clientelares entre grupos e sujeitos que interconectavam interesses diversos da América portuguesa⁴⁵⁴. Tais associações eram fundadas em ligações de trocas e alianças que engendravam encargos de obrigação moral, contribuindo para as práticas de ambos os lados⁴⁵⁵.

Para aqueles que se encontravam na condição de cativos tais redes não seriam inexistentes, ao contrário, alianças e elos eram construídos mesmo na vivência pelo cativo. No trajeto que era feito pelos africanos em sua diáspora no tráfico negreiro era comum a formação de solidariedades entre os sobreviventes dessa viagem. O contato com outros escravizados durante o percurso era tido como uma primeira demonstração

⁴⁵¹ BENCI S.I., Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos: (livro brasileiro de 1700)* /Jorge Benci; estudo preliminar de Pedro de Alcântara Figueira, Claudinei M. M. Mendes. São Paulo, SP :Grijalbo,1977.

⁴⁵² MATTOS, Hebe. A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista, GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 145.

⁴⁵³ Idem.

⁴⁵⁴ HESPANHA, Antonio Manuel; XAVIER, Angela. As redes Clientelares. In: *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

⁴⁵⁵ EISENSTADT, S.N. & RONIGER, L. *Patron, Client and friends: interessoal relations and structure of trus in society*. Cambridge: University Press, 1984.

de “inserção social” no universo da escravidão, engendrando amizades e pequenas redes de ajuda mútua. Inclusive o termo *malembo* era utilizado para designar o amigo encontrado nas primeiras horas de escravidão⁴⁵⁶.

Os que eram colocados na senzala também buscavam a formação de redes que poderiam lhes beneficiar de alguma forma ou de outra. Algo comum era a preferência por padrinhos livres, podendo ser desde libertos até outros senhores conhecidos da região, o posicionamento social do padrinho poderia definir o nível de possíveis benefícios e favores que poderiam ser obtidos; de um auxílio para adquirir a manumissão até uma intervenção na relação com o senhor nos momentos da aplicação do castigo, principalmente após as fugas mal sucedidas ou com retornos rápidos⁴⁵⁷. O padrinho, nessa situação, assumia o papel de mediador na relação senhor e escravo, podendo dar certo suporte ao cativo.

Não obstante, tais tramas negociais poderiam envolver espaços e instituições maiores, como a própria justiça, sendo que era existente casos de escravos que recorriam aos tribunais para denunciar o “mal cativo” proporcionado por um senhor⁴⁵⁸ – como visto no caso do engenho Santana. Da mesma forma, a Igreja era vista como uma instância que poderia prestar certo auxílio nas contendas que surgiam no vínculo senhor/escravo⁴⁵⁹. Apesar de ser uma relação vista como de controle do proprietário, em que este se colocava como soberano, havia certas interferências de outros campos da sociedade colonial, pois, a relação senhor/cativo não se dava em um vazio social/cultural.

O último ponto demonstra características que eram vivenciadas de forma mais completa por grupos que se encontravam na alta hierarquia, nas elites da terra, que buscavam obter e exercer cargos relevantes na administração da colônia, tentando até benefícios pessoais e de suas redes clientelares. Dessa forma, não vejo como uma característica de escopo amplo ao ponto de adentrar nas relações sociais que eram produzidas na escravidão. Sendo que geravam efeitos significativos para a dinâmica

⁴⁵⁶ MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 127.

⁴⁵⁷ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 283.

⁴⁵⁸ LARA, Sílvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e justiças no Brasil*. Campinas, SP: 2006.

⁴⁵⁹ FARIA, Sheila de Castro. Op. Cit.

política dos grupos de centro, porém, não para as comunidades periféricas dessa conjuntura.

Contudo, valorizamos especialmente os sentidos da escravidão para estes grupos centrais, as elites e nobrezas da terra. Para tais setores havia a busca pela manutenção ou a ascensão do status social, algo que era demonstrado até nas roupas e joias que eram usados por esses indivíduos, os quais eram utilizados para esbanjar riqueza, privilégios e uma posição de destaque⁴⁶⁰. O que tínhamos era uma pura teatralidade do poder, a encenação das posições e influências existentes na hierarquia constituída na América portuguesa⁴⁶¹. Ter em sua posse escravos adentrava na estratégia de manifestar um destaque social e, dessa forma, quanto mais escravos um senhor possuía maior era seu prestígio social.

Muitos lusitanos vinham as conquistas na busca de obtenção de títulos e vida de nobreza⁴⁶². Ser um senhor de terras, um grande proprietário de engenho, ter sob seu domínio e administração uma extensa mão de obra que simbolizava um corpo servil, algo que – na América portuguesa – era obtido por meio da instituição escravista, todos esses fatores eram tidos como preceitos ambicionados por aventureiros e senhores instigados pelas tradições europeias.

3.3.1 Redes clientelares escravas: matriz de revoltas e solidariedades.

Ao abordar o terceiro aspecto, demonstrado pelo historiador Manuel Hespánha, devemos nos atentar da sua relevância para o cotidiano dos sujeitos que vivenciavam a escravidão e que buscavam reconstruir suas perspectivas culturais, ou até a reconstruir a si mesmos. As redes de auxílio mútuo contribuía para essa função. No entanto, possuíam um grande papel para a construção de resistências – tanto nas manifestações sutis como nas explícitas – pois, a luta também ocorria por meio de tais redes.

Nos dados vistos no primeiro capítulo dessa dissertação, acerca do tráfico de escravos no contexto dos finais do século XVIII e início do XIX – mais especificamente

⁴⁶⁰ LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentsos Setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 87-91.

⁴⁶¹ BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

⁴⁶² SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, pp. 209-223.

nos anos de 1780 até 1800 – foi evidenciado a forte presença de povos africanos que foram trazidos para a América portuguesa. Dessa forma, a busca por reedificar instituições, estruturas políticas e religiosas oriundas dessas etnias ocorriam de forma constante. Muito provavelmente eram tentativas notórias no dia a dia da colônia, no sentido de que todos os colonos e as autoridades régias percebiam tais edificações culturais.

Entretanto, era na organização de atos evidentes de luta, como revoltas, rebeliões e levantes que essas redes manifestavam sua capacidade logística. Principalmente na primeira metade do século XIX, Salvador e algumas localidades baianas passaram por ondas de revoltas escravas que assombraram os colonos e as autoridades⁴⁶³. Os motivos para a formação de tais movimentos podem ser encontrados no aumento da exploração e na maior precariedade das condições do trabalho escravo, a grande presença de homens em detrimento de mulheres, etc.⁴⁶⁴ Mas, é interessante nos atentar às estratégias táticas desses grupos.

Pelos dados do *Slave trade* observamos um significativo fluxo de cativos que eram obtidos na região da Costa da Mina, era especialmente esta localidade que advinha grande parte de africanos de origem Islamizadas que viviam no Sudão central⁴⁶⁵. Esse seria o caso dos Haussás, etnia de tradição mulçumana – em sua maioria – que se encontravam no território baiano nesse período e que desencadearam vários planos de revolta entre os anos de 1807-1830.

Mesmo sob o governo do Conde da Ponte, que exercia uma política ferrenha na vigilância e opressão de ajuntamentos de cativos e libertos, houve a conspiração Haussá do ano de 1807. O plano abarcava um levante supostamente marcado para o dia 28 de maio, dia de Corpus Christi, quando os integrantes dessa etnia pretendiam queimar a casa da Alfândega de Salvador, onde os africanos escravizados recém chegados eram batizados e levados para a venda, além de incendiar uma igreja no bairro de Nazaré⁴⁶⁶. Dessa forma, a ação de atacar tal instituição possuía, acima de tudo, um valor simbólico,

⁴⁶³ REIS, J.J. *Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos*. AFRO-ASIA, v. 15, p. 100-126, 1992.

⁴⁶⁴ Idem, p.101.

⁴⁶⁵ REIS, J.J. *Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia*. Topoi (Rio J.) vol.15 no.28 Rio de Janeiro Jan./June 2014, p. 68-115.

⁴⁶⁶ REIS, J.J. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 72.

pois representava o ataque à religião colonizadora/escravista e o retorno à religião original desses revoltosos, o Islã.

Entretanto, o projeto de motim trazia características próximas de táticas de luta com um grau de organização significativo. Era intentado fugirem da capital e se encontrarem com os demais escravos dos engenhos localizados no recôncavo, iriam se aliar com mulatos e crioulos para tomar a cidade e executar uma guerra contra os brancos. Posteriormente era objetivado ir a Pernambuco para resgatar os Haussás que se encontravam como escravos e, no sertão da colônia, montar um governo onde os mulatos e crioulos, antes aliados, seriam usados como cativos⁴⁶⁷.

No entanto, tais movimentos não pararam só em 1807. Dois anos após esse motim, em 1809, outra ação proveniente de escravos da etnia Haussá teve início. Este segundo levante teve dois focos centrais, Salvador e a vila de Nazaré das Farinhas, de onde escravos teriam cometido fuga e se aquilombaram em regiões próximas com outros cativos fugidos de engenhos das proximidades. Mas logo houve a repressão; soldados e capitães do mato, a mando do governador, atacaram o quilombo que foi montado. Nos registros é dito que houve luta até resultar em mortes ou na prisão dos revoltosos⁴⁶⁸.

No término do governo do Conde da Ponte, finalizado em 1809 devido sua morte, teve o início do Governo do Conde dos Arcos. Tal administração se utilizou de uma política ilustrada, baseada na estratégia de dissuasão em vez da repressão violenta⁴⁶⁹, no entanto, o romper de revoltas continuou sendo frequente, tendo destaque a dos anos de 1814 e 1816. Nesses casos, a forma de organização e o transcorrer dos planos insurrecionais refletiam pontos em comum com os atos anteriores.

Ambos demonstravam a tática de fuga do centro da capitania para o interior onde ocorria a organização dos fugitivos montando um quilombo, buscavam formar alianças com demais escravos da região e, tendo um número significativo de braços armados, executavam o ataque a cidade, declarando morte aos brancos e cativos que não tomassem parte do movimento. Alguns historiadores chamam a atenção para a

⁴⁶⁷ Idem, p. 73.

⁴⁶⁸ Idem, p. 78.

⁴⁶⁹ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 39.

construção de uma “tradição rebelde”⁴⁷⁰ no Recôncavo desse contexto, pelo fato de ter existido de fato uma disposição à revoltas de maneira mais enfática e por demonstrar certo padrão no método de atuação.

Este modelo de luta pode ser comparado com as estratégias de *Jihads* que ocorriam no território africano e efetuados pelos Haussás de vertente Islâmica. Essa própria etnia possuía, em sua terra natal, conflitualidades e contendas com demais grupos étnicos os quais tiveram a necessidade de desenvolver métodos de cunho militar. Além disso, muitos se tornavam cativos como consequência de derrotas em tais embates. Nesse caso, o que foi presenciado era a reconstrução da própria índole *Jihadista* em terras baianas, porém, tendo um objetivo modificado: buscavam executar a busca da liberdade e reconstrução de um espaço de governo autônomo. Apesar de que, como na tentativa de queimar igrejas no levante de 1807, houve certos vestígios de concepções étnico/religiosas em tais ações.

Exemplos como os que ocorreram nos primeiros anos dos oitocentos demonstram a capacidade de organização escrava, não somente para o viver do dia a dia, mas para atos de rebelião aberta. A presença de vínculos e laços de solidariedades eram nítidas em tais movimentos, principalmente as associações étnicas que ocorriam na América portuguesa. O que se encontrava como a base para tais estratégias seria a própria tradição originada no continente africano e que servia como referência para a reconstrução social desses sujeitos. É devido a isso que historiadores afirmam a necessidade de se compreender as práticas de etnias africanas, como em uma análise antropológica, na busca de apreender a vida cativa no Brasil⁴⁷¹.

No próprio caso das revoltas citadas, eram utilizados pelos cativos dirigentes dos levantes de cargos/funções nomeados como “embaixadores” ou “capitães”⁴⁷², termos comuns na sociedade da América lusa. Tais títulos tinham o papel de convocar e espalhar o programa insurrecional, incitando os demais escravos e libertos do recôncavo para a ação. Tal percepção demonstra certo nível de mistura das culturas políticas, não necessariamente levando a uma nova configuração/modelo de sistematização

⁴⁷⁰ Op. Cit. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 94.

⁴⁷¹ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2ª ed. corrig. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

⁴⁷² REIS, J.J. Op. Cit., p. 75.

institucional, mas manifestando o uso e atribuições de maneiras diferenciadas para com aspectos já existentes no espaço cultural, tanto do hegemônico quanto do periférico.⁴⁷³ Os próprios cativos, enquanto agentes políticos e culturais, detinham a capacidade de reelaboração de suas expressões.

Redes clientelares, apesar de tudo, não eram somente criadas e desenvolvidas no âmbito de laços étnicos – os quais expressavam ser originado de um grupo de grande escala – visto que em agrupamentos menores era possível a criação de laços significativos e que, pouco a pouco, poderiam tomar um escopo amplo. Um exemplo relevante era o papel das famílias cativas. Tais agrupamentos, criados por laços afetivos ou por questões pragmáticas, forneciam uma atmosfera de auxílio e ajuda mútua, tanto em sentido material – na obtenção da subsistência do dia a dia –, como para o sentido de manutenção cultural⁴⁷⁴.

Para tanto, devemos perceber que o sentido de família e do casamento no contexto colonial, se diferenciava do que é empregado atualmente. O casamento, além de todo grau de afetividade, era visto como um negócio, um processo de barganha que pretendia benefícios para ambas as partes. Por isso era também uma força político-social de todas as camadas populacionais, inclusive dos cativos. No segundo grupo, era comum o casamento de homens com mulheres mães de vários filhos, algo raro de ocorrer entre nobrezas da terra, pois a virgindade era vista como pré-condição para o pacto matrimonial entre iguais, até mesmo pela questão da herança em que de longe se pensava em ser dividido para filhos ilegítimos ou bastardos. Porém, para homens pobres, integrar um núcleo familiar numeroso e constituído de pessoas em idade de trabalho simbolizava uma condição de estabilidade produtiva.⁴⁷⁵

Para os escravos não seria muito diferente. Ter uma família era constituir laços de parentesco que possibilitavam construir espaços de autonomia podendo obter certo nível de independência por meio de atividades econômicas. Além do mais, para aqueles

⁴⁷³ CANCLINI, Nestór García. *Culturas Híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

⁴⁷⁴ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 154.

⁴⁷⁵ Idem, p. 158.

que acabaram de chegar em território brasileiro, a incorporação em laços matrimoniais contribuía para a introdução do cativo ao novo mundo que se colocava a ele⁴⁷⁶.

No entanto, a família poderia se manifestar, da mesma forma, como centro de estratégias de luta e planejamento de levantes. Ricardo Pirola, trabalhando tópicos já levantados por variados historiadores⁴⁷⁷ acerca das famílias cativas, mostrou como o vínculo familiar e as redes de parentesco entre pessoas escravas contribuía para a organização e a ajuda mútua entre os mesmos, ao ponto de poderem efetuar projetos de revolta de maneira detalhada e pensada meticulosamente⁴⁷⁸.

As populações escravas dos setecentos, enquanto agentes sociais, seriam constantes construtores de fenômenos reticulares, atos originários de procedimentos interacionistas que levam a novas interconexões e entrelaçamentos, produzindo configurações amplas em formato de redes⁴⁷⁹. De acordo com o que foi dito por Norbert Elias “[...] é dessa maneira que a sociedade humana avança como um todo; é dessa maneira que toda a história da humanidade perfaz seu trajeto: De planos emergindo, mas não planejada, movida por propósitos, mas sem finalidade”⁴⁸⁰.

Em todo espaço onde há a vivência humana ocorrerá tais fenômenos e práticas. Dessa forma, com a exposição desses pontos – a dinâmica social setecentista, a relevância das relações clientelares para as revoltas escravas – e os breves exemplos de levantes cativos ocorridos na Bahia, nos debruçaremos na experiência da comunidade de Santana, suas jogadas e lances exercidos nesse ato insurrecional.

3.4 *Negociação, revolta e autoridade.*

A historiografia da década de 80 do século passado trouxe grandes mudanças nas formas de se analisar e compreender o regime escravista e os sujeitos que se encontravam inseridos nesse mesmo sistema, os quais possuíam, também, o ato de

⁴⁷⁶ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

⁴⁷⁷ Um exemplo seria o próprio pesquisador Robert W. Slenes.

⁴⁷⁸ PIROLA, Ricardo Figueiredo. *Senzala insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

⁴⁷⁹ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

⁴⁸⁰ Idem, p.59.

negociar como estratégia de luta.⁴⁸¹ À luz desse entendimento, quando observamos e analisamos a carta dos escravos ao senhor Manoel da Silva Ferreira, percebemos o como esse conceito se manifestava no dia a dia escravista e o como foi usado pelos sublevados. Porém, devemos ter em mente a complexidade dos meandros de negociação que esse documento transmite.

Com isso, deve-se notar que, se o espaço de negociação é tido como um campo de batalha, não eram somente os escravos que negociavam, pois seus senhores e proprietários também se colocavam nesse jogo. Logicamente, os senhores detinham recursos para desempenharem sua autoridade. Já no caso dos cativos, as negociações, barganhas, tentativas de persuadir o senhor eram ferramentas mais comumente usadas⁴⁸², principalmente pelos grupos crioulos⁴⁸³.

Esse tratado, visto em seus pormenores no capítulo anterior, demonstra não somente a tentativa de adequação entre as partes, mas a própria tensão e conflito entre elas. Nesse caso, devemos nos recordar de um detalhe que faz toda a diferença: o processo de negociação o qual estes escravos deram início, não foi tido como a primeira opção de ação, pois antes disso se rebelaram de fato. O documento dos escravos foi posterior ao momento da revolta de 1789, nesse ano eles se revoltaram: mataram o mestre de açúcar, tomaram a posse de algumas ferramentas e se refugiaram nas matas próximas. Ademais, permaneceram assim, sublevados, durante dois anos consecutivos. Somente após isso é que partiram para a negociação.

Tendo isso em mente, João José Reis e Eduardo Silva trouxeram algumas definições de formas de resistência na sociedade escravista. As fugas, levantes e edificação de mocambos eram tidos como os limites da negociação, quando a última não surtia efeito. No caso das fugas, segundo Reis e Silva, haveria duas tipologias: as *fugas-reivindicatórias* e *fugas-rompimento*⁴⁸⁴ (o qual também poderíamos nomear como

⁴⁸¹ SCHWARTZ, Stuart B. A historiografia recente da escravidão brasileira. In: _____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001, pp. 21-88.
REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989

⁴⁸² AZEVEDO PEDROSO, Wangner. *Estrutura de posse escrava e relações sociais cativas e senhoriais para a compreensão de um planejamento insurrecional escravo*. Disponível em: http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=132&Itemid=63 acesso em: Abril de 2020.

⁴⁸³ CARNEIRO, Edison. *Ladinos e Crioulos: Estudo sobre o negro no Brasil*. Ed. Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1964.

⁴⁸⁴ REIS; SILVA. *Idem*, p. 62.

*fugas para dentro e fugas para fora*⁴⁸⁵). O primeiro caso seria referente às fugas dos cativos que tinham como objetivo forçar uma negociação para com o senhor, ou seja, fugiam para depois reivindicar, sejam melhorias nas condições de trabalho, ou outros aspectos da vida na escravidão. O segundo caso faz referência às ações que buscavam o rompimento total com os vínculos escravistas, muito das vezes tido na construção de quilombos⁴⁸⁶.

Assim, a primeira seria uma “fuga para dentro” devido ao fato de que eram sujeitos que fugiam de determinadas situações e condições, porém, não buscavam fugir do escravismo, o propósito poderia ser muito bem a tentativa de iniciar alguma negociação para amainar sua condição. Já a segunda, como “fuga para fora” demonstra a vontade de se desvincular de tal regime. Mas, essa última seria de um nível de difícil execução – principalmente nos setecentos –, pois mesmo longe dos grilhões de seus proprietários, a cor da pele manifestava o possível vínculo com a senzala, sendo facilmente visto como um cativo fugido⁴⁸⁷. Algo chamado pelos autores como *paradigma ideológico colonial*⁴⁸⁸, visto que o próprio entendimento de mundo que era compartilhado na sociedade do século XVIII se manifestava como uma “gaiola” para essas pessoas – não adiantava para onde fosse, a marca da escravidão os acompanhava em todos os espaços.

No caso das revoltas de escravos, podemos muito bem utilizar essas mesmas classificações, algo que pode ser visto no caso do Santana. O movimento levado a diante por esses indivíduos não gerou um rompimento da condição de escravo e nem com o local que trabalhavam, mas pelo contrário, após certo tempo preconizaram um tratado, admitindo o retorno as atividades e exigindo certas circunstâncias. O levante e fuga, nesse caso, poderia muito bem se encaixar na classificação de atos reivindicatórios e no uso de prerrogativas do próprio regime escravista. Entretanto, o que explicaria o fato de que estes escravos não optaram por uma fuga definitiva?

Primeiro, a formação de quilombos costumeiramente eram feitos em regiões relativamente próximas de vilas e fazendas produtoras de gêneros alimentícios, como os

⁴⁸⁵ Idem, p.71.

⁴⁸⁶ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo. Editora: Zumbi, 1959.

⁴⁸⁷ LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁴⁸⁸ REIS; SILVA. Idem, p. 64.

engenhos, sendo um dos motivos o risco de entrar em conflito com etnias indígenas no interior da colônia⁴⁸⁹, havendo a preferência de se estabelecerem em locais mais próximos de espaços conhecidos. O segundo fator que contribuía para essa realidade era que geralmente os quilombos mantinham alguma relação comercial com grupos de libertos e pessoas livres das vilas e fazendas⁴⁹⁰, ou viviam de pequenos saques e roubos de fazendas próximas⁴⁹¹.

Outro fator para a compreensão desse acontecimento em específico era justamente a composição da comunidade escrava desse engenho. Como dito pelo relato do ouvidor geral do crime, no momento da revolta haviam 300 cativos, entre eles alguns de origem Mina⁴⁹². A maioria desse contingente era formada por escravos crioulos nascidos ali mesmo, levando a presença de gerações e gerações de famílias que haviam sido formadas no interior dessa localidade. Os vínculos familiares, como visto até então, tinham papéis fundamentais para a constituição pessoal e social dessas pessoas⁴⁹³, inclusive para as ações de resistência e revolta⁴⁹⁴. O engenho Santana, dessa maneira, não representava somente uma propriedade de produção de açúcar que se encontrava em posse do senhor Manoel da Silva Ferreira, mas, da mesma forma, simbolizava o espaço geográfico em que se davam os laços culturais, de parentescos e familiares dessas quase 300 pessoas – a comunidade cativa do Santana.

Nas terras da América Portuguesa a política repressiva era a mais comum para com os mocambos, como visto por Carlos Magno Guimarães nas Minas Gerais do século XVIII⁴⁹⁵, em que identificou a descoberta e destruição de 160 quilombos na área das Minas Gerais entre os anos de 1710-1798. Mas, tais mocambos cresciam com as trocas e barganhas econômicas com outros grupos, mesmo que sendo negócios feitos às

⁴⁸⁹ SCHWARTZ, Stuart B. Repensando Palmares: Resistência escrava na colônia. _____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001, pp. 219-261.

⁴⁹⁰ GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos/Remanescentes de quilombos. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

⁴⁹¹ SCHWARTZ, Stuart B. Repensando Palmares- resistência escrava na colônia. In: _____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001, pp. 219-260.

⁴⁹² Cartas ao Governo 207, Arquivo Público do Estado da Bahia.

⁴⁹³ CARLI, Caetano De'. *A família escrava no sertão pernambucano (1850-1888)*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, 2007, p. III.

⁴⁹⁴ PIROLA, Ricardo Figueiredo. *Senzala insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2011, p. 107.

⁴⁹⁵ GUIMARÃES, Carlos Magno. Escravismo e rebeldia escrava: quilombos nas Minas Gerais do século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 324-338.

escondidas, seja com taberneiros, comerciantes ou escravos das senzalas⁴⁹⁶. O que demonstra a capacidade de construção de redes entre os grupos quilombolas com outros segmentos da sociedade colonial.

Já em outras regiões da América era possível identificar relações que eram engendradas entre líderes de mocambos para com autoridades coloniais, algo mais comum em localidades como o Caribe e a Jamaica, onde o movimento dos chamados *marronage* e *marrons* – como eram chamados, respectivamente, esses grupos de resistência negra – se encontravam com maior intensidade no quesito de presença física e poder de influência em suas regiões, levando ao reconhecimento de tais comunidades pelos próprios governos locais⁴⁹⁷. Isso demonstra o fato de que até mesmo entre aquilombados e autoridades próximas também havia o exercício de espaços de negociação. No caso jamaicano, mencionado acima, o próprio processo de colonização e administração britânica nessa ilha dependia dos acordos com os *marrons*⁴⁹⁸.

Esse ponto que acabamos de tocar, sendo os vínculos de negociação, deve ser entendido como um ponto basilar não somente para a compreensão do ato de resistência da comunidade escrava do engenho Santana, mas para identificarmos aquilo que é colocado como fator central na análise desse caso: os meandros de negociação existentes nas tessituras sociais e políticas da época e que se manifestavam no ocorrido que é colocado em evidência. No caso dos agrupamentos de quilombolas, vemos como o ato de construir acordos e trocas para com determinados grupos se encontravam como importante estratégia para a efetivação dos interesses metropolitanos. Já na América portuguesa, mesmo com significativas trocas e barganhas comerciais entre mocambos e vilas, freguesias, senzalas – ou seja, níveis de barganha com grupos menores próximos a estas comunidades – as ações de negociação não se encontravam enquanto ferramentas centrais na política adotada pelas autoridades coloniais, ao contrário da política de enfrentamento e ataque aos quilombos. Entretanto, isso não quer dizer que não havia tais relações no resto da dinâmica política.

⁴⁹⁶ GOMES, Flávio dos Santos. Idem.

⁴⁹⁷ MCKEE, Helen. *From violence to alliance: Maroons and white settlers in Jamaica, 1739–1795*. SLAVERY & ABOLITION, vol.39, no. 1, 2018, 27-52.

⁴⁹⁸ Sendo que, de um lado, os colonos poderiam evitar conflitos e guerras que levariam a instabilidade no projeto colonizador – caso da primeira e segunda guerra maroon (Marron War), a primeira sendo de 1731-1739, e a segunda de 1795-1796 –, por outro lado, essas comunidades negras mantinham sua autonomia e espaço de liberdade por meio de tais acordos.

Rafael de Bivar Marquese, para ilustrar as implicações de tais relações negociais entre escravos e senhores, ⁴⁹⁹utilizou-se de um conceito cunhado por Michel Foucault intitulado como “governamentalidade”⁵⁰⁰. Este termo traz algumas reflexões próximas à ideia de uma monarquia corporativista, trabalhada por Hespanha⁵⁰¹ e outros autores⁵⁰². No geral, teríamos aquilo que é chamado de “arte de governar”, os modos e estratégias para a manutenção da estabilidade em um governo, baseados em princípios eminentes na era moderna – dos séculos XV até o XVIII. Um dos elementos levados em conta nessa arte seria o reconhecimento de vários governos dentro do mesmo espaço político: o governo da casa, da família, governo dos escravos, etc.⁵⁰³. O principal objetivo seria estabelecer certa continuidade/conectividade ascendente e descendente do governo do Estado para com esses demais governos, os quais são interligados e que sustentam o governo central/monárquico⁵⁰⁴.

A monarquia pluricontinental portuguesa, como visto no primeiro capítulo dessa dissertação, era extremamente extensa, abarcando a Europa Ibérica, regiões do continente africano, a América Portuguesa e localidades do extremo oriente, como Goa na Índia, Macau na China e o próprio Japão.⁵⁰⁵ O estabelecimento do projeto colonizador dependia da sincronia entre o poder central para com os poderes locais – poderíamos, também, utilizar o termo “poderes periféricos”, lembrando o trabalho de Shills⁵⁰⁶.

O historiador Jack P. Greene, principalmente na análise acerca das estruturas presentes na América Inglesa⁵⁰⁷, ressaltou o conceito de “autoridades negociadas”⁵⁰⁸

⁴⁹⁹ MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 38.

⁵⁰⁰ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017, p. 407.

⁵⁰¹ HESPANHA, Antônio Manuel. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁵⁰² SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá; FRAGOSO, João (org.). *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

⁵⁰³ Ressaltamos que neste trabalho abordamos as várias formas de “Política”, mas tendo ênfase na dinâmica social e não na pura ação dos agentes administrativos da colônia.

⁵⁰⁴ FOUCAULT, Idem, p. 412.

⁵⁰⁵ RUSSELL-WOOD, A.J.R. *A dinâmica da presença brasileira no Índico e no Oriente. Séculos XVI-XIX*. Topoi (Rio J.) vol.2 no.3 Rio de Janeiro July/Dec. 2001. SAMPAIO; FRAGOSO (org.). Idem, p. 9.

⁵⁰⁶ SHILLS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa: Difel, 1992.

⁵⁰⁷ GREENE, Jack P. Tradições de governança consensual na construção da jurisdição do Estado nos Impérios europeus da Época Moderna na América. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 95-114.

como um dos dispositivos essenciais na manutenção do projeto colonizador no novo mundo. Segundo essa ideia, os pilares que sustentam a autoridade central seriam criadas não somente com certas imposições vindas do centro para a periferia – de cima para baixo –, mas por intermédio de processos de negociações entre ambas as partes, levando, por sua vez, a viabilidade de que aquele que detém menor poder, estando presente no espaço periférico, poderia exercer certas pressões e reivindicações para com o poder central⁵⁰⁹. Com isso, para que as autoridades metropolitanas pudessem tornar factível a presença de seu mando em terras americanas, era imprescindível o vínculo com os poderosos locais. Assim, a autoridade – em certa medida – advinha dos campos periféricos, os quais o centro se enraizava pouco a pouco e se afirmava no decorrer dessa ação⁵¹⁰.

Conforme mostrado no primeiro capítulo, na América portuguesa não seria diferente do que foi constatado por Greene na América anglo-saxã, a presença de autoridades locais se encontrava como peças fundamentais da administração das novas terras e que, às vezes, poderiam efetuar deliberações distintas da coroa portuguesa⁵¹¹. Porém, a monarquia lusitana interagiu com tais grupos, seja na distribuição de mercês, ofícios régios, concessão de terras ou privilégios no mercado que eram dados em troca dos serviços e trabalhos prestados em prol de sua Majestade. Era por esses meios que os vínculos pessoais entre o rei e seus vassalvos eram estabelecidos, fortificando a vassalagem ante o monarca.⁵¹²

Era pelo uso da negociação, ferramenta estratégica que integrava as redes clientelares – sustentáculos do domínio ibérico –, que havia a construção da autoridade metropolitana. Nesse quesito, devemos perceber que os conceitos de “autoridade” e “negociação” se encontravam próximos e imbricados um ao outro. Para isso, é importante analisarmos as distintas formas de autoridade e o como ela é constituída, sendo que usaremos o entendimento trabalhado por Etzioni⁵¹³ que oferece três

⁵⁰⁸ GREENE, Jack P. *Negotiated Authorities: Essays in Colonial political and Constitutional History*. The University press of Virginia, 1994.

⁵⁰⁹ Idem, p. 4.

⁵¹⁰ SHILLS, Idem.

⁵¹¹ RUSSELL-WOOD, A.J.R. *O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural*. Revista de história, 1977.

⁵¹² SAMPAIO; FRAGOSO (org.). Idem, p. 12.

⁵¹³ ETZIONE, A. *A comparative analysis of complex organizations*. Free Press, New York 1961. Apud: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª ed., 4ª reimpressão, 2010. Vol. 2, p. 89.

conceitos: a autoridade coercitiva, a autoridade remunerativa e a autoridade normativa. A primeira traria a imagem do uso da coerção e violência como maneira central de se exercer e estruturar a posição de autoridade. A segunda trabalharia na lógica do controle de recursos e da distribuição desses mesmos recursos para aqueles aos quais o mando é direcionado. Já a terceira seria baseada na alocação dos prêmios e das privações simbólicas, sendo fundada, na mesma medida, em certa moralidade⁵¹⁴. Para esses três tipos distintos ainda teríamos as orientações dos subordinados, sendo eles, respectivamente, a orientação alienada, a calculadora e a moral. Na primeira, o subordinado simplesmente acata o controle do superior devido à violência em que é submetido; na segunda, haveria a expectativa do subordinado calcular ganhos e obtenção de vantagens no transitar do vínculo com tal autoridade; e por último, o terceiro seria pautado na obediência desses sujeitos a alguma autoridade devido a questões morais que integram o entendimento cultural/social dessas mesmas pessoas.

Essas três classificações não podem ser entendidas como tipologias e maneiras de se exercer a autoridade completamente distintas entre si, pelo contrário, são formas que, na maioria das vezes, são empreendidas concomitantemente. Ocasionalmente, teríamos um maior uso de uma dessas categorias, ou de duas – dependendo da situação, do grupo que se encontra na posição de subordinação e no tipo de vínculo existente entre a autoridade e o subordinado, ou seja, há inúmeras variáveis.

No caso da segunda categorização, vemos claramente aquilo que identificamos como relações negociadas, calculadas, e que demonstra certo jogo político entre ambas as partes desse vínculo, algo que seria encontrado na dinâmica do Antigo Regime dos trópicos no fenômeno das trocas baseadas nas afetividades, moralidade, compaixão – fator que também seria associado com a terceira classificação de autoridade, a que se baseia em certa moral e ética. As práticas identificadas com o chamado enigma do Dom permearia, enquanto pano de fundo, todos esses contatos⁵¹⁵. A vista disso, a negociação e a barganha eram tidas como fatores que se encontravam submersas em tais redes constituídas pelo Dom⁵¹⁶.

⁵¹⁴ Idem.

⁵¹⁵ GODELIER, Maurice. *O enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁵¹⁶ EISENSTADT, S.N. & RONIGER, L. *Patron, Client and friends: interpersonal relations and structure of trust in society*. Cambridge: University Press, 1984.

A autoridade, desse modo e seguindo o raciocínio de Greene, também seria constituída por tais elos negociais, além do mais, seria uma das estratégias e ferramentas para a manutenção dela, inclusive para contribuir na formação da legitimidade existente em tal posição de autoridade. A respeito disso, entre tais ferramentas também haveria a presença do uso da força e violência, ou demais instituições que possam fortificar e reconhecer a autoridade. Portanto, há outras maneiras e estratégias para se chegar a tal finalidade, mas que também podem gerar efeitos variados. No caso do uso da força, de maneira constante e excessiva, tende a produzir tensões e choques constantes – a presença de rebeliões, revoltas e levantes poderia traduzir os possíveis resultados.

Como visto, seriam usos distintos de tais ferramentas, estratégias e lances diferenciados, no dizer de Pocock⁵¹⁷, o qual os agentes/grupos históricos buscariam se utilizar para a conquista de seus objetivos e anseios. Dessa forma, no quesito das posições de autoridade dentro de uma determinada conjuntura, há o uso da negociação enquanto forma de exercer e manter tal status, ou seja, seria uma modalidade dos “lances” utilizados. Na dinâmica ampla da macro política, como visto até então, é possível perceber de forma clara a manifestação desses pontos mencionados; porém, como esses mesmos aspectos estariam presentes em um ocorrido específico como a revolta dos escravos do engenho Santana?

3.4.1 As tramas negociais na estrutura de um engenho.

Devemos ter em mente que tais tramas e relações negociais não seriam praticadas da mesma forma ao se pensar a política colonial e as relações entre senhor e escravo. A casa, a família – no sentido mais abrangente que era existente nos setecentos, o qual era associado não somente com a consanguinidade, mas com a coabitação, o parentesco e as alianças⁵¹⁸ – representava, de acordo com o conceito de “governamentalidade”⁵¹⁹, o governo da família, em que o senhor, em sua posição patriarcal, exercia a sua soberania sem a interferência do Estado⁵²⁰. Um engenho de

⁵¹⁷ POCOCK, J.G.A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

⁵¹⁸ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 41.

⁵¹⁹ FOUCAULT, Idem.

⁵²⁰ MARQUESE, Idem.

açúcar em pleno século XVIII apresentava justamente tais características. Por isso, falar do domínio senhorial e da autoridade ocupada pelo senhor é abordar uma sistemática que exibia certas distinções, se comparado as estruturas administrativas da América portuguesa – apesar de ter sido integrante dessas mesmas estruturas. Todavia, poderíamos, da mesma maneira, encontrar certas semelhanças, noções que permeavam a dinâmica ampla desse contexto político/social e que subsistiam no dia a dia da propriedade senhorial.

O capítulo anterior, nesse sentido, onde foram abordadas as minúcias do escrito dos escravos e que traziam à luz a vivência que era obtida naquela localidade – assim como o anseio de futuras mudanças de vida –, mostra bem as atividades de produção e de subsistência que eram executadas no engenho Santana nos finais do XVIII, além de indicar um vislumbre da estrutura administrativa e de organização de tais atividades. O engenho, enquanto local onde se estabelecia e se exercia a soberania do senhor, dependia de um amplo e complexo arranjo organizacional⁵²¹, onde a população cativa tinha papel significativo para o funcionamento dessa estrutura. Os senhores de engenho, destarte, também deveriam ser habilidosos nos assuntos acerca do “governo dos escravos”⁵²².

Voltando para um ponto mencionado anteriormente, no início do tratado dos escravos, quando é dito “Meu senhor, nós queremos paz e não queremos guerra”⁵²³, os escravos rebelados ao mesmo tempo que esperavam o que só a ele competia, também cobravam de Manoel determinadas atitudes que sabiam só ele poderia dar enquanto proprietário e senhor. Não repudiavam totalmente sua autoridade. Pelo contrário, cobraram que o mesmo exercesse seu poder e mando em prol de transformações nas relações estabelecidas no interior do engenho. Quando determinaram o pedido de poderem votar e eleger os feitores, tinham em mente que era das mãos e deliberações do senhor que tais cargos eram criados e ocupados por pessoas escolhidas; com isso, exigiam a possibilidade de influenciar na decisão de modo de organização do engenho, sempre tendo em vista a posição do proprietário, a “cabeça” desse “corpo”.

⁵²¹ SCHWARTZ, Stuart B. Trabalho e cultura: vida nos engenhos e vida dos escravos. In: _____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001, pp. 89-121.

⁵²² LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁵²³ “Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados” (c. 1789). Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

Estes escravos tinham boa noção da complexidade que era o ordenamento dos trabalhos/vida no engenho e a relevância dos cargos/funções e suas responsabilidades para o funcionamento do todo. Tanto tinham noção que, ao negociar, se direcionavam ao proprietário Manoel da Silva Ferreira e não a um dos feitores ou agregados. Buscavam mudanças no seu labor e tais modificações não poderiam ser feitas por meio de barganhas com os feitores, que talvez só teriam poder em trazer alterações pontuais nas atividades do cotidiano. Ou seja, compreendiam que aquilo que desejavam somente poderia ser feito pelo senhor. De certa maneira, entendiam e sabiam muito bem da importância de seus trabalhos e mãos de obra para que o proprietário atingisse seus objetivos e interesses comerciais; e usavam disso a seu favor.

Para entender melhor essa atitude dos escravos rebelados, é necessário apreendermos alguns aspectos do funcionamento do engenho. Como visto no decorrer do segundo capítulo, havia uma estrutura complexa e variada. Desde o cultivo até a colheita da cana, o trabalho, segundo variadas fontes⁵²⁴, era extremamente extenuante, entrando noite adentro e chegando a atingir de 18 a 20 horas de trabalho contínuo, sob péssimas condições de vestimentas, de alimentação e tendo castigos severos. Sem embargo, a atividade dependia de fatores climáticos, e de certo planejamento dos trabalhos⁵²⁵. A distribuição das funções e responsabilidades, a estipulação de cotas diárias de cana e dos serviços prestados, os escravos que iriam ocupar determinados afazeres e etc. tudo isso englobava a cadeia produtiva do engenho.

Por tanto, para o funcionamento de todas essas etapas de produção, era necessário a presença daquilo que é chamado por H. Eckstein de “estrutura de autoridades”⁵²⁶. Para esse autor, as relações hierarquizadas de uma unidade social baseada em um espaço de autoridade depende de posições de “autoridades secundárias”

⁵²⁴ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. Ed. Belo Horizonte: Ed, Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982; BENCI S.I., Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos: (livro brasileiro de 1700)* /Jorge Benci; estudo preliminar de Pedro de Alcântara Figueira, Claudinei M. M. Mendes. São Paulo, SP :Grijalbo,1977; ROCHA, Manuel Ribeiro. *Etiópe resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017; KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942.

⁵²⁵ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

⁵²⁶ ECKSTEIN, H. *Authority patterns: a structural basis for political inquiry*. In: *American Political Science Review*, Vol. LXVII, 1973, pp. 1142-61. Apud: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª ed., 4ª reimpressão, 2010. Vol. 2.

para que haja o desenvolvimento e desempenho dessa mesma unidade social⁵²⁷, pois, seria imprescindível a presença de “sub chefes” para o ordenamento e funcionamento de um engenho e para que as ordens do senhor fossem de fato efetivadas.

Um exemplo claro seria o caso da função exercida pelo feitor, “lugar-tenente” do senhor⁵²⁸ e detentor de certo nível de poder de decisão que é delegado pela autoridade central. O senhor do engenho, nesse caso, concedia e distribuía certas competências para o melhor andamento dos trabalhos e para a real execução da disciplina indispensável para estes vínculos sociais.

Aqueles que ocupavam o cargo de feitor tinham a função de impor a disciplina e de se usar da violência, contudo, como colocado por Antonil⁵²⁹, o senhor deveria permanecer atento para que não ocorressem excessos vindos por parte do feitor, para que não se mostrassem como “lobos carniceiros”. Nesse sentido, o senhor também se colocava distante dos exageros e excessos, pois, se ocorressem, poderia ser afirmado que viriam das mãos dos feitores – algo que permanecia somente na aparência, pois toda ação de violência vinda do feitor era no nome do senhor. Assim, o senhor/proprietário, poderia surgir na figura de um “freio” das ações do feitor para com os cativos, algo similar a uma instância em que os escravos poderiam recorrer e pedir uma intervenção direta – como visto no documento.

Essa estratégia surtia o efeito de desenvolver uma aparência “paternal e benevolente” por parte do senhor⁵³⁰, viabilizando a construção de certo vínculo entre escravos e senhores. Porém, além da possibilidade de edificação desse tipo de vínculo, havia a demarcação da lógica do funcionamento e organização das atividades açucareiras, fortificando a disciplina para com tais trabalhos e para com os espaços de autoridade. Nesse seguimento, o feitor também era uma autoridade reconhecida pelos escravos, pois, por exercer um papel delegado pelo senhor, ele tinha o dever de sanar

⁵²⁷ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª ed., 4ª reimpressão, 2010. Vol. 2, p.89.

⁵²⁸ COLEMAN, J.S. *Authority systems*. In: *Public Opinion Quarterly*, Vol. XLIV, 1980, pp. 143-63. Apud: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª ed., 4ª reimpressão, 2010. Vol. 2.

⁵²⁹ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. Ed. Belo Horizonte: Ed, Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

⁵³⁰ LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750 – 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 166-167.

certas problemáticas que pudessem surgir no cotidiano de um engenho⁵³¹ – assim como brigas e rivalidades entre os cativos, ou pequenas irregularidades que aparecessem no decorrer da cadeia produtiva. Todavia, como visto na fonte, quando os escravos se opunham à administração senhorial eram os feitores e agregados que, por estarem a frente dessa estrutura, sofriam diretamente o impacto das rebeliões e revoltas.

As posições intituladas como “lugar-tenente”, deste modo, ocupavam partes relevantes para a estrutura administrativa do engenho, mas não constituía de forma isolada esse mesmo sistema, pois ainda tínhamos a parte indispensável para a produção: os escravos. Estes também eram dispostos de maneira hierarquizada dentro de um engenho, ocupando posições diferenciadas, o que levava a formação de relações distintas para com o próprio senhor – havendo uma maior proximidade de alguns grupos entre os cativos em relação ao proprietário. Essa ordenação se pautava por aspectos de origem e inclusive de categorias de cor⁵³². Quando os escravos rebelados propuseram a negociação a Manoel, foi perceptível a maneira em que se referiram aos pretos Minas, com certo ar de desdém; e como visto, de fato haveria esse entendimento hierárquico entre crioulos e africanos⁵³³.

Determinadas funções eram direcionadas para os *crioulos*, já outras eram encaminhadas para os africanos. Antonil chegou a demonstrar em sua obra certa classificação que era utilizada para estes últimos escravos:

Os ardas e os minas são robustos. Os de Cabo Verde e de São Tomé são mais fracos. Os de Angola, criados em Luanda, são mais capazes de aprender ofícios mecânicos que os das outras partes já nomeadas. Entre os Congos, há também alguns bastante industriais e bons não somente para o serviço da cana, mas para as oficinas e para o meneio da casa⁵³⁴.

Os encargos que requeriam um uso constante da força e de uma mão de obra puramente braçal eram voltados, não exclusivamente, mas de preferência, para tais cativos. As atividades que necessitava de maior nível de conhecimento e habilidade

⁵³¹ Idem, pp.170-171.

⁵³² DEMETRIO, Denise Vieira; SANTIROCCHI, Ítalo; GUEDES, Roberto (Org.) *Doze capítulos sobre escravizar gente e governar escravos: Brasil e Angola – séculos XVII-XIX*. 1. Ed., Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

⁵³³ CARNEIRO, Edison. *Ladinos e Crioulos: Estudo sobre o negro no Brasil*. Ed. Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1964.

⁵³⁴ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil; texto confrontado com o da edição de 1711, com um estudo bibliográfico, por Affonso E. Taunay*. 2ª ed. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1976, p. 89.

tendia a ser passado para os crioulos e ladinos – escravos africanos que conseguiram aprender certos conhecimentos –, sendo indicados para exercerem as posições de “caldeireiros, carapinas, calafates, tacheiros, barqueiros (...)”⁵³⁵, ou era direcionado para os crioulos, que segundo Antonil eram vistos como que “valendo por quatro boçais”⁵³⁶.

Estes últimos, os crioulos, em determinadas situações conseguiam obter funções administrativas nos trabalhos do engenho, havendo certa mobilidade hierárquica. Esses seriam cargos muito cobiçados, ao ponto de serem utilizados pelos senhores como forma de manipular, buscando obter colaboração e bons serviços por parte da população cativa⁵³⁷. Estas funções, tanto os serviços de artesãos como de supervisão, em sua maioria, eram ocupados por escravos pardos/mulatos, mas isso chegava à um número de 20%⁵³⁸, sendo que o resto era exercido por agregados e trabalhadores não escravos.

Contudo, é perceptível que haveria certas brechas e a expectativa de uma ascensão social, mesmo que limitada e reclusa ao âmbito da vida social em um engenho e a condição de escravo, ainda assim seriam fatores cobiçados pelos próprios integrantes das senzalas. A estrutura social dos engenhos expressava e reiterava o modelo existente na lógica hierárquica da América portuguesa do século XVIII, pautada nos privilégios, desigualdades e distinções⁵³⁹. Ademais, haveria a existência daquilo que é chamado por Fragoso de “elites da senzala”⁵⁴⁰, grupos de pardos cativos que possuíam vínculos – tanto de parentesco como de compadrio – com a *nobreza da terra*, tendo, assim, status diferenciados se comparado com os demais cativos; por parte dessa nobreza, o fato de se aparentar com pretos e pardos proporcionava a conquista de distinção social⁵⁴¹ – com seus braços armados mestiços/africanos, etc. – algo que demonstra a complexidade inerente a dinâmica social no regime escravista.

⁵³⁵ Idem.

⁵³⁶ Idem.

⁵³⁷ SCHWARTZ, Stuart B. Trabalho e cultura: vida nos engenhos e vida dos escravos. In: _____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001, p. 97.

⁵³⁸ Idem, p.96.

⁵³⁹ LARA, Sílvia Hunold. *Fragments Setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.79.

⁵⁴⁰ FRAGOSO, João. Elite das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1741. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *O Brasil colonial, volume 3 (1720-1821)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

⁵⁴¹ FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto. Notas sobre transformações e a consolidação do sistema econômico do Atlântico luso no século XVIII. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *O Brasil colonial, volume 3 (1720-1821)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 9-57.

Como citado anteriormente, essa breve possibilidade de mobilidade nas funções e encargos faziam parte de práticas mais amplas voltadas a gerar adaptação ao trabalho. Pois, apesar da violência ter sido usada como ferramenta basilar para a manutenção da disciplina e da produtividade dos trabalhadores escravos⁵⁴², ela não seria a única forma de se exercer o controle e de obter sucesso na produção. O caso de um engenho seria um ótimo exemplo, pois havia variados fatores limitantes ao domínio e observação senhorial. Um engenho Real, como o de Santana, era constituído por uma tecnologia de difícil obtenção na América lusitana desse contexto⁵⁴³, uma peça quebrada/destruída propositalmente ou devido ao mau uso poderia acarretar a paralisação total, ou parcial, da produção do açúcar. Queimadas e incêndios nos canaviais eram frequentes e conseguiam gerar prejuízos significativos a um proprietário, ou algumas poucas gotas de limão em um caldeirão de garapa geraria a perda total do produto⁵⁴⁴. Enfim, havia inúmeras maneiras de sabotar os trabalhos de um engenho.

Schwartz, em suas pesquisas, chegou a identificar aquilo que poderíamos classificar como “sistema de incentivos”⁵⁴⁵ usados pelos senhores e sua administração no intuito de obter resignação por parte das populações escravas. Seriam como pequenos “raios de esperança” os quais demonstrariam aos cativos a perspectiva de mudanças e melhorias no dia a dia na escravidão, ou até mesmo o de sair da condição de escravo – algo conquistado pelas manumissões. No caso do engenho Santana, e no documento visto no capítulo anterior, certos estímulos à adaptação nas atividades escravas seriam tidos na própria prática do trabalho: as quotas de cana que eram estabelecidas, proporcionando a chance de terem tempo livre após a tarefa; a obtenção de lotes de terra voltados para uma produção de subsistência ou para a comercialização de gêneros alimentícios; a já mencionada ocupação de cargos de importância da administração do engenho, etc. Porém, não podemos negligenciar o uso do chicote, utensílio que se encontrava constantemente presente nas atividades.

⁵⁴² GRINBERG, Keila. Castigos físicos e legislação. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

⁵⁴³ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

⁵⁴⁴ Idem.

⁵⁴⁵ SCHWARTZ, Stuart B. Trabalho e cultura: vida nos engenhos e vida dos escravos. In: _____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001, p. 98.

Seria a observação clara e nítida da manifestação de aspectos intrínsecos a dinâmica social e política do antigo regime dos trópicos que permeavam as relações do cotidiano da América portuguesa e refletiam na própria micro-história que ocorria em um espaço específico como o do engenho. Quando abordamos o conceito de “autoridades negociadas”⁵⁴⁶, a lógica da barganha e trocas como forma de instituir e conservar a autoridade, teríamos esse mesmo exemplo nas vivências no interior da hierarquia de trabalho na produção de açúcar, inclusive para os cativos. A nossa intenção é partir das considerações e leituras sobre os princípios historiográficos que balizam a teoria analítica dessa *autoridade negociada* e tentar identificar alguns de seus elementos em nível local – no nosso exemplo/objeto – no engenho de Santana no contexto da revolta. Isso adentrava em consonância com a noção de justiça distributiva da época, em que era dado a cada um aquilo que correspondia ao seu status social⁵⁴⁷, levando a preservação “dos equilíbrios sociais preexistentes”⁵⁴⁸, considerando a noção de reciprocidade que procurava normatizar as relações entre os diversos grupos que compunham essa sociedade corporativa.⁵⁴⁹ Obviamente, não afirmamos ou pressupomos que todos esses elementos estivessem sendo praticados na revolta analisada. Não se considera aqui a simples reprodução dessa lógica, mas valoriza-se a análise que permite se conhecer que a barganha e negociação compôs – e estendemos ao nosso caso em estudo – um dos pilares da autoridade negociada, visto que essa se assentava, também, nos elementos anunciados e reconhecidos pela historiografia que estuda o Antigo Regime nos trópicos.

As relações e contatos no regime escravocrata, desse modo, possuía um discurso embebido na ideia de reciprocidade entre desiguais – dando a cada um o que é de sua posição. Tanto autores eclesiásticos como Benci, Antonil e Ribeiro Rocha pontuavam, de forma direta e indireta a noção de vinculações recíprocas entre senhores e escravos. Como dito pelo segundo autor:

⁵⁴⁶ GREENE, Jack P. *Negotiated Authorities: Essays in Colonial political and Constitutional History*. The University press of Virginia, 1994.

⁵⁴⁷ LEVI, Giovanni. *Reciprocidad mediterránea. Tiempos Modernos*. Revista eletrônica de História Moderna, v. 3, n. 07, 2002. Disponível em: www.tiemposmodernos.org.

⁵⁴⁸ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá; TAVARES, Geórgia da Costa. O abastecimento urbano e a governança da terra: o comércio de carne verde no Rio de Janeiro setecentista. In: SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá; FRAGOSO, João (org.). *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012, pp. 115-140.

⁵⁴⁹ Idem, p. 122-123.

O que pertence ao sustento, vestido e moderação do trabalho, claro está, que se lhes não deve negar, porque a quem o serve deve o senhor, de justiça, dar suficiente alimento, mezinhas na doença e modo com que decentemente se cubra e vista, como pede o estado de servo, e não aparecendo quase nu pelas ruas; (...)⁵⁵⁰

Ao colocarem à frente de Manoel da Silva Ferreira uma proposta de capitulação da revolta, os cativos de Santana reafirmavam essa lógica de reciprocidade, o qual levaria ao equilíbrio e a paz de ambas as partes. A possível quebra de tal correlação por parte do proprietário poderia ter sido um dos motivos para o início do levante em 1789.

Como mostrado anteriormente, os finais do século XVIII – principalmente as décadas de 80 e 90 – foi o contexto em que o “renascimento agrícola brasileiro”⁵⁵¹ teve início, com a intensificação da economia agroexportadora e ocasionando a expansão do tráfico transatlântico de escravos, além de uma acentuação do trabalho de cativos africanos e crioulos. Teria ocorrido no Santana o aumento das atividades, das quotas diárias de cana, do tempo em cada tarefa e da produção do açúcar resultando em uma piora nas condições de trabalho – que já se encontravam em péssimas condições. Estes escravos, dessa maneira, buscavam o retorno das circunstâncias e condições que possuíam antes desse período de mudanças. Transformações essas que não geravam somente um agravamento da miserável vida desses cativos, mas que simbolizava a quebra de tal vínculo da chamada “reciprocidade”, que foi denunciada pelos revoltosos.

Outra demonstração do fruto de tais “sistemas de incentivos” seria aquilo que poderíamos chamar dos espaços de autonomia fornecidos pela brecha camponesa e pelo tempo livre que era voltado para os trabalhos e atividades autônomos dos cativos. Isso trazia à vida prática de tais escravos estruturas significativas para breves momentos de autonomia, mesmo que limitados e restritos. A comercialização de gêneros agrícolas, por essa população escrava, também detinha um peso relevante tanto para a obtenção de recursos monetários quanto para a formação de projetos futuros – como a alforria.

3.4.2 Os atos e estratégias dos envolvidos na revolta.

⁵⁵⁰ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil; texto confrontado com o da edição de 1711, com um estudo bibliográfico, por Affonso E. Taunay*. 2ª ed. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1976.p. 90-91.

⁵⁵¹ REIS, J.J. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 34.

O manuscrito que reflete as vontades e intenções dessa comunidade que habitava o Santana possui um sentido amplo e extenso. Não se tratava somente de uma tentativa de acordo de paz, mas demonstra características de um “tratado político”, porém, no sentido citado anteriormente, uma micropolítica do cotidiano que se fazia nas relações e no convívio entre estes sujeitos.⁵⁵² Estes escravos eram, podemos afirmar isso sem receio, agentes políticos que interagiam com o seu próprio contexto executando seus lances, atos de fala ⁵⁵³, mesmo que limitados e restritos devido suas condições sociais. Buscavam as ferramentas que estavam ao seu alcance, as estratégias possíveis de serem efetuadas, para que pudessem atingir seus objetivos. A revolta, dessa forma, era uma entre outros artifícios; a negociação tinha a mesma característica. Nesse caso, estes escravos se utilizaram tanto da primeira, como da segunda, para o proceder com o movimento que teve início nos anos 1789.

Todavia, houve outra ação executada por esse grupo que chama a atenção. Como visto no segundo documento, o relato do Ouvidor geral do crime de nome Claudio José Pereira da Costa, no processo de negociação entre os representantes dos escravos levantados e o senhor Manoel da Silva Ferreira, os primeiros recorreram ao juiz do distrito que acompanhou todo o processo junto a 85 homens armados⁵⁵⁴. Temos aqui uma imagem um tanto quanto emblemática e curiosa: uma autoridade colonial, com soldados munidos, intermediou a conversação entre o proprietário do engenho e seus escravos; sendo que foram os últimos que pediram por tal interseção. Este ponto reflete questões decorrentes ao próprio contexto vivido.

Já abordamos que, na relação entre as várias esferas de governo, a família e a propriedade eram administradas e governadas pelo seu senhor, de maneira autônoma⁵⁵⁵. Contudo, estamos abordando um fato que ocorreu nos finais do século XVIII, um período que obteve significativas mudanças nas estruturas políticas e sociais⁵⁵⁶, entre essas transformações presenciamos uma maior presença do Estado nos assuntos

⁵⁵² REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 21.

⁵⁵³ POCOOCK, J.G.A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

⁵⁵⁴ Cartas ao Governo 207, Idem.

⁵⁵⁵ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁵⁵⁶ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *O Brasil colonial, volume 3 (1720-1821)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

particulares e privados, algo comum desde a Era Pombalina⁵⁵⁷. Ter ocorrido essa interferência, de uma autoridade da colônia nessa propriedade, simboliza tal fator. Outro exemplo viria das origens desse senhor, pois Manoel da Silva Ferreira não vinha da chamada nobreza da terra, tinha vínculos entre os chamados homens de grossa aventura⁵⁵⁸, comerciantes e negociantes portugueses – um grupo que foi ganhando importância e destaque social/político no decorrer da segunda metade dos setecentos. Por meio de sua boa aventura nos negócios feitos na América portuguesa, chegou a ocupar cargos na colônia, como o de Provedor da Casa da Moeda da Bahia, em 1756⁵⁵⁹, além de um cargo anterior a esse, o de guarda-mor da Relação da Bahia⁵⁶⁰. A vista disso, é perceptível que, mesmo não vindo das elites da terra, Manoel conseguiu obter um crescimento e reconhecimento significativos na sociedade baiana dos setecentos. Quando adquiriu o engenho Santana no ano de 1770⁵⁶¹, provavelmente estava desejando saciar a vontade de ser visto enquanto um “nobre da terra,” além de ter que pagar dívidas que acumulou até aquele momento⁵⁶².

O fato de ser de uma origem mercantil pode ter influenciado seu modo de administrar o engenho do sul de Ilhéus, levando a uma maior ênfase na lucratividade e ganhos no comércio transatlântico do chamado renascimento agrícola do século XVIII. Algo que teria acarretado a subtração dos espaços e brechas de autonomia que os escravos detinham até então. O levante escravo, com isso, acabou detendo um caráter de retorno ao modelo de produção existente antes da administração de Manoel da Silva Ferreira.

⁵⁵⁷ MONTEIRO, Nuno. As reformas na Monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *O Brasil colonial, volume 3 (1720-1821)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 111-156.

⁵⁵⁸ FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2. Ed., 1. Ed. 1992), 1998.

⁵⁵⁹ DECRETO do rei D. José nomeando Manuel da Silva Ferreira para o ofício de provedor da Casa da Moeda da cidade da Bahia. 1756, Dezembro, 6, Belém. Anexo: 2 docs. AHU-Bahia, cx. 137 doc. 76 AHU_ACL_CU_005, Cx. 130, D. 10108. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_AV (acesso em junho de 2019).

⁵⁶⁰ REQUERIMENTO de Manuel da Silva Ferreira ao rei [D. José] solicitando ordem para que Pedro Ferreira Lemos lhe pague pelo tempo que restava para servir ao ofício de guarda-mor da Relação da Bahia. [ant. 1757, Março, 29] Anexo: 2 docs. AHU-Bahia, cx. 138 doc. 62, 106. AHU_ACL_CU_005, Cx. 130, D. 10164. Disponível

em:http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_AV&PagFis=80421&Pesq=Silva%20Ferreira (acesso em junho de 2019).

⁵⁶¹ MARCIS, Teresinha. O Engenho de Santana: Uma reconstrução histórica. In: PÓVOAS, Rui do Carmo (org.). *Mejigã e o contexto da escravidão*. Ilhéus :Editus, 2012, p. 308.

⁵⁶² Idem.

Conjecturas à parte, o caso que nos cobra a atenção é a presença de instituições coloniais nesse levante escravo, sendo motivado pelo pedido deles. Esse lance demonstra o como os cativos compreendiam a dinâmica social ao ponto de recorrerem ao uso das instituições hegemônicas e dominantes para as ações de luta e resistência, mesmo estando às margens de tal sistema. Assim como colocado na reflexão de Thompson acerca da natureza das leis:

De um lado, é verdade que a lei realmente mediava relações de classe existentes, para proveito dos dominantes; (...) Por outro lado, a lei mediava essas relações de classe através de formas legais, que continuamente impunham restrições às ações dos dominantes⁵⁶³.

No caso vivido na escravidão da América portuguesa dos setecentos, haveria algo parecido com o que foi mencionado pelo historiador inglês. Mesmo a instituição escravista ter sido baseada em uma dominação e controle, haveria certas normas e princípios que regularizavam tais vínculos – princípios muito abordados pelos autores jesuítas, Benci⁵⁶⁴, Antonil⁵⁶⁵ e Manoel Ribeiro Rocha⁵⁶⁶, os quais foram comentados no capítulo anterior –, estes elementos “supervisionavam” até certo ponto o exercício do poder do senhor, fornecendo certas fissuras no sistema as quais tais cativos buscavam efetuar certa resistência por meio dessas brechas. Seria isso que estaria por detrás da presença do Juiz do distrito na discussão que se engendrou entre o senhor e seus escravos.

Contudo, o relato do Ouvidor não abrangia somente a estratégia adotada pelos sublevados no decorrer do processo, as ações de Manoel e suas táticas para dar fim a situação também foram abordadas no manuscrito dessa autoridade régia. É dito que esse senhor teria feito um pedido após as negociações, que Gregório Luís mais os 15 escravos fossem até a vila de Belmonte para adquirir certa quantidade de gado e farinha com João da Silva Santos, o Capitão Mor das Ordenanças. Foi justamente nessa vila que houve a repressão e captura desses revoltosos, os quais resistiram e iniciaram um combate que quase resultou em derramamento de sangue. Uma questão que surge seria

⁵⁶³ THOMPSON, E.P. *Senhores e caçadores: A origem da lei negra*. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 356.

⁵⁶⁴ BENCI S.I., Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos: (livro brasileiro de 1700)* /Jorge Benci; estudo preliminar de Pedro de Alcântara Figueira, Claudinei M. M. Mendes. São Paulo, SP :Grijalbo,1977.

⁵⁶⁵ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. Ed. Belo Horizonte: Ed, Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

⁵⁶⁶ ROCHA, Manuel Ribeiro. *Etíope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

o porquê do proprietário do Santana ter conseguido auxílio e presença de homens para executar a prisão dos cativos somente na Vila de Belmonte: por que ele não teria feito tal coisa no próprio engenho ou na Vila de Ilhéus? A existência de força policial próxima à propriedade era factível, sendo visto pela presença dos 85 homens armados durante a negociação. Dessa forma, por que não teria pedido a ação desses homens para tal empreitada? Provavelmente, por terem sido requisitados pelos escravos. No caso desse outro personagem citado, João da Silva Santos, qual seu papel e vínculo para com Manoel?

Vimos que o senhor Manoel da Silva Ferreira, antes de ser o proprietário desse engenho, ocupou cargos como o de Guarda-mor e Provedor da Casa da Moeda da Bahia. Nestes postos ele pôde tecer alianças e relações com outros integrantes da esfera administrativa da colônia, como o citado Capitão Mor das Ordenanças. Este último integrava as redes clientelares de Manoel, os quais foram usados pelo mesmo a fim de terminar a querela que obteve com Gregório e os outros 15 escravos – que para este senhor, teriam dado fôlego e incentivo para o levante.

Outro ponto curioso dessa passagem é o fato de o senhor pedir aos cativos que encontrassem o citado João e lhe entregassem uma carta escrita.⁵⁶⁷ Que mensagem estaria nesta carta? O pedido de Manoel para que João da Silva prendesse aqueles escravos que se encontravam à sua frente? Caso a resposta da segunda pergunta seja positiva, surge outra indagação: Se Gregório Luís redigiu o tratado dos escravos – e detinha certo conhecimento das letras – não poderia ele ter lido a carta do senhor, visto as intenções por detrás de sua ida a vila de Belmonte e então fugido de uma vez por todas? Ou, nem Gregório e nem os outros cativos detinham o conhecimento da escrita e simplesmente confiaram nas palavras de seu senhor – nessa possibilidade, a ideia de que o primeiro documento foi uma escrita dos próprios escravos acaba por perder força. Infelizmente, são dúvidas e questões que não se pode responder com absoluta certeza.

Apesar disso, esse trecho mostra bem a atitude do senhor e sua forma de lidar com a revolta acionando sua rede clientelar. Outro exemplo disso seria visto no caso do segundo personagem que aparece na fonte, o negociante de nome José da Silva Maia, correspondente de Manoel. No momento que finalmente conseguiu prender os 16 escravos, que eram tidos como os representantes de todo o movimento, o seu

⁵⁶⁷ Cartas ao Governo 207, Idem.

proprietário fez questão de que estes fossem direcionados ao mencionado negociante o qual iria ser responsável pela venda de todos para o Maranhão, menos Gregório Luís o qual Manoel reforçou, por várias vezes, a necessidade de que ele permanecesse preso na cadeia do Juízo daquele distrito.⁵⁶⁸ Poderia haver o risco desses cativos voltarem as terras do engenho, com isso, manter Gregório na cadeia seria uma garantia para que não retornasse e engendrasses uma nova revolta. No caso de José da Silva Maia, este poderia ser um homem da confiança de Manoel, talvez fosse um dos integrantes das relações de venda e compra exercidas por este senhor, ou um aliado importante nos tempos que o proprietário do Santana exercia a arte do comércio em terras lusitanas. Recorrer a José, dessa forma, seria dar um destino certo e confiável aos escravos relutantes.

3.5 As singularidades da revolta de 1789.

Vimos até aqui as tramas, os fatores e manobras que constituíram a revolta dos escravos do Engenho Santana nos finais dos setecentos. Observamos, da mesma maneira, como aspectos existentes na dinâmica social e política da América portuguesa se manifestavam nas ações e atos desses cativos para o desencadear do levante. Estas características dão a tal movimento um formato que deve ser notado e considerado por qualquer pesquisador que vise analisar esse ocorrido, pois, mesmo que sendo um caso famoso na historiografia brasileira sobre a escravidão, os documentos demonstram uma miríade de possibilidades analíticas que desdobram em novos olhares para com esse fenômeno.

O fato de tais escravos manusearem determinados recursos em prol da comunidade – como o uso da própria revolta, a proposta de um acordo de paz com exigências deveras reveladoras da realidade escrava, o requerer a intervenção de autoridades coloniais – demonstra a complexidade das relações existentes no âmbito do regime escravista e das próprias ações de luta dessas pessoas. Porém, esse ocorrido guarda singularidades que seriam específicas desse próprio movimento; algo que, ao ser comparado com outros levantes de escravos, conseguimos perceber de forma acurada.

⁵⁶⁸ Idem.

Primeiramente, como ressaltado em tópicos anteriores, o “tratado de paz proposto a Manoel da Silva Ferreira pelos seus escravos”⁵⁶⁹ além de ser uma tentativa de erguer um acordo entre as partes pode ser visto como um tratado político, no sentido da política do cotidiano e local. Trazia a vontade de mudanças na estrutura administrativa e organizacional do engenho com reflexos na vida da comunidade escrava, tanto no sentido material como dos costumes. A negociação, o barganhar com as posições de autoridade, surge aqui enquanto forma de resistência por meio de “jogos políticos”, no uso de preceitos do próprio regime escravista.

Quando é dito pelos cativos “A estar por todos os artigos a cima, [...] estamos prontos para o servirmos como dantes, por que não queremos seguir os maus costumes dos mais Engenhos”⁵⁷⁰, pode se identificar uma “economia moral da escravidão”, fazendo alusão ao conceito cunhado por Thompson⁵⁷¹ ao tratar sobre os motins desenvolvidos pela multidão inglesa do século XVIII, desencadeados pelas querelas no fornecimento de farinha. O princípio por detrás de tal termo seria o fato de que haveria a presença de crenças, tradições, costumes e hábitos os quais eram defendidos e exigidos, sendo que, quando eram quebrados ou colocados em risco, poderia gerar movimentos reivindicatórios/sublevações para o retorno desses mesmos fatores. No caso dessa população escrava, havia a luta para a manutenção de certas práticas e tradições, buscando não seguir os “maus costumes” dos outros engenhos. Para tanto, este grupo recorreu ao ato negocial.

Relacionado ao modo como foi implementado o plano insurrecional, se contraposto as revoltas escravas que ocorreram na primeira metade do século XIX no recôncavo baiano, citados anteriormente, é possível perceber distinções significativas. O que mais chama a atenção seria a origem dos revoltosos sendo que, em grande parte dos levantes ocorridos nesse contexto, os integrantes seriam de etnias africanas, como Haussás, Malês, Jejes⁵⁷². Os crioulos, por sua vez, não tiveram papel central em tais movimentos – algo nitidamente distinto da revolta do Engenho Santana. Um segundo ponto de destaque seria o caráter agressivo e guerrilheiro ao ponto de se utilizarem de

⁵⁶⁹ “Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados” (c. 1789). Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

⁵⁷⁰ Idem.

⁵⁷¹ THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

⁵⁷² REIS, J.J. *Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos*. AFRO-ASIA, v. 15, p. 100-126, 1992.

estratégias e uma organização análogas as presentes em *jihads* africanas, que possuíam ampla coordenação no processo de revolta⁵⁷³. Além do fato de que as intenções de conflito aberto e de ruptura total contra os senhores e o regime escravista era algo intrínseco a estes movimentos, diferente do que ocorreu no engenho de Ilhéus, onde os cativos buscaram negociar as condições para o retorno ao trabalho escravo. Isso também leva a pensar acerca das ferramentas e meios usados nesses levantes, pois os do início do século XIX teriam o uso da violência e força insurrecional como principal recurso, já os escravos do movimento de 1789 usaram um misto de ação beligerante em primeiro momento e ato negocial por último.

Entre estas revoltas do XIX, duas teriam novamente o engenho Santana como cenário. Em 1821, quando o engenho estava em posse de Felisberto Caldeira⁵⁷⁴, houve um levante dos escravos – em meio a desordem ocasionada pelas guerras de independência, algo que contribuiu para o movimento desses cativos –, sendo que tomaram a posse das ferramentas e da própria propriedade, o qual permaneceu em suas mãos durante 3 anos – algo parecido com o que ocorrera nos finais do XVIII. Mas em 1824, com o fim da guerra, houve a repressão que ocasionou a retomada do engenho e a fuga dos revoltosos, os quais se aquilombaram nas matas próximas. Com o tempo, esse mocambo foi crescendo e tornando-se o destino de escravos fugidos das fazendas da região, sendo que em 1828 as autoridades executaram uma repressão com o intuito de acabar com aquilo que era visto como um “elemento revolucionário entre os escravos”⁵⁷⁵. Foi encontrado uma ampla produção agrícola entre elas 60 mil covas de mandioca, 6 mil pés de café, 4 mil de algodão, 2 teares, árvores frutíferas, muita farinha feita, sal, peixes e ferramentas de trabalho⁵⁷⁶, algo que mostra significativa estrutura que se encontrava nesse mocambo.

Algumas características dessas duas revoltas do engenho Santana nos oitocentos relembram alguns pontos da ocorrida em 1789: a busca por autonomia e maior tempo

⁵⁷³ _____ . *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁵⁷⁴ MONTEIRO, Simone Correia Cardoso. *Breve histórico do Engenho de Santana: a cadeia sucessória de 1537 a 1919*. (Monografia) Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, 1999.

⁵⁷⁵ REIS, J.J. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 98.

⁵⁷⁶ Carta de João Dias Pereira Guimarães ao Visconde de camamú (1828)”. In. REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp. 124-127.

nas atividades de subsistência, a apreensão das ferramentas e do engenho para usos da comunidade cativa, e a possibilidade de adquirir no quilombo aquilo que não encontravam no interior da propriedade. Já a negociação apareceu com maior intensidade no movimento do século XVIII, isso é possível de ser percebido pelas fontes que se originaram nesse caso. Contudo, é dito que nos levantes do XIX houve algumas tentativas de acalmarem os amotinados⁵⁷⁷, mas sem obterem sucesso. Talvez estes escravos recordassem do resultado do levante de 1789 e buscaram não ceder às negociações. Com isso, até mesmo estas revoltas demonstram as diferenças da resistência executada pelos escravos desse engenho e as que tomaram corpo no recôncavo baiano.

Algo que poderia explicar tais distinções seria a presença de uma administração jesuíta no engenho ocorrida no século XVII até o início da segunda metade do século XVIII, o qual possuía uma política administrativa de escravos de maneira peculiar ao ponto de terem alfabetizado alguns cativos, gerando uma factível explicação sobre a origem da carta dos escravos – algo demonstrado e citado por alguns autores⁵⁷⁸. A mudança da administração, passando para mãos particulares e com ânsia comercial, deve ter intensificado os trabalhos e desconsiderado certas tradições e costumes – os direitos consuetudinários – resultando no desejo dos escravos em retornarem ao que era antes.

A vista disso, é curioso comparar com um caso ocorrido em 1773, no vice-reinado de Nova Granada, na província de Neiva, onde escravos de uma *Hacienda* de gado que era de administração jesuíta, até o ano de 1767, reclamaram que o novo proprietário estava impedindo o cultivo de roças para a subsistência dos cativos, além de priva-los de vestimentas, alimento e dos dias santos. Assim, enviaram uma petição ao vice-rei espanhol, na condição de “escravizados de Sua Majestade”, com o objetivo de solucionar o problema⁵⁷⁹. Já na Colômbia, no ano de 1780, em outra *Hacienda* que também pertenceu aos jesuítas, houve uma revolta escrava com a liderança de um cativo que ocupava a função de feitor, sendo que executaram fuga, mas, antes enviaram uma

⁵⁷⁷ Idem.

⁵⁷⁸ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

⁵⁷⁹ VIANA, Iamara da Silva; RIBEIRO NETO, Alexandre; GOMES, Flávio. *Escritos insubordinados entre escravizados e libertos no Brasil*. Estud. av. [online]. 2019, vol.33, n.96, pp.155-178. Epub 12-Ago-2019, p. 157.

petição ao vice-rei onde acusavam o novo administrador de violar costumes e castigá-los de forma excessiva⁵⁸⁰.

Ambos os acontecimentos aparentam muito com o que ocorreu no engenho do sul baiano, além de compartilharem o fato de terem tido um passado na administração dos religiosos. O que chama a atenção, deste modo, é o uso das letras como forma de resistência e negociação. Nesses dois casos mencionados se utilizaram de petições voltadas ao vice-rei, reconhecendo a autoridade e poder da coroa espanhola, já no Santana houve o tratado dirigido ao senhor do engenho. Era do uso de meios políticos/institucionais que integravam a dinâmica colonial que tais escravos exerceram ações de luta, com isso, dialogavam com essas mesmas estruturas a fim de buscarem sanar aquilo que era visto como injusto por esses mesmos grupos. Por isso, não podemos descartar os principais participantes de uma sociedade escravista no cenário político: os próprios escravos. Pois eles agiam, lutavam, construía suas estratégias e perseguiram a objetivos, seja na barganha ou no enfretamento.

⁵⁸⁰ Idem.

Considerações Finais

A revolta iniciada no ano de 1789 e as exigências colocadas pelos sublevados, no documento que foi abordado nessa dissertação, não obtiveram o sucesso esperado. No final de todo o processo, o levante foi sufocado, levando a venda dos principais líderes para longe de Ilhéus, enquanto Gregório Luís permaneceu preso à espera de julgamento – espera que durou até o ano de 1806, e que provavelmente perdurou por mais alguns anos.

O engenho, dessa forma, voltou ao total controle do senhor Manoel da Silva Ferreira. Porém, não se pode afirmar que esse movimento, que surgiu nos finais do século XVIII, não tenha desempenhado nenhum efeito para com a realidade vivida por esses cativos. Pois, a pressão gerada desse levante com certeza influenciou um posicionamento distinto, seja por parte do proprietário, ou por parte da comunidade escrava; posicionamento esse que refletiu em outros acontecimentos ocorridos nesse mesmo local.

Já nos inícios do século XIX, mais especificamente nos anos de 1821-1824, e quatro anos depois, em 1828, novas rebeliões e atos de resistência tomaram de conta dessa mesma propriedade. As ações chegaram a ser parecidas com as de 1789, paralisaram a produção de cana de açúcar por alguns anos, tomaram a posse das ferramentas e se aquilombaram nas matas próximas, porém, não houve os mesmos registros e documentos como os que foram gerados nos finais dos setecentos – fontes que mostravam as impressões e perspectivas dos grupos de escravos.

Além do fato de que os próprios participantes dessas sublevações não eram os mesmos, havia a distancia de algumas gerações, mas, possivelmente existia a presença de filhos, netos, daqueles que exerceram o movimento do século XVIII. Fator esse que reitera os fortes laços familiares e de comunidade que eram presentes nessa localidade. Dessa forma, podemos afirmar que o engenho Santana não abrigava somente uma vasta mão de obra escrava, mas uma ampla coletividade pautada em laços familiares e de ênfase comunitária. Logicamente, também havia certas distinções étnicas, como visto no caso da relação com os africanos Minas, porém, poderiam ter sido mitigadas com o tempo, com uma maior entrada de etnias africanas no engenho – algo que ocorreu de forma demasiada nos anos dos oitocentos.

É perceptível, com isso em mente, uma forte mobilidade desses grupos para a conquista de melhores condições de vida, de trabalho, de sobrevivência e subsistência. Como visto no decorrer da dissertação, uma “tradição rebelde” e de levantes também era existente nesse engenho. Mas, acima de tudo, havia uma tradição reivindicatória entre esses sujeitos. No tratado de paz dos finais do século XVIII, foram pedidos a atenção a variados aspectos de produção própria dos escravos que mais tarde foi observado no Quilombo que sofreu a invasão no ano de 1828 – o qual detinha ampla produção de gêneros voltados para a provisão desses grupos e até para a comercialização. Demonstrando que, quando não conseguiam obter tais condições no âmbito da escravidão, buscavam conquistá-las fora de tal condição.

Foram pressões para a transformação e mudança da realidade vivenciada por esses cativos, sendo que ao mesmo tempo eram manifestadas enquanto atos políticos de efetivação de pequenas conquistas na micropolítica do cotidiano. O “tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados” não era somente um manuscrito que representava os pedidos dos cativos que se revoltaram, era um tratado que buscava transformações nos aspectos administrativos, logísticos e de organização dos trabalhos no engenho; além de inserirem as inquietações dessa comunidade para com os assuntos referentes a sua manutenção material, física e cultural. Eram cláusulas que, inclusive, pediam a existência de intervenções dos escravos em assuntos da administração do engenho – como o eleger os feitores.

O ato de negociar, desse modo, foi empreendido enquanto estratégia de luta. Um fator tão presente na própria dinâmica sócio-política da América portuguesa e que era reutilizada pelas camadas escravas dessa mesma sociedade. Não da mesma forma, pois as classificações em que eram posicionados acabavam por impor uma série de limitações e condicionantes de seus atos, mas, ainda assim, conseguiam se utilizar da barganha para os seus usos no cotidiano. Objetivamos, dessa maneira, mostrar como a negociação foi prática que prevaleceu ao longo de todo o período, de formas múltiplas, utilizadas inclusive pelos escravos, a negociação fez parte da micropolítica do engenho Santana, foi uma ferramenta de tentar posicionar suas vontades no cenário em que viviam.

Por tanto, devemos compreender que a negociação não corresponde somente ao contato harmonioso. Pelo contrário, pode se manifestar, também, enquanto um “campo de batalhas” entre vontades conflitantes e opostas. Seria a própria guerra exercida por outros meios, por embates discursivos e políticos.

Inseridos em redes amplas de vínculos e de ajuda mútua, de constituição de solidariedades, da mesma maneira, de conflitualidades, relações de dominação, controle, opressão, enfim, em uma miríade de elos e nexos, estes cativos agiam e exerciam seus atos, “lances” e “jogadas” no interior de tais estruturas. Sendo, dessa forma, agentes ativos e políticos de suas próprias histórias.

Este trabalho não buscava esgotar os assuntos e tópicos presentes no caso da revolta escrava no engenho Santana, de 1789, mas planejamos poder contribuir para um melhor entendimento desse ocorrido e dos fenômenos sociais que circundou tal fato – as tramas negociais e sua relevância para o fluxo das redes e vínculos desse espaço. Todavia, infelizmente não conseguimos destrinchar com maior ênfase as redes de contatos dos escravos sublevados, diferente das de Manoel da Silva Ferreira, o qual detinha uma maior quantidade de fontes referentes às suas redes clientelares, as quais ele se utilizou para dar fim a revolta. Com isso, ao mesmo tempo em que respondíamos a algumas questões, outras surgiam no decorrer do processo. Indagações, essas, que fugiam de nosso alcance para serem respondidas nesse trabalho, mas que podem ser problemáticas de pesquisas futuras.

Referências

Fontes:

“Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados” (c. 1789). Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

“Cartas ao Governo 207, do Arquivo Público do Estado da Bahia”. In. SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001.

“Carta de João Dias Pereira Guimarães ao Visconde de camamú (1828)”. In. REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

Fontes Impressas:

ALMEIDA, Eduardo de Castro e. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa, Organizado para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Vol. II*. Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1914.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. Ed. Belo Horizonte: Ed, Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

_____. *Cultura e opulência do Brasil; texto confrontado com o da edição de 1711, com um estudo bibliográfico, por Affonso E. Taunay*. 2ª ed. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1976.

BENCI S.I., Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos:(livro brasileiro de 1700) /Jorge Benci; estudo preliminar de Pedro de Alcântara Figueira, Claudinei M. M. Mendes*. São Paulo, SP :Grijalbo,1977.

BLUTEAU, Rafael. *Dicionário da Língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 1: A - K)*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

ROCHA, Manuel Ribeiro. *Etíope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942.

SÁ, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e. *Ensaio de descrição física, e economica da Comarca dos Ilheos na America. Por Manoel Ferreira da Camara*. 1789. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or9293/or9293.pdf (acessado em Abril de 2019).

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853.

Documentos Históricos: Registro de provisões da casa da moeda da Bahia 1775-1783, Vol. LXXXI, Biblioteca Nacional, 1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1948_00081.pdf (acessado em Março de 2020).

Fontes Manuscritas:

Arquivo Público do Estado da Bahia (APB)

“Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados” (c. 1789). Cartas ao Governo 207; Arquivo Público do Estado da Bahia.

Seção Colonial e provincial. Cartas ao Governo 1804-1806. Maço 207.

Seção Judiciária. Livros de notas da vila de São Jorge dos Ilhéus. Cartas de liberdade (1710-1886). Banco de dados do CEDOC/UESC.

Seção Judiciária. Autos de inventários de São Jorge dos Ilhéus, 1813-1887. Banco de dados do CEDOC/UESC.

Seção Colonial e provincial. Senado da Câmara de Salvador Correspondência expedida para o governo, 1789. Maço 485-1.

Seção Colonial e provincial. Senado da Câmara de Salvador Correspondência recebida, 1786. Maço 485-2.

Seção Colonial e provincial. Senado da Câmara de Salvador Correspondência recebida, 1801. Maço 485-2.

Seção Colonial e provincial. Senado da Câmara de Ilhéus: registros de legislação (alvarás, decretos, cartas régias, editais, etc.) 1798-1804. Maço 487.

Fundo Governo da Província (Série Agricultura) - Índice da Conservadoria de Ilheus, N. 6020, 1776-1833. In. Registros municipais, 1498-1966; Arquivo público da Bahia. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/film/104347799?cat=2813829> (acesso em Junho de 2019).

Projeto resgate (Bahia)

DECRETO do rei D. José nomeando Manuel da Silva Ferreira para o ofício de provedor da Casa da Moeda da cidade da Bahia. 1756, Dezembro, 6, Belém. Anexo: 2 docs. AHU-Bahia, cx. 137 doc. 76 AHU_ACL_CU_005, Cx. 130, D. 10108. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_AV&PagFis=80421&Pesq=Silva%20Ferreira (acesso em junho de 2019).

REQUERIMENTO de Manuel da Silva Ferreira ao rei [D. José] solicitando ordem para que Pedro Ferreira Lemos lhe pague pelo tempo que restava para servir ao ofício de guarda-mor da Relação da Bahia. [ant. 1757, Março, 29] Anexo: 2 docs. AHU-Bahia, cx. 138 doc. 62, 106. AHU_ACL_CU_005, Cx. 130, D. 10164. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_AV&PagFis=80422 (acesso em junho de 2019).

REQUERIMENTO do provedor proprietário da Casa da Moeda da Bahia, Manuel da Silva Ferreira, à rainha [D. Maria I] em que pede providências em relação à acusação de acumulação de ordenado, o que causou-lhe a suspensão do cargo. [post. 1781, Setembro, 24] Anexo: 2 docs. AHU-Baía, cx. 163, doc. 29; Cx.183, doc. 69-A. AHU_ACL_CU_005, Cx. 182, D. 13501. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_AV&PagFis=111011&Pesq=Silva%20Ferreira (acesso em junho de 2019).

REQUERIMENTO do provedor da Casa da Moeda da Bahia Manuel da Silva Ferreira à rainha [D. Maria I] solicitando a reposição do seu ordenado, uma vez ter sido inocentado da acusação de extorsão que lhe custara a suspensão dos soldos. [ant. 1789, Abril, 26] Anexo: 5 docs. AHU-Baía, cx. 191 , doc. 12. AHU_ACL_CU_005, Cx. 191, D. 13991. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_AV&PagFis=111011&Pesq=Silva%20Ferreira (acesso em junho de 2019).

OFFICIO do Governador Conde de Azambuja para Francisco X. de Mendonça, no qual informa acerca de uma representação do tesoureiro José Lopes Saraiva, em que este denuncia fraudes na Casa da Moeda, atribuindo a respectiva responsabilidade ao Provedor Manuel da Silva Ferreira e ao escrivão Mathias Moreira de Sampaio. Bahia, 29 de setembro de 1766. AHU-Baía, Eduardo de Castro e Almeida (1613-1807) CAIXA: 39, DOC. Nº:7442. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_CA&PagFis=16161&Pesq=Silva%20Ferreira (acesso em junho 2019).

OFFICIO do Governador Conde de Azambuja para Francisco X. de Mendonça, sobre as irregularidades gravíssimas cometidas pelo Provedor da Casa da Moeda Manuel da Silva Ferreira no exercício do seu lugar. Bahia, 11 de julho de 1767. CAIXA: 41; DOC: 7638. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_CA (acesso em junho de 2019).

Autos da devassa e outros documentos a respeito de um contrabando de pau-brasil na comarca de Ilhéus, do qual era acusado Manuel da Silva Bastos. 1786. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000055/mssp0000055.pdf(acesso em Abril de 2019).

Documentos relativos ao corte de madeiras na comarca de Ilhéus, do ouvidor geral Baltazar da Silva Lisboa. 1791-1806. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000461/mssp0000461.pdf (acesso em Abril de 2019).

Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge de Ilhéus, pertencentes a província da Bahia, 1790?.Disponível

em:http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000455/mssp0000455.pdf(acesso em Abril de 2019).

Ofícios e exposições sobre as madeiras da comarca de Ilhéus e as plantações e lavradores de Jaguaripe.1782 – 1789.Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000794/mssp0000794.pdf(acesso em Abril de 2019).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Relação do Estado em que se achava o Engenho de Santa ana dos Ilhéus. 1730-1731. Disponível em:<https://digitalq.arquivos.pt/details?id=1222255> (acesso em Abril de 2019).

Autos de habilitação de Rosa Ferreira. 1792. Disponível em:
<https://digitalq.arquivos.pt/details?id=6038133> (acesso em Abril de 2019).

Autos de habilitação de Manuel da Silva e sua Mulher Custódia Maria de São José. 1808. Disponível em: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4674707> (acesso em Abril de 2019).

Bibliografia

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *A vulnerabilidade da alforria e o recurso à justiça na Bahia setecentista*. Afro-Ásia, 51 (2015), 73-117.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Marcelo Loyola de. *Nos labirintos da liberdade: das alforrias na lavoura cacaueteira (Ilhéus-BA, 1810-1850) à discussão historiográfica acerca das manumissões no Brasil do século XIX*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2013. Acesso em: 2019-10-25.

AZEVEDO, C. M. M. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. 2ª. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

AZEVEDO PEDROSO, Wangner. *Estrutura de posse escrava e relações sociais cativas e senhoriais para a compreensão de um planejamento insurrecional escravo*.

Disponível

em:http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=132&Itemid=63 acesso em: 20 de maio de 2017.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BARICKMAN, B.J. *Um contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo 1780-1860*. Civilização Brasileira, 2003.

BERSTEIN, Serge. A cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLE, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª ed., 4ª reimpresão, 2010. Vol. 2.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. Cursos no Collège de France. (1989-1992). Companhia das Letras, 2014.

BOXER, C.R. *O império colonial português (1415-1825)*. Edições 70. 1969.

CANCLINI, Nestór García. *Culturas Híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CARDIM, Pedro; HERZOG, Tamar; IBÁÑEZ, José Javier Ruiz; SABATINI, Gaetano. *Polycentric Monarchies: How Did Early Modern Spain and Portugal Achieve and Maintain a Global Hegemony, Brighton and Portland*. Sussex academic press, 2012.

CARLI, Caetano De'. *A família escrava no sertão pernambucano (1850-1888)*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CARNEIRO, Edison. *Ladinos e Crioulos: Estudo sobre o negro no Brasil*. Ed. Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1964.

CASTRO, A. B. de. A Economia Política, o capitalismo e a escravidão. In: AMARAL LAPA, J. R. (Org.) *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Precriedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)*. *História Social*, (19), 33-62. Recuperado de <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/315>

CARDOSO, Ciro Flamarin S. *Agricultura, Escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

_____. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. Editora Brasiliense, 1987.

DEMETRIO, Denise Vieira; SANTIROCCHI, Ítalo; GUEDES, Roberto (Org.) *Doze capítulos sobre escravizar gente e governar escravos: Brasil e Angola – séculos XVII-XIX*. 1. Ed., Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Angelo Alves (orgs.). *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus :Editus, 2007.

_____. *Farinha, madeiras e cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema Colonial*. Editus, 2011.

_____. *Economia, sociedade e paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período colonial*. 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (org.). *Temas Setecentistas: governos e populações no Império Português*. Curitiba: UFPR-SCHILA/Fundação Araucária, 2008.

EISENSTADT, S.N. & RONIGER, L. *Patron, Client and friends: interpersonal relations and structure of trus in society*. Cambridge: University Press, 1984.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2001.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas* / Frantz Fanon; tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Roquinaldo. “A arte de furtar”: redes de comércio ilegal no mercado Imperial ultramarino português (1690-1750). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 205-241.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FONER, Eric. O significado da liberdade. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, v.08, n.16, p.143-160, mar./ago. 1988. p.9-36.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2. Ed., 1. Ed. 1992), 1998.

_____. Elite das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1741. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *O Brasil colonial, volume 3 (1720-1821)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *O Brasil colonial, volume 3 (1720-1821)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____.; GUEDES, Roberto. Notas sobre transformações e a consolidação do sistema econômico do Atlântico luso no século XVIII. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *O Brasil colonial, volume 3 (1720-1821)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 9-57.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

GARCIA, Simone Pereira; BASTOS, Cecília Maria Chaves Brito. Ciro Flamarion S. Cardoso e a questão da brecha camponesa. *Revista Tempo Amazônico* | V. 1 | N. 1 | janeiro-junho de 2013 | p. 5-16.

GENOVESE, Eugene. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

GODELIER, Maurice. *O enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GONÇALVES, Victor Santos. *Escravos e senhores na terra do cacau: alforrias e família escrava (São Jorge dos Ilhéos, 1806-1888)*. Dissertação de mestrado, 2014.

GORENDER, J. *Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial*. Estudos Econômicos, São Paulo, v.13, n.1, p.7-39, 1983.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, 1680-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 155-202.

GREENE, Jack P. *Negotiated Authorities: Essays in Colonial political and Constitutional History*. The University press of Virginia, 1994.

_____. Tradições de governança consensual na construção da jurisdição do Estado nos Impérios europeus da Época Moderna na América. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 95-114.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. Castigos físicos e legislação. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Escravismo e rebeldia escrava: quilombos nas Minas Gerais do século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 324-338.

GUEDES, Roberto. Senhoras pretas forras, seus escravos negros, seus forros mulatos e parentes sem qualidades de cor: uma história de racismo ou de escravidão? (Rio de Janeiro no limiar do século XVIII). In: DEMETRIO, Denise Vieira; SANTIROCCHI, Ítalo; GUEDES, Roberto (Org.) *Doze capítulos sobre escravizar gente e governar escravos: Brasil e Angola – séculos XVII-XIX*. 1. Ed., Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

HESPANHA, António Manuel. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____; XAVIER, Angela. As redes Clientelares. In: *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

JODELET, Denise(org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001.

KLEIN, Herbert S. *The Atlantic Slave Trade*. Cambridge University Press. 1999.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750 – 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Fragmentos Setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). *Modos de governar: Ideias e práticas políticas no império português*. São Paulo, Alameda, 2005.

LARA, Sílvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e justiças no Brasil*. Campinas, SP: 2006.

LEVI, Giovanni. “Três histórias de família: os núcleos parentais”. In: _____. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, 87- 130.

_____. *Reciprocidad mediterránea*. Tiempos Modernos. Revista eletrônica de História Moderna, v. 3, n. 07, 2002. Disponível em: www.tiemposmodernos.org

LOZARES, Carlos. La teoria de redes sociales. In: *Papers- revista de sociologia*, vol. 48, Barcelona, 1996, 103-126.

MACHADO, Maria Helena P.T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, v.08, n.16, p.143-160, mar./ago. 1988. p.143-160.

MACHADO, Maria Helena P.T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/EDUSP, 1994.

MACHADO, Maria Helena P.T. *Crime e escravidão*. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MARCIS, Teresinha; SILVA, Ivaneide Almeida da. Uma experiência de transcrição e análise de documento histórico: resistência e negociação escrava no Engenho Santana. In: PÓVOAS, Rui do Carmo (org.). *Mejigã e o contexto da escravidão*. Ilhéus: Editus, 2012.

MARCIS, Teresinha. *Viagem ao Engenho Santana*. Ilhéus :Editus, 2000.

_____. O Engenho de Santana: Uma reconstrução histórica. In: PÓVOAS, Rui do Carmo (org.). *Mejigã e o contexto da escravidão*. Ilhéus :Editus, 2012.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MATTOS, Hebe. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. 2: Império - a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista, GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MCKEE, Helen. *From violence to alliance: Maroons and white settlers in Jamaica, 1739–1795*. *SLAVERY & ABOLITION*, vol.39, no. 1, 2018, 27-52.

MONTEIRO, Nuno. As reformas na Monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *O Brasil colonial, volume 3 (1720-1821)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 111-156.

MONTEIRO, Simone Correia Cardoso. *Breve histórico do Engenho de Santana: a cadeia sucessória de 1537 a 1919*. (Monografia) Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, 1999.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo. Editora: Zumbi, 1959.

_____. *Os Quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso*. Princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

PAES, Mariana Armond Dias. *O tratamento jurídico dos escravos nas ordenações Manuelinas e Filipinas*. Anais do V Congresso brasileiro de História do Direito. PP. 523-536.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia, Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

PEREIRA, Marcos Aurélio de Paula. *Vivendo entre cafres: a trajetória do conde de Assumar e o império ultramarino português*. 1. Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. *A Lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte*. (Tese de doutorado) Campinas, São Paulo, 2012.

_____. *Senzala insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

POCOCK, J.G.A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

PÓVOAS, Rui do Carmo (org.). *Mejigã e o contexto da escravidão*. Ilhéus: Editus, 2012.

QUEIRÓZ, Suely Robles de. Escravidão negra em debate. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto/USF, 1998.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio*. História dos quilombos no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

REIS, J.J. *Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos*. AFRO-ASIA, v. 15, p. 100-126, 1992.

REIS, J.J. *Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia*. Topoi (Rio J.) vol.15 no.28 Rio de Janeiro Jan./June 2014, p. 68-115.

_____. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Resistência escrava na Bahia: “Poderemos brincar, folgar e cantar...”* O protesto escravo na América. *Afro-Ásia*, 14, 1983, p. 107-123.

_____. Revoltas Escravas. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

_____. Resistência e controle dos escravos na Bahia: a conspiração Haussá de 1807. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 549-599.

_____. *Resistência escrava em Ilhéus*. Anais do Arquivo Público da Bahia, n.44, p.285-97.

REVEL, Jacques. “Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica”. In: _____. *Proposições. Ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009, 97-137.

_____. *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ROSENTAL, Paul-André. Construir o macro pelo micro Fredrik Bath e a Micro história. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RUSEN, Jorn. *Razão histórica*. Teoria da história: Fundamentos da ciência histórica. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2010.

_____. *Reconstrução do passado*. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2010.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. *O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural*. Revista de história, 1977.

_____. Autoridades ambivalentes: o Estado do Brasil e a contribuição africana para “A boa ordem na República”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 105-123.

_____. *A dinâmica da presença brasileira no Índico e no Oriente. Séculos XVI-XIX*. Topoi (Rio J.) vol.2 no.3 Rio de Janeiro July/Dec. 2001.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá; FRAGOSO, João (org.). *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

_____.; TAVARES, Geórgia da Costa. O abastecimento urbano e a governança da terra: o comércio de carne verde no Rio de Janeiro setecentista. In: SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá; FRAGOSO, João (org.). *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012, pp. 115-140.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

SCHWARTZ, Stuart B.; MYRUP, Erik (org.) *O Brasil no Império marítimo português*. Bauru, SP: Edusc, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001.

_____. Camponeses e escravatura: alimentando o Brasil no fim do período colonial. In: *Da América portuguesa ao Brasil: estudos históricos*. Algés, Portugal: DIFEL, 2003.

_____. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

_____. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Resistance and Accommodation in Eighteenth-Century Brazil: The Slaves view of Slavery*. *Hispanic American Historical Review*, v.57, n.1, p.69-81, 1977.

SHILLS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa: Difel, 1992.

SIGAUD, Lygia. As vicissitudes do ensaio sobre o dom. In: *MANA* 5(2): 89-124.

SILVA, Eduardo (Org.). *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Edição original de 1847 e edição modificada e acrescida de 1878. Rio de Janeiro/Brasília, Fundação Casa de Rui Barbosa/Senado Federal, 1985.

_____. *Entre Zumbi e Pai João: o escravo que negocia*. *Jornal do Brasil*, 18.8.1985, Caderno Especial, p.3.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SILVA, Fernanda Amorim da. Cultivando a liberdade: alforrias em Ilhéus (1710-1758). In: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Angelo Alves (orgs.). *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus :Editus, 2007; p. 117-168.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2º ed. corrig. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

_____. *Senhores e caçadores: A origem da lei negra*. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis, RJ:Voices,1986.

VIANA, Iamara da Silva; RIBEIRO NETO, Alexandre; GOMES, Flávio. *Escritos insubordinados entre escravizados e libertos no Brasil*. Estud. av. [online]. 2019, vol.33, n.96, pp.155-178. Epub 12-Ago-2019.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Andrey Soares Pinto, declaro, para todos os efeitos, que o texto apresentado para a defesa da dissertação de mestrado foi integralmente por mim redigido, e que assinalarei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado no todo ou em parte a este e/ou a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.